

REVISTA MIGRAÇÕES

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO, ACIDI I.P.

www.oi.acidi.gov.pt



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

MIGRAÇÕES

Revista do Observatório da Imigração

N.º 11, Setembro de 2013

Diretor: Roberto Carneiro

Coordenação Editorial: Catarina Reis Oliveira

Comissão Científica deste número:

Alina Esteves, Beatriz Padilla,
Catarina Reis Oliveira, Gonçalo Matias,
Isabel Ferin, João Peixoto, Jorge Malheiros,
José Carlos Marques, Magda Nico,
Maria Vieira da Silva, Pedro Góis,
Rosa Cabecinhas

Colaboraram neste número os autores:

Alejandra Ortiz, Catarina Reis Oliveira,
Catarina Egreja, Isabela Salim, João Peixoto,
Manuel Abrantes, Maria Teresa Fabião da Silva
Pinto, Paulo Gracino Junior, Paulo Pereira,
Sandra Figueiredo, Vera Fonseca

Assistente de Redacção: João Cancela

Conceção Gráfica: António Souto

Propriedade do Título e Edição:

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e
Diálogo Intercultural, I.P.
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa - Portugal

Periodicidade: Anual

ISSN: 1646-8104

Correspondência:

Revista Migrações
Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa – Portugal
Email: migracoes@acidi.gov.pt

- 05 Nota do Diretor**
Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração
- 19 I. INVESTIGAÇÃO**
- 21 Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal**
Catarina Egreja e João Peixoto
- 57 A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe**
Manuel Abrantes
- 79 Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology**
Catarina Reis Oliveira e Vera Fonseca
- 119 Danças africanas em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas**
Maria Teresa Fabião da Silva Pinto
- 133 Mapeamento das comunidades imigrantes e dos seus meios de informação em Portugal**
Isabela Salim
- 157 Identidades, pertenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa**
Alejandra Ortiz
- 185 “Do reino de Deus às portas do inferno”: a migração brasileira, liberdade religiosa e a transnacionalização do pentecostalismo para Portugal**
Paulo Gracino Junior
- 213 Decoding behaviour and phonetic constraints in second language learners: new insight for the structuralism perspective.**
Sandra Figueiredo
- 231 II. ARTIGOS DE OPINIÃO**
- 233 Poema – Ser Imigrante**
Paulo Pereira

Roberto Carneiro

Coordenador do Observatório da Imigração

Cumprem-se, neste ano de 2013, 10 anos volvidos sobre a criação do Observatório da Imigração (OI), no âmbito do então ACIME, hoje ACIDI.

O OI nasce de um convite “venenoso” e “irrecusável” que me foi formulado pelos Alto-Comissário e Alto-Comissário Adjunto, Rev. P. António Vaz Pinto e Dr. Rui Marques, companheiros de lutas e de ideais ao longo de décadas conduzidas nas mais variadas frentes.

Estava eu longe de imaginar o impacto que o OI viria a ter e as ondas que viria a provocar, qual tsunami rebelde lançado no meio académico mais próximo da problemática das migrações. Mas, acima de tudo, nada fazia prever a influência que o OI viria a ter no quadro da concepção e formulação da política pública do Alto-Comissariado e, mais amplamente, dos Governos que se sucederam nesta década de operação ininterrupta do OI. E afirmo-o com plena evidência empírica, quem como eu que, ao longo de quarenta anos vem observando e investigando sistematicamente o distanciamento trágico entre a qualidade geral da política pública, nos variados segmentos da governação, e o crescente corpus científico que, nesses mesmos sectores de intervenção pública, se vem inequivocamente acumulando, fruto da intensificação do labor científico e académico que se regista, nos planos nacional e internacional.

Um importante *spin-off* da atividade do OI foi a criação da Revista Migrações (RM). O seu primeiro número veio a público em 2007, há 6 anos, tendo sido dedicado ao tema Imigração e Saúde. Entre números temáticos, e não temáticos, vamos já no número 11, sendo digno de menção estarmos em presença da 3ª edição de um número não temático, circunstância que denuncia bem a oportunidade de criação da RM e a sua implantação no meio académico medidas, neste caso, pela afluência de *unsolicited articles* que jovens e consagrados investigadores nos vêm fazendo chegar.

Será de inteira justiça sublinhar que o mérito da RM se deve, no essencial a cinco fatores:

1. O inequívoco apoio político que as tutelas sucessivas vêm concedendo à continuidade da publicação – Altos Comissários e Membros do Governo com a pasta da imigração – sobretudo em tempos de “vacas magras”, quando todo e qualquer gasto público demanda a obediência a critérios rigorosos de custo-eficácia e de avaliação de resultados.
2. A atividade silenciosa, denodada e generosa da Dra. Catarina Reis Oliveira, coordenadora editorial, assegurando em exclusivo, e com inultrapassável dedicação, o suporte executivo e logístico à feitura da RM.
3. A aceitação da responsabilidade pela coordenação dos números temáticos por parte de uma plêiade de investigadores nacionais que muito nos honra e anima a continuar a pedir-lhes a melhor ajuda e assistência editorial.

nota do diretor

4. A reunião de um conjunto de notáveis académicos na formação da Comissão Científica da RM que, totalmente *pro bono*, são os garantes dos critérios de qualidade que vêm caracterizando a publicação, seja na programação dos seus números, seja na abnegada atividade de *peer evaluator*, sempre conduzida de forma independente e criteriosa, dos artigos submetidos a publicação.
5. O estímulo constante – quer pelas palavras de encorajamento, quer pelas críticas construtivas – que recebemos dos leitores da RM.

Somente a feliz conjugação e convergência sinérgica destes cinco fatores explica a longevidade da RM e a sua contumácia na manutenção dos altos padrões de exigência que adota como *journal* científico de referência no domínio dos estudos de migrações.

Dito isto, permitam-me que teça algumas considerações de natureza mais estratégica por ocasião da dupla efeméride em presença: OI (10 anos) e RM (6 anos). Fá-lo-ei na perspetiva da fundamentação de cinco combates fundamentais que têm norteado o nosso labor e que se apresentam hoje com incontornável prioridade aos portugueses e, num quadro amplo, ainda com maior premência, aos europeus, aproveitando para, deste modo, enquadrar os artigos do presente número da RM.

Combate # 1: Acolher o outro ao invés de o rejeitar

A realidade pós-moderna elegeu como seu símbolo maior a afirmação do diverso (humano, étnico, cultural, religioso, ecológico, linguístico, antropológico, filosófico, ...). Essa saudável libertação de um ordenamento social, cultural e económico assente no paradigma de uma máquina social de recorte industrial, em que todo o futuro se explica por subordinação a condições iniciais pré-estabelecidas, conhece uma deriva resultante da afirmação preocupante de um individualismo infrene. O fenómeno acaba por prevalecer sobre o genótipo.

A Europa, continente tradicionalmente de emigração – foi com origem nas descobertas e nos fluxos migratórios de europeus para outras regiões que a história conheceu o trânsito para a modernidade – vê-se agora defrontada com questões candentes de governabilidade dos novos contingentes de imigrantes que a ela afluem diariamente e com a gestão da diversidade.

São os ilegais norte-africanos, aqueles mais afortunados que conseguem escapar ao naufrágio fatal, na desesperada tentativa de atravessar as duas margens que separam a África da Europa, seja em Lampedusa, seja nas ilhas Canárias, que debalde perseguem a ilusão de refrigério para a sua total destituição perante a indiferença europeia para o seu drama. São os turcos na Alemanha, os albaneses em Itália, os asiáticos no Reino Unido, os europeus de leste em Portugal, e por aí fora. Assim, aos 6 milhões de cidadãos da UE residentes num outro Estado Membro, somam-se 13 milhões de imigrantes extracomunitários legalizados, ou seja 3,5% da sua população, a que acresce um sem número de “não-cidadãos” que deambulam clandestinamente pelos interstícios de uma sociedade da abundância que a quer reservar só para os seus.

E, reconheça-se, a Europa está ferida de grave contradição. Por um lado, necessita vitalmente de imigrantes para se renovar demograficamente atendendo à sua baixa taxa de natalidade. A sustentabilidade do seu modelo económico e social, assim como a dos seus sistemas de segurança social, dependem de nova força de trabalho que só pode vir de fora nas próximas três décadas, no mínimo. Por outro, ela proclama solenemente a falência do modelo de sociedade multicultural e as forças políticas extremistas vêm obtendo ganhos eleitorais sistemáticos num continente ferido por uma dupla crise, a económico-financeira e o declínio ético, desferindo discursos ferozmente xenófobos.

Assistimos a uma falsa sacralização do interesse próprio e egoísta, ao ponto de erigir como politicamente correto um relativismo ético feito de renúncia a valores comuns em nome da superioridade fragmentária que emerge do exercício de uma liberdade pessoal sem contrapartida no plano da responsabilidade comunitária.

Agravando este vazio de valores, generaliza-se a ideia de que todo o progresso científico e tecnológico goza, por direito próprio, de auto-legitimação como novo culto do iluminismo¹: Perante a impotência dos imperativos éticos grassa um imperativo tecnológico que sanciona automaticamente a conversão de toda a potência em ato. Do mesmo passo, a disseminação de uma cultura hedonista de curto prazo, feita de consumo material ilimitado, desvaloriza o diferimento de gratificação que sempre esteve na base de valores superlativos de solidariedade e de gratuidade.

Ainda o alastramento de um ambiente competitivo global sem tréguas leva o *homo economicus* a funcionar numa lógica permanente de gladiador. Nesta *ratio* destrutiva, a sobrevivência dos autóctones, e a defesa dos seus confortos, implica o enfraquecimento, senão o extermínio dos novos forasteiros, na arena do combate desigual.

A fragmentação de valores não surge apenas como mero fenómeno conjuntural. O ascenso de uma nova ordem diversa e multicultural gerou uma doutrina adversa à afirmação das instâncias básicas de socialização, ou seja, ao papel das instituições de enquadramento axiológico: estamos defrontados com uma nova questão estrutural e estruturante da sociedade. É a verdadeira “implosão” da família, da escola, das igrejas, do Estado, das comunidades de pares e de pertença – os tradicionais operadores e transmissores de valores, atitudes e comportamentos – sem que, em compensação, a sociedade organizada proponha uma alternativa credível.

Os sinais de preocupação são inequívocos, a vivência da solidariedade como cimento da socialidade encontra-se em franco declínio. É o “salve-se quem puder” na prossecução da regra de conduta para resistir à crise que consiste em que o mais forte, o mais inteligente, o mais poderoso, sobreviva à custa, e em detrimento, do mais fraco, do destituído ou do sem poder.

As narrativas humanas de entreatada e de abnegação são para os “piegas” – o que importa é adorar a lei do mais forte. O frágil é cada vez mais mal-amado e descartável na compita quotidiana por evidência mediática. E, contudo, estamos rodeados

de histórias diárias de heroicidade humana e de abnegação que passam sem ribalta nem reconhecimento, ainda que um olhar atento sobre o outro seja ainda o remédio para mudar o curso do planeta.

- No artigo “Highly Skilled Immigrants in Portugal” Catarina Reis Oliveira & Vera Fonseca fazem uma interessante digressão pela imigração de elevado capital humano, para acabar colocando a pergunta fundamental que é a de saber se nos tempos atuais, quando dezenas de milhar de portugueses portadores de estudos superiores avançados demandam outras paragens em busca de atividade compatível com as suas legítimas aspirações, Portugal pode ser atrativo à imigração de altas qualificações. Está aqui lançado o desafio do duplo olhar atento: sobre os nossos emigrantes jovens e sobre os imigrantes, sendo que ambos os grupos são altamente qualificados e as suas sortes se cruzam em dinâmicas simétricas e conjugadas de sonho, vulnerabilidade e abnegação.
- Sandra Figueiredo brinda-nos com o artigo “Comportamento de descodificação e constrangimentos fonéticos em aprendentes de Língua Segunda: nova perspetiva para o modelo estruturalista”, introduzindo na RM uma importantíssima reflexão contemporânea. Na realidade, a escola da modernidade foi erigida como um instrumento modelador do cidadão padronizado do Estado-Nação, tendo pois na sua origem a intenção oculta de reprimir o diverso e de impor a língua de cidadania maioritária. Esse modelo é hoje dificilmente compatível com a realidade do Estado de Nações e com o imperativo de melhor respeitar o idioma e a fonia originários das crianças que chegam aos primeiros níveis de escolaridade formal. A autora fornece dados interessantes de uma bateria de testes especificamente desenhados para aferir o desempenho de aprendentes de Língua Segunda nas provas de segmentação e de pares mínimos, no seio de comunidades multiculturais.

Combate # 2: Valorizar a interdependência, motor de éticas de entreajuda

Ao invés da derrocada de capital de comunidade que vimos denunciando, a verdade é que num mundo em rede, permanentemente interligado e submetido a poderosas forças de intercomunicação, a consciência humana é também interdependente. Não há, pois, valores inteiramente privativos: todos os valores pessoais se entrecrocaram e enriquecem mutuamente, gerando um espaço público potencialmente rico de uma ética comum.

Eu sou o que é a comunidade e esta é o que eu sou! - ensina-nos a ancestral sabedoria Ubuntu. O horizonte da relação joga-se em diversos planos assim como a existência humana, ela própria, se desenrola em diversos tabuleiros. Está em causa a relação cuidada com o outro (care)² medida pelo princípio da reciprocidade e que compreende cinco dimensões nucleares:

1. Confiança recíproca – quando há “transações” entre pessoas baseadas na cumplicidade e na previsibilidade.

2. Empatia ativa – quando cada membro se esforça por compreender as necessidades do outro e mantém uma postura de “escuta” permanente.
3. Acesso a ajuda – quando são automáticos os comportamentos de entreajuda assentes num espírito de disponibilidade.
4. Benevolência no julgamento – quando se estimula a experimentação e se levam em conta as circunstâncias atenuantes do erro ou da falha humana.
5. Coragem – quando a comunidade “remunera” a submissão de novos conceitos ao seu julgamento e cultiva a expressão despreconceituada do contraditório.

Nos finais de 2001, no contexto de uma reflexão coletiva sobre os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro em Nova Iorque, um ilustre grupo de investigação constituído por diversas personalidades que se reúnem duas vezes por ano na cátedra de Adam Smith, na Escócia, para pensar um Novo Iluminismo, deliberou encomendar uma sondagem à escala mundial. Nessa mega-sondagem realizada a cerca de 10 000 domicílios, numa amostra estratificada por diversos continentes e culturas, revelou-se uma notável convergência de percepções.

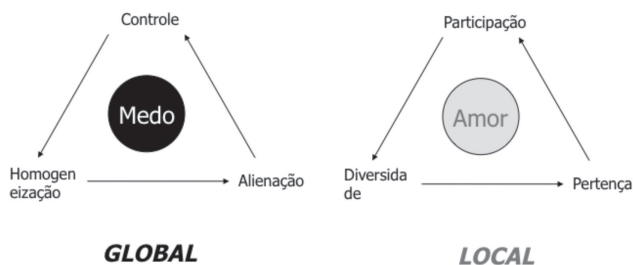
Foram postos em confronto dois “ciclos” alternativos relativos ao modo como a humanidade vê a sua inserção no mundo. O Homem contemporâneo sente-se cada vez mais participante no destino planetário, cidadão da aldeia global, membro de uma família humana alargada e ator no teatro vertiginoso da vizinhança global. Por outro lado, verifica-se um movimento de sentido contrário: uma maior busca de raízes, a construção de uma identidade marcada por fatores locais, a emergência de novos comportamentos “tribais” e a febril procura de novas vizinhanças locais. A mescla de duas vizinhanças aparentemente contraditórias gera um fenómeno surpreendente: a *glocalização*, segundo o baptismo sugestivo de A. Morita.

Num primeiro ciclo, o sentimento dominante é o medo. Esta percepção é de natureza global, vem impulsionada por fatores que escapam ao controlo e à capacidade de intervenção de cada um (terrorismo, insegurança, violência, guerra), e decorre de uma sensação crescente de alienação sob o jugo de forças homogeneizadoras de carácter mundial.

O ciclo alternativo prefere o jogo das forças de vizinhança e a predominância da lógica local. Num quadro que convida à participação de proximidade, os sentimentos de pertença e a inserção em comunidades naturais favorecem a natural emergência da diversidade humana. A resultante é a prevalência de uma reconfortante sensação de segurança e de proteção que só a afetividade humana de vizinhança pode proporcionar.

Assim, enquanto no primeiro ciclo prevalece a lógica da globalização e da comunicação “distal”, no segundo emerge a força das emoções e da relação “proximal”.

Dois “ciclos” alternativos



Fonte: *International Futures Forum (2001), St. Andrews*

Nos trabalhos subsequentes do *International Futures Forum* os dois ciclos anteriormente descritos foram designados por paradigmas contrastados: 1º Iluminismo vs. 2º Iluminismo, por alusão ao papel que a Europa teve há sensivelmente três séculos atrás na propositura de um novo modelo de sociedade assente na razão, na ciência e na tecnologia como forças prometaicas de progresso; e, por oposição, o desafio da redescoberta de um novo Iluminismo no qual os elementos dominantes do “século das luzes” possam ser compensados com outros fatores determinantes do bem-estar da humanidade: afetos, emoções, espiritualidade, beleza, ética, confiança, comunidade, ...

Não deixa de ser motivo urgente de reflexão que, num tempo em que os valores partilhados parecem declinar, o antídoto à supressão dos afetos que amaldiçoam a civilização utilitária do presente assuma indeclinável prioridade. “Cultivar a amizade”, segundo a luminosa proposta de St. Exupéry, assume uma renovada e crescente atualidade³.

- No seu artigo para a RM “Identidades, pertencenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa”, Alejandra Ortiz descreve uma investigação metódica que realizou contemplando construções identitárias de processos de hibridação cultural. Estão em jogo interações locais de relacionamento assimétrico de poder e de cultura que conduzem os jovens descendentes de origem africana a buscar novas definições identitárias, perpassadas de emoções e de afetos, numa megalopolis que os marginaliza.

Combate # 3: Encorajar as narrativas emancipadoras, a consciência da relação e a construção de capital social

Nas histórias de emancipação humana, valores como a defesa da vida, o respeito pelo ambiente, a honestidade como norma de conduta, a justiça na relação entre pessoas, surgem naturalmente como bens universais, logo descontextualizados ou insuscetíveis de relativização conjuntural.

Bruner, notável psicólogo contemporâneo, analisou perspicazmente o horizonte amplo em que decorre a narrativa humana⁴: A narrativa deve construir duas paisagens simultâneas. Uma é a paisagem da ação, em que os constituintes são os argumentos da ação: agente, intenção ou objetivo, situação, instrumento, algo que corresponde a uma 'gramática da história'. A outra é a paisagem da consciência: aquilo que os comprometidos com a ação sabem, pensam ou sentem, ou não sabem, não pensam ou não sentem. Estas duas paisagens são essenciais e distintas.

Mas a verdade é que a paisagem da consciência humana padece de orfandade. A vertigem tecnológica tomou posse do quotidiano. A velocidade em que se processa a mudança vai aumentando e dificulta a interiorização da crise.

A ética social contemporânea – enviesada e esvaziada pela visão utilitária do economicismo neoclássico – é fortemente tributária do êxito, isto é, da ação bem sucedida numa paisagem que remunera resultados e a consecução de metas tanto quanto possível quantificadas.

A humanidade vive drenada e subjugada pela necessidade da ação vital, senão mesmo do ativismo mensurável segundo indicadores de utilidade mais ou menos imediatista. Nesta lógica, não deixa de ser sintomática a ideologia da urgência que nos faz prisioneiros de um tempo subjetivamente fugidio e fora de controlo pessoal.

O tempo interior – aquele que faculta o adensamento da consciência profunda da vida e o discernimento do essencial face ao contingente – é escasso. Por isso, a ação é frequentemente destituída de propósito e o desgaste da vida quotidiana aparece tão aflitivo sempre que a paisagem da consciência não acompanha, em crescimento, a expansão da atividade.

A consciência humana é o terreno privilegiado da *metanoia*. O aperfeiçoamento dos valores sobre que assenta a existência humana é o fermento da transformação interior, única que proporciona a perspectiva sustentável do progresso espiritual, isto é, do *thymos*, e não apenas do *eros* ou do *nous*⁵.

O ser humano está genética e espiritualmente “condenado” a viver em sociedade e em família. Estas regem-se por normas que são a decantação cultural de percursos emancipadores, densos de humanidade, que atravessam gerações e anos de convivência civilizacional. M. Carrithers⁶ escreve-o com especial vigor:

“The fact that we are social animals is not just an adventitious, accidental feature of our nature, but lies at the very core of what it is to be human. We simply could not live, could not continue our existence as humans, without our sociality. As Maurice Godelier wrote «human beings, in contrast to other social animal, do not just live in society, they produce society in order to live». We cannot know ourselves except by knowing ourselves in relation to others.”

Os processos humanos interpenetram-se na intersecção de três formas de capital que resultam, por sua vez, de outros tantos processos de acumulação: capital humano (económico), capital cultural (simbólico), capital social (relacional).

O capital humano corporiza-se na base de saberes com valor económico os quais são potencialmente geradores de fluxos de rendimento sustentável. O capital cultural é constituído pela base simbólica de estatuto e poder (corporizado, objectivado, ou mesmo institucionalizado). O capital social é a base da vida comunitária, traduzida em recursos relacionais duráveis e traduzidos na formação de redes, fechadas e abertas. O último destes capitais tem implicação notória para o desenho dos valores e para a sua preservação intergeracional. Na história de cada pessoa não há sempre a mesma probabilidade de ocorrência de cada evento. A vida humana não se rege pelos parâmetros de um jogo de azar como a roleta. À medida que se vai acumulando experiência (aprendizagem) e sabedoria a probabilidade de eventos similares vai sendo modificada.

Por isso, o capital social e o associativismo são portadores de vantagem; podem contabilizar-se “lucros” imateriais resultantes da “pertença”. O capital social pode ser “medido” pelo conjunto das obrigações e expectativas que se geram no seio de determinada comunidade, ou seja, pela densidade de “créditos e débitos” que ligam em redes os respetivos atores.

A “capitalização social” está na base de toda a relação solidária entre humanos, é a raiz e o sustentáculo de comunidades onde as pessoas confiam umas nas outras e onde o “dever de solidariedade” se confunde com a dádiva sem expectativa de retorno. A viagem segura e que leva a bom porto necessita de bússola. Na desorientação, dificilmente a navegação poderá ser devidamente levada a cabo. Com efeito, os verdadeiros valores, aqueles cuja aprendizagem social se afigura prioritária para a estabilidade das comunidades humanas, não obedecem a um mercado de conveniência. A sabedoria da vida, aquela que é o sustentáculo duradouro da felicidade, é normalmente construída a partir do mistério contido e vertido em transações gratuitas que envolvem comunidades de sujeitos e não coleções de meros objetos.

- O artigo deste número da RM, “A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe”, da autoria de Manuel Abrantes, coloca em evidência a importância das narrativas de marginalidade que documentam experiências de vida de imigrantes de origem brasileira na Holanda. O artigo em apreço presta especial atenção a rotas alternativas ao individualismo e à competição tendo por pano de fundo a reconstrução de capital social e de uma saudável solidariedade de classe.

- Na mesma ordem de ideias se inscreve, embora em âmbito manifestamente distinto, o artigo “Mapeamento das comunidades imigrantes e dos seus meios de informação em Portugal”, no qual Isabela Salim nos evidencia a extraordinária relevância das redes sociais informais, e as conexas relações de confiança, para a disseminação de informação crítica sobre o Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações.

Combate # 4: Cultivar novos horizontes éticos de solidariedade, o problema do desemprego e a partilha do escasso

Sempre assim aconteceu. Nos momentos de aceleração histórica o Homem viu-se inevitavelmente confrontado com as consequências sociais dos seus atos, das suas próprias invenções, do exercício incontornável da sua liberdade.

Contudo, em todas as análises epocais ressalta uma constante, uma espécie de teorema social invariante. A conquista das vontades para a responsabilidade solidária, visando a edificação de soluções duradouras para os múltiplos problemas das comunidades, passa pela consolidação de uma base ética para a reestruturação corajosa das relações sociais. Dito de outro modo, na ausência de um código de regras comumente aceites, tradutora de valores fundamentais de civilização, dificilmente se convocam energias comunitárias ou se produzem sobressaltos qualitativos de consciência social.

Vivemos precisamente um desses momentos históricos em que a humanidade parece manietada e prisioneira da teia que teceu. Os problemas avolumam-se e a consciência da humanidade vive intranquila na busca desse quantum acrescido de *ethos*.

A humanidade necessita, cada vez mais, de exemplos firmes de solidariedade, onde a entrega ao outro não soçobra perante a primeira dificuldade, em que a força interior para servir não desfaleça nunca sob o peso da idade ou da fraqueza física. Entre os mais instantes problemas sociais contemporâneos avulta o do desemprego que só em Portugal atinge já cerca de 22 % da população ativa – 17,1% taxa de desemprego oficial mais 4,9 % de desencorajados – ou seja cerca de 1,1 milhões de nossos concidadãos sem que vislumbrem receitas seguras para reverter a sua progressão continuada⁷. E isso, abstraindo da redução da população total e da população ativa observada ao longo do último ano: “Em particular, verifica-se uma queda acentuada da população ativa no grupo etário até 35 anos, que engrossa os fluxos migratórios recentes. A emigração de indivíduos jovens, tipicamente com capital humano superior à média, constitui um traço adverso do atual processo de ajustamento da economia portuguesa, constituindo um importante fator limitativo do potencial de crescimento” (Boletim Económico, Banco de Portugal, 2013: 34).

Os contingentes progressivamente mais elevados de desempregados na população ativa em Portugal, comparam-se a valores ainda maiores na Grécia e em Espanha (com taxas já superiores a 25%). Esta situação estrutural está hoje na raiz de grande parte da instabilidade eleitoral, da atração por modelos políticos extremistas e da

multiplicação de sérios avisos à governabilidade democrática das nações europeias. Num plano complementar, é nas comunidades feridas de maior desemprego que se verifica a ascensão da violência urbana e a ancoragem de complexos fatores anómi- cos, destrutivos da frágil tessitura social.

O avanço do desemprego é a principal causa de neo-pauperismo nas nossas so- ciedades. Com efeito, o alastramento sistemático dos novos pobres entre nós cria uma enorme vulnerabilidade do chamado modelo social europeu que não encontra respostas eficazes aos fenómenos conexos da perda de cidadania e da centrifuga- ção para a margem da cidade, circunstâncias que acompanham, por via de regra, os atingidos por desemprego económico estrutural e de longa duração, onde pontificam pela sua especial vulnerabilidade os imigrantes. Esta exclusão para a periferia, ge- ralmente unidirecional, isto é, sem sentido de retorno ou de recentragem, reproduz- -se por contágio intergeracional e segundo padrões de socialização herméticos. Se ao desemprego larvar se juntar o multiculturalismo e a pluriethnicidade estaremos em presença de uma ebuliência social de contornos preocupantes. A quebra dos vín- culos mínimos que viabilizam o funcionamento das sociedades está hoje carregada de coloração. A escala da presente ruptura nos padrões de comportamento social vem agravada pela explosão, sem memória, do consumismo material e do egoísmo individualista que lhe está acorrentado.

O investimento comunitário que é condição *sine qua non* de bem-estar encontra- -se na encruzilhada de diversos agentes promotores. Desde logo, as instituições da sociedade civil que tradicionalmente carregam espírito de voluntariado e organizam energias sociais: Igrejas, Misericórdias, IPSS, colectividades, sociedades recreativas, associativismo local, fundações. Depois, os *empreendedores sociais*, isto é, mem- bros da colectividade que assumem a liderança ativa na interpretação das necessi- dades comunitárias e na mobilização dos meios autónomos para a sua resolução. A criação de riqueza comunitária é uma operação de tanta ou mais complexidade do que a da criação de riqueza produtiva, pelo que exige a formação de uma clas- se de empresários sociais a quem é devido justo reconhecimento pelo conjunto da sociedade. Da combinação da ação de instituições intermediárias e de facilitadores comunitários poderá resultar o incremento da confiança na respiração do corpo so- cial, requisito básico ao desenvolvimento sustentável e à superação do flagelo do desemprego no mundo atual.

- No presente número da RM o artigo “Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal”, de Catarina Egreja & João Peixoto, é um estudo que claramente denuncia as condições de especial vulnerabilidade que afeta a população imigrante no contexto da precariedade laboral que vivemos em Portugal.

Combate # 5: Investir no verdadeiro motor do universo: o AMOR

O iluminismo europeu elegeu a razão como motor único do universo.

Mais, na sua ânsia demiúrgica, o homem designa a Ciência e a Tecnologia como critério único para se chegar à Verdade.

O nosso sistema de promoção e de consagração de saberes, desde o 1º ciclo de estudos primários ao 3º ciclo universitário, conducente ao doutoramento, assenta num cânone de conhecimentos codificados, fragmentário, disciplinar, e analítico. Na academia replicamos sistematicamente a ideia de que só é válido aquilo que tem evidência empírica e é explicável por relações de causalidade, apuráveis pela observação de “regularidades”. São estas as verdades ditas canônicas que elevamos à categoria de leis, teoremas, axiomas, paradigmas e modelos interpretativos da realidade. Revelação, intuição, emoção, afeto, paixão, são assim elementos perturbadores do bom raciocínio devendo ser liminarmente afastados da postura científica pura.

Mas, ainda que esta fé prometaica nos tenha permitido atingir notáveis, e inegáveis, progressos no plano material, a realidade é que o mundo vive um ambiente crescente de medos e de predação, cavando na humanidade um fosso intransponível entre vencedores (poucos) e vencidos (a multidão).

Ora, em *ultima ratio*, o imperativo auto-legitimizador da ciência e da tecnologia, e o nanismo ético e cultural que o acompanha, vêm-nos colocando interrogações prementes de cuja resposta depende dramaticamente o nosso destino comum.

A física newtoniana apurou que massa atrai massa na proporção direta das massas e na razão inversa do quadrado da distância. Posteriormente, a teoria da relatividade geral descreve a gravitação em termos análogos ao das três outras forças fundamentais que explicam o nosso universo físico (electromagnética, nuclear forte e nuclear fraca). O problema teórico consiste, agora, em reunir, numa única “teoria unificada de campo”, por um lado, a força gravítica, macroscópica, com as demais forças que atuam num plano eminentemente microscópico, e, por essa sua específica condição, se encontram sujeitas às contingências do princípio da incerteza de Heisenberg. Dito de outro modo, ao observador deixa de ser possível atuar “de fora”, na exata medida em que o mero ato de observar altera as características do ente observado.

Mas, há sobretudo dois aspectos que nos interessa salientar nesta brevíssima incursão pelos caminhos da mecânica quântica e da física da relatividade: (i) o de que a relatividade geral surge como uma teoria relacional na qual o que verdadeiramente importa é a dinâmica das interações entre eventos no campo unificado do espaço-tempo, e (ii) o de que, aceitando-se, embora, a gravidade como categoria universal e omnipresente, queda por explicar a *prima ratio*, ou seja, por que razão massa atrai massa.

Teilhard de Chardin deu uma explicação genial para o aparentemente inexplicável na pura lógica das ciências da natureza: massa atrai massa por obra do ... AMOR!

Neste entendimento é este o motor primeiro do mundo, nele ínsito desde o tempo zero que precede o Big Bang e a emergência da primeira partícula elementar, qual impressão digital do seu Criador.

No nosso calendário celebramos este ano um importante cinquentenário. O da morte de C. S. Lewis (Clive Staples Lewis), escritor, filósofo, poeta, ensaísta, acadêmico, professor nas prestigiadas Universidades de Oxford e Cambridge. Nos seus livros, e nas suas multifacetadas intervenções públicas, Lewis personifica o cidadão empenhado na defesa intransigente dos valores do humanismo personalista.

Um dos seus livros mais interpelantes é aquele em que ele discorre fecundamente sobre os quatro amores (*The Four Loves*), a saber: *afeto, amizade, eros, caridade*.

Sem pretender fazer uma exegese da tetralogia de C.S.Lewis, a vertente que nos interessa relevar é a de que na sua Introdução ao livro em apreço ele começa por estabelecer uma distinção conceptual entre o amor-Dom (Gift-love), dádiva gratuita e total, e o amor-Necessidade (Needs-love) expressão pessoal, aparentemente egoísta, da solidão dos “filhos da pobreza” (Platão) na busca de uma relação portadora de sentido para as suas vidas.

No termo de longo e convincente raciocínio C.S. Lewis acaba por negar a sua própria hipótese dicotómica de partida. Ele remata, algo desconcertantemente, com a conclusão de que o amor-Necessidade está perpassado de grandeza na medida em que representa a essência da condição humana: a sua dependência contingencial da relação com o outro [a outra metade de si próprio]. O Amor surge, então, como o operador fundamental da condição humana.

Celebramos neste ano de 2013 ainda uma outra importante efeméride.

São os 50 anos do histórico pronunciamento de Martin Luther King, Jr.: “*I Have a Dream*”:

“Devolver ódio com ódio multiplica o ódio, acrescentando escuridão a uma noite desprovida de estrelas (...) Não procuraremos satisfazer a nossa sede de liberdade, sorvendo do cálice do revanchismo e do ódio (...) Agora, e sempre, elevar-nos-emos à grandeza de enfrentar a força física com a força anímica.”

Martin Luther King, Jr. era doutor pela Universidade de Boston (estudante brilhante, entra na universidade aos 15 anos e alcança o grau de PhD aos 25 anos, em 1955). A sua dissertação de doutoramento debruça-se sobre a obra de Paul Tillich, em particular sobre as suas reflexões em torno da trilogia: Amor, Poder e Justiça (Love, Power and Justice para concluir que na vida, para ter uma existência coerente, cada um terá de encontrar um alinhamento pessoal entre amor e poder, entre deveres e direitos, entre paixão e potência. Escreve Martin Luther King, Jr.: “O poder sem amor é destrutivo, e abusivo, enquanto o amor sem poder é sentimental, e anêmico. Esta colisão entre um poder imoral e uma moralidade impotente qualifica a maior crise do nosso tempo.”

Na sua lendária intervenção, cujo cinquentenário festejamos, Martin Luther King legou-nos um sonho, uma utopia mágica, para a viabilização de uma humanidade fraterna, solidária e unida no essencial. Numa passagem empolgante de “I Have a Dream”, Luther King propõe numa simples fórmula o segredo contido no sortilégio de estarmos juntos: “we cannot walk alone”.

Caminhar juntos, irmãos e irmãs, mão com mão entrelaçadas, apresenta-se como o único antídoto contra a política do ódio e da divisão da humanidade em artificiais critérios de cor, de raça, de língua, de cultura, de religião ou de condição socio-económica.

- No seu artigo “Danças africanas em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas”, Maria Teresa Fabião da Silva Pinto revela as potencialidades criativas de um verdadeiro entrelaçamento intercultural. Efetivamente, a autora demonstra neste seu ensaio para a RM a fecundidade artística e pedagógica de significações construídas sobre a dinâmica intercultural que relaciona Portugal com as suas antigas colónias africanas.
- Paulo Gracino Junior proporciona-nos uma análise polémica, mas recheada de importantes dados sobre a sociologia da religião, em “Do Reino de Deus às portas do inferno: a migração brasileira, liberdade religiosa e a transnacionalização do pentecostalismo para Portugal”. Neste artigo o bisturi do investigador procura encontrar fundamentos analíticos para a resistência à implantação da IURD no norte de Portugal e ao que ele qualifica como de preconceitos impeditivos de uma verdadeira diversidade religiosa. Será que se poderá caminhar juntos em igrejas com tamanhas diferenças de culto e tradições consuetudinárias? Como sobrepor a força regeneradora do Amor, base estrutural de todas as religiões, à competição desenfreada no “mercado espiritual dos fiéis”?

Em suma, o nº 11 da Revista Migrações reúne inédito e amplo material de estudo. E, permitam-me que o realce, todos os artigos integrados nesta edição partem de um *corpus* de investigação empírica que enriquece o acervo de novo conhecimento científico nos domínios sob escrutínio académico. A Revista Migrações oferece assim mais um importante contributo para uma reflexão fundamentada sobre tão instantânea problemática com reflexo na realidade portuguesa.

Como afirmei na Nota introdutória ao número de abertura «A Revista Migrações tem como originários e destinatários investigadores, académicos, estudiosos, e público qualificado, universo que procura alargar continuamente a base de conhecimentos e de saberes sobre que repousa a sua reflexão pessoal e institucional em matéria contemporânea de indiscutível importância para a compreensão do fluir das sociedades e do “apertar” do diálogo interpessoal e multicultural» (Vd. Nota do Coordenador). Assim se cumpre o desígnio originário da Revista com a edição do seu undécimo número.

O ACIDI, através do seu Observatório da Imigração, orgulha-se da adesão de qualificados investigadores ao seu objetivo. Aos muitos e dedicados autores que empres-

tam o melhor do seu saber à corporização deste número 11 da Revista Migrações vai uma palavra justa de muito apreço e de público agradecimento.

Roberto Carneiro
Director, Revista Migrações

Notas

¹ Veja-se, a este propósito, a última obra de Fukuyama sobre as alternativas de regulação científica e tecnológica que se abrem ao futuro da humanidade: Fukuyama, F. [2002], *O Nosso Futuro Pós-Humano*, Lisboa: Quetzal Editores.

² Foucault, M. (1986 [1984]). *The Care of the Self: The History of Sexuality*, Vol. III. Translated by Robert Hurley. New York: Pantheon.

³ O poeta indiano Set exprime-o, com eloquente simplicidade, na fórmula: "*I am alone, you are alone, let us be alone together.*"

⁴ Bruner, J.S. (1986), *Actual Minds, Possible Worlds*, Cambridge: Harvard University Press.

⁵ Referimo-nos, como é bem conhecido, à divisão platónica da alma em três partes conforme consta de "A República" e é enunciado pela boca de Sócrates.

⁶ Carrithers, M. (1992), *Why Humans Have Cultures*, Oxford: Oxford University Press.

⁷ Boletim Económico, Banco de Portugal, Outubro 2013, pp. 34-36.



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

I. INVESTIGAÇÃO



Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal *Immigration, flexibility and precarious work: the case of Brazilian immigrants in Portugal*

Catarina Egreja & João Peixoto*

Resumo O principal objetivo deste texto é aprofundar o conhecimento sobre os modos de inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, tendo em conta as modalidades flexíveis e precárias da relação laboral. Com base num inquérito a uma amostra de imigrantes brasileiros realizado em 2009, são estudadas algumas variáveis do emprego até agora pouco exploradas. É o caso das relações contratuais, pagamento de impostos e contribuições, níveis de rendimento e horas de trabalho semanais. São ainda revistos os níveis e características do desemprego ao longo do percurso migratório e na atualidade. Em todos os casos são identificadas as características dos imigrantes que mais se relacionam com os padrões de flexibilidade e precariedade laboral, demonstrando a sua grande vulnerabilidade nesta área.

Palavras-chave Imigração, Imigração Brasileira, Mercado de Trabalho, Flexibilidade, Precariedade, Economia Informal

Abstract The main objective of this article is to study the knowledge about the modes of incorporation in the labour market of Brazilian immigrants in Portugal, taking into account the flexible arrangements of employment relations. By using data collected through a survey of Brazilian immigrants carried out in 2009, the article deals with employment characteristics insufficiently dealt with until now. This is the case of contractual arrangements, payment of social contributions and taxes, income levels and weekly labour hours. Also the levels and characteristics of unemployment are studied, both during the migration trajectory and at the moment of survey. In all cases the main immigrants' characteristics related with flexible arrangements are reviewed, confirming their high vulnerability in this area.

Keywords Immigration, Brazilian Immigration, Labour Market, Flexibility, Informal Economy, Portugal

* SOCIUS, ISEG-UTL. Rua Miguel Lupi, 20 — 1249-078 Lisboa — Portugal.
caterina.egreja@isapo.pt e jpeixoto@iseg.utl.pt

Imigração, flexibilidade e precariedade laboral: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal¹

Catarina Egreja & João Peixoto

Introdução

Os padrões mais comuns de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho dos países desenvolvidos são hoje bem conhecidos. Nas décadas mais recentes, algumas das primeiras referências a uma situação caracterizada por baixos salários, escassas possibilidades de carreira e poucas recompensas sociais surgem com a teoria dos mercados de trabalho segmentados e a sua aplicação às migrações internacionais (Piore, 1978). Os estudos de Portes acerca dos diferentes modos de incorporação acrescentaram pontos importantes, ao caracterizarem melhor a inserção no mercado secundário e ao distinguirem-na de outros perfis laborais (Portes, 1981 e 1999). A transição entre a economia fordista e a pós-fordista, a partir de meados dos anos 1970, agravou aquele tipo de inserção dos imigrantes. Com a desregulação progressiva dos mercados de trabalho, a flexibilização das relações laborais tornou-se generalizada, embora tenha atuado de forma seletiva (Boyer, 1986; Kovács, 2005). Se os aspetos habitualmente considerados mais positivos da flexibilidade, como a maior autonomia individual, ocorrem sobretudo em trabalhadores nativos, os aspetos mais negativos, como a precariedade laboral, incidem relativamente mais sobre imigrantes e outros grupos populacionais, incluindo as mulheres e os jovens (Phizacklea, 2005; Kovács e Casaca, 2007; Casaca e Peixoto, 2010).

As novas formas de organização de trabalho diferem, assim, substancialmente do tipo de relação salarial que vigorou até meados dos anos 1970. A partir de então, tornaram-se vulgares os vínculos contratuais temporários, a ausência ou o desrespeito parcial pelas normas contratuais, os tempos de trabalho flexíveis e a diversificação dos estatutos de emprego (emprego a tempo parcial, trabalho no domicílio e teletrabalho, emprego por conta própria, emprego temporário, *outsourcing*/subcontratação, trabalho *on-call*, entre outros) (Kovács, 2005; Kovács e Casaca, 2007). Algumas destas modalidades flexíveis traduzem-se em precariedade laboral, sempre que os trabalhadores não dispõem de recursos para negociar a sua posição e são particularmente vulneráveis face aos empregadores. A ausência ou escassa duração dos contratos pode sobrepor-se, assim, a maior exploração laboral, falta de proteção social, escassez de direitos e desemprego frequente. Não espanta que exista uma relação particularmente forte entre estas formas precárias de relação de trabalho e alguns grupos populacionais, incluindo os imigrantes.

Em Portugal, tem sido abundante a pesquisa sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho (para algumas sínteses recentes, ver OCDE, 2008; Peixoto, 2008; Machado *et al.*, 2009). Sabe-se que a grande maioria dos fluxos imigratórios

para o nosso país é de tipo económico; que a imigração está muito relacionada com a segmentação do mercado laboral; que a maioria dos imigrantes ocupa os níveis profissionais na base da pirâmide social; e que a inserção laboral está estreitamente relacionada com a integração social e oportunidades de vida. Em muitos casos, os imigrantes sujeitam-se a empregos caracterizados por baixos salários, contratos temporários (ou ausência de contratos), poucas oportunidades de progressão profissional e escassa proteção social. Em casos mais extremos, pode falar-se em exploração laboral (Pereira e Vasconcelos, 2007). Os seus níveis de desemprego também são, em geral, superiores à média e acentuam-se em períodos de crise económica (Peixoto e Iorio, 2011). Noutros termos, os imigrantes estão claramente mais sujeitos a arranjos flexíveis e precários de trabalho.

Apesar das limitações das fontes estatísticas oficiais, vários estudos já se debruçaram sobre os padrões de inserção laboral dos imigrantes brasileiros em Portugal. Têm sido assim distinguidas algumas “vagas” contrastantes: enquanto até meados dos anos 1990 os brasileiros residentes em Portugal ocupavam grupos profissionais de topo e apresentavam elevados níveis de qualificação, a partir do final dessa década a situação quase se inverteu. As características da “segunda vaga” da imigração brasileira estão hoje razoavelmente estabelecidas: os migrantes mais recentes inseriram-se maioritariamente nos segmentos mais desqualificados e precários do mercado de trabalho português, acentuando a segmentação laboral existente (Casa do Brasil de Lisboa, 2004; Malheiros, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007; Góis *et al.*, 2009). Algumas das modalidades concretas assumidas por este último tipo de inserção encontram-se, porém, por conhecer.

O principal objetivo deste texto é aprofundar os modos de inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, tendo em conta as modalidades flexíveis e precárias da relação laboral. Os dados utilizados resultam de um inquérito a uma vasta amostra de imigrantes brasileiros, realizado em 2009 no âmbito de um projeto de investigação financiado pela FCT. Nesta operação foram inquiridos cerca de 1400 indivíduos adultos de nacionalidade brasileira que residiam ou trabalhavam em Portugal. O inquérito, que abrangeu todo o território nacional, foi aplicado entre Janeiro e Junho de 2009. De forma a maximizar a representatividade, pretendeu-se que a amostra se aproximasse dos padrões de repartição por sexos e distribuição geográfica de residência constantes dos dados estatísticos oficiais publicados pelo INE e SEF. Quanto à repartição por sexos, 44% dos imigrantes com resposta válida eram do sexo masculino e 56% do feminino. Quanto à distribuição de residência (distritos), 45% dos imigrantes com resposta válida residiam em Lisboa, seguidos de 11,9% em Faro, 11,2% no Porto, 8,2% em Coimbra e 6,6% em Setúbal. Os restantes distribuíam-se por todos os outros distritos e regiões autónomas de Portugal.

A técnica de amostragem não-aleatória utilizada foi a de “bola de neve”, o que se tornou necessário face à inexistência de uma lista que permitisse elaborar uma amos-

tra representativa. A principal desvantagem desta técnica foi a capacidade limitada para proceder a generalizações para todos os imigrantes brasileiros. Uma das consequências desta metodologia foi o enviesamento da amostra, resultante do facto de o inquérito captar sobretudo a imigração recente, pelo que algumas características das “vagas” mais tradicionais ficaram ocultadas.² Ainda assim, perante a escassez de investigação quantitativa existente neste domínio, podemos admitir que os dados recolhidos possuem uma capacidade de explicação apreciável (para outros pormenores, ver Góis *et al.*, 2009).

O inquérito aos imigrantes brasileiros de 2009 permitiu conhecer numerosas variáveis relativas ao emprego. Algumas delas, como é o caso da situação na profissão, profissão e ramo de atividade, têm sido objeto de estudos anteriores e confirmaram, em traços gerais, o que era conhecido. Por esta razão não serão tratadas neste texto. Outras têm sido, porém, objeto de escassa atenção e apresentam uma forte relação com os padrões de flexibilidade e precariedade laboral. É o caso dos níveis de rendimento, relações contratuais, pagamento de impostos e contribuições, e horas de trabalho semanais. São estas variáveis que serão tratadas na próxima secção deste texto. Numa secção posterior serão ainda revistos os níveis e características do desemprego ao longo do percurso migratório e na atualidade. Em todos os casos será efetuada uma tentativa de identificação das características dos imigrantes que mais se relacionam com a flexibilidade e precariedade laboral, o que permitirá confirmar a sua grande vulnerabilidade nesta área.

Emprego

Relações contratuais

Inquiridos sobre a sua situação contratual, 85,7% dos respondentes declararam ter um contrato escrito de trabalho. No entanto, esta questão só assume relevância entre os trabalhadores por conta de outrem. Considerando apenas este universo, 92,9% dos trabalhadores declararam ter um contrato escrito. Neste sentido, a taxa de informalidade real é diminuta, situando-se nos 7,1%. Este valor é reduzido, face ao que se presume habitualmente ser o peso das relações informais entre os imigrantes (Carvalho, 2007). Ainda assim, e como se verá à frente, a existência de situações informais não é generalizável a todos os trabalhadores, mas sobretudo a alguns sectores de atividade em particular.

Embora se tenha procurado identificar a existência de uma associação entre a posse de um contrato escrito relativamente ao emprego atual e outras variáveis, o desequilíbrio numérico entre as categorias não nos permitiu retirar conclusões sobre relações estatisticamente significativas. Ainda assim, elaboraram-se alguns cruzamentos com as principais características dos inquiridos que não têm contrato (ver Quadros 1 e 2).

A distribuição de homens e de mulheres sem contrato é muito semelhante, sendo sobretudo jovens (no máximo, com 34 anos) e com o 12º ano. Estas são também características comuns à generalidade da amostra, pelo que os dados não nos dizem muito sobre os inquiridos sem contrato de trabalho (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos imigrantes brasileiros que não possuem um contrato escrito relativamente ao emprego, segundo o género, grupo etário e habilitações

		Não possui um contrato escrito relativamente ao emprego	
		Nº de casos	%
Sexo	Masculino	26	52,0%
	Feminino	24	48,0%
	Total	50	100,0%
Grupos etários	[20;24]	8	16,7%
	[25;29]	10	20,8%
	[30;34]	13	27,1%
	[35;39]	8	16,7%
	[40;44]	3	6,3%
	[45;49]	3	6,3%
	[50;54]	3	6,3%
	=>55	0	0,0%
	Total	48	100,0%
Habilitações	Não Alfabetizado	0	0,0%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	7	14,0%
	Ensino Médio (9º Ano)	7	14,0%
	Ensino Médio (12º Ano)	25	50,0%
	Ensino Superior (Licenciatura)	5	10,0%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	2	4,0%
	Ensino Profissional e Tecnológico	2	4,0%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	0	0,0%
	Outras Habilitações	2	4,0%
	Total	50	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 2 – Caracterização dos imigrantes brasileiros que não possuem um contrato escrito relativamente ao emprego, segundo o grupo profissional, sector de atividade e tipo de empregador

		Não possui um contrato escrito relativamente ao emprego	
		Nº de casos	%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	3	6,8%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	24	54,5%
	Operários (GG7+GG8)	6	13,6%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	11	25,0%
	Total	44	100,0%
Sector de atividade atual	Indústria	2	4,7%
	Construção	12	27,9%
	Comércio	14	32,6%
	Atividades financeiras	5	11,6%
	Outras atividades de serviços	4	9,3%
	Atividades pessoais	6	14,0%
	Total	43	100,0%
O seu empregador atual é...	Uma pequena empresa (1 a 5 trabalhadores)	24	50,0%
	Uma empresa média (6 a 99 trabalhadores)	11	22,9%
	Uma grande empresa (mais de 100 trabalhadores)	3	6,3%
	Uma empresa de trabalho temporário	1	2,1%
	Um subemprego	3	6,3%
	Um empregador isolado (um patrão / uma patroa)	5	10,4%
	Trabalha por conta própria	1	2,1%
	Total	48	100,0%

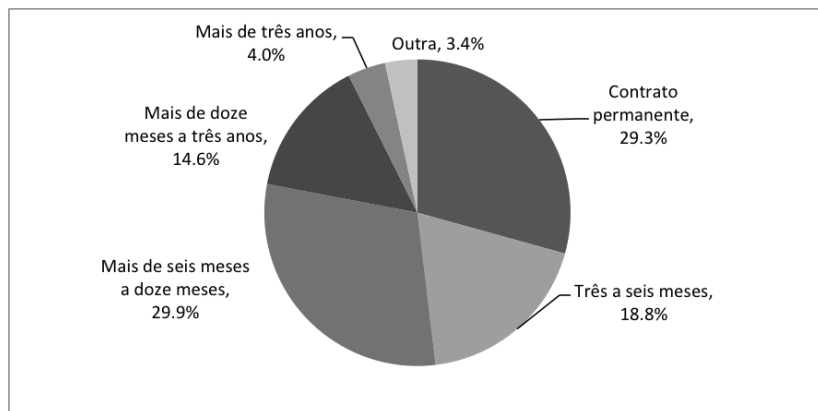
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Por grupo profissional, a ocorrência é mais frequente entre os Técnicos e quase inexistente entre Quadros – o que confirma a maior solidez do vínculo laboral entre os últimos. Por sector de atividade, todos apresentam taxas elevadas de formalidade no

trabalho. A ausência de contratos escritos, ainda que seja sempre uma situação minoritária, é mais comum nos sectores do Comércio e da Construção, o que confirma parcialmente o que tem sido divulgado na bibliografia (Carvalho, 2007). No sentido oposto, essa situação é quase inexistente no sector da Indústria. O cruzamento com o tipo de empregador mostra ainda que metade dos inquiridos sem contrato trabalha numa pequena empresa, embora as empresas médias e os empregadores isolados tenham também alguma importância. Estes últimos dados confirmam a vulnerabilidade resultante da inserção maioritária dos imigrantes em pequenas e médias empresas (ver Quadro 2).

Considerando todos os imigrantes que têm um contrato de trabalho, quase um terço possui um contrato permanente (Figura 1). No entanto, há que sublinhar o facto de praticamente metade dos inquiridos (48,7%) ter contratos com uma duração entre os 3 e os 12 meses, o que aponta para uma forte precariedade laboral entre os brasileiros. Este valor confirma o que tem sido escrito sobre a vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos brasileiros, a situações de precariedade (Malheiros, 2007; Góis *et al.*, 2009; Pereira, 2010). Em termos comparativos, a proporção de brasileiros com contratos não permanentes excede em mais de três vezes a dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal.³

Figura 1 – Duração do contrato de trabalho dos imigrantes brasileiros



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Dos cruzamentos realizados entre a duração do contrato e outras características da inserção laboral, os mais relevantes (ainda que não sejam estatisticamente significativos) dizem respeito ao grupo profissional, sector de atividade, anos de chegada e tipo de empregador (ver Quadros 3 e 4).

Podemos constatar que os Quadros são os que têm maior percentagem de contratos permanentes e de contratos com duração superior a 3 anos. De novo, confirma-se a sua mais sólida inserção laboral. Em oposição, os Trabalhadores não qualificados foram os que mais celebraram, comparativamente, contratos de duração não superior a um ano (55,7%). Por sector, é interessante constatar que os contratos permanentes predominam nas Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, mas também entre as Atividades pessoais, familiares e domésticas. Com duração superior a 3 anos, encontram-se sobretudo no sector das Outras atividades de serviços. Por seu lado, os sectores do Comércio e da Construção são os que registam níveis mais elevados de contratos precários. Conjugando estes dados com os relativos à existência de contratos, estes dois últimos sectores parecem ser aqueles onde é mais forte a precarização dos vínculos laborais (ver Quadro 3).

Quadro 3a – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional e o sector de atividade

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato Permanente	Três a Seis Meses	Mais de Seis Meses a Doze Meses	Mais de Doze Meses a Três Anos	Mais de Três Anos	
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	N	13	4	9	3	5	34
		%	38,2%	11,8%	26,5%	8,8%	14,7%	100,0%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	N	75	49	82	48	8	262
		%	28,6%	18,7%	31,3%	18,3%	3,1%	100,0%
	Operários (GG7+GG8)	N	27	12	31	11	5	86
		%	31,4%	14,0%	36,0%	12,8%	5,8%	100,0%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	N	22	18	21	6	3	70
		%	31,4%	25,7%	30,0%	8,6%	4,3%	100,0%
	Total	N	137	83	143	68	21	452
		%	30,3%	18,4%	31,6%	15,0%	4,6%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 3b – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros,
segundo o grupo profissional e o sector de atividade**

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato Permanente	Três a Seis Meses	Mais de Seis Meses a Doze Meses	Mais de Doze Meses a Três Anos	Mais de Três Anos	
Sector de atividade atual	Indústria	N	15	6	13	3	1	38
		%	39,5%	15,8%	34,2%	7,9%	2,6%	100,0%
	Construção	N	23	14	21	7	3	68
		%	33,8%	20,6%	30,9%	10,3%	4,4%	100,0%
	Comércio	N	79	69	84	40	9	281
		%	28,1%	24,6%	29,9%	14,2%	3,2%	100,0%
	Atividades financeiras	N	12	2	7	6	1	28
		%	42,9%	7,1%	25,0%	21,4%	3,6%	100,0%
	Outras atividades de serviços	N	21	11	32	14	7	85
		%	24,7%	12,9%	37,6%	16,5%	8,2%	100,0%
	Atividades pessoais	N	10	1	7	7	0	25
		%	40,0%	4,0%	28,0%	28,0%	,0%	100,0%
Total		N	160	103	164	77	21	525
		%	30,5%	19,6%	31,2%	14,7%	4,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A análise por anos de chegada evidencia ainda a preponderância de contratos permanentes entre os inquiridos que emigraram até 2003, encontrando-se os de duração mais limitada nos que vieram para Portugal entre 2004 e 2008 (ver Quadro 4). Note-se que a grande maioria dos contratos celebrados é recente: 90,7% tiveram lugar desde 2005 até ao momento da realização do inquérito (2009). Foi em 2008 que se celebrou a maioria dos contratos (46,7%), o que se compreende tendo em conta os dados já aqui apresentados do peso dos contratos com duração até um ano e que ainda estariam em vigor em 2009.

Quadro 4 – Duração do contrato atual dos imigrantes brasileiros, segundo o ano de chegada a Portugal

			Qual a duração do seu contrato atual?					Total
			Contrato permanente	Três a 6 meses	Mais de 6 a 12 meses	Mais de 12 meses a 3 anos	Mais de 3 anos	
Anos de chegada	Até 1998	N	13	3	4	1	2	23
		%	56,5%	13,0%	17,4%	4,3%	8,7%	100,0%
	1999 a 2003	N	65	10	41	16	7	139
		%	46,8%	7,2%	29,5%	11,5%	5,0%	100,0%
	2004 a 2007	N	63	54	88	51	11	267
		%	23,6%	20,2%	33,0%	19,1%	4,1%	100,0%
	2008	N	12	30	25	11	2	80
		%	15,0%	37,5%	31,3%	13,8%	2,5%	100,0%
	2009	N	1	1	5	2	1	10
		%	10,0%	10,0%	50,0%	20,0%	10,0%	100,0%
Total		N	154	98	163	81	23	519
		%	29,7%	18,9%	31,4%	15,6%	4,4%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Pagamento de descontos e impostos

Outras questões do inquérito procuravam aprofundar o tema da informalidade laboral, através do conhecimento da prática de descontos para a Segurança Social e pagamento de imposto sobre o rendimento. Questionados sobre a realização de descontos para a Segurança Social, 72,4% dos inquiridos responderam afirmativamente. Dos restantes, 15,2% não realizavam esses descontos e para 12,4% a questão não se aplicava ou não responderam. Entre os respondentes que deram conta de não efetuarem descontos, 23,7% indicam estar em situação de desemprego, 17,3% afirmam ser por vontade do patrão e 15,1% não o fazem por vontade própria. Os restantes 43,9% sugerem outras razões.

A associação entre a realização de descontos para a Segurança Social e outras variáveis deu conta de várias relações significativas, nomeadamente com todas as variáveis de caracterização⁴. Observando as frequências das respostas, e face aos inquiridos que fazem descontos para a Segurança Social, conclui-se que os inquiridos que respondem negativamente à questão são sobretudo do sexo feminino, mais jovens e mais escolarizados (ver Quadro 5).

Quadro 5a – Distribuição dos inquiridos por sexo, grupo etário e habilitações, segundo a prática de descontos para a Segurança Social

		Faz descontos para a Segurança Social?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Sexo	Masculino	478	47,8%	74	35,1%	552	45,5%
	Feminino	523	52,2%	137	64,9%	660	54,5%
	Total	1001	100,0%	211	100,0%	1212	100,0%
Grupos etários	[20;24]	127	13,6%	44	22,2%	171	15,1%
	[25;29]	212	22,7%	45	22,7%	257	22,7%
	[30;34]	206	22,1%	42	21,2%	248	21,9%
	[35;39]	134	14,4%	24	12,1%	158	14,0%
	[40;44]	130	13,9%	21	10,6%	151	13,4%
	[45;49]	72	7,7%	10	5,1%	82	7,3%
	[50;54]	37	4,0%	5	2,5%	42	3,7%
	=>55	15	1,6%	7	3,5%	22	1,9%
	Total	933	100,0%	198	100,0%	1131	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 5b – Distribuição dos inquiridos por sexo, grupo etário e habilitações, segundo a prática de descontos para a Segurança Social

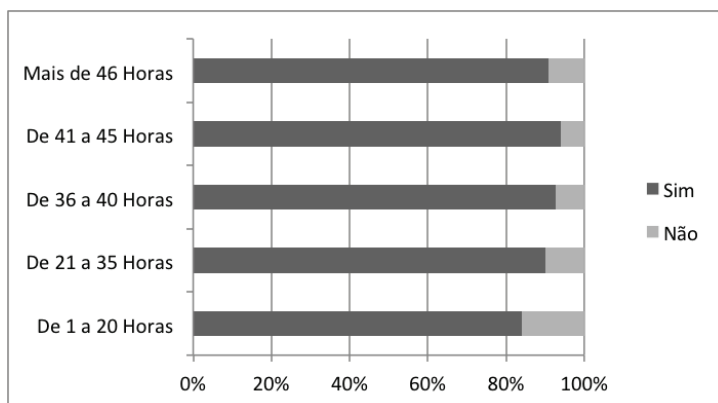
		Faz descontos para a Segurança Social?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Habilitações	Não Alfabetizado	4	0,4%	1	0,5%	5	0,4%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	54	5,4%	16	7,7%	70	5,8%
	Ensino Médio (9º Ano)	179	18,0%	39	18,7%	218	18,1%
	Ensino Médio (12º Ano)	531	53,3%	84	40,2%	615	51,0%
	Ensino Superior (Licenciatura)	130	13,1%	36	17,2%	166	13,8%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	45	4,5%	24	11,5%	69	5,7%
	Ensino Profissional e Tecnológico	38	3,8%	7	3,3%	45	3,7%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	3	0,3%	1	0,5%	4	0,3%
	Outras Habilitações	12	1,2%	1	0,5%	13	1,1%
	Total	996	100,0%	209	100,0%	1205	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Outras variáveis relevantes são a profissão e o sector de atividade (embora a sua relação com os descontos seja de intensidade fraca). Por grupos profissionais⁵, é entre os Trabalhadores não qualificados que a ausência de descontos tem mais peso (15,7%), contrastando com o grupo dos Quadros (2,4%). De novo se confirma a transversalidade da segmentação laboral entre os imigrantes, com alguns (a maioria) inseridos em sectores fragilizados e outros (a minoria) em sectores protegidos. Por sector de atividade⁶, a ausência de descontos é mais expressiva nas Atividades pessoais, familiares e domésticas (18,4%) e na Construção (14,5%), sendo residual na Indústria (3,5%). Sabe-se que aqueles dois primeiros sectores, em conjunto com o comércio, são dos que mais recorrem à mão de obra imigrante, por envolverem trabalhos não deslocalizáveis (Phizacklea, 2005). A vulnerabilidade dos imigrantes nestas atividades confirma alguns dos motivos do seu recrutamento.

Também se verificou uma relação (de intensidade média) entre os descontos para a Segurança Social e a existência ou não de um contrato de trabalho⁷, bem como com o número de horas de trabalho semanais (neste caso de fraca intensidade)⁸. Como seria de esperar, os inquiridos sem contrato de trabalho tendem a não efetuar descontos em maior número do que aqueles que possuem um contrato (45,9% contra apenas 3,6%, respetivamente). Tendencialmente, quanto mais elevado for o número de horas de trabalho semanais, maior é a probabilidade de os indivíduos descontarem para a Segurança Social, embora essa tendência não se confirme no escalão mais elevado da carga horária: acima das 46 horas semanais, a percentagem da ausência de descontos aumenta ligeiramente (ver Figura 2).

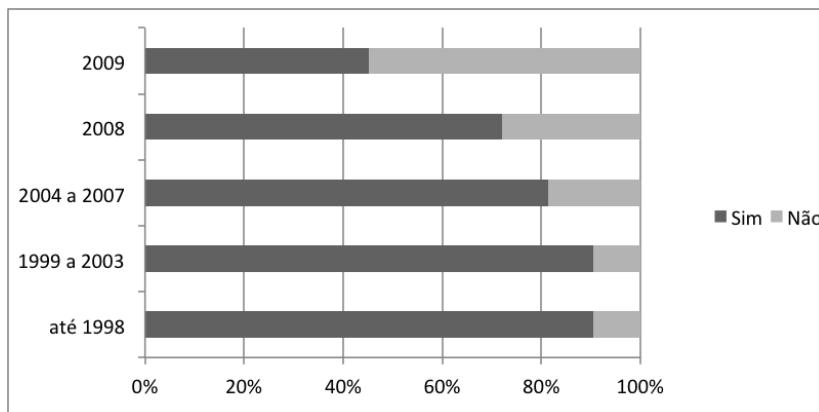
Figura 2 – Distribuição das respostas à questão “Faz descontos para a Segurança Social?”, segundo o número médio de horas semanais de trabalho



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

É interessante notar ainda a influência do ano de chegada nesta variável⁹, no sentido em que a percentagem de realização de descontos é proporcional à longevidade da estadia em Portugal (ver Figura 3). As primeiras “vagas” de imigrantes encontram-se assim muito melhor inseridas no sistema de proteção social, comparativamente com o que sucede com as vagas mais recentes. A influência positiva do tempo de residência na trajetória social dos imigrantes foi, aliás, um dos resultados mais interessantes deste inquérito (Egreja e Peixoto, 2011).

Figura 3 – Distribuição das respostas à questão “Faz descontos para a Segurança Social?”, segundo o ano de chegada a Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Uma outra questão incidia sobre o pagamento de imposto sobre o rendimento (IRS). A maioria dos inquiridos (entre os que deram uma resposta à questão) indicou realizar esse pagamento (79,1%), enquanto 20,9% afirmaram não o fazer. Entre estes últimos, 19% avançaram como justificação para o não pagamento a discordância do padrão, seguindo-se 16,4% que dão conta de estarem desempregados e 12,1% que não o farão por sua própria vontade. Mais de metade (52,6%) indicaram outras razões.

Identificou-se a existência de uma associação significativa entre o pagamento de IRS e a maioria das variáveis de caracterização¹⁰. Observando as frequências das respostas, conclui-se que os inquiridos que não pagam IRS são sobretudo do sexo feminino e a sua proporção é bastante superior entre quem tem menos de 24 anos. É interessante notar ainda que a proporção dos inquiridos que declaram não pagar IRS é mais expressiva em escalões habilitacionais bastante díspares: tanto nos menos qualificados, como nos mais qualificados (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Distribuição das respostas à questão “Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?”, segundo o sexo, grupo etário e habilitações

		Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Sexo	Masculino	450	48,7%	92	37,4%	542	46,3%
	Feminino	474	51,3%	154	62,6%	628	53,7%
	Total	924	100,0%	246	100,0%	1170	100,0%
Grupos etários	[20;24]	113	13,1%	47	20,3%	160	14,6%
	[25;29]	200	23,2%	53	22,8%	253	23,1%
	[30;34]	197	22,8%	47	20,3%	244	22,3%
	[35;39]	125	14,5%	26	11,2%	151	13,8%
	[40;44]	116	13,4%	27	11,6%	143	13,1%
	[45;49]	65	7,5%	16	6,9%	81	7,4%
	[50;54]	31	3,6%	10	4,3%	41	3,7%
	=>55	16	1,9%	6	2,6%	22	2,0%
	Total	863	100,0%	232	100,0%	1095	100,0%
Habilitações	Não Alfabetizado	4	0,4%	1	0,4%	5	0,4%
	Ensino Fundamental (até 5º Ano)	51	5,5%	18	7,4%	69	5,9%
	Ensino Médio (9º Ano)	163	17,7%	49	20,1%	212	18,2%
	Ensino Médio (12º Ano)	488	53,0%	105	43,0%	593	50,9%
	Ensino Superior (Licenciatura)	122	13,2%	37	15,2%	159	13,6%
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento	43	4,7%	24	9,8%	67	5,8%
	Ensino Profissional e Tecnológico	38	4,1%	6	2,5%	44	3,8%
	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	4	0,4%	0	0,0%	4	0,3%
	Outras Habilitações	8	0,9%	4	1,6%	12	1,0%
	Total	921	100,0%	244	100,0%	1165	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Analisando a relação com a situação na profissão¹¹, constata-se que é no grupo dos trabalhadores isolados que o não pagamento de IRS é mais expressivo (20,7%). Esta situação é também mais comum entre os inquiridos que não têm um contrato escrito relativamente ao emprego¹² (41,5%) e quando o empregador¹³ é um patrão isolado (25,6%) (habitualmente famílias com empregados domésticos). A situação é menos comum quando trabalham numa grande empresa (4,9%).

Quadro 7 – Distribuição das respostas à questão “Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?”, segundo o grupo profissional, sector de atividade e remunerações atuais

		Paga impostos sobre o seu rendimento (IRS)?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	77	12,6%	6	5,9%	83	11,7%
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	311	51,1%	42	41,2%	353	49,6%
	Operários (GG7+GG8)	110	18,1%	18	17,6%	128	18,0%
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	111	18,2%	36	35,3%	147	20,7%
	Total	609	100,0%	102	100,0%	711	100,0%
Sector de atividade atual	Indústria	49	7,0%	8	6,7%	57	7,0%
	Construção	94	13,4%	25	21,0%	119	14,5%
	Comércio	326	46,5%	41	34,5%	367	44,8%
	Atividades financeiras	40	5,7%	4	3,4%	44	5,4%
	Outras atividades de serviços	124	17,7%	18	15,1%	142	17,3%
	Atividades pessoais	68	9,7%	23	19,3%	91	11,1%
	Total	701	100,0%	119	100,0%	820	100,0%
Remunerações por Intervalos	[0;450]	72	10,2%	21	17,4%	93	11,3%
	[451;900]	415	58,9%	80	66,1%	495	59,9%
	[901;1350]	124	17,6%	16	13,2%	140	16,9%
	[1351;1800]	43	6,1%	1	0,8%	44	5,3%
	[1801;2250]	26	3,7%	3	2,5%	29	3,5%
	>=2251	25	3,5%	0	0,0%	25	3,0%
	Total	705	100,0%	121	100,0%	826	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Por grupos profissionais¹⁴, é entre os Trabalhadores não qualificados que a situação da ausência de descontos tem mais peso, contrastando com o grupo dos Quadros, ao compararmos com a distribuição dos inquiridos que efetuam o pagamento de IRS. Por sector de atividade¹⁵, a ausência de descontos é sobretudo mais expressiva na Construção e nas Atividades pessoais, familiares e domésticas. O rendimento¹⁶ também parece ter alguma influência na decisão de pagar ou não IRS, visto que a proporção dos que respondem negativamente é superior nos escalões de rendimento inferiores a 900€ (ver Quadro 7).

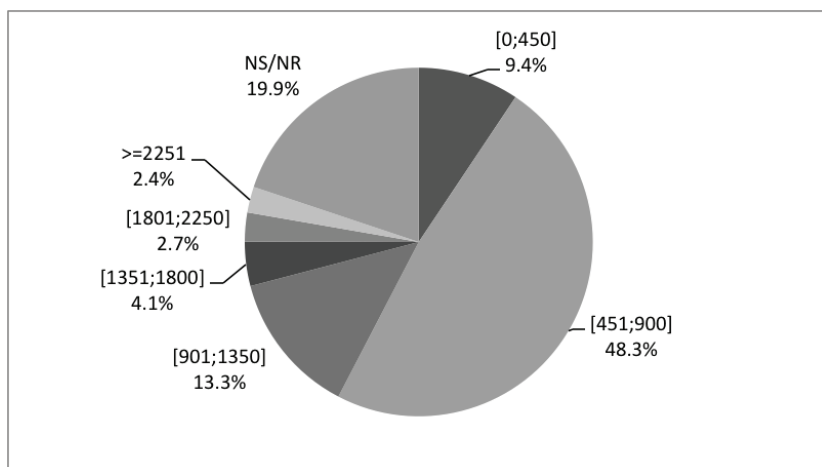
Por ano de chegada¹⁷, acontece o mesmo que se verificou relativamente à realização de descontos para a Segurança Social: a percentagem de pagamento de IRS é superior entre os imigrantes que chegaram há mais anos e vai decrescendo à medida que nos aproximamos da atualidade.

No fundo, a maior parte dos resultados são muito semelhantes aos obtidos para a variável relativa à Segurança Social, o que se compreende pelo facto de ambas as situações estarem estreitamente relacionadas¹⁸. Geralmente, quem efetua descontos para a Segurança Social também realiza o pagamento de IRS, e vice-versa. Apenas em 9,3% da totalidade dos casos se verifica uma das situações, mas não a outra. No entanto, percebe-se que a “fuga aos impostos” é mais frequente que a não contribuição para a Segurança Social.

Níveis de rendimento

Os imigrantes que exerciam atividade económica foram inquiridos sobre o rendimento que auferiam mensalmente em Portugal. Quando agrupados por intervalos, a maioria tem vencimentos cifrados entre 451 e 900 Euros (48,3%). Seguem-se 13,3% de inquiridos com vencimentos entre 901 e 1350 Euros. Por outro lado, 9,4% dos inquiridos tem vencimentos até ao valor do salário mínimo português à data do inquérito, ou seja, até um montante de 450 Euros. Apenas 2,4% dos inquiridos indicaram vencimentos acima dos 2250 Euros (escalão máximo do inquérito). Quase um quinto dos inquiridos não sabem quantificar o seu rendimento, ou escusaram-se a responder – e esta categoria será excluída das restantes análises (ver Figura 4).

Figura 4 – Escalões atuais de rendimento dos imigrantes brasileiros



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

O rendimento é bastante sensível a uma série de variáveis, começando pelas de caracterização – sexo, escalão etário e habilitações.¹⁹ Em média, os homens auferem mais do que as mulheres, o que parece apontar para a situação de maior discriminação destas últimas (Padilla, 2007; Casaca e Peixoto, 2010). Os salários mais elevados encontram-se bastante distribuídos pelos vários grupos etários; no entanto, os mais jovens têm um peso muito superior entre as remunerações mais baixas. Sabe-se que são, também, os jovens os que mais problemas enfrentam em mercados de trabalho como o português (Kovács e Casaca, 2010). As remunerações tendem ainda a ser proporcionais às habilitações (ver Quadro 8).

Quadro 8 – Remunerações dos imigrantes brasileiros segundo o sexo, o grupo etário e as habilitações

		Remunerações por Intervalos											
		[0;450]		[451;900]		[901;1350]		[1351;1800]		[1801;2250]		>=2251	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	M	37	35,9%	220	42,1%	101	69,7%	29	64,4%	22	75,9%	17	65,4%
	F	66	64,1%	303	57,9%	44	30,3%	16	35,6%	7	24,1%	9	34,6%
	Total	103	100,0%	523	100,0%	145	100,0%	45	100,0%	29	100,0%	26	100,0%
Idade	[20;24]	19	20,2%	84	16,8%	16	11,5%	4	9,1%	1	3,7%	1	3,8%
	[25;29]	27	28,7%	135	27,1%	32	23,0%	7	15,9%	2	7,4%	6	23,1%
	[30;34]	24	25,5%	106	21,2%	27	19,4%	9	20,5%	8	29,6%	5	19,2%
	[35;39]	8	8,5%	64	12,8%	23	16,5%	9	20,5%	4	14,8%	9	34,6%
	[40;44]	8	8,5%	68	13,6%	16	11,5%	10	22,7%	5	18,5%	1	3,8%
	[45;49]	3	3,2%	25	5,0%	14	10,1%	4	9,1%	5	18,5%	2	7,7%
	[50;54]	4	4,3%	12	2,4%	7	5,0%	1	2,3%	1	3,7%	2	7,7%
	=>55	1	1,1%	5	1,0%	4	2,9%	0	,0%	1	3,7%	0	,0%
	Total	94	100,0%	499	100,0%	139	100,0%	44	100,0%	27	100,0%	26	100,0%
Habilitações	Não Alfab.	1	1,0%	0	,0%	2	1,4%	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	E.Fund./5º	7	6,9%	28	5,4%	10	7,0%	1	2,2%	2	6,9%	1	3,8%
	E.Médio/9º	15	14,9%	87	16,7%	27	19,0%	10	22,2%	6	20,7%	4	15,4%
	E.Médio/12º	56	55,4%	305	58,4%	72	50,7%	16	35,6%	11	37,9%	9	34,6%
	E.Sup./Lic.	8	7,9%	51	9,8%	21	14,8%	13	28,9%	5	17,2%	8	30,8%
	PG, Mest., Dout.	4	4,0%	16	3,1%	5	3,5%	3	6,7%	4	13,8%	4	15,4%
	E.Prof.Tec.	9	8,9%	23	4,4%	2	1,4%	1	2,2%	1	3,4%	0	,0%
	Alf.Ed.J.A.	0	,0%	3	,6%	0	,0%	1	2,2%	0	,0%	0	,0%
	Outras hab.	1	1,0%	9	1,7%	3	2,1%	0	,0%	0	,0%	0	,0%
	Total	101	100,0%	522	100,0%	142	100,0%	45	100,0%	29	100,0%	26	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 9 – Remunerações dos imigrantes brasileiros segundo a situação na profissão, o grupo profissional e o sector de atividade, atualmente

		Remunerações por Intervalos												
		[0;450]		[451;900]		[901;1350]		[1351;1800]		[1801;2250]		>=2251		Total (100%)
Situação na profissão atual	TPCO (numa empresa)	70	11,4%	400	65,1%	104	16,9%	22	3,6%	9	1,5%	9	1,5%	614
	Emprega- dor	3	7,5%	12	30,0%	5	12,5%	7	17,5%	7	17,5%	6	15,0%	40
	Isolado	13	11,5%	46	40,7%	25	22,1%	12	10,6%	9	8,0%	8	7,1%	113
	Total	86	11,2%	458	59,7%	134	17,5%	41	5,3%	25	3,3%	23	3,0%	767
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	5	7,0%	21	29,6%	12	16,9%	11	15,5%	12	16,9%	10	14,1%	71
	Técnicos (GG3+GG4 +GG5)	33	9,9%	215	64,4%	50	15,0%	20	6,0%	7	2,1%	9	2,7%	334
	Operários (GG7+GG8)	8	6,5%	59	48,0%	44	35,8%	5	4,1%	5	4,1%	2	1,6%	123
	TNQ (GG9)	27	19,0%	99	69,7%	12	8,5%	3	2,1%	1	,7%	0	,0%	142
	Total	73	10,9%	394	58,8%	118	17,6%	39	5,8%	25	3,7%	21	3,1%	670
Sector de atividade atual	Indústria	6	11,5%	30	57,7%	8	15,4%	3	5,8%	2	3,8%	3	5,8%	52
	Construção	7	6,3%	61	54,5%	36	32,1%	4	3,6%	3	2,7%	1	,9%	112
	Comércio	37	11,3%	218	66,7%	46	14,1%	14	4,3%	10	3,1%	2	,6%	327
	Atividades financeiras	3	6,8%	22	50,0%	8	18,2%	6	13,6%	1	2,3%	4	9,1%	44
	Outras atividades dos servi- ços	12	9,2%	71	54,6%	21	16,2%	10	7,7%	10	7,7%	6	4,6%	130
	Atividades pessoais	21	23,6%	57	64,0%	6	6,7%	2	2,2%	1	1,1%	2	2,2%	89
	Total	86	11,4%	459	60,9%	125	16,6%	39	5,2%	27	3,6%	18	2,4%	754

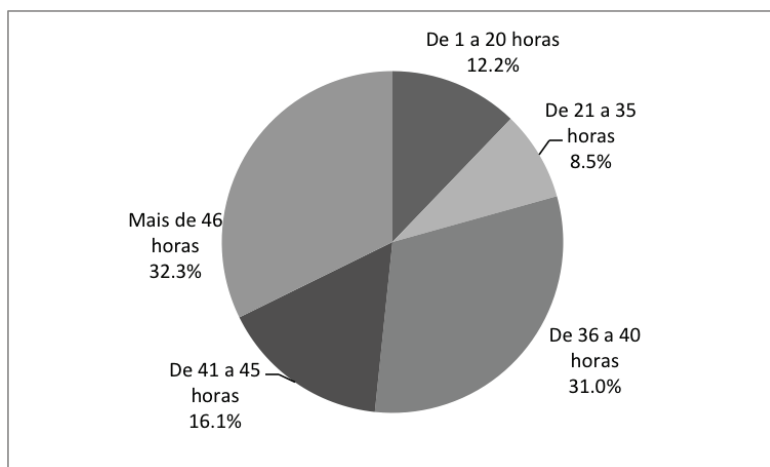
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A situação na profissão, grupo profissional e sector de atividade são também variáveis que influenciam o rendimento atual²⁰. Face ao primeiro aspeto²¹, os empregadores são os mais bem remunerados, contrastando com os trabalhadores por conta de outrem. Como seria de esperar, os indivíduos do grupo profissional²² mais qualificado (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) tendem a auferir os salários mais elevados, verificando-se o oposto entre os Trabalhadores não qualificados. Os Operários são o grupo mais heterogéneo a este nível. Por sectores,²³ os indivíduos que se inserem nas Atividades pessoais, familiares e domésticas são os que auferem rendimentos mais baixos. No sector das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, os salários são tendencialmente os mais elevados. No Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, onde se emprega a maior parte dos imigrantes, os salários concentram-se sobretudo no escalão 450-900 Euros (ver Quadro 9).

Horas de trabalho semanais

Quando inquiridos sobre o número de horas que trabalham semanalmente, a maioria dá conta de trabalhar mais de 46 horas (32,3%), ou então, de 36 a 40 horas (31%). Uma minoria (8,5%) trabalha entre 21 e 35 horas e 12,2% trabalham a tempo parcial, até 20 horas por semana (ver Figura 5).

Figura 5 – Número de horas de trabalho semanais, em média, dos imigrantes brasileiros



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Existe uma associação significativa entre o número de horas de trabalho semanais e uma série de outras variáveis. Começando pelas de caracterização, verifica-se que os homens trabalham, em média, mais horas do que as mulheres²⁴. A idade não é um fator significativo, mas no que concerne às habilitações²⁵, os dados parecem indicar uma ligeira tendência para que, quanto mais qualificados sejam os imigrantes, menos horas semanais trabalhem, e vice-versa.

As horas de trabalho semanais estão também relacionadas com as variáveis relativas à atividade profissional. Começando por analisar a situação na profissão²⁶, são os empregadores que afirmam trabalhar durante mais horas semanais, em média, e os trabalhadores isolados, menos – isto, se tivermos em atenção apenas os três grupos com maior expressão numérica [ver Quadro 10].

Quadro 10 – Número de horas de trabalho semanais, em média, segundo a situação na profissão

			Quantas horas trabalha, em média, por semana?					Total
			De 1 a 20 Horas	De 21 a 35 Horas	De 36 a 40 Horas	De 41 a 45 Horas	Mais de 46 Horas	
Situação na profissão atual	TPCO (funcionário público)	n	2	4	4	0	2	12
		%	16,7%	33,3%	33,3%	,0%	16,7%	100,0%
	TPCO (numa empresa)	n	58	43	230	128	212	671
		%	8,6%	6,4%	34,3%	19,1%	31,6%	100,0%
	Empregador	n	5	3	10	3	23	44
		%	11,4%	6,8%	22,7%	6,8%	52,3%	100,0%
	Isolado	n	27	20	26	13	41	127
		%	21,3%	15,7%	20,5%	10,2%	32,3%	100,0%
	Outro	n	8	5	4	4	6	27
		%	29,6%	18,5%	14,8%	14,8%	22,2%	100,0%
	Total	n	100	75	274	148	284	881
		%	11,4%	8,5%	31,1%	16,8%	32,2%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

A relação com a profissão²⁷ mostra que o grupo dos Operários é o que trabalha mais horas por semana (60,6%, acima de 40 horas). Comparativamente, os Trabalhadores não qualificados trabalham o menor número de horas semanais, embora os Quadros e Técnicos também tenham algum peso nos dois escalões inferiores. Entre sectores de atividade, as diferenças são mais acentuadas²⁸. Os mais sobrecarregados são, claramente, os que trabalham no sector da Construção ou do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, por contraste com os trabalhadores das Atividades pessoais, familiares e domésticas e das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares (ver Quadro 11).

**Quadro 11a – Número médio de horas de trabalho semanais,
segundo o grupo profissional e sector de atividade**

		Quantas horas trabalha, em média, por semana?										Total
		De 1 a 20 Horas		De 21 a 35 Horas		De 36 a 40 Horas		De 41 a 45 Horas		Mais de 46 Horas		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N 100,0%
Grupo profissional atual	Quadros (GG1+GG2)	7	8,9%	9	11,4%	29	36,7%	10	12,7%	24	30,4%	79
	Técnicos (GG3+GG4 +GG5)	38	10,7%	36	10,1%	111	31,3%	57	16,1%	113	31,8%	355
	Operários (GG7+GG8)	4	3,0%	5	3,8%	43	32,6%	32	24,2%	48	36,4%	132
	Trabalha- dores não qualificados (GG9)	23	15,1%	12	7,9%	44	28,9%	21	13,8%	52	34,2%	152
	Total	72	10,0%	62	8,6%	227	31,6%	120	16,7%	237	33,0%	718

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

**Quadro 11b – Número médio de horas de trabalho semanais,
segundo o grupo profissional e sector de atividade**

		Quantas horas trabalha, em média, por semana?										Total
		De 1 a 20 Horas		De 21 a 35 Horas		De 36 a 40 Horas		De 41 a 45 Horas		Mais de 46 Horas		
												N 100,0%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sector de atividade atual	Indústria	4	7,4%	3	5,6%	25	46,3%	6	11,1%	16	29,6%	54
	Construção	8	6,4%	3	2,4%	28	22,4%	32	25,6%	54	43,2%	125
	Comércio	37	10,2%	13	3,6%	115	31,9%	59	16,3%	137	38,0%	361
	Atividades financeiras	4	8,9%	12	26,7%	16	35,6%	5	11,1%	8	17,8%	45
	Outras at. serviços	18	13,0%	20	14,5%	47	34,1%	20	14,5%	33	23,9%	138
	Atividades pessoais	28	27,7%	13	12,9%	22	21,8%	13	12,9%	25	24,8%	101
	Total	99	12,0%	64	7,8%	253	30,7%	135	16,4%	273	33,1%	824

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

As horas de trabalho semanais variam ainda, de forma estatisticamente significativa²⁹, de acordo com o tipo de empregador. Os inquiridos tendem a trabalhar um maior número de horas em empresas médias ou de pequena dimensão, ou para um empregador isolado. Por outro lado, registam um número de horas inferior trabalhando por conta própria (ver Quadro 12).

Quadro 12 – Número de horas de trabalho semanais, em média, segundo o tipo de empregador

			Quantas horas trabalha, em média, por semana?					Total
			De 1 a 20 Horas	De 21 a 35 Horas	De 36 a 40 Horas	De 41 a 45 Horas	Mais de 46 Horas	
O seu empregador atual é...	Pequena empresa (1 a 5 trabalhadores)	n	31	11	73	35	82	232
		%	13,4%	4,7%	31,5%	15,1%	35,3%	100,0%
	Empresa média (6 a 99 trabalhadores)	n	26	24	97	60	123	330
		%	7,9%	7,3%	29,4%	18,2%	37,3%	100,0%
	Grande empresa (mais de 100 trabalhadores)	n	15	20	81	26	37	179
		%	8,4%	11,2%	45,3%	14,5%	20,7%	100,0%
	Empresa de trabalho temporário	n	1	1	7	4	1	14
		%	7,1%	7,1%	50,0%	28,6%	7,1%	100,0%
	Sub-empregueiro	n	2	1	3	2	2	10
		%	20,0%	10,0%	30,0%	20,0%	20,0%	100,0%
	Empregador isolado (um patrão / uma patroa)	n	16	11	17	12	32	88
		%	18,2%	12,5%	19,3%	13,6%	36,4%	100,0%
	Trabalha por conta própria	n	17	9	12	9	24	71
		%	23,9%	12,7%	16,9%	12,7%	33,8%	100,0%
Total		n	108	77	290	148	301	924
		%	11,7%	8,3%	31,4%	16,0%	32,6%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Existe ainda uma relação de grande reciprocidade entre o número de horas semanais de trabalho, duração do contrato e remuneração (tomando por base as respostas dadas por trabalhadores por conta de outrem). Os inquiridos que se situam nos escalões superiores de rendimento apresentam, na maioria, condições laborais bastante aliantes: têm contratos permanentes ou de duração superior a um ano,

e a sua carga horária é inferior a 40 horas semanais. Em situação oposta, nos escalões inferiores de rendimento, a maioria dos inquiridos trabalha acima de 36 horas semanais e apresenta contratos de trabalho precários, de duração inferior a um ano. A segmentação do mercado de trabalho, que costuma separar nativos de imigrantes, parece afinal dividir os últimos (e certamente também os primeiros). Alguns dos imigrantes brasileiros – em particular os das primeiras “vagas” – ocupam já posições nos segmentos mais privilegiados, por contraposição a uma maioria dos imigrantes mais recentes (Peixoto e Figueiredo, 2007).

Após estes resultados, de forma a calcular a proporção de imigrantes brasileiros que se concentram nos segmentos com maior precariedade (indivíduos com condições laborais muito negativas), efetuaram-se novos cruzamentos. Verificou-se, assim, que a percentagem de trabalhadores por conta de outrem com contratos precários (de 3 a 12 meses), que trabalham longas horas (acima de 40 horas semanais) e ainda assim têm remunerações abaixo dos 900€, chega aos 23,3%. Isto é, quase um quarto dos imigrantes brasileiros está sujeito a condições de trabalho muito precárias e mal pagas. A estes ainda se poderiam adicionar outros que trabalham sem contrato ou não possuem proteção social, o que permitiria que a proporção chegasse a quase 1/3 do total.

Desemprego

A maior vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos imigrantes brasileiros ao desemprego é conhecida. As suas taxas de desemprego, masculinas e femininas, são habitualmente superiores às da população portuguesa (OCDE, 2008). Este facto confirma o seu posicionamento nos segmentos mais precários do mercado de trabalho, nomeadamente a sujeição a relações laborais precárias e a ocupação de postos de natureza sazonal. A maior vulnerabilidade ao desemprego, existente em tempos de expansão, torna-se muito mais aguda em tempos de recessão (Peixoto e Iorio, 2011). Em 2009, ano de realização do inquérito que serve de base a este texto, a taxa de desemprego nacional era de 9,5% e a dos estrangeiros provenientes de países exteriores à UE de 17,3%³⁰. Os números de desempregados registados nos centros de emprego revelavam também um aumento muito forte da população de nacionalidade estrangeira, apresentando os brasileiros uma clara preponderância (28,5% do total de estrangeiros em 2009).³¹ Os valores da taxa de desemprego captados pelo atual inquérito (proporção de desempregados entre os economicamente ativos inquiridos) atingiam 17,7%, o que, face à taxa de desemprego registada pelo INE para a população extracomunitária, lhe confere alguma robustez.

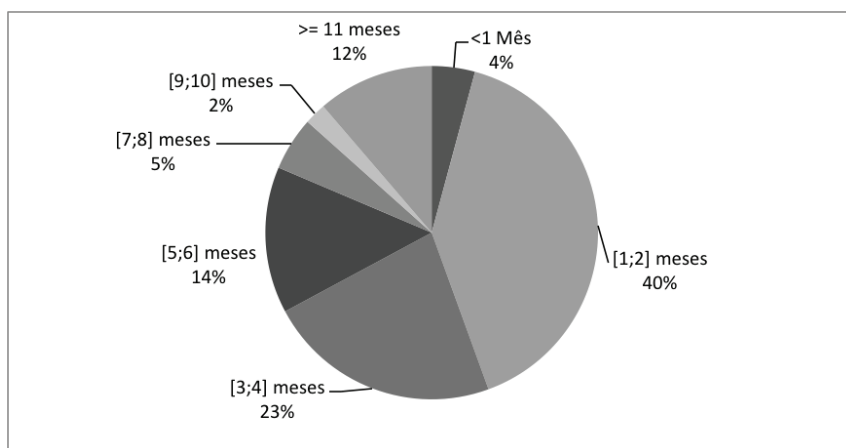
Análise da situação de desemprego no percurso dos imigrantes em Portugal

Os dados do inquérito aos imigrantes brasileiros confirmam que estes se encontram bastante vulneráveis ao desemprego, uma vez que essa foi uma situação vivida em Portugal por 56,9% dos inquiridos que forneceram uma resposta à questão³².

Procurando identificar a existência de uma associação entre a situação de desemprego em algum momento do processo migratório e outras variáveis, constatou-se uma relação significativa com o tipo de visto de entrada – porém, de fraca intensidade³³. Observando as frequências das respostas, conclui-se que a maioria dos inquiridos que entraram em Portugal com visto de trabalho (56,6%), passaporte / BI português ou de outro país da UE (62,5%), ou ainda com um outro tipo de documento não explicitado (68,8%), nunca estiveram desempregados em Portugal. Por outro lado, características como o género, a idade, o grau de habilitações ou os anos de chegada não parecem ser influentes no sentido de evitar essa ocorrência no percurso dos imigrantes, e tão pouco o grupo profissional em que se inseriam no Brasil.

Para os respondentes que deram conta de em algum momento terem vivido uma situação de desemprego, colocou-se a questão da sua duração (em meses). As respostas foram posteriormente agrupadas em sete intervalos, para uma melhor leitura dos dados. Para a maioria, esta fase foi de curta duração: 40,2% precisaram de entre um a dois meses para encontrarem novo trabalho e 4,2% indicaram ter estado em situação de desemprego por menos de um mês. Por outro lado, uma fração considerável dos inquiridos esteve desempregada durante mais de 6 meses (18,6%) (ver Figura 6). Estes dados confirmam a relativa facilidade de acesso ao emprego por parte dos imigrantes, depois de um período de desemprego, embora maioritariamente numa situação de precariedade – o que sugere uma elevada rotação entre postos de trabalho.

Figura 6 – Duração média da situação de desemprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

O cruzamento da duração do desemprego com outras variáveis revelou algumas relações estatisticamente significativas. Verifica-se, nomeadamente, que as mulheres referem uma duração de desemprego superior, em média, à dos homens³⁴. Como tem sido divulgado pelos estudos disponíveis (ver Padilla, 2007 e Peixoto e Figueiredo, 2007, entre outros), estes dados confirmam a maior vulnerabilidade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho.

Quadro 13 – Duração média da situação de desemprego, segundo o tipo de contactos em Portugal prévios à vinda dos imigrantes brasileiros

			Tempo de desemprego - intervalos							Total
			<1 Mês	[1;2] Meses	[3;4] Meses	[5;6] Meses	[7;8] Meses	[9;10] Meses	>=11 Meses	
Possuía alguns contactos em Portugal antes da sua partida do Brasil? De que tipo?	Familiares em Portugal	N	9	66	43	29	9	7	33	196
		%	4,6%	33,7%	21,9%	14,8%	4,6%	3,6%	16,8%	100,0%
	Outros brasileiros	N	5	44	30	12	3	0	3	97
		%	5,2%	45,4%	30,9%	12,4%	3,1%	,0%	3,1%	100,0%
	Colegas / Sócios / Amigos	N	5	54	22	11	9	1	9	111
		%	4,5%	48,6%	19,8%	9,9%	8,1%	,9%	8,1%	100,0%
	Não possuía nenhum contacto	N	2	27	18	16	4	1	12	80
		%	2,5%	33,8%	22,5%	20,0%	5,0%	1,3%	15,0%	100,0%
	Outros contactos em Portugal	N	0	3	4	4	1	2	1	15
		%	0,0%	20,0%	26,7%	26,7%	6,7%	13,3%	6,7%	100,0%
Total		N	21	194	117	72	26	11	58	499
		%	4,2%	38,9%	23,4%	14,4%	5,2%	2,2%	11,6%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Também o tipo de contactos prévios à vinda para Portugal (ou a sua ausência) parece ter uma influência estatisticamente significativa face à duração do desemprego³⁵. Se não considerarmos os contactos de “outro tipo”, devido à sua falta de expressão

numérica, verificamos que a duração média do desemprego é superior entre os inquiridos que não tinham quaisquer contactos prévios em Portugal, ou que tinham familiares a residir neste país. Por outro lado, a duração do desemprego provou ser menor entre os que conheciam outros brasileiros já residentes em Portugal – o que é interessante, visto que nesta categoria estão ausentes familiares e colegas / sócios / amigos (ver Quadro 13).

Análise da situação de desemprego atual entre os imigrantes brasileiros

Neste ponto analisar-se-ão em maior profundidade as diferenças existentes entre os imigrantes ativos que exercem uma profissão e os que declaram estar desempregados no momento da aplicação do inquérito. A taxa de desemprego dos inquiridos superava então os 17%, valor cujo volume se explica por o inquérito ter sido aplicado em plena conjuntura de recessão. O principal objetivo é encontrar variáveis preditoras da vulnerabilidade ao desemprego. A análise anterior sobre a situação de desemprego em qualquer momento do percurso em Portugal permitiu-nos tirar poucas conclusões a esse respeito. Executando as mesmas análises mas centrando-as apenas nos imigrantes ativos no presente, os resultados são um pouco mais elucidativos das diferenças entre empregados e desempregados, ainda que, novamente, a idade e as habilitações pareçam não ter qualquer influência na situação. Face ao tipo de visto, este já não aparenta qualquer relação com o desemprego atual.

Por género³⁶, existe uma grande igualdade entre quem exerce uma profissão; no entanto, as mulheres estão mais presentes no grupo dos desempregados do que os homens (62,4% contra 37,6%). De acordo com o estatuto legal de permanência, é interessante verificar que, mesmo entre os que não têm qualquer tipo de autorização de residência, a taxa de empregabilidade é elevada, situando-se nos 76,4%.

No entanto, por ano de chegada a Portugal as diferenças são agora mais evidentes³⁷. A proporção de desempregados é menor entre os que chegaram até 1998 e maior entre os que vieram no último ano. Parece haver uma tendência para que a taxa de emprego aumente com o número de anos de estadia em Portugal, a par da diminuição do desemprego (ver Quadro 14). Ou seja, o fator temporal pode ser aqui importante a dois níveis: por um lado, quanto mais tempo tiver passado, maior é a probabilidade de se encontrar emprego; por outro, a crise económica que se tem vindo a sentir nos últimos anos torna mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

**Quadro 14 – Situação de emprego / desemprego atual
dos imigrantes brasileiros, segundo o ano de chegada a Portugal**

			Ativos		Total
			Desempregado	Exerce uma profissão	
Anos de chegada	até 1998	Nº de casos	5	41	46
		%	10,9%	89,1%	100,0%
	1999 a 2003	Nº de casos	52	243	295
		%	17,6%	82,4%	100,0%
	2004 a 2007	Nº de casos	69	408	477
		%	14,5%	85,5%	100,0%
	2008	Nº de casos	28	115	143
		%	19,6%	80,4%	100,0%
	2009	Nº de casos	17	15	32
		%	53,1%	46,9%	100,0%
Total		Nº de casos	171	822	993
		%	17,2%	82,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Por fim, o grupo profissional à chegada³⁸ e o sector de atividade à chegada³⁹ (dados relativos às primeiras inserções profissionais em Portugal) parecem ter alguma influência na empregabilidade atual dos indivíduos. Apenas 5,1% dos inquiridos que se inseriram no grupo dos Quadros superiores, dirigentes e especialistas à chegada é que, atualmente, se encontram desempregados, contrastando com 21,6% dos Operários e 17,4% dos Trabalhadores não qualificados. A entrada no mercado pela via desqualificada é um preditor de maior vulnerabilidade laboral futura.

Por sectores, o que apresenta uma menor taxa de desemprego atualmente é o das Outras atividades de serviços (8,5%). Em contraste, o sector da Construção apresenta uma taxa de desemprego de 23% e o das Atividades pessoais, familiares e domésticas de 20,9%, podendo ser interpretados como os sectores económicos de maior vulnerabilidade ao desemprego (ver Quadro 15).

Quadro 15 – Situação de emprego / desemprego atual dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional e sector de atividade à chegada

		Ativos				Total
		Desempregado		Exerce uma profissão		
		n	%	n	%	
Grupo profissional à chegada	Quadros (GG1+GG2)	2	5,1%	37	94,9%	39
	Técnicos (GG3+GG4+GG5)	47	11,4%	364	88,6%	411
	Operários (GG7+GG8)	36	21,6%	131	78,4%	167
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	42	17,4%	199	82,6%	241
Sector de atividade à chegada	Indústria	8	13,8%	50	86,2%	58
	Construção	45	23,0%	151	77,0%	196
	Comércio	53	13,0%	356	87,0%	409
	Atividades financeiras	5	10,0%	45	90,0%	50
	Outras atividades de serviços	11	8,5%	119	91,5%	130
	Atividades pessoais	29	20,9%	110	79,1%	139

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Conclusão

Os dados apresentados neste texto permitem estabelecer algumas conclusões em relação aos padrões de flexibilidade e precariedade laboral que afetam os imigrantes brasileiros em Portugal. Em primeiro lugar, as remunerações são baixas. Perto de metade (48,3%) dos imigrantes auferiam rendimentos mensais situados entre os 450 e os 900 Euros, aos quais se juntavam 9,4% que recebiam abaixo do salário mínimo (na altura do inquérito). Os salários mais baixos diziam sobretudo respeito a mulheres, jovens, detentores de fracas habilitações literárias, Trabalhadores não qualificados e indivíduos empregados em Atividades pessoais, familiares e domésticas.

Em segundo lugar, a incidência do trabalho sem contrato é significativa e, quando existem contratos, predominam os de curta duração. Cerca de 7% dos imigrantes inquiridos declararam trabalhar sem contrato escrito, o que é sobretudo frequen-

te entre os que trabalham em pequenas empresas e empregadores isolados, bem como nos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção. Por seu lado, perto de metade (48,7%) dos inquiridos com contrato de trabalho apresentavam vínculos com uma duração entre 3 a 12 meses. Esta situação é mais frequente entre os Trabalhadores não qualificados, aqueles que trabalham nos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção e os imigrantes mais recentes (entrados em Portugal entre 2004 e 2008).

Em terceiro lugar, o não pagamento de contribuições para a Segurança Social e imposto sobre o rendimento (IRS) afeta um grupo significativo de trabalhadores. A ausência de contribuições para a Segurança Social dizia respeito a 15,2% dos inquiridos, sobretudo os Trabalhadores não qualificados, os empregados nos sectores das Atividades pessoais, familiares e domésticas e Construção e os imigrantes recentes. O não pagamento de imposto sobre o rendimento (IRS) foi declarado por 20,9% dos inquiridos, sobretudo os Trabalhadores não qualificados, os empregados nos sectores agora referenciados, os que trabalham para empregadores isolados ou que são trabalhadores isolados, os que auferem baixos salários (até 900 Euros) e os imigrantes recentes.

Em quarto lugar, os imigrantes brasileiros trabalham, na maior parte dos casos, extensas horas por semana. A maioria, perto de 1/3, declarou trabalhar mais de 46 horas por semana. Se lhes juntarmos os 16% que trabalhavam entre 41 a 45 horas, teremos cerca de metade com longas semanas de trabalho. Esta situação atinge sobretudo os imigrantes ligados aos sectores do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares e Construção, e os que trabalham em pequenas e médias empresas.

Em quinto lugar, o desemprego é uma realidade comum na vida destes imigrantes. Mais de metade (56,9%) já conheceu algum episódio de desemprego durante o trajeto migratório em Portugal. À data do inquérito – realizado em plena conjuntura de recessão económica – mais de 17% estavam desempregados. Ainda assim, muito deste desemprego tem sido de curta duração, pois uma maioria de 40,2% dos imigrantes admitiu ter precisado de apenas entre um a dois meses para encontrar novo trabalho (embora estes números se refiram a todo o período migratório e não apenas à recente conjuntura recessiva). Existe, assim, vulnerabilidade ao desemprego, mas também fácil acesso e grande rotação entre empregos.

As variáveis mais ligadas ao desemprego não foram fáceis de determinar. Ainda assim, as situações de desemprego parecem afetar mais as mulheres do que os homens, os imigrantes mais recentes e, sobretudo na conjuntura atual, os ligados a Atividades pessoais, familiares e domésticas e Construção. A idade e as habilitações literárias não apresentaram relação significativa com o desemprego. Foi ainda de-

terminado que a entrada em Portugal pela via desqualificada – obtenção de emprego como Operário ou Trabalhador não qualificado – é um preditor de maior desemprego futuro.

Em síntese, muitos dos imigrantes brasileiros são afetados pela flexibilização e precarização das relações laborais. A estimativa que realizámos para as situações de mais forte precariedade (contratos precários, trabalho de mais de 40 horas por semana e remuneração interior a 900 Euros) reúne 23,3% dos brasileiros. Se lhes juntarmos os que trabalham sem contrato ou não usufruem de proteção social, a proporção pode chegar a 1/3. O facto de muitos deles ocuparem em Portugal posições de Trabalhadores não qualificados; de uma clara maioria se empregar nos sectores onde a fragilidade laboral é comum (Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, Construção e Atividades pessoais, familiares e domésticas); e de a maioria estar ligada a pequenas e médias empresas e a empregadores isolados – reforça a sua vulnerabilidade.

Apesar de não terem sido examinados dados comparativos para todas as variáveis, que permitam relacionar o posicionamento dos imigrantes brasileiros com o dos trabalhadores nativos e outros imigrantes, fica bem demonstrada a sua grande fragilidade laboral. Em muitos casos, esta é superior à média do país, confirmando a maior exposição dos imigrantes brasileiros a estes riscos laborais. As inserções mais precárias acontecem em profissões pouco qualificadas, ligadas aos sectores de atividade onde o trabalho imigrante é mais comum e a pequenas e médias empresas; e, embora nem sempre de forma regular, afetam sobretudo mulheres, jovens e imigrantes mais recentes.

Mas se o acentuar da segmentação do mercado de trabalho português pela via da imigração é uma evidência, não deixa também de ser verdade que alguns dos imigrantes se posicionam em trabalhos mais qualificados e detêm condições de trabalho aliciantes. Parte desta inserção resulta de uma imigração mais duradoura em Portugal, o que sugere que, com o aumento do tempo de residência, aumentam as oportunidades de mobilidade social. É ainda relevante que a mesma segmentação que divide os trabalhadores nativos dos imigrantes separa, também, estas categorias internamente: assim como muitos portugueses são afetados pela precariedade, também os imigrantes brasileiros se dispersam – embora de forma desigual – pelos segmentos mais e menos favorecidos do mercado de trabalho.

Notas

¹ Este texto resulta do projeto de investigação "Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal", realizado entre 2008 e 2010 por uma equipa que integrou elementos do SOCIUS, CIES/ISCTE-IUL e CES/Universidade de Coimbra, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SDE/68903/2006). Os autores agradecem os contributos da restante equipa de investigação (Beatriz Padilla, Filipa Palma, Thais França, José Carlos Marques e Pedro Góis). O texto é dedicado à memória de Maria Ioannis Baganha, que iniciou mas não chegou a concluir o projeto.

² O inquérito foi sobretudo aplicado por cidadãos brasileiros, que para o efeito procuraram os imigrantes em locais públicos, como consulados e associações de imigrantes. O facto de nesses locais estarem mais representados imigrantes recentes levou a uma maior inquirição relativa deste segmento.

³ Em 2009, segundo as Estatísticas do Emprego do INE, os trabalhadores por conta de outrem com um contrato de trabalho sem termo atingiam os 78%, enquanto os que detinham um contrato com termo perfaziam 18% (fonte: INE, Estatísticas do Emprego, www.ine.pt, cálculos dos autores).

⁴ No que diz respeito às variáveis demográficas, a intensidade da relação é fraca. Sexo: $\chi^2(1) = 11,299$; $p=0,001$; Phi = 0,097; Grupo etário: $\chi^2(8) = 22,139$; $p=0,005$; V de Cramer = 0,139; Habilitações: $\chi^2(4) = 24,005$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,145.

⁵ $\chi^2(3) = 12,597$; $p=0,006$; V de Cramer = 0,132

⁶ $\chi^2(5) = 18,891$; $p=0,002$; V de Cramer = 0,150

⁷ $\chi^2(1) = 243,191$; $p=0,000$; Phi = 0,499

⁸ $\chi^2(4) = 9,853$; $p=0,043$; V de Cramer = 0,102

⁹ $\chi^2(4) = 55,905$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,232

¹⁰ Relação moderadamente fraca com o estatuto de permanência em Portugal, sendo fraca nos restantes casos. Sexo: $\chi^2(1) = 9,982$; $p=0,001$; Phi = 0,092; Grupo etário: $\chi^2(8) = 18,207$; $p=0,020$; V de Cramer = 0,128; Habilitações: $\chi^2(4) = 14,774$; $p=0,005$; V de Cramer = 0,116; Estatuto de Permanência: $\chi^2(7) = 113,232$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,316.

¹¹ $\chi^2(4) = 10,391$; $p=0,034$; V de Cramer = 0,109

¹² $\chi^2(1) = 90,991$; $p=0,000$; Phi = 0,309

¹³ $\chi^2(6) = 32,782$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,190

¹⁴ $\chi^2(3) = 17,461$; $p=0,001$; V de Cramer = 0,157

¹⁵ $\chi^2(5) = 17,282$; $p=0,004$; V de Cramer = 0,154

¹⁶ $\chi^2(5) = 16,857$; $p=0,005$; V de Cramer = 0,143

¹⁷ $\chi^2(4) = 43,668$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,209

¹⁸ A intensidade da medida de associação é bastante elevada. $\chi^2(1) = 579,742$; $p=0,000$; Phi = 0,703.

¹⁹ Sexo: Mann-Whitney = 71795,500; $p=0,000$. Escalão etário: Kruskal-Wallis (8) = 35,249; $p=0,000$; Habilitações: Kruskal-Wallis (4) = 25,738; $p=0,000$.

²⁰ Situação na profissão: Kruskal-Wallis (4) = 55,459; $p=0,000$. Grupo ocupacional: Kruskal-Wallis (3) = 80,521; $p=0,000$. Sector de atividade: Kruskal-Wallis (5) = 38,886; $p=0,000$.

²¹ As categorias de situação na profissão utilizadas no inquérito foram as seguintes: Trabalhador por conta de outrem (TPCO) - Funcionário público ou numa empresa; Trabalhador por conta própria (TPCP) - Empregador ou Isolado; Outro.

²² Para as questões relativas às profissões dos inquiridos, agruparam-se os grandes grupos profissionais da Classificação Nacional de Profissões (CNP) nas seguintes categorias: Quadros (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) (GG1+GG2); Técnicos (Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores) (GG3+GG4+GG5); Operários (Operários, operadores, artífices e similares) (GG7+GG8); e Trabalhadores não qualificados (GG9). Por outro lado, omitiram-se nas análises mais aprofundadas o GG0 (membros das Forças Armadas) e o GG6 (trabalhadores da Agricultura e Pescas), residuais na amostra.

²³ Em termos do ramo de atividade atual, o inquérito apresentava 17 categorias que foram posteriormente reduzidas a sete, de forma a facilitar a interpretação dos cruzamentos com outras variáveis. Foram utilizados os seguintes: Indústria (Indústria, incluindo energia), Construção, Comércio (Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares), Atividades financeiras (Atividades financeiras, serviços às empresas e similares), Outras atividades de serviços, Atividades pessoais (Atividades pessoais, familiares e domésticas).

²⁴ Mann-Whitney = 95246,000; $p=0,000$

²⁵ Kruskal-Wallis (4) = 14,105; $p=0,007$

²⁶ Kruskal-Wallis (4) = 21,620; $p=0,000$

²⁷ Kruskal-Wallis (3) = 8,974; $p=0,030$

²⁸ Kruskal-Wallis (5) = 50,671; $p=0,000$

²⁹ Kruskal-Wallis (6) = 19,276; $p=0,004$

³⁰ INE, Estatísticas do Emprego, www.ine.pt. Estes dados não são desagregados por nacionalidades particulares, devido à elevada margem de erro associada.

³¹ IEFP, <http://www.iefp.pt>.

³² Há que sublinhar que esta variável não faz a distinção entre o momento do desemprego, de forma que podemos estar a falar de algumas situações de desemprego à chegada.

³³ $\chi^2(5) = 18,851$; $p=0,002$; V de Cramer = 0,128

³⁴ Mann-Whitney = 29556,000; $p=0,026$

³⁵ Kruskal-Wallis (4) = 19,731; $p=0,001$

³⁶ $\chi^2(1) = 7,862$; $p=0,003$; Phi = 0,083

³⁷ $\chi^2(4) = 33,373$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,183

³⁸ $\chi^2(3) = 13,947$; $p=0,003$; V de Cramer = 0,127

³⁹ $\chi^2(5) = 19,714$; $p=0,001$; V de Cramer = 0,142

Referências bibliográficas

- Boyer, R. (1986), *La Flexibilité du Travail en Europe – Une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 à 1985*, Paris: Éditions La Découverte.
- Carvalho, L. X. (2007), *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*, Cadernos OI, nº 1, Lisboa: ACIDI.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004), *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, mimeo.
- Casaca, S. F. e J. Peixoto (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, nº 117, pp. 116-133.
- Egreja, C. e J. Peixoto (2011), “Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 67, pp. 43-64.
- Góis, P. et al. (2009), “Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal”, *Revista Migrações*, nº 5, pp. 111-133.
- Kovács, I. (org.) (2005), *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta.
- Kovács, I. e S. F. Casaca (2007), “Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas europeas”, *Sociología del Trabajo*, nº 61, pp. 99-124.
- Machado, F. L. et al. (2009), *Bibliografia e Filmografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000/2008)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malheiros, J. M. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME.
- OCDE (2008), *Jobs for Immigrants (Vol. 2): Labour Market Integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*, Paris: OECD.
- Padilla, B. (2007), “A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise”, em Malheiros, J. (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME, pp. 113-134.
- Peixoto, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, *Migrações*, 2, pp. 19-46.
- Peixoto, J. e A. Figueiredo (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIME, pp. 87-111.

- Peixoto, J. e J. Iorio (2011), *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?*, Lisboa: Principia / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, S. (2010), *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal – Impacto das Novas Vagas de Imigração*, Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, S. e J. Vasconcelos (2007), *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de Casos e Respostas de Portugal*, Escritório da OIT em Lisboa, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Phizacklea, A. (2005), “O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração», in I. Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta, pp. 161-177.
- Piore, M. J. (1979), *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Portes, A. (1981), “Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration”, in M. M. Kritz et al. (ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.

A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe

Examining globalisation from below: a study on ethnicity, entrepreneurship and class identity

Manuel Abrantes*

Resumo

Este artigo pretende estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e a literatura sobre classes globais emergentes. Em concordância com estudos anteriores, defende-se que é urgente colocar as narrativas pessoais e os processos de agência no coração do debate, procurando documentar a interação entre dinâmicas sistêmicas de desigualdade e experiências em primeira mão. Com este intuito, apresenta-se uma análise exploratória de dados recolhidos sobre a experiência de imigrantes de origem brasileira na Holanda. Presta-se especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspetivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório. Argumenta-se que o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução.

Palavras-chave

migrações; etnicidade; empreendedorismo; classes sociais; sindicatos.

Abstract

This article aims to establish a link between the position of ethnic minorities in the labour market and the scholarship on emergent global classes. Building on earlier studies, a claim is made to place personal narratives and sources of agency at the core of the debate. The goal is to document the interplay between systemic dynamics of inequality and first-hand experiences. Based on fieldwork data, an exploratory analysis of the experiences of Brazilian migrants in the Netherlands is presented. Particular attention is

* SOCIUS: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
(mabrantes@socius.iseg.utl.pt)

paid to personal accounts of integration and discrimination in the labour market, prospects of professional development, and the reconfiguration of class identity underlying the migratory process. It is argued that the bond between the urge of economic survival, downward class mobility and entrepreneurship may not only explain the erosion of class feelings among ethnic minorities, but also engender possibilities of their reconstruction.

Keywords migrations; ethnicity; entrepreneurship; social classes; trade unions.

A globalização vista de baixo: um estudo sobre etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe

Manuel Abrantes

Introdução

Nasceram no Brasil. Vivem hoje na Holanda. Trabalham majoritariamente no setor dos serviços, em áreas urbanas. Procuram o reconhecimento de cursos e experiências laborais que trazem da terra de origem. Têm de aceitar, muitas vezes, empregos que nunca teriam imaginado. Estabelecem redes de apoio, amizades, famílias. Lançam-se a novos projetos profissionais. Nesta história, a um só tempo intensamente individual e coletiva, há espaço para sentimentos de classe? Que sentimentos são esses e como condicionam o rumo dos acontecimentos?¹

A posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e na estrutura de classe das sociedades ocidentais contemporâneas é um objeto de estudo consolidado (e. g. Castles e Kosack, 1972, 1985; Piore, 1979; De Genova, 2002; Borjas e Crisp, 2005; Massey, 2005). A corrente teórica do sistema-mundo deu um novo impulso ao debate, com a sua leitura do estado-nação e da própria metrópole enquanto projetos de opressão e resistência, produtores de implicações assinaláveis para a vivência das identidades de classe (Burawoy *et al.*, 1991; Wallerstein, 1999; Sassen, 2007; Wacquant, 2008). No terreno, sindicatos, organizações de imigrantes e outros coletivos empenhados no movimento social têm desenvolvido um número crescente de respostas às dinâmicas de migração e globalização, que lhes oferecem abundantes motivos de tensão e aliança (Penninx e Roosblad, 2000; Hyman, 2001; Waterman, 2001; Santos, 2002, 2006).

A investigação neste campo pode ser, ainda assim, criticada por subscrever uma visão frequentemente passiva das populações migrantes. Por seu lado, os estudos de caso com uma forte componente empírica nem sempre têm conseguido dialogar com a proposta teórica das classes globais emergentes. O presente artigo pretende dar um contributo para colmatar esta lacuna. Na primeira parte, convoca-se um conjunto de estudos relevantes, estabelecendo marcos teóricos que orientem o trabalho de campo. De seguida, apresenta-se uma análise exploratória de experiências de imigrantes de origem brasileira em cidades da Holanda. Os dados provêm de um projeto de investigação mais amplo que teve como objetivo apurar as oportunidades e os riscos com que se depara a população brasileira no mercado de trabalho desse país de destino. Embora o propósito específico do presente artigo leve a análise a concentrar-se nas entrevistas em profundidade que foram realizadas com quinze imigrantes, importa mencionar que o projeto incluiu também a examinação de estatísticas oficiais (em particular, relativas ao mercado de trabalho) e a consulta

de especialistas no terreno, entre os quais funcionárias/os de serviços consulares e ativistas de organizações não governamentais. A combinação de dados de diversas fontes foi decisiva para situar devidamente testemunhos e trajetórias de vida. O enquadramento geral e outros resultados do projeto podem ser consultados em publicações anteriores (Abrantes, 2011a; 2011b).

Neste texto, prestar-se-á especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspetivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório, argumentando que existe uma ligação íntima entre estes vários processos. Entre outras, as propostas de Alejandro Portes *et al.* (1995) sobre empreendedorismo e de Rhacel Salazar Parreñas (2001) sobre a vivência quotidiana das deslocações serão discutidas à luz dos dados examinados. Duas conclusões finais merecem destaque. A primeira é que uma análise adequada dos percursos de vida de imigrantes deve considerar tanto acontecimentos do passado como aspetos do futuro, ou seja, deve incorporar as perspetivas localizadas acerca do que virá a suceder e as suas noções de possibilidade. A segunda conclusão é que o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, o empreendedorismo e a mobilidade de classe descendente muitas vezes experimentada por imigrantes pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução.

Do que falamos quando falamos de classes globais emergentes?

Um dos contributos mais influentes no estudo da relação complexa entre migrações e classes nas sociedades ocidentais contemporâneas terá sido de Michael Piore (1979). Baseando-se na observação de que as economias industrializadas produzem duas categorias de empregos, das quais apenas uma oferece perspectivas consistentes de progressão salarial, aprendizagem, autonomia e segurança, este autor remete a explicação da concentração de imigrantes na segunda categoria para um misto de fatores económicos e sociais. Longe dos constrangimentos experimentados na terra de origem, a população imigrante tenderá a mover-se no mercado de trabalho segundo critérios mais pragmáticos e individualizados, pelo menos no período inicial, aproximando-se do modelo de ator racional privilegiado na teoria económica neoclássica (Piore, 1979: 54). É por isso mais reativa, isto é, mais vulnerável às idiossincrasias da oferta local de trabalho, enfrentando dificuldades acrescidas para adquirir as competências ou os capitais necessários à mobilidade ocupacional em mercados de trabalho dominados por um setor dos serviços severamente compartimentalizado (Piore e Sabel, 1984).

Na perspetiva de Stephen Castles e Godula Kosack (1972, 1985), a vulnerabilidade imigrante deve-se menos a particularidades da segmentação de emprego no setor

dos serviços do que a um mecanismo estrutural, bastante mais tradicional, de redução dos custos de trabalho. De facto, as populações imigrantes já conheciam condições de trabalho desfavoráveis antes da expansão do setor dos serviços ou das políticas de pleno emprego que marcaram as décadas centrais do século XX (Esping-Andersen *et al.*, 1993; Sassen, 1999; Castles e Miller, 2003). O traço específico do sistema de relações industriais fordista-keynesiano consistiu na conquista de benefícios assinaláveis por parte da classe trabalhadora, que contribuiu para estimular o recrutamento de mão-de-obra estrangeira com menores direitos. Para isto é crucial um quadro regulador que exclua a população estrangeira de certos direitos consagrados à população nativa. Embora se tenham esbatido algumas das assimetrias de épocas passadas, de que são exemplo os programas de recrutamento extraordinário adotados em períodos de crescimento económico e escassez de mão-de-obra, diversas pressões no sentido contrário decorrem da combinação entre pressão salarial, risco de perda da cidadania e economia informal. Os estados retêm, assim, a faculdade de regular as aspirações da classe trabalhadora nativa e exportar desemprego quando necessário através das políticas de fronteiras.

Estudos recentes sugerem que, sob as pressões da flexibilização laboral, a fração da população sujeita a dinâmicas de insegurança, descontinuidade e informalidade no mercado de trabalho tem aumentado (Hochschild, 2000; Warhurst e Nickson, 2001; Schmid e Schömann, 2004; Supiot, 2010). Nesta ótica, é possível que o processo de “brasileirização do ocidente” proposto por Ulrich Beck em 2000 tenha conquistado terreno desde então. Beck defende que, apesar da noção generalizada de que a Europa estaria a definir os padrões para as práticas a implementar no resto do globo, no campo do emprego poderá estar a suceder justamente o inverso. Importa recordar, contudo, que as condições de trabalho e a própria identidade de classe prendem-se com muito mais do que apenas a segurança de emprego. Ambientes de trabalho, escalões remuneratórios e perspectivas de aprendizagem são alguns exemplos. Face aos esforços públicos na promoção da educação e de um mercado de trabalho orientado para o mérito, a individualidade e a empregabilidade, poderemos estar a falar tanto de uma transformação profunda como de um reforço de elementos tradicionais de diferenciação assentes no género, na classe e na etnicidade (Pinto e Pereira, 2008; Casaca e Peixoto, 2010; Abrantes, 2012).

A investigação na área prolífica da economia das migrações oferece uma abordagem distinta à situação da população trabalhadora imigrante. Em particular, George Borjas e Jeff Crisp (2005) enquadram a sua vulnerabilidade numa correspondência imperfeita entre as competências e os conhecimentos de imigrantes e as necessidades económicas da região de destino. Segundo estes autores, há uma negociação necessária, nos contextos empíricos, entre os laços com a cultura de origem e os atributos valorizados no mercado de trabalho de acolhimento, entre os quais a língua e a linguagem, a área de residência, ou as normas gerais de comportamento. A integração económica e a integração cultural apresentam,

nesta visão, uma forte interdependência, sugerindo que as redes pessoais poderão constituir quer uma rede de proteção, quer um constrangimento à progressão no mercado de trabalho. Uma vez mais, a aquisição e o reconhecimento de qualificações emergem como mecanismos cruciais na análise do desempenho profissional.

A corrente teórica do sistema-mundo contém críticas ferozes a estas múltiplas abordagens. Em larga medida, é necessário considerar com atenção os estudos citados até ao momento para entender como deles se distancia a proposta das classes globais emergentes. O trabalho de Alejandro Portes *et al.* (1995) questiona, desde logo, as conceções da sociedade de acolhimento como um contínuo no qual a integração económica ocorrerá através de uma troca de capital humano por competências em falta. Não se trata primordialmente de saber quão integrada está a população imigrante, mas sim em que segmento da sociedade de acolhimento se integra – e, claro está, qual o grau de porosidade entre os segmentos existentes. Os usos do capital social merecem reposição no coração do debate sobre etnicidade, identidade de classe e empreendedorismo (Portes, 1995). Note-se, primeiro, a concentração de determinados grupos étnicos em certas categorias profissionais. Segundo, a própria diversidade de modos de integração, conforme o foco de análise recaia sobre as políticas governamentais, a sociedade civil e a opinião pública, ou as comunidades étnicas. Talvez mais importante, Bryan Roberts (1995: 75-6) argumenta que só uma análise cuidadosa das expectativas e das perceções temporais permitirá discernir com adequação as determinantes socioestruturais do sucesso e do fracasso entre a população imigrante. Além de uma distinção dinâmica entre migração temporária e permanente, é necessário considerar que a mobilidade de grupo está alicerçada em projetos familiares e comunitários. Ao privilegiar as questões de cidadania e pertença a comunidades étnicas, esta perspetiva negligencia ainda assim as questões de pertença à classe trabalhadora ou às comunidades profissionais. Como se verá adiante, é explorando este segundo trilho que o presente artigo procura justamente complementar o debate.

Têm sido documentadas as múltiplas ligações entre a posição difusa da população imigrante na estrutura de classe e a neutralização das fronteiras à circulação de capital e comércio (Reich, 1991; Sassen, 1998, 1999; Wallerstein, 1999). Se as economias nacionais, entendidas convencionalmente como unidades autónomas nas quais a população imigrante se integra e entre as quais se move, existem reconhecidamente de modo entrelaçado e interdependente, a atenção deverá voltar-se para as dinâmicas globais do mercado de trabalho. Saskia Sassen (2007: 98-9) defende que a compreensão de tais dinâmicas, ao invés de se opor à análise das dimensões locais e produtivas, requer justamente a recuperação destas, pois só assim será possível entender a multiplicidade de economias e de culturas de trabalho nas quais está incrustada a globalização contemporânea. De um ponto de vista mais amplo, a questão é se, de facto, as transformações associadas ao pós-industrialismo e ao pós-fordismo conduzem e sinalizam a desintegração da estrutura

de classe e a expansão de estilos de vida fragmentados, identitários, *desclassizados*. A resposta dependerá da noção de classe que for adotada, podendo esta basear-se em dinâmicas de dominação e monopolização de recursos ou na localização da população trabalhadora na estrutura produtiva. A este respeito, é assinalável a consolidação de uma distribuição seletiva de direitos no seio da própria população imigrante, em favor de alguns grupos de profissionais com altas qualificações que desfrutam de maior facilidade para adquirir uma permissão de residência e trabalho no estado de destino (Miles e Satzewich, 1990; Abrantes, 2011b). Retomando a terminologia de Sassen, as metrópoles urbanas assumem uma posição destacada na nova geografia transnacional, justificando que se questione se são também o espaço para novas formas e escalas de desigualdade, bem como de ação política por parte de grupos privilegiados ou desprivilegiados. Em síntese, as classes globais podem entender-se como formações coletivas emergentes que têm por alicerce a partilha de uma posição perante a distribuição de recursos e de poder à escala planetária. Permanece oportuna a distinção entre aspetos objetivos e subjetivos do fenómeno, aspetos que, por sua vez, vão sofrendo transformações assinaláveis de volume e de significado: falamos de propriedade, de qualificações, de autonomia, mas também de comportamentos, de culturas, de consciências (Costa, 2012). As classes globais germinam quer a partir de identidades mais tradicionais de classe (tipicamente, de matriz nacional), quer em rutura com as mesmas. Assim, estes diversos sentimentos de classe – ou seja, a sua erosão e a sua sedimentação – não devem ser encarados como polos em inevitável oposição, mas, pelo contrário, como fenómenos que se entrelaçam num diálogo constante.

Ocupado com questões de ação política, Boaventura de Sousa Santos (2002, 2006) refere-se à produção contra-hegemónica ou subordinada de globalização para descrever a aspiração de grupos oprimidos a formas efetivas de organização e resistência. Num texto anterior, Peter Waterman (2001: 183, 209) salienta o esgotamento do movimento sindical tradicional e a irrelevância crescente das estratégias clássicas de esquerda. Já Bernhard Ebbinghaus e Jelle Visser (2000: 62), com base num estudo comparativo do sindicalismo em quinze países da Europa ocidental durante a segunda metade do século XX, concluem que a marginalização da população imigrante – e, a outro nível, das mulheres – nos movimentos de classe esteve ligada à ideia inicial de que a sua presença no mercado de trabalho seria temporária ou limitada à duração das recessões económicas. Em contrapartida, a adoção de políticas inclusivas por parte dos estados e a intervenção das organizações representativas de imigrantes têm influenciado a emergência e a configuração das questões étnicas no seio dos sindicatos (Penninx e Roosblad, 2000; Hyman, 2001; Kolarova e Peixoto, 2009). É observável uma tendência internacional para a maior sensibilidade e inclusão desde a década de 1960, embora a correspondência efetiva entre discurso e ação continue a exigir questionamento empírico.

Assim, um dos objetivos do projeto de investigação que sustenta este artigo consistiu em abordar categorias basilares como etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe nas suas manifestações empíricas. Esta tarefa significa, com frequência, mergulhar na penumbra que se produz em redor da luminosidade teórica que tais categorias tipicamente irradiam (Sassen, 2005: 401). Significa, também, fazer recair a ênfase metodológica e epistemológica em narrativas de marginalidade, respondendo à urgência de sustentar análises da globalização na documentação das vivências quotidianas (Gunewardena e Kingsolver, 2007: 15). Se certos grupos étnicos mostram diferentes inclinações e opções no que toca à mobilização coletiva, tal poderá estar intimamente ligado a elementos de discriminação, segmentação social e estigma (Song, 2003). Uma orientação metodológica de proximidade e a adoção de ferramentas qualitativas permitem averiguar em igual medida vivências e percepções, requisito fundamental no caso presente. Adicionalmente, a compreensão da fase migratória atual requer o estudo das mudanças complexas que estão a ocorrer, em simultâneo, nos processos de imigração, nas construções ideológicas destes processos e no significado subjetivo que os mesmos tomam para quem migra (Sassen, 2007: 163). Só assim poderemos almejar a conhecer de mais perto o elo interativo entre dinâmicas sistêmicas e experiências quotidianas, entre processos transnacionais e vivências localizadas (Burawoy, 1998).

Migração e mobilidade de classe: contextos empíricos

Após obter o diploma universitário em relações públicas e trabalhar durante dez anos numa produtora de televisão no estado de São Paulo, Rita viu-se confrontada com outro tipo de perspetivas laborais em Amesterdão. Quando migrou, tinha 31 anos e uma noção muito vaga do que poderia vir a fazer para ganhar a vida. Durante os primeiros dois anos de estadia, tomou conta das crianças de um casal brasileiro que conheceu através da sua rede pessoal de contactos. Depois, uma amiga de nacionalidade jugoslava ajudou-a a obter emprego na limpeza de um hotel. Nesta atividade, combinava horas de trabalho declaradas e horas de trabalho indeclaradas de acordo com as instruções do empregador. Aí trabalhou durante três anos, tendo sido entretanto promovida a supervisora das demais trabalhadoras de limpeza.

“Peguei essa chefia, mas eu não sou de chefia, eu não gosto. Não gosto de mandar, não gosto de falar para ninguém fazer. Eu acho que falar uma vez, aí eu ter que falar uma segunda e terceira, eu não gosto, aí eu já faço! Porque eu prefiro trabalhar em harmonia do que ter de ficar... Eu acho que ninguém precisa de chefe, acho que a gente, se faz, vê o que é preciso fazer.” (Rita)

Trabalhou os cinco anos seguintes como barista num estabelecimento comercial que pertencia ao mesmo homem que o hotel. De novo, acabou por sentir-se desvalorizada e desrespeitada pelos superiores hierárquicos. Hoje trabalha por conta própria como

prestadora de cuidados a crianças. A sua residência pessoal está certificada pelo sistema holandês de cuidados a crianças, o que significa que cumpre as normas de segurança e que a clientela pode deduzir nos impostos o montante gasto pelo seu serviço. Os pais e as mães das sete crianças que neste momento acolhe com regularidade diária são de diversas nacionalidades.

Naída também estava nos seus trintas quando se instalou em Roterdão. Em São Paulo, tinha logrado alcançar o cargo de editora numa revista de moda. O primeiro emprego que encontrou na Holanda foi como assistente pessoal de um executivo, remunerada ao dia. Depois, trabalhou a tempo inteiro em várias lojas de vestuário, experiências intervaladas por longos períodos de desemprego, especialmente depois de casar e ter um filho. O testemunho de Naída é tão vívido e pungente que justifica apresentar um excerto mais longo do que é tipicamente praticado nos textos científicos. Aqui, como voltará a suceder adiante, importa atentar ao discurso corrido, ao encadeamento espontâneo de assuntos e à própria linguagem utilizada. Acrescente-se que todas as entrevistas de campo foram conduzidas em português, embora abundem as ocasiões em que as pessoas entrevistadas recorrem a termos em inglês ou holandês; isto acontece sobretudo no caso de termos relacionados com experiências que a pessoa não teve antes de migrar.

“Foi um choque para mim. Porque eu acho que eu tinha uma ideia romântica do trabalho operário, para ser muito sincera. «Ah não, mas vai ser interessante também...» Eu acho que no Brasil, bem ou mal, a gente fica... Eu venho de uma classe média-alta, nem tão rica, mas de um nível intelectual alto. Então, todos os meus amigos têm um certo padrão intelectual, acesso a coisas, ou enfim... Eu circulava lá num meio cultural muito forte, até por conta de ser um grupo de jornalistas, de artistas, eram músicos, esse era o grupo de amigos que eu tinha lá. Ou então economistas. Mas sempre um certo padrão assim mínimo de... de educação formal. Então, de repente eu me vi nessa situação, indo trabalhar de vendedora de loja, né?, até queria ter essa experiência... Eu acho que eu fiz uma certa fantasia sobre isso, uma coisa assim: ah, um contacto com um mundo que eu não conheço [...] vai ser interessante, vou entrar em contacto com um outro grupo de pessoas: vamos conhecer a sociedade. E aí foi brutal. Porque eu cheguei lá, primeiro dia eu passei o dia botando alarme em roupa. Saí com uma bolha no dedo, sabe? E aí eu comecei a ver que, fisicamente... meu braço tava doendo... fisicamente já não estou preparada para o trabalho, né? Depois, a língua, o meu holandês era bem fraco – para essa situação: falar rápido, reagir rápido, falar palavras que eu nunca tinha usado, cabide, prateleira, umas coisas assim, uns detalhes técnicos ali da loja. E a outra coisa que eu senti logo de caras... foi muito louco... porque logo no segundo, terceiro dia que eu estava lá, pegaram uma pessoa roubando na loja. Um cliente. O que depois eu vim a perceber que acontecia muito!” (Naída)

A ampla experiência que Naída foi recolhendo em processos de recrutamento levou-a inclusivamente a remover do curriculum vitae que apresenta ao candidatar-se os feitos de que mais se orgulha, nomeadamente as duas licenciaturas (filosofia e design de moda) e o trabalho de capas de revista. Para Fábio, a dificuldade de ver as suas competências reconhecidas assume uma manifestação distinta. Dentista com consultório próprio e professor de biologia no estado de Santa Catarina, Fábio ingressou de novo no ensino superior em Amesterdão para “recuperar” o diploma, uma vez que as autoridades de saúde holandesas não o validaram. As reprovações consecutivas na unidade curricular do curso que exigia conhecimentos mais extensivos de língua holandesa, num período em que Fábio já trabalhava como assistente de dentista numa clínica, levaram-no a averedar pelo curso de higienista, que completou ao fim de um ano. Também Christiane viu os seus diplomas rejeitados pelas autoridades holandesas após estudar durante nove anos e trabalhar durante vinte como médica e homeopata em Porto Alegre. Uma vez que a homeopatia não é reconhecida como especialização médica na Holanda, a certificação que possui da Associação Holandesa de Homeopatas permite-lhe trabalhar neste ramo por conta própria.

No entanto, não é preciso ter diplomas universitários para conhecer o sabor amargo da desvalorização profissional. Tendo completado um curso técnico de contabilidade ao nível da escola secundária, Tomás trabalhou em diversos estabelecimentos de restauração em Belo Horizonte. A experiência e os cargos de responsabilidade acrescida que foi acumulando não lhe serviram de muito quando, aos 31 anos, começou a procurar trabalho na Holanda. Passou pelos serviços domésticos, pela construção civil e pela limpeza de estabelecimentos comerciais. Em todos os casos, as redes sociais e as relações de confiança foram centrais para a obtenção do emprego. Sem intermediários institucionais, Tomás está satisfeito com o facto de poder gerir a sua própria agenda de trabalho, que abrange a limpeza de uma dezena de estabelecimentos comerciais e domicílios particulares, com regularidade diversa. O facto de ainda não ter conseguido regularizar a sua situação – reside na Holanda há dez anos, tendo sido deportado duas vezes – veda-lhe o acesso a postos de trabalho mais estimulantes e mais consonantes com o seu gosto por tarefas que envolvam a interação cara a cara.

Se é verdade que muitas e muitos imigrantes conhecem trajetórias de mobilidade de classe descendente, será precipitado assumirmos uma visão homogénea e normativa do fenómeno. Por um lado, há que considerar os benefícios pessoais que derivam com frequência do processo migratório, tais como o aumento da remuneração e a melhoria de outras condições de vida, nomeadamente devido a uma estrutura alargada de serviços públicos (pense-se por exemplo nas áreas da educação, da saúde e da segurança pública) e a circunstâncias mais favoráveis à liberdade e à autonomia pessoal, com especial visibilidade, por exemplo, no caso de mulheres ou de pessoas homossexuais. Em larga medida, estamos ainda no campo da “mobilidade de classe contraditória”, como propõe Parreñas (2001: 195)

no seu estudo sobre os percursos de imigrantes filipinas. Considerando os conflitos morais e socioeconômicos que permeiam o setor do trabalho doméstico remunerado (Anderson, 2000; Ehrenreich e Hochschild, 2002; Lutz, 2008; Näre, 2012), não é de estranhar que a visão de Parreñas, ao centrar-se nesse ramo de atividade, dê particular proeminência às experiências de sofrimento e opressão. Por outro lado, importa atentar a cambiantes deste processo que, porventura mais regulares do que à partida poderíamos julgar, permanecem difusos na literatura acadêmica.

Três aspetos merecem destaque. Um deles é que, sem prejuízo da persistência da sobrequalificação na distribuição ocupacional da população imigrante, é fundamental examinar também as dinâmicas de imigração em cargos altamente qualificados e remunerados (Sassen, 2007; Peixoto, 2008). Estas podem inscrever-se em mercados internos de organizações privadas, como acontece no caso de Paulo. Formado em ciências da computação, trabalha como consultor – *solution architect* é o nome do cargo – numa companhia internacional de *software*. A sua preferência teria sido Barcelona; a companhia colocou-o em Amesterdão, de onde parte frequentemente para visitar empresas-clientes em Budapeste, Viena ou Riad. O salário que aufera é suficientemente elevado para que as autoridades holandesas o reconheçam como imigrante qualificado, estatuto que simplifica de forma decisiva a obtenção de permissão de residência (Abrantes, 2011b). Permite-lhe também pagar a renda do seu apartamento no cobiçado centro de Amesterdão, que é limpo semanalmente por uma trabalhadora doméstica oriunda, também ela, do Brasil.

“Eu acho que assim crescendo com 3 línguas e viajando bastante, e estudando de um jeito diferente das outras pessoas na escola, eu requeri um certo nível de profissionalismo que me deu uma vantagem em conseguir esse emprego. Muitas vezes, até hoje, trabalhando com as pessoas com quem eu trabalho e dando apresentações para CEOs do [um banco internacional] e outros grandes bancos, no meio da apresentação eu me encontro pensando assim: «Se esse cara soubesse que eu tenho 25 anos de idade, se ele soubesse o que é que eu faço ao final-de-semana, ele nunca escutaria o que eu tenho para falar!...» Então, é uma área de trabalho que requer bastante profissionalismo para que as pessoas confiam no que você tem que falar. [...] É, desde o primeiro dia que eu comecei esse negócio de viajar, de não ter uma mesa fixa onde eu trabalho, não é, todo o mundo sempre falou: «Ó, curte isso, curte bastante, porque daqui a uns anos você vai cansar, todo o mundo cansa.» Eles me deram 5 anos, para falar verdade... Eu sempre falei assim: «Never! Eu vou estar assim por muito tempo, estou curtindo, sou jovem, tenho um certo pique que outras pessoas não têm; eu vou ter 40 anos e vou estar fazendo isso!» Sempre achei isso. [...] eu sempre disse que... acho que funciona melhor em inglês: I'm just gonna keep going until something gives in or somebody gives out. Ou seja, eu vou continuar fazendo ou até eu me cansar, ou até alguém me dar uma oportunidade melhor.” (Paulo)

Numa perspectiva mais ampla, torna-se evidente que estamos perante modalidades diversas de um mesmo fenómeno, justamente aquele que Sassen [2007: 98-9] define como a nova geografia transnacional da centralidade económica. Esta abrange setores de atividade inamovíveis tais como os serviços domésticos, as prestações de cuidados ou a construção civil, do mesmo modo que abrange os sistemas corporativos transfronteiriços. Paulo tem uma noção clara do seu privilégio face a muitos dos compatriotas com quem partilha a cidade global onde vive. Integra uma nova classe de profissionais que se define menos pela posse dos meios de produção do que pelo seu controlo (Sassen, 2007: 175). Para Paulo, migrar não implicou uma perda de posição no mercado de trabalho, bem pelo contrário. Porém, poderá ver-se obrigado a migrar de novo no futuro próximo para preservar o que já conquistou.

O segundo aspeto a destacar diz respeito à relação que as pessoas desenvolveram com diversas instituições públicas e privadas antes de migrar. Esta relação pode constituir, aliás, um elemento determinante na motivação para iniciar o processo migratório. A produtora de televisão na qual Rita trabalhava impôs-lhe o despedimento com indemnização no âmbito de um processo de *downsizing* em 1997. Tomás, João, Maurício e Alexandra migraram após uma década de trabalhos precários e mal remunerados no setor dos serviços. Beatriz e Fábio também conheciam a precariedade de perto nas suas respetivas áreas profissionais (investigação académica e serviços privados de saúde). Rafael, indocumentado há dois anos na Holanda, nunca teve um vínculo contratual enquanto trabalhou no Rio de Janeiro como motorista ou pintor na construção civil. Deste modo, é com naturalidade que se constata que nem sempre a mobilidade de classe descendente atrás referida é experimentada com angústia. Embora os contextos de trabalho na região de destino fiquem muitas vezes aquém das expectativas pessoais, o mesmo não implica necessariamente que fiquem aquém dos percursos efetivos na região de origem. Desta observação emerge uma ponte possível para a mobilização de classe entre a população imigrante: os regimes globais de flexibilidade laboral parecem uniformizar, de modo significativo, as diversas etapas do processo migratório (Esping-Andersen, 1993; Hochschild, 2000; Lutz, 2002; Supiot, 2010).

Por fim, importa assinalar que tanto a diferenciação de estatutos legais e socioeconómicos como o impacto alargado das políticas neoliberais produz consequências específicas para a trama de relações no seio da população trabalhadora. Neste domínio, a pesquisa de campo documentada na presente comunicação sugere que se examine com particular atenção a relação desenvolvida – a nível prático e discursivo – por imigrantes com respetivas e respetivos colegas. Entenda-se colegas num sentido geral, podendo abarcar as pessoas com quem partilhamos o local de trabalho independentemente das funções que cada uma desempenha, assim como as pessoas com quem partilhamos a profissão, considerada a partir das nossas funções atuais, da nossa formação educativa, ou de experiências de trabalho mais intensas que tivemos no passado. Estes vários sentidos da expressão podem entrar

em conflito, particularmente no caso de imigrantes que, conforme atestam várias das histórias de vida já mencionadas, conheceram com relativa fluidez a deslocação para áreas de emprego ou de formação diferentes daquelas que até então reconheciam como as suas. Joga-se, então, um desafio fulcral entre a identidade que a pessoa traz como trabalhadora e a situação laboral em que se encontra presentemente. Ou, poderá mesmo dizer-se, entre a narrativa autobiográfica construída até ao momento e as perspetivas de futuro – desafio que pode ser reconhecidamente chocante, como sucede com Naída, ou com Sara.

“Saí do top, top, top da elite do Brasil e vim trabalhar em fábrica. [...] Aí é que eu percebi que, wow, eu saí de uma estrutura protegida e vim cair aqui... quer dizer, aqui você é allochtoon [estrangeiro], aqui você não é nada. Então é, teve esse aspeto. Mas eu não sabia que ia ter, eu não escolhi.” (Sara)

As relações desenvolvidas com a comunidade de colegas no local de trabalho e com a comunidade profissional a que se sente pertencer, quando ambas as comunidades existem, podem salvar vidas; podem também destruí-las. Estão ainda intimamente ligadas a tentativas possíveis de criação de emprego próprio. O empreendedorismo tem sido documentado como forma de valorização pessoal, maximização de recursos e desenvolvimento de redes informais (Portes, 1995). No entanto, o elo que mantém com experiências identitárias de classe e solidariedade é discutido com menos frequência. Refira-se, em particular, o nó, porventura tenso, que existe entre a relação desenvolvida com colegas de trabalho e o empreendedorismo. É sobre esta questão que nos debruçamos de seguida.

A relação com colegas de trabalho e o empreendedorismo

Rita embarcou na “melhor coisa” da sua vida ao estabelecer um lar para crianças nos subúrbios de Amesterdão. Fê-lo após vários anos a tentar engravidar em vão, sem nunca ter tido experiência de trabalho com crianças. Alexandra, outrora cabeleireira no estado do Piauí, conheceu as longas jornadas de trabalho numa estufa e uma miríade de empregos temporários no setor da restauração até abrir a sua loja de flores. Naída está atarefada com o lançamento do seu próprio negócio de venda de artesanato de origem brasileira. Até agora o negócio funciona apenas de modo informal, embora a regularização faça parte dos planos a médio prazo, dependendo do sucesso financeiro que a iniciativa for colhendo.

Nos casos destas três mulheres, as experiências e as competências adquiridas no passado são basilares no percurso que as trouxe ao empreendedorismo, mas este percurso esteve longe de ser linear. Não se trata, aqui, de explorar competências a partir da situação de trabalho em que se encontravam, mas sim de explorar competências que as resgatem da situação de trabalho em que se encontravam,

marcada por precariedade, insatisfação e sentimento de desvalorização pessoal. Outro elemento em comum nas três trajetórias documentadas é a relevância dos maridos, holandeses, que desempenharam um papel decisivo a vários níveis: por um lado, apoiando a mulher nos labirintos administrativos e burocráticos que rodeiam a criação de um negócio, por outro lado assegurando a sua permissão de residência através da unificação familiar, o que aligeira de forma evidente a pressão para manter o trabalho por conta de outrem. O estatuto legal possui uma importância central. Como propõe Bridget Anderson (2009: 407), os controlos migratórios não devem ser entendidos como uma torneira que se abre e fecha de acordo com os interesses nacionais, mas antes como moldes que produzem certos tipos de relação no mercado de trabalho e no quadro geral da cidadania e das instituições sociais. Uma análise da lei migratória holandesa e da respetiva centralidade nas histórias de vida que sustentam esta comunicação excede o âmbito do presente trabalho, podendo ser lida numa publicação anterior (Abrantes, 2011a: 45-52).

A observação do empreendedorismo não se esgota no caso de imigrantes que estabelecem um negócio próprio em formato convencional. O que dizer então de Tomás, com a sua carteira de clientes para os quais presta serviços de limpeza, carteira que tem crescido desde a sua chegada há dez anos e sobreviveu a duas experiências de deportação? O que dizer de Sara, a residir na Holanda há dezassete anos, que acabou por conseguir financiamento para projetos de investigação e prosseguir estudos de doutoramento na sua área de formação académica (desenvolvimento e relações internacionais) após vários empregos no setor da indústria, nomeadamente numa oficina de impressão gráfica e numa padaria industrial? O que dizer, ainda, do percurso que Diana edificou desde os seus tempos de estudante de pedagogia, já em Amesterdão, até ao cargo de diretora de uma escola primária pública que detém aos 57 anos? Longe de reduzir o conceito de empreendedorismo à criação de um negócio, a análise deverá estar atenta a todas estas modalidades de empreendedorismo que brotam dos interstícios de trabalho dependente e independente, de trajetórias individuais e redes sociais. À luz desta reformulação, também o empreendedorismo no seu sentido mais clássico ganha, como se verá, contornos ligeiramente diferentes.

À primeira vista, pensar-se-ia que a resolução de imigrantes ao abandonar o trabalho por conta de outrem e estabelecer o seu próprio negócio seria um passo em direção a contextos de maior individualismo, de maior isolamento, de maior competição. Por sua vez, a pessoa que mantém o posto de trabalho por conta de outrem, segundo esta visão tradicionalista, permanece junto de colegas e desfruta de condições mais propícias a experiências de solidariedade e mobilização de classe. Este pressuposto peca de modo fatal por não levar em consideração as realidades quotidianas que se colocam a imigrantes no seu local de trabalho. Desde logo, destacam-se os casos, variados e numerosos, em que o trabalho por conta de outrem é desempenhado em circunstâncias de isolamento relativamente a eventuais colegas de trabalho. Esta situação pode abranger quem trabalha nos serviços domésticos, na prestação de

cuidados pessoais, na limpeza industrial, na investigação académica, num consultório médico ou numa empresa de *software*, para referir apenas os casos apresentados anteriormente. Por outro lado, é fundamental sublinhar as diversas fontes de tensão e de controlo que caracterizam os contextos laborais em que o trabalho é, efetivamente, desempenhado lado a lado. Dois aspetos distintos, embora entrelaçados, merecem relevo. Um deles é a generalização das estratégias corporativas de flexibilização, externalização e subcontratação de serviços, que impõem uma pressão contínua para satisfazer as condições que permitam a renovação de um contrato. Para imigrantes, a renovação do contrato pessoal de trabalho é um bem precioso para assegurar a permissão de residência, a reunificação familiar ou a aquisição de habitação própria. O outro aspeto remete para o sistema complexo de mecanismos de controlo, formais e informais, que parece ser essencial à manutenção diária das ramificações hierárquicas dessa mesma estrutura corporativa.

João é funcionário de limpeza num estabelecimento prisional. Para este fim, a administração prisional contrata os serviços de uma empresa multinacional que provou ser mais competitiva do que as outras empresas que concorreram ao concurso público; esta empresa, por sua vez, recorre a empresas de trabalho temporário, que competem entre si para disponibilizar uma força de trabalho eficiente e disciplinada aos menores custos possíveis. Este frenesim é apenas moderado por medidas de regulação e negociação coletiva a nível nacional, que limitam o número consecutivo de contratos a prazo e uniformizam as tabelas salariais. Mais desamparada talvez esteja Lili, que trabalha há dois anos na central telefónica de uma empresa multinacional através de uma agência de recrutamento, cujas normas determinam que a relação de trabalho pode ser terminada unilateralmente por qualquer uma das partes com um pré-aviso de 8 horas.

“Noventa por cento [dos meus colegas] são estrangeiros. Incluso a minha chefe direta é estrangeira. Há poucos holandeses. Acho que nessa função há poucos holandeses. Os que estão, já estão há muito tempo. Não vale a pena mudar de função, porque estão em desvantagem no mercado de trabalho. Já com os seus quarenta, cinquenta anos, então preferem continuar na mesma função. Os que entram, os novos, são basicamente todos estrangeiros. [...] Eu tenho vários chefes, o que não falta são chefes. Tem mais chefe do que trabalhadores. No Brasil a gente fala: muito cacique para pouco índio! A gente tem três tipos de controlo: dois oficiais e um extra-oficial. Um oficial é o controlo direto, da minha empresa, que pode ser feito até diário, uma coisa mais extra-oficial. A polícia também faz o controlo deles, ou seja, se vê alguma coisa, se passa, reporta à empresa: «Olha, presta mais atenção nisto ou naquilo.» E você tem outra empresa, contratada, a terceira, que não é nem a polícia, nem a minha empresa, que faz um controlo a cada três meses. E a partir desse relatório, que é oficial, você mantém... por exemplo, se a polícia vai continuar com a empresa, ou se dá um bónus porque tá acima da média; bónus esse que o

trabalhador nunca vai ver, que vai direto para a empresa. A gente recebe o que tá estipulado no acordo nacional. Nem um centavo a mais. Isso assim é dividido, por exemplo, no final do ano, quando fecham o orçamento, o chefe, coordenador, ele sim, tem bônus. Os trabalhadores não.” (João)

“Eu sempre fico pensando assim, sabe, quando começa a dar-me uma coisa assim «Meu Deus, eu já estou aqui faz dois anos, eu vou morrer, eu vou matar alguém!», aí eu penso: «Oito horas, Lili!»». Se você quiser sair, você avisa hoje e depois de amanhã você vai embora. Mas não, eu nunca faria isso. [...] Não é bem um contrato o que você tem com a agência. É estranho. É um papel que você assina que eles basicamente são donos de você. Se você vai trabalhar para uma empresa que eles te arranjaram emprego, que tudo é feito por eles, que eles pagam o salário, que eles ganham não sei quanto acima do que você faz, blá-blá-blá. Mas não é um contrato fixo, sabe? Não tem um tempo, não tem um período... Assinei faz sei lá quantos anos e nem olhei. Inclusive, eu tenho certeza que eu perdi.” (Lili)

Tanto João e Lili como Maurício e Evaldo, também eles empregados em centrais telefônicas, condenam reiteradamente o caráter repetitivo das funções que desempenham e a falta de espaço para o desenvolvimento pessoal na empresa. Rita nunca se adaptou à hierarquia rígida e autoritária do hotel e do bar onde trabalhou antes de abrir o seu lar para crianças. Em todos estes locais de trabalho, a progressão na estrutura interna da empresa ao alcance das pessoas inquiridas significa assumir um cargo de supervisão e avaliação de colegas, algo que é visto com imensa relutância. No fundo, trata-se de aceitar uma redução significativa da qualidade da experiência diária de trabalho, com o aumento substancial da pressão e a emergência de conflitos duros com colegas, em troca de um incremento salarial mínimo sem garantia de estabilidade. Não se pense que as áreas de trabalho mais escolarizadas estão protegidas de tensões semelhantes: que o diga Paulo, cujos bônus salariais recentes por bom desempenho não o impedem de criticar a competição entre departamentos que caracteriza a companhia internacional de *software* onde trabalha e os critérios insondáveis segundo os quais o exército de colaboradoras e colaboradores é regularmente sujeito a ações seletivas de despedimentos e reformas antecipadas.

Mesmo em contextos laborais mais propícios à mobilização de classe, nomeadamente através da ação sindical, vários elementos desestabilizadores merecem sinalização. Quanto trabalhava numa organização para o desenvolvimento, Sara inscreveu-se no sindicato. Fê-lo “por um consenso de classe”, “para fazer parte de um coletivo maior”, “para que os empregadores não sejam os patrões da sociedade”. No entanto, perdeu o rasto à atividade sindical desde que começou a trabalhar como investigadora científica. Diana aderiu ao sindicato local de professores logo no início da sua carreira, a conselho do diretor de uma das primeiras escolas onde trabalhou.

“Eu sou membro de um sindicato porque eu acho que todo o mundo deve ser membro de um sindicato”, diz ela ao conversar com um sociólogo três décadas mais tarde, “mas muitas vezes o sindicato faz coisas que eu não estou de acordo.” Hoje titular do cargo de diretora de escola, é geralmente na posição de empregadora e em situações de conflito laboral que tem contacto com o sindicato.

Já Evaldo teve contacto com dirigentes sindicais quando trabalhava na receção de um hotel, posição que ocupou durante três anos. Confessa-se desapontado com a impotência da ação sindical perante a degradação drástica do ambiente de trabalho, que atingiu o seu auge quando o corpo de pessoal empregado no hotel, maioritariamente constituído por imigrantes, foi proibido por ordem superior de comunicar nas suas línguas nativas em qualquer momento da jornada de trabalho, devendo utilizar apenas o inglês. Já Portes (1995: 28) sinalizava o jogo tenso entre relações de poder e o uso de diversas línguas no quotidiano de nichos ocupacionais étnicos.

“Quando mudou de chefe, a nova chefe era meio nazi. Ela me via como submundo. Então dava serviço para fazer, que eu tipo «Espera aí, eu não vou varrer calçada na rua, estou trabalhando na receção». «Não está acostumado a fazer isso no Brasil?» «Não, eu não limpo nem a minha casa, eu pago empregada.» [...] Então era realmente nazi, a mulher. Ninguém gostava, todo o mundo foi embora, e eu fui um deles. Trabalho escravo, hoje não! Brasil colónia terminou há muito tempo. [...] Como ela mesmo falou uma vez: «Porque tu tem que agradecer de a gente te dar a chance de trabalhar, já que no Brasil não consegue trabalho». «Hum?!» É. Mas muita gente aqui na Holanda pensa isso.” (Evaldo)

Face a contextos laborais severamente individualizados, o empreendedorismo entendido nas múltiplas modalidades atrás mencionadas configura-se de forma nítida como um espaço de liberdade, não só no sentido de autonomia e valorização pessoal, mas também de ação coletiva e política. No âmbito do lar para crianças que mantém, Rita já completou vários cursos nos campos da pedagogia e da saúde pública, num novo percurso de profissionalização e reconhecimento institucional que a surpreendeu aos 40 anos de idade. Hoje mais do que nunca, está empenhada em prosseguir-lo. Este percurso é também o seu percurso para um trabalho no qual consegue encontrar um sentido a uma gratificação para lá de fatores pecuniários. As origens multiculturais das crianças que frequentam o lar de Rita e as dificuldades com as quais ela vê as respetivas mães e pais confrontar-se no quotidiano pessoal e profissional imbuem o projeto de um carácter marcadamente político. O caso de crianças que estão indocumentadas na Holanda assume especial relevo. Mas Rita não hesita em ir mais longe, disponibilizando-se – e, de facto, insistindo – para que algumas mães e pais sem possibilidade de pagar o serviço deixem as crianças com ela durante certas partes do dia quando isso evita que as crianças fiquem sozinhas

ou mal alimentadas. A única coisa que lamenta é não poder fazê-lo para mais famílias, considerando o número limitado de crianças que a dimensão da casa e a sua capacidade pessoal conseguem suportar em condições satisfatórias.

Por seu lado, Alexandra estabeleceu-se como florista após abandonar vários empregos no setor da restauração – numa célebre cadeia internacional de hamburguerias, depois numa esquadra da polícia, depois em escolas públicas, sempre através de empresas de trabalho temporário. A sua experiência de problemas associados a marcação de férias, tratamento desrespeitoso no local de trabalho ou articulação de responsabilidades profissionais com a prestação de cuidados ao filho é extensa. Apesar das jornadas diárias de 12 horas que faz com frequência na gestão da loja, a criação do emprego próprio permitiu-lhe ingressar num curso profissional de florista e envolver-se nas atividades da associação local de empresários, que tem entre os seus objetivos promover o comércio comunitário e resistir a estratégias monopolizadoras por parte de superfícies comerciais com maior investimento.

Por fim, importa sublinhar a potencialidade inerente à própria diversidade de experiências acumulada por imigrantes. O conhecimento e a sensibilidade que trazem dos países e ocupações por que passaram não é de subestimar. Neste sentido, a própria transitoriedade migrante figura como componente elementar da emergência de classes globais. Estamos, de forma circular, perante “a circunscrição geográfica mais do que evidente das novas classes globais de profissionais qualificados e a globalidade mais do que evidente da nova força de trabalho desfavorecida” (Sassen, 2007: 188). O caso de João é especialmente informativo a este respeito. Formado em relações internacionais em Brasília, chegou a iniciar estudos de doutoramento em Madrid. Perdeu a conta aos estabelecimentos turísticos e de restauração em que já trabalhou desde que deixou o Brasil. Como funcionário de limpeza num estabelecimento prisional em Haia, tornou-se um mobilizador sindical fervoroso, tendo participado no conturbado processo de negociação coletiva que, em 2008, motivou uma greve histórica e mediática do setor da limpeza. Deste processo acabou por resultar a estipulação de condições mais favoráveis de remuneração no setor a nível nacional. João tornou-se conhecido no local de trabalho como “o homem do sindicato”.

Conclusão

A análise empírica desenvolvida neste artigo pretendeu estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e o debate das classes globais emergentes. Trata-se de um campo de estudo recente, a exigir desenvolvimento com base em diversas escalas de observação e ferramentas metodológicas. Para lá da crítica já clássica relativamente à pouca atenção que as visões mais estruturalistas prestam à agência das populações migrantes, é urgente colocar as narrativas de

marginalidade no coração do debate e documentar a interação, ora suave, ora tensa, entre dinâmicas sistêmicas e a experiência localizada (Burawoy *et al.*, 1991; Gunewardena e Kingsolver, 2007). Deste empreendimento poderá resultar um conhecimento mais completo das novas classes globais, que Sassen (2007: 186) convida a encarar como forças sociais emergentes.

Do presente estudo, ressaltam os jogos ou desafios de identidades vividos por imigrantes nos contextos de trabalho. Para entender esta negociação, é necessário que a análise das trajetórias de classe de imigrantes considere tanto acontecimentos do passado como aspetos relativos ao futuro, isto é, perspectivas e anseios quanto ao que poderá vir a suceder. É interessante constatar a frequência com que as pessoas inquiridas nesta pesquisa, ao tentar aferir o grau e o modo de vinculação face à sua situação atual de trabalho e à relação com colegas, dão explicações com base em antecipações do futuro – do seu futuro pessoal, do futuro da empresa, do futuro da profissão. As dimensões de antecipação ou de possibilidade merecem assim protagonismo na análise, corroborando o argumento de Immanuel Wallerstein (1999: 24) quando escreve, em relação à ação coletiva, que “não, não é a opressão que mobiliza as massas, mas esperança e certeza – acreditar que o fim da opressão está próximo, que um mundo melhor é realmente possível.”

Assim, o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo pode não só explicar a erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também oferecer sementes da sua reconstrução. As possibilidades de identificação coletiva e mobilização política em locais de trabalho que contam com uma mão-de-obra numerosa – hotéis, centrais telefónicas ou lojas de grande dimensão, entre outras – surgem, desde logo, toldadas por rotinas de controlo, precariedade e subcontratação. Outros contextos laborais (veja-se, por exemplo, o caso de Paulo, empregado numa companhia de *software*) concedem, é certo, condições práticas bastante diferentes. A contrapartida, porém, é a forte individualização quer do quotidiano de trabalho, quer da avaliação de desempenho por parte da entidade empregadora. Face a estas formas impostas de organização do trabalho ganham relevância os trajetos de autonomização – em particular, a criação de um emprego por conta própria que promete maior estabilidade do que o emprego por conta de outrem que se deixou – em setores tão distintos como a prestação de cuidados a crianças (Rita), o comércio (Alexandra e Naída), a limpeza (Tomás) ou a pesquisa académica (Sara). Tais trajetos, longe de implicar a negação de uma identidade de classe, podem propiciar – e quase requerer, como é descrito por Rita ou Alexandra – o envolvimento em processos coletivos de índole cívica e política. A aquisição de recursos críticos como tempo, energia e liberdade surge associada a reflexões e práticas de identificação com pessoas que passam por experiências semelhantes enquanto trabalhadoras ou imigrantes.

Argumentou-se a favor de um conceito de empreendedorismo suficientemente amplo para englobar a criação de emprego próprio e, não menos importante, determinadas formas de resistência e progressão profissional adotadas por imigrantes ao confrontar-se com condições de trabalho que consideram injustas ou inaceitáveis. Os casos documentados mostram como o empreendedorismo assim entendido, longe de representar um passo em direção ao isolamento de classe, pode constituir, pelo contrário, uma rota alternativa ao individualismo, à competição, à destruição mútua. Percursos de vida marcados por uma forte transitoriedade geográfica e ocupacional contêm também elementos propícios à solidariedade de classe.

Notas

¹ Uma versão anterior deste texto foi apresentada no II Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa, realizado no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, de 4 a 6 de junho de 2012. Agradeço o encorajamento e os comentários preciosos de Martha Montero-Sieburth, Marc van der Meer, Sara Falcão Casaca, Sarah van Walsum, João Peixoto, Beatriz Padilla e Pedro Abrantes, bem como as observações anónimas durante o processo de revisão da *Migrações*.

Referências bibliográficas

- Abrantes, M. (2011a), *Borders: Opportunities and Risks for Immigrant Workers in Cities of the Netherlands*, Saarbrücken: Lambert.
- Abrantes, M. (2011b), “Trabalhadores imigrantes em tempos de flexigurança: um estudo de caso sobre brasileiros em cidades holandesas”, in Carrillo Flórez, F. e Malamud, A. (orgs.), *Migrações, Coesão Social e Governabilidade: Perspectivas Euro-latino-americanas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191-206.
- Abrantes, M. (no prelo), “You’re not there to make the world any cleaner: domestic services and knowledge societies”, *European Societies*.
- Anderson, B. (2000), *Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labour*, Londres: Zed Books.
- Anderson, B. (2009), “What’s in a name? Immigration controls and subjectivities: the case of au pairs and domestic worker visa holders in the UK”, *Subjectivity*, vol. 29, n.º 1, pp. 407-454.
- Borjas, G. e Crisp, J. (2005), *Poverty, International Migration and Asylum*, Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Burawoy, M. et al. (1991) *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*, Berkeley: University of California Press.
- Burawoy, M. (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, vol. 16, n.º 1, pp. 4-33.
- Casaca, S.F. e Peixoto, J. (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, n.º 117, pp. 116-133.
- Castles, S. e Kosack, G. (1972), “The function of labour immigration in Western European capitalism”, *New Left Review* 1/73, pp. 3-21.

- Castles, S. e Kosack, G. (1985), *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Oxford: Oxford University Press.
- Costa, A. F. (2012), "Desigualdades globais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 68: 9-32.
- De Genova, N. (2002), "Migrant 'illegality' and deportability in everyday life", *Annual Review of Anthropology*, vol. 31, pp. 419-47.
- Ebbinghaus, B. e Visser, J. (orgs.) (2000), *Trade Unions in Western Europe Since 1945*, Basingstoke: Macmillan.
- Ehrenreich, B. e Hochschild, A.R. (orgs.) (2002), *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, New York: Owl Books.
- Esping-Andersen, G. (org.) (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres: Sage.
- Gunewardena, N. e Kingsolver, A. (orgs.) (2007), *The Gender of Globalization: Women Navigating Cultural and Economic Marginalities*, Santa Fe: School for Advanced Research Press.
- Hochschild, A.R. (2000), "Global care chains and emotional surplus value", in Will Hutton e Anthony Giddens (orgs.), *On the Edge. Living with Global Capitalism*, Londres: Jonathan Cape, pp. 130-46.
- Hyman, R. (2001), *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*, Londres: Sage.
- Kolarova, M. e Peixoto, J. (2009), *Sindicatos e Imigração em Portugal*, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural, Observatório da Imigração, 34.
- Lutz, H. (2002), "At your service madam! The globalization of domestic service", *Feminist Review*, n.º 70, pp. 89-104.
- Lutz, H. (org.) (2008), *Migration and Domestic Work: A European Perspective on a Global Theme*, Aldershot: Ashgate.
- Massey, D. et al. (2005), *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millenium*, Oxford: Clarendon Press.
- Miles, R. e Satzewich, V. (1990), "Migration, racism and 'postmodern' capitalism", *Economy and Society*, vol. 19, n.º 3, pp. 334-358.
- Näre, L. (2012), *Moral Economies of Reproductive Labour. An Ethnography of Migrant Domestic and Care Labour in Naples, Italy*, Helsinki: Swedish School of Social Science.
- Parreñas, R. S. (2001), *Servants of Globalization. Women, Migration and Domestic Work*, Stanford: Stanford University Press.
- Penninx, R. e Roosblad, J. (2000), *Trade Unions, Immigration, and Immigrants in Europe, 1960-1993: A Comparative Study of the Attitudes and Actions of Trade Unions in Seven West European Countries*, Nova Iorque: Berghahn Books.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações* 2: 19-46.
- Pinto, J. M. e Pereira, V. B. (orgs.) (2008), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto: Afrontamento.
- Piore, M. (1979), *Birds of Passage*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Piore, M. e Sabel, C. (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, Nova Iorque: Basic Books.
- Portes, A. (org.) (1995), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- Portes, A. (1995), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation, pp. 1-41.
- Reich, R. (1991), *The Work of Nations*, Londres: Simon & Schuster.
- Roberts, B. (1995), "Socially expected durations and the economic adjustment of migrants" in Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation, pp. 42-86.
- Santos, B. S. (2002), "Can law be emancipatory?", *Towards a New Legal Common Sense: Law, Globalization, and Emancipation*, Londres: Butterworths, pp. 439-93.
- Santos, B. S. (2006), "Globalizations", *Theory, Culture & Society* 23 (2): 393-99.
- Sassen, S. (1998), *Globalization and Its Discontents*, Nova Iorque: The New Press.
- Sassen, S. (1999), *Guests and Aliens*, Nova Iorque: The New Press.
- Sassen, S. (2005), "Digging in the penumbra of master categories", *The British Journal of Sociology* 56 (3): 401-3.
- Sassen, S. (2007), *A Sociology of Globalization*, Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Schmid, G. e Schömann, K. (2004), "Managing social risks through transitional labour markets: towards a European social model", Working Paper, Social Science Research Centre Berlin.
- Song, M. (2003), *Choosing Ethnic Identity*, Cambridge: Polity Press.
- Supiot, A. (2010), "A legal perspective on the economic crisis", *International Labour Review* 149 (2): 151-62.
- Wacquant, L. (2008), *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambridge: Polity Press.
- Wallerstein, I. (1999), *The End of the World as We Know It. Social Science for the Twenty-First Century*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Warhurst, C. and Dennis N. (2001), *Looking Good and Sounding Right: Style Counselling and the Aesthetics of the New Economy*, Londres: Industrial Society.
- Waterman, P. (2001), *Globalization, Social Movements and the New internationalisms*, Londres: Continuum.

**Highly skilled immigrants in Portugal:
analysing policy developments and its
impacts with a typology**
***Imigrantes altamente qualificados em Portugal:
análise da evolução de políticas e os seus
impactos a partir de uma tipologia***

Catarina Reis Oliveira & Vera Fonseca

Abstract The literature has identified several explanatory typologies of highly skilled migration. Although those typologies tend to oversimplify reality they are useful for discussing policy implications and integration needs that different highly qualified migrant groups might have. This article analyses a typology of three different groups of highly skilled immigrants in Portugal: (1) highly skilled immigrants at entrance; (2) immigrants acknowledged as highly skilled after a process of recognition of qualifications or after achieving a higher education in the Portuguese education system; and (3) potential highly skilled immigrants. The characterization of these three groups allow to debate how the Portuguese opportunity structure – social, economic, legal and institutional frameworks – interfere not only in the effective integration of highly skilled immigrants in the country, but also on the attractiveness of the country for hosting those immigrants. The article analyses both the impacts of the Portuguese immigration acts (with a special visa for highly skilled immigrants since 2007 and transposition of the Blue Card Directive after 2012) and the results of measures and programmes that have been developed by public and private institutions targeting these immigrants.

Keywords highly skilled immigrants; *overqualification*; recognition of qualifications

Resumo A academia tem vindo a identificar algumas tipologias explicativas da migração de altamente qualificados. Apesar das tipologias tenderem a simplificar a realidade são úteis para discutir as implicações de políticas e as necessidades de integração que diferentes grupos de imigrantes altamente qualificados podem ter. Este artigo analisa uma tipologia com três grupos de altamente qualificados em Portugal: (1) imigrantes altamente qualificados à

* Head of Unit of Research and International Relations of ACIDI, IP / Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI, IP (catarina.oliveira@acidi.gov.pt).

entrada; (2) imigrantes percecionados como altamente qualificados depois de um processo de reconhecimento de qualificações ou depois de terem adquirido uma educação superior no sistema de ensino português; e (3) imigrantes potencialmente altamente qualificados. A caracterização destes três grupos permite discutir como a estrutura de oportunidades portuguesa – contextos social, económico, legal e institucional – interfere não apenas na integração efetiva dos imigrantes altamente qualificados no país, mas também analisar a capacidade de atração do país para acolher esses imigrantes. O artigo analisa tanto os impactos das leis de imigração (com um título especial para imigrantes altamente qualificados desde 2007 e a transposição da diretiva do cartão azul desde 2012), como os resultados de medidas e de programas promovidos por instituições públicas e privadas para esses imigrantes.

Palavras-chave imigrantes altamente qualificados, *sobrequalificação*, reconhecimento de qualificações

■ Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology

Catarina Reis Oliveira & Vera Fonseca

Introduction

From a negative net migration for decades, Portugal shifted to an immigration country in the end of the 20th century. In the 1970s and 1980s inflows were mainly unqualified and originated from African Portuguese-speaking countries (PALOP), with whom Portugal has historical and cultural links. The immigration cycle diversified after the mid-1980s, not only because Portugal increased the demand for labour, but also because it became a more attractive destination due to its adhesion to the European Union. Accordingly, Portugal's immigration population, still being dominated by PALOP nationals incorporated in the construction and cleaning sectors, started to also have professionals coming from Western Europe, the United States (in a lesser extent) and Brazil (initially dominated by highly skilled professionals).

At the end of the 1990s a new inflow occurred - mainly from Eastern Europe - which doubled the immigrant population in the country within a few years and further diversified the education profile of immigrants. In the transition of the new century, for the first time, Portugal truly started to face the challenge of receiving immigrants with higher education that were overqualified for the activities they were performing in the labour market (mainly *blue collar* activities). The fact was that the majority of the professionals that Portugal hosted until then did not needed recognition of qualifications to be integrated in the labour market as they were mainly coming as part of companies' structures and/or as managers of multinationals that opened some branches in the country (Peixoto, 1998). Also other professionals came from countries with which Portugal signed special agreements that foresaw a simplified recognition of higher education diplomas - the case of Brazil - justifying most of the times their quick incorporation in the labour market (although regulated professions created some difficulties).

Hence with the arrival of Eastern Europeans the difficulties with the process of recognition of qualifications and the problem of *overqualification* in the labour market came to the surface. These immigrants were higher qualified than the PALOP nationals (with whom they shared the same labour market segments) and had higher expectations for professional mobility. Furthermore they represented a significant demographic pressure as they became, in only a couple of years, the second most numerous foreign group - being the Ukrainians the second largest immigrant nationality in Portugal - and had higher dispersal levels throughout the country, in contrast with other immigrant groups (mainly concentrated in the Lisbon Metropolitan Area).

As a result, the Portuguese experience throughout the last decades with these different inflows allow to highlight the existence of three different profiles of highly skilled immigrants: (1) highly skilled immigrants at entrance; (2) immigrants acknowledged as highly skilled after a process of recognition of qualifications or after achieving a higher education in the host education system; and (3) potential highly skilled immigrants in situation of *overqualification* in the labour market. A review of the characteristics and the trends to each subgroup of highly skilled immigrants identified is provided, using the available statistical indicators and sources together with some qualitative evidence gathered in the research done under the European Project “Integration of highly skilled third country nationals in Europe: a new proposal for circular talent management”.¹

As it will be analysed in this article, the challenges and vulnerabilities that highly skilled immigrants face in Portugal are mainly linked to whether immigrants’ qualifications are being used or not in the labour market, and/or being officially recognised or not. This article highlights the developments of the past decade in the policies (e.g. immigration acts, recognition of qualifications, action plans for immigrant integration) and in measures (e.g. specialized support offices; special programmes to immigrants in situation of *overqualification* in the labour market) that have been targeting highly skilled immigrants in Portugal and its impacts to each profile of highly skilled individuals.

Although Portugal has transposed the EU Blue Card directive only in 2012, since 2007 has two special legal titles to promote a fast entrance of highly skilled immigrants in the country. Furthermore, several bilateral agreements have been defined between Portugal and other countries to either answer to specific needs of the Portuguese labour market or to consolidate friendship and cooperation relations. In sum, the changes in recent years in the legal and institutional framework (especially after 2007) make it necessary to refresh this research topic in Portugal and discuss a revised typology of highly skilled immigrants.

As also reported in other researches about highly skilled immigrants in Portugal (Peixoto, 2004: 2; Góis and Marques, 2007: 63), the phenomenon is generally difficult to evaluate and when desegregated by subgroups some methodological constraints are raised, namely linked to the lack of comparable data and sources. Still the analyses presented in this article support the idea that this is not a uniform phenomenon and its intensification in the past decades has created new and different integration challenges (which create diverse policy needs) to the groups of highly skilled immigrants. The article aims to go beyond the invisibility of the phenomenon, bringing new light to it, and reflecting about the impacts of the Portuguese policies and measures developed in the past years (especially since 2007).

Highly skilled immigrants: proposing an explanatory typology

The conceptual category of 'highly skilled immigrant' is not consensual or universally accepted in academic research. Usually this category is used to identify persons with a tertiary education (equivalent to ISCED 5-6).

From 1960 till 1980 the studies on highly skilled migration mainly focused on theorising the *brain drain* and *brain gain* effects and/or analysing the gains that the phenomenon would bring to the host society and the setbacks that would create in the country of origin. Since the 1990s another perspective was also introduced with the concept of *brain circulation*, trying to capture also the possibilities created with the transference of knowledge between societies, promoting the creation of scientific, innovation, entrepreneurial and commercial networks.

In Portugal research on highly skilled migration is very scarce. Migration studies have been dominated by researches on unqualified and blue collar activities, which reflect itself the higher volume of unskilled and low skilled immigrants that had entered in the country since 1960. Nevertheless, in the last two decades the highly skilled inflow had increased substantially representing, according to Peixoto (2004: 2-4), almost a third of all legal immigration into Portugal, being this figure even under-evaluated due to the temporary status of many stays of those immigrants. Still, because this movement was not considered to be problematic, was only rarely researched. The studies of Peixoto (1994, 1996, 1998, 1999, 2001 and 2004), Reis (2007) and Góis and Marques (2007) are the more relevant exceptions in the analysis of highly skilled immigration in Portugal.

One important outcome of Góis and Marques research (2007) was the identification that the highly skilled movement is not a uniform phenomenon, but might obscure different groups of migrants with a tertiary education and with diverse situations in the labour market. Different immigrants with a similar tertiary education because were framed by dissimilar entrance contexts in Portugal, receive differential treatment, have diverse migratory motivations, specific social mobility aspirations and different integration in the labour market (Marques and Góis, 2008:79). The authors, discussing Alejandro Portes typology of modes of incorporation, stress in their research how immigrants with similar education attendance can be targeted with different frameworks that produce relevant discrepancies in their incorporation in the labour market (Marques and Góis, 2008:80). As a result, the authors proposed a typology of highly skilled immigrants with three categories: "highly qualified immigrants legitimated in the labour market", referring to professional immigrants inserted in the first segment of the labour market; "highly qualified immigrants not legitimated in the labour market", highlighting the group of immigrants that are inserted in the secondary segment of the labour market in situations of overqualification; and "internally qualified immigrants", referring to the

immigrants that achieved their degrees in Portuguese universities (Góis and Marques, 2007:120-123).

Considering that since 2007 several changes occurred in the Portuguese legal and institutional frameworks and, as a consequence, more diversity is possible to tackle on highly skilled migration, this typology is further discussed and elaborated in this article, being highlighted also three groups of highly skilled immigrants that allow a better analyse and discussion of the legal developments and policy actions to which this population has been target with:

(1) Highly skilled immigrants at entrance to Portugal: In the first group three situations are underlined: (a) of those highly skilled immigrants that are directly incorporated in the companies and/or multinationals having their qualifications recognised privately in the labour market, not going through an official process of recognition of qualifications (as studied in detail by Peixoto, 1998); (b) highly skilled immigrants that are recruited by Portugal directly in the countries of origin (e.g. health professionals – Masanet, 2012); and (c) of immigrants that enter Portugal with a permit to work in a highly qualified activity by their own initiative.

As will be analysed, the Portuguese legal framework in place since 2007 underlines two situations for the entrance of highly skilled immigrants.² Under the 2012 legal framework the legislator foresees that the labour market can recognise (if the immigrant have at least 5 years of work experience) competences that are considered to be highly skilled, even if the immigrant does not have formally a tertiary education. In other words, there are immigrants that are acknowledged as highly skilled because of their occupational profile and/or position that they occupy in the labour market, which does not necessarily reflect the formal education level that they have. This is often a reported problem in research on highly skilled movements – are highly skilled immigrants only those who have tertiary education with a certified diploma? If policy-makers accept the existence of other highly skilled immigrants that do not necessarily have a tertiary education but are incorporated in the white collar occupations of the Portuguese labour market, a broader conceptualization of this phenomenon should be also considered and discussed.

(2) Immigrants acknowledged as highly skilled after a process of recognition of qualifications or after achieving a tertiary education in the Portuguese education system: The second group integrates those who got a university degree elsewhere and when arrived to Portugal were not integrated in the labour market according to their qualifications, but only after a process of recognition of qualifications were able to do so. This group also incorporates immigrants that completed their tertiary education in Portugal and because of that their qualifications were automatically acknowledged.

(3) **Potential highly skilled immigrants:** Finally in the third group are immigrants that are still not able to use their qualifications in the Portuguese labour market. In other words, immigrants in situation of *overqualification*³ in the Portuguese labour market are reported and characterised in this third group.

Taking in consideration the existence of these three different profiles of highly skilled immigrants in Portugal it is foreseen (as also highlighted by Marques and Góis, 2008) that those immigrants need diverse policy and measures of integration. As such, taking in consideration that the challenges of integration and/or incorporation are mainly linked to whether immigrants' qualifications are being used or not in the labour market, and/or being officially recognised or not, it is possible to identify four ideal types of highly skilled immigrants⁴:

Typology of Ideal types of highly skilled immigrants

Ideal types of highly skilled immigrants		Recognition of qualifications or equivalences in the host society?	
		yes	no
Qualifications/skills being used in the labour market?	yes	+ + = A	+ - = B
	no	- + = C	- - = D

These four Ideal types underline different opportunities, difficulties and integration needs faced by the immigrants. In other words, although the legal framework that defines the possibilities of the official recognition process of qualifications is very important because it can inhibit or promote skills acknowledgement; it is further-more relevant to analyse how the country is effectively using immigrants' skills in the labour market (or, in contrast, human capital is being wasted) and/or which kind of highly skilled immigrants profile the country is attracting.

As illustrated in the table above, the more vulnerable situation is the ideal type of immigrant that although having higher education, his/her qualifications are not being used in the labour market nor have been officially recognised (**ideal type D**). This can affect external recruitment by employers and applications by those potential qualified foreign employees. The *overqualification* situations can have several negative consequences to immigrants: the study on immigrants' work accidents it provided evidences that individuals that work in sectors below their qualification are far more vulnerable to work accidents than those who have work experience in unqualified activities and/or have lower education, as they tend to show less capacity to react to manual activities' risks due to less work experience in unqualified activities (Oliveira and Pires, 2010:139).

Another more vulnerable situation is linked to those immigrants that went through a process of recognition of qualifications or equivalences, and even so, are not in the full use of their skills in the labour market (**Ideal Type C**). Although several explanatory factors can be behind that, those experiences might undermine the integration process, cut professional mobility aspirations, and/or create feelings of unfairness.

Finally, and in contrast, the two better situations of highly skilled immigrants are of those that are using their skills in the labour market (**Ideal Types A and B**), being their qualifications officially recognised or not. As will be analysed, Portugal has, since 2008, been actively recruiting health professionals from Latin American countries. Unlike the other groups of highly skilled migrants described, for which the greatest concern lies in the danger/problem of *overqualification* and *brain waste*, the main concern on recruiting highly skilled workers in the countries of origin is clearly the *brain drain* effect. In respect to these dangers, multilateral and bilateral agreements between countries are possibly one of the best forms to control the entry, permanency and return of workers answering to the needs of the recruiting country and the potential *brain drain* effect to the country of origin (Lowell, 2008:64).

According to Peixoto (2004:7), these different highly skilled immigrant flows have certain aspects in common: they cannot avoid procedures on the recognition of qualifications or on the regulated professions; are dependent on the local dynamics of labour markets, benefiting from specific shortages in the economic sector (as highlighted further on with the example of the demand in the Portuguese health system) or in certain regions (e.g. abandoned regions by Portuguese professionals, peripheral areas), and/or facing more resistance if those shortages do not exist. Finally, these immigrants might represent for Portugal the hosting of a *brain drain*. As a consequence, these major shifts created new challenges in integration policies and in the protection of rights, pressuring for the analyses of the existent legislative pieces and for the discussion about the need of new support services and programmes.

Portuguese as a host context of highly skilled immigrants

Although it is communally accepted that the host country' *opportunity structure*⁵ – considering the social, economic, legal and institutional frameworks – interfere in the incorporation of immigrants in the labour market, it has not been entirely studied its different latent impacts in the several groups of immigrants with a tertiary education. It is important to acknowledge that highly skilled immigrants will only use their qualifications in the labour market if they find the opportunities to do so. In other words, it is essential to study the relation between the highly skilled inflows to Portugal with the actual opportunities and possibilities that those immigrants find to the full use of their skills in the labour market. The vicissitudes of highly skilled immigration in Portugal in the last years equally reflect some of the characteristics of the

economic, political, legal and institutional contexts and its developments. Changes in the economic context, legal framework and in Governmental policies over time, and the moment of immigrants' arrival in Portugal, determines different opportunities and constraints to incorporate the labour market and, as such, to be highly skilled in Portugal.

Highly skilled immigrants in the Portuguese labour market: the economic context

Data published by EUROSTAT (2011: 34-47) on the 'gap of activity rates between foreign-born population and total population' (indicator of employment policy area) highlight a very good score for Portugal (contrasting with the majority of EU countries with zero gap), in which immigrants have much higher activity rates (85%) than the natives (79%) and so, the gap translates a positive score (6) both for men (7) and women (6). This figure mainly illustrates the fact that immigration is still a very recent phenomenon in Portugal and dominated by labour migration (see also OECD 2008:272).

Since the beginning, immigrants' integration in the Portuguese labour market was dual: with part of the immigrant population incorporating the top segments with better salaries - dominated by European Union citizens -; and a second part incorporating in the most precarious, demanding, dangerous, dirty and poorly paid segments - dominated by PALOP immigrants and (since 2000) also by other nationalities, namely Eastern Europeans and Brazilians (Oliveira and Pires, 2010: 107-133).

The economic liberalisation and modernization of Portuguese economy - as a consequence of the Portuguese entrance in the European Union in 1986 - led to an upsurge in immigrant labour recruitment, to the development of certain economic sectors, to new forms of work relations and the flexibility in the labour market (Baganha *et al.* 1999: 150; Peixoto and Figueiredo, 2007:88). As a consequence, Portugal started to attract both qualified professionals and unqualified workers.

During the 1990s the foreign investment and the arrival of several transnational companies were responsible for the appearance of several managers and professionals in Portugal (Peixoto, 1998 and 1999). Furthermore, the modernization of several economic sectors made clear the lack of certain professionals in the Portuguese labour market.

Until 2001, as highlighted in table 1, foreigners had a higher percentage of managers and professionals than the Portuguese, having in 1981 and 1991 around 17% of their employed population in the first two occupational groups (when the Portuguese had only around 9% in those occupational groups). This difference between Portuguese and foreigners changed after 2001, starting to have almost the same rate of managers

and professionals – 15.1% and 15.8%, respectively. In 2011, Portuguese overcome the foreigners' rates with 22.7% compared to 13.1%. Among the different third-country nationals, Brazilians stand out in those two occupational groups until 1990s (with more than 30%), reflecting an important flow of highly skilled professionals (e.g. dentists, marketing professionals, IT experts, journalists) that occur in that period. In the transition for the present century a new inflow of Brazilians with a different profile took place, being mainly incorporated in manual and unqualified occupations, which reinforced a decrease of the importance of the managers and the professionals to 8.6% in 2011.

Table 1. Portuguese and Foreigners distribution by occupational groups, between 1981 and 2011

Occupational Groups		1981		1991		2001		2011	
		N	%	N	%	N	%	N	%
(1) Managers	Portuguese	277,322	7.1	173,908	4,1	317,995	6.8	310,678	7.5
	Total Foreigners	4,577	13.7	4,006	7,2	12,507	6.4	10,209	5.2
	Brazilians	627	21.1	588	9.5	1,29	5.6	1,921	3.0
	PALOP nationals	595	3.6	248	1.3	1,064	1.7	764	1.9
(2) Professionals	Portuguese	50,171	1.3	230,33	5.4	387,786	8.3	633,626	15.2
	Foreigners	1,018	3.0	5,862	10.5	18,487	9.4	15,470	7.9
	Brazilians	80	2.7	1,398	22.5	2,247	9.8	3,514	5.6
	PALOP nationals	43	0.3	394	2.0	1,779	2.9	1,283	3.2
Total Employed population	Portuguese	3,920,616	100	4,226,913	100	4,687,324	100	4,164,610	100
	Foreigners	33,474	100	55,616	100	195,959	100	196,577	100
	Brazilians	2,97	100	6,216	100	22,977	100	63,059	100
	PALOP nationals	16,543	100	19,334	100	62,403	100	40,041	100

Source: Census Data, INE (data not published / authors calculations)

The increase of tertiary education rates, the improvement of life standards and higher social expectations of the Portuguese (after 41 years of a dictatorial regime) made them start to refuse certain unqualified and lower paid activities in the labour market, increasing the demand for an intensive and unqualified foreigner labour force. Accordingly, during the 1980s and 1990s the immigration growth coming from PALOP (although also reflecting the “boom” of the post-colonial process) answered

mainly to the opportunities generated in unqualified segments of the Portuguese labour market – civil construction and the domestic sector.

The characteristics of the different immigrant groups that arrived in the 1980s and 1990s to Portugal also determined the occupational groups in which they were inserted in the labour market. The majority of the PALOP immigrant workers were unqualified and mainly answered to the labour demand of manual activities. As highlighted in table 1, in 1981 only 4% of PALOP workers were integrated as managers or as professionals – in comparison with 25% of the Brazilians (a figure even higher than the observed to the Portuguese– 8%). Ten years later the rate of PALOP nationals in those two occupational groups even decreased to 3% as, again in contrast, the percentage of Brazilians increased to 33% (being the figure of the Portuguese in 1991 only 10%).

In the end of the 1990s, the construction boom linked to several major infrastructural projects (e.g. new subway lines and stations, the 2004 European Football cup that pressured the construction of new stadiums, new railways and highways) and other opportunities of the labour market, diversified immigration flows. Regardless of their real qualifications, those immigrants (mainly from Eastern Europe) integrated the lower occupational groups of the Portuguese labour market (Oliveira and Pires, 2010: 115).

Hence in this last decade, similar to what is observed in other countries (ILO, 2004: 48), third-country nationals in Portugal become more segmented to the less attractive economic activities – unqualified, demanding, dangerous, poorly paid and precarious activities (Oliveira and Pires, 2010). According to the data published in 2009 by the Ministry of Labour in *Quadros de Pessoal*⁶, nearly 60% of the foreign workers registered are in the three bottom **occupational groups** (7/8/9) as only 42.6% of the Portuguese are represented in those same occupational groups. The nationalities overrepresented in those bottom occupations are the Guineans (80.7%), Ukrainians (77.5%) and Cape Verdeans (74.4%).

The higher concentration of the foreign population in the unqualified and manual activities of the Portuguese labour market does not reflect, however, the skills of the workers nor their past professional experience. In fact, it is possible to identify several situations of *overqualification* of foreigner workers in the labour market. In Portugal the share of foreign workers with a tertiary education working in a low or medium skilled job is 39% higher than the share observed in the Portuguese workers – a much higher difference than the observed in the EU-27 average, only reaching 10% (EUROSTAT 2011: 105). This gap indicates that immigrants encounter difficulties in having educational qualifications recognised in Portugal and the segmentation of the labour market impinges immigrants to the more demanding activities, namely those that Portuguese workers do not want to perform. The same report also underlines that the duration of residence has an impact on *overqualification*, concluding that set-

tled immigrants have a lower rate of *overqualification* (50% in Portugal and 36% in the EU-27) than the newly arrived (58% in Portugal and 43% in the EU-27). Hence, in Portugal the immigrants' duration of residence represents a decrease of 8 percentage points in *overqualification* situations, as the EU-27 only shows a decrease impact of 7 percentage points (EUROSTAT 2011: 106).

Nevertheless, data reported by *Quadros de Pessoal* highlights a higher rate of foreign workers with lower **levels of education** – only 7 percentage points of foreign workers have tertiary education compared to 14.9% of the Portuguese workers (see table 2).⁷

Table 2. Dependent workers by nationality, gender and levels of education in 2009

Education levels	Portuguese					Foreigner				
	Total (%)	Men		Women		Total (%)	Men		Women	
		N	%	N	%		N	%	N	%
Primary Education	1.1	17,124	1.2	12,504	1.0	3.9	3,631	4.1	2,441	3.7
Secondary School	62.0	979,527	66.5	708,585	56.7	57.0	51,006	57.3	37,591	56.5
High School	21.6	289,000	19.6	299,917	24.0	19.7	16,570	18.6	14,014	21.1
Post-Secondary	0.4	5,307	0.4	4,946	0.4	0.3	255	0.3	242	0.4
Tertiary Education (sum bachelor, degree, master and PhD)	14.9	181,950	12.0	223,116	18.0	7.0	5,840	7.0	5,481	8.0
Unknown	0.1	828	0.1	645	0.1	11.9	11,663	13.1	6,777	10.2
Total	100	1,473,736	100	1,249,713	100	100	88,965	100	66,546	100

Source: GEP/ MTSS, *Quadros de Pessoal* (data not published / authors calculations)

Another important indicator of immigrant workers discrepancy when compared to Portuguese workers is **income**. According to Cabral and Duarte (2011:113-114) there is a wage gap between immigrants and natives, being immigrants more concentrated on lower wages. Nevertheless, controlling education in 2008' *Quadros de Pessoal* data, the authors found two interesting exceptions: the wage gap between immi-

grants and natives was inexistent in the case of illiterate workers and very high to workers with tertiary education level (mostly from EU15).

The 2009 *Quadros de Pessoal* data show that, in average, foreign workers have a basic monthly salary 14% inferior to the national workers (see table 3). However, if this information is analysed according to occupational groups, foreign managers and professionals, even though representing only 3% of the total employed population in those activities, have in average monthly salaries 27% higher than the natives in those same occupations.

Table 3. Basic monthly salary (€) of Managers and Professionals with a Portuguese or a Foreigner nationality, in 2002 and 2009

Occupational groups		2002			2009		
		Total	Men	Women	Total	Men	Women
(1) Managers	Portuguese (€)	2,209.68	2,396.69	1,719.01	2,049.98	2,229.55	1,653.8
	Foreigners (€)	3,358.31	3,661.69	2,121.37	2,732.36	3,142.38	1,702.69
	income discrepancy between foreigners and Portuguese managers (%)	52.0	52.8	23.4	33.3	40.9	3.0
(2) Professionals	Portuguese (€)	1,519.4	1,676.71	1,324.66	1,640.34	1,826.06	1,461.72
	Foreigners (€)	1,705.39	1,971.77	1,381.78	1,969.21	2,249.51	1,657.43
	income discrepancy between foreigners and Portuguese professionals (%)	12.2	17.6	4.3	20.0	23.2	13.4
Total employed population	Portuguese (€)	687.48	747.42	601	867.54	940.52	773.47
	Foreigners (€)	569.66	590.86	517.64	743.39	809.94	639.6
	income discrepancy between foreigners and Portuguese workers (%)	-17.1	-20.9	-13.9	-14.3	-13.9	-17.3

Source: GEP/MTSS, *Quadros de Pessoal* (data not published / authors calculations)

These figures are biased by gender, as foreign women in the upper occupational group (only receive 3% more income than the Portuguese), but general foreign wo-

men have 17% lower income than the Portuguese (3% less than the observed difference between Portuguese and foreign men).

The income differences in the two higher occupational groups are also biased by the employee nationality, reflecting that the foreign population is not homogenous. Again according to *Quadros de Pessoal* data [see table 4], with the exception of USA citizens, the third-country nationals incorporated in the two higher occupational groups tend to receive less than the Portuguese: 1% to 2% less (Angolans and Brazilians), around 20% less (Indians), around 30% less (Chinese and Cape Verdeans), or even lesser (Guineans and Eastern Europeans). According to this data, the foreigner professionals in the worst situation are the Ukrainians that in 2009 received almost 50% less than the Portuguese professionals. In contrast, the professionals in the best income positions are the USA nationals (receiving 124% more than the Portuguese professionals) and the EU-citizens (receiving between 48% and 89% more).

Table 4. Basic monthly salary achieved by managers and professionals, according to the nationality of the worker in Lisbon region, in 2009

Nationality	Managers (€)	Professionals (€)	Average of salaries for the two professional groups (€)	income discrepancy in the 2 higher occupational groups with Portuguese workers (%)
USA	7770	2461	5115,5	124,3
England	6313	2296	4304,5	88,8
Germany	5280	2879	4079,5	78,9
Belgium	5970	1887	3928,5	72,3
Austria	4786	2517	3651,5	60,1
Spain	4516	2247	3381,5	48,3
Portugal	2707	1854	2280,5	0,0
Brazil	2990	1505	2247,5	-1,4
Angola	2471	2016	2243,5	-1,6
India	1846	1878	1862	-18,4
China	819	2460	1639,5	-28,1
Cape Verde	1814	1290	1552	-31,9
Russia	1181	1776	1478,5	-35,2
Guinea-Bissau	1379	1375	1377	-39,6
Ukraine	1051	1296	1173,5	-48,5

Source: GEP/MTSS, *Quadros de Pessoal* (data not published / authors calculations)

The legal framework for highly skilled immigrants in Portugal

Although the occupational diversity of the foreigners is recognized, in the past decades political attention has been focused on the foreigners insertion in the more precarious and manual activities of the Portuguese labour market (Peixoto 2008: 30). The immigrants' legalization processes from the 1990s to the beginning of the 21st Century, and some inclusion initiatives defined for immigrants until mid of the last decade, have mostly catered to the needs of foreigners integrated in the manual and less qualified occupations of the labour market.

In regards to highly skilled, entrepreneurs and self-employed immigrants, the Portuguese regulatory framework was weak or absent until 2007. Some of the measures that targeted these groups could have substantially improved the situation of some immigrant populations. Particularly, they could have contributed to the reduction of some discrepancy in the access to socio-professional mobility opportunities (Oliveira, 2008). Also until 2007, little attention was given to the mechanisms for recognition of foreign qualifications and, as a consequence, the Portuguese economy did not take advantage of the skills and qualifications of the inflows that arrived in the country, especially in the transition to the 21st Century – the Eastern European case (Peixoto, 2008:31).

Since 2007, aiming to attract highly skilled immigrants and frame the entrance of academic researchers, professors and other professionals coming from third-countries, Portugal introduced several legal and institutional changes. Important revisions were introduced in the immigration act, in the process of qualifications' recognition and the Actions Plans for Immigrant Integration (approved for the first time in 2007) also foresaw important measures targeting skilled immigrants. Several bilateral agreements were also established to reinforce the inflow of highly skilled migrants to answer to the demand of certain economic sectors (e.g. health sector).

The Portuguese Immigration Act

The 2007 legislation aimed to simplified procedures and reduced bureaucratic requirements to all immigrants. The Law replaced nine different forms of residence status with one type of visa, allowing the holder to enter Portugal, reside and work in the country. The legal regime for temporary migration was also regulated, providing for a temporary stay visa for seasonal work, and it was defined for the first time a regime for granting visas to entrepreneurs and highly skilled immigrants.

The mobility of highly skilled immigrants became framed by two different types of titles – *temporary visas* and *residency permits*. The different requirements and specificities for each title are described in table 5. Both legal titles underline that the skills and qualifications of the immigrants are recognised directly by the labour market

and/or by the employer. In other words, this Immigration Act does not require that highly skilled immigrants have an official recognition of qualifications prior to get the visa and enter in the Portuguese labour market. The law foresees that only in case of doubt the Ministry of Science and Higher Education is contacted to provide its official position.

Table 5. Specifications underlined in the 2007 Immigration Act to immigrants that came to Portugal to perform a highly skilled activity

Law 23/2007	Temporary visa for academic research and/or highly skilled activity	Residence permit for academic research and/or highly skilled activity
General description	For third-country nationals that aim to develop a research activity, teach in university or develop a highly skilled activity for less than 1 year.	For third-country nationals that aim to develop a research activity, teach in university or develop a highly skilled activity.
Requirements	Have to be admitted to work in a recognized research centre (by the Ministry of Education), namely through a labour contract, a contract proposal or a research scholarship.	Have to be admitted to work in a recognised research centre (by the Ministry of Education), namely through a labour contract, a contract proposal or a research scholarship.
	It is mandatory a previous and official evaluation from the Ministry of Education concerning the highly skilled activity requirements whenever there are doubts regarding the applicant competences.	Is mandatory a previous and official evaluation from the Ministry of Education concerning the highly skilled activity requirements whenever there are doubts regarding the applicant competences.
	Criminal Record	Criminal Record
	Travel insurance	Travel insurance
	Income requirements	Income requirements (including housing)
		Proof of qualification for the job/activity according to the law that frames the activity.
		Signed up in social security
Time frame	Maximum of 1 year stay. Requests for extensions for research activities or highly qualified work are dependent on a work contract or scientific research allowance [Art.º71]. The extension can go up to 1 year [Art.º72].	Valid for 1 year and renewable for periods of 2 years. After a period of 5 years, holders can apply for a permanent residence permit with no expiration but subjected to renewal every 5 years.

Complementary to these titles, Portugal also incorporated in 2012 the EU Blue Card. Portugal was (until August 2012) among the six countries⁸ that were delayed in transposing the Council Directive 2009/50/EC of 2009 on the conditions of entry and residence of third-country nationals for the purposes of highly skilled employment. In June of 2011, the Commission issued a notice to these countries and established a two month due date for the Member States to respond, the first step of the infringement procedure. In October of 2011, the Commission issued a Press Release⁹ identifying the three countries¹⁰ - which included Portugal - that had not responded to the Commissions' first notice, the second step of the infringement procedure.

In August of 2012 it was published a revised version of the 2007 Immigration Act (Law 29/2012) aiming, among other aspects, to transpose this European Directive. As required in the Directive it was underlined a change on the conditions of entry and residence of third-country nationals for the purposes of highly skilled employment, and establishing the means to process and monitor the European Union Blue Card system (details in table 6). As specified in Article 61º-A of the 2012 revised version of the 2007 Immigration Act, for an immigrant to acquire a residence visa for the purpose of performing a highly skilled activity s/he has to have a labour contract or a promise of work for at least one year with an income of 1.5 times more than the national annual average salary. It is also underlined that in case "the contract requires a regulated profession with highly skills, those should be validated and/or officially recognised as foreseen in the Law 9/2009 or other specific laws that apply to the recognition of professional qualifications". Furthermore this new version of the law specified the legal framework for EU blue card beneficiaries, underlying that those immigrants have to perform a highly skilled activity in the labour market. The law clarified some situations for third-country nationals that cannot apply/benefit from an EU blue card in which are included the foreigners that have a *residence permit for academic research* and/or *highly qualified activity* (described above).

Table 6. Specifications for the EU blue card underlined in the 2012 revised version of the Immigration Act

2012 revision of the Immigration Act	Residence permit for the EU blue card
General description	For third-country nationals that aim to develop a highly skilled activity in Portugal.
Requirements	Valid residence permit according to the aim of the stay in Portugal and presence in Portuguese territory.
	Labour contract compatible with a highly skilled activity with a minimum duration of 1 year and with an annual salary of at least 1.5 more than the average salary [or 1.2 of the average salary for professional groups 1 and 2].
	In regulated professions a document that certifies the profession has to be presented / In case of non-regulated professions, a document proving highly professional qualifications in the activity or specific sector of the contract has to be presented.
	Criminal Record
	Absent in the Schengen information system
	Absent in the Portuguese border police (SEF) system for non-admission
	Income requirements
	Health insurance or signed up in the national health system
	Signed up for Social Security
Time frame	Minimum 1 year of stay with a contract. The EU blue card is valid for a period of 1 year, being able to be renewed for successive periods of 2 years
Administrative procedure	The request for an EU blue card can be done by a Third Country national or by his/her employer in SEF. The decision has to be notified in no more than 60 days.
Rights / equal treatment to nationals	EU blue card beneficiaries have equal treatment to nationals in the labour market (e.g. work conditions, income, health, training, recognition of diplomas, social security benefits, free circulation in the Portuguese territory)
Long term residence	EU blue card beneficiaries can get a long term status after a period of 5 years of legal residence in the EU with a EU blue card status, with no absences from EU territory for periods of more than 12 consecutive months and in total of no more than 18 months absent.

Cerna (2008:9) alerts, however, for three common problems in the Member States regarding the EU Blue Card system. The first problem is the possibility for each Member State to accept or refuse an application in compliance with their quota system

and/or labour market gaps. Although this allows for better control, it permits the Member State to easily justify acceptance/denial of entry. Besides, if the purpose of the Directive is the harmonisation of the entry and permanency of highly skilled third-country nationals, the quota system rationalization does not really harmonise it. Since 2001 Portugal has a quota system mainly for unqualified workers based on annual opportunities of the labour market. Giving the fact that these policies have been providing symptoms of inefficiency (Peixoto, 2002 and Baganha, 2005), further reflection should be promoted to regulate the inflows of highly skilled immigrants.

Secondly, also according to Cerna, there is no harmonised system for the recognition of degrees and qualifications not only in Europe, but also internally in each country – as the Portuguese case highlighted with the recognition of qualifications dependent exclusively on the universities until 2007 which could provide different decisions to the same applicant.

The third problem identified is the fact that immigration policies are not quite one of the pull factors for this target group, which is more concerned with “language, higher wages and working opportunities” (Cerna 2008:9). Migratory movements are more influenced by cultural and regional affinities and common history, than with immigration policies (Lowell 2008:52). The inflows of highly skilled immigrants from Brazil and Africa to Portugal are an evidence of this argument. Egreja and Oliveira (2008: 3) on their study identified cultural proximity, common language and the existence of special regulation simplifying the bureaucratic process of qualifications recognition (with special and bilateral agreements) to be the main reasons for highly skilled Brazilians to choose Portugal as their migratory destination.

Therefore the question lies on whether the investment of the European Union in this scheme will be enough to effectively reach its objective of attracting highly skilled individuals. Furthermore it should be discussed the impact of the EU Blue Card in each member state, as the attraction capacity is not uniform throughout Europe. In the case of Portugal, will the country truly be attractive to highly skilled immigrants? Or will it continue to mainly host immigrants from countries with whom it has cultural proximity (e.g. Brazil, PALOP), or immigrants that arrive in Portugal to situations of *overqualification*? Or even will Portugal still attract highly skilled immigrants that answer to multinational companies’ settlements?

Moreover it should be analysed the conditions to Portugal become attractive to highly skilled third-country nationals, namely to answer to the demand of certain professional sectors, when presently is under a fragile economic situation and the professionals and young highly skilled are leaving the country because do not find a job.¹¹ According to the National Statistics Institute (INE) in the third trimester of 2011 it increase in 17% the unemployment of individuals with tertiary education, as the number of unemployed with lower education decreased in -3.2%.¹²

In a comparative glance, we can say that the outflow of Portuguese nationals for the purpose of highly skilled work has historically not been very relevant, but that it has been increasing over the years. The increased number of emigrants can reflect several different reasons: entry into the European Union, higher number of highly qualified individuals, low income possibilities especially in comparison with other developed countries. According to Peixoto (2004:16), Portugal may experience in the near future a *brain drain* directed to the economic and scientific system of Europe or elsewhere. This situation of potential *brain drain* for Portugal has been further aggravated by the present economic crisis, being experienced pretty much at the global level, but with particular hardships for Portugal. As reported in a Migration Policy Institute's issue (MPI, 2011), there are rising evidences that highly skilled immigrants and native-born workers from countries more affected by Europe's post-recession debt crisis are leaving in search of better opportunities elsewhere. Furthermore, highly skilled second generation immigrants, many of whom get their diplomas in Europe, are increasingly returning to their countries of origin. Having said that, in a near future several damaging impacts might be expected for the highly skilled workers' attractiveness of Portugal, both for immigrants (including those educated in Portugal) and natives.

Recognition of qualifications

The immigrants' recognition of qualifications is also a part of the labour integration process. Nevertheless, as discussed by Reis (2007: 171) the immigrants' recognition of qualifications might have a complex meaning, not only because immigrants tend to avoid the process of recognition of professional skills, but also because there is a gap between some immigrants' human capital and its use in the labour market of the host society.

Considering that in the past decades Portugal have been mainly attracting and receiving immigration flows that were incorporated in unskilled activities, the legal framework of qualifications recognition was not very developed until few years ago. Until 2007 the system was much more subjective and under the dependency of each university that analysed the applicants case by case. Acknowledging the growth of situations of *overqualification* in the Portuguese labour market the legal framework was structurally revised. The higher education structure suffered some changes with the objective of turning the Portuguese system more comparable to other systems currently used in great number of countries.

In 2007, the new Law-Decree (341/2007) for the recognition of foreigner academic titles (Bachelors, Masters and Doctorate) gave a different answer to the recognition process aiming to make it more transparent, which resulted in the rise of the number of successful applications and attribution of academic recognitions (highlighted in figure 1). Under this new law it was defined a national commission for the recognition

of foreign academic titles that underlined a list of institutions and degrees to which the process would be simplified and/or almost automatic the registry of the recognition of the degree. The new framework also foresees that candidates can apply for the recognition not only in universities but also in the ministry of education (Direção-Geral do Ensino Superior) being equal fees paid in all institutions. Becoming the process much more uniformed this way it is interesting to identify that in 2012 almost 94% of the recognitions registrations (983) were made in the ministry of education, decreasing substantially the number of candidates that applied in universities since 2008.

The Portuguese legal framework also underlined the recognition of professional qualifications for regulated professions. Law 9 of March 4th, 2009¹³ transposed two EU Directives, one regarding the recognition of professional qualifications and the other related to free circulation of people after the integration of Bulgaria and Romania. This diploma outlines the requisites in the process of recognition of professional qualifications, namely in what is necessary to include in the written statement that must be submitted in the entry to the national territory. The recognition of qualifications gives access to equal treatment to those practicing the profession in national territory. This Law is only directed at European Union nationals that have obtained their professional qualifications in another Member state, or, for EU nationals that obtained their professional qualifications in a non EU country but had their qualifications already recognised in an EU Member state in accordance with the conditions there required. To those third country nationals that obtained their qualifications in a non EU Member state, the requirements previously described about the academic recognition of diplomas apply.

Acknowledging that the lack of information about the recognition of qualifications was considered to be, among others, a fundamental problem faced by immigrants that did not felt the process transparent enough; in the past decade several support services targeting highly skilled immigrants and holders of foreign degrees have been promoted both by State institutions and civil society organisations.

The High Commissioner for Immigration and Intercultural Dialogue (ACIDI) created in 2003 a *support office for academic and skills recognition* as part of the Lisbon's National Immigrant Support Centre.¹⁴ Because the process of recognition of qualifications was seen as a big handicap for integration and there was a dispersion of the responsible services with different opening hours; this Office was organised to give an integrated answer to immigrants, in collaboration with the competent entities. Between April of 2003 and January of 2005, 787 individual processes were opened. Most cases originated from PALOP (96) and countries from the former USSR (88). The main obstacles identified were: gathering all required documentation for the application process in the country of origin; the translation and authentication of the translation; registering in Professional Associations; access to the descriptive programme

of courses (one of the requirements), as well as in the length of the thesis that then had to be translated. After 2005 this Office was suspended for re-evaluation, since the complexity of the process of recognition did not allowed the service to properly give an integrated answer to the difficulties presented by the immigrants. Since it reopened, in 2009, the office increases the number of cases that receive from year to year.¹⁵

The Jesuit Refugee Service also created a *Qualified Immigrants Support Office* that received in 2011 about 248 requests of support out of which 36% were successful in seeing their academic title recognised, while 12% were still waiting on a decision, making for 52% of applicants refused. The failure in attaining the recognition is mostly linked to long waiting periods, lack of required documentation, financial difficulties and others. Most of the applicants involved in this process were from the Health sector. Among the successful candidates, after the recognition of their qualifications, 39% were working in a related field, 22% in the specific field, while 28% were still actively looking for integration in the labour market.

Bilateral agreements

Several Bilateral Agreements aim to facilitate the insertion of nationals of the given countries into the labour market, school system or training opportunities. Portugal have been celebrating Bilateral Cooperation Agreements with a great variety of countries, such as with Countries with Portuguese as Official Language (Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, East Timor, Mozambique and São Tomé and Príncipe), Angelia, Jordan, Libya Philippines, Tunisia, etc., mostly relating to the exchange of students, teachers, trainers, research and experts.

Portugal also established with African Portuguese Speaking Countries and Brazil several Agreements of friendship and cooperation, based on a common history and cultural proximity. Among other aspects and in reciprocity, those agreements underline the circulation of students and professionals and establish mechanisms to regulate and simplify the movement of these individuals. There are Agreements that presuppose the automatic recognition of training and qualifications. It was this particular relationship between Portugal and Brazil, for example, that allowed for a large number of Brazilian professionals to integrate the Portuguese labour market in the 1980s, according to the Friendship Agreement initially established in 1966 and updated in 2000.

The Administrative Agreements are often more specific, celebrated between two administrative bodies from each of the countries, aiming at fulfilling an activity area with benefits for both sides. Examples of this are the Health sector agreements formulated since 2008 to promote the circulation of health care professionals. Those agreements originated from the demand of the Portuguese health service and the

supply of medical doctors and other health professionals from some Latin America countries, foreseeing a limited number of health professionals that can be contracted aiming to limit the negative impact that they might have to the health system of the origin countries (Masanet, 2010: 259). Those special agreements were celebrated with Uruguay, Cuba, Colombia and Costa Rica, respecting the guiding principles of *WHO's Global Code of Practice on the International Recruitment of Health Personnel*, and were defined in different ways: either as memorandums of understanding between ministries of health underling health cooperation in the interest of both countries (the case of the memorandum between Portugal and Uruguay); agreements between health services and local authorities (the case of Cuba with the Vila Real de Santo António' city hall – in Algarve); or bilateral agreements for the recruitment of health professionals to Portugal (the case of Colombia, Costa Rica and Cuba). The selection procedure for the doctors who applied to come to Portugal included a personal interview, a course and test of Portuguese, an evaluation of medical expertise and the recognition process of the medical diploma.

The *National Health Plan* for 2011-2016 underlines the need of health professionals, being that need answered namely by special cooperation agreements established between the health ministries of Portugal and other countries (with recruitment framed by WHO code). Related to the Community of Countries with Portuguese as the Official Language (CPLP) the Plan also underlines the responsibility of Portugal to host health professionals or health interns for technical or professional training to complement their studies.

In sum, it is important to stress that the Portuguese legal framework described above can have distorted impacts in several highly skilled immigrants. In other words, it should be acknowledged that the efficiency of these special agreements, special visas and the recognitions of qualifications can be contingent with the lack of opportunities of the labour market and limited, to a certain extent, by Professional Associations that can inhibit professionals to use their qualifications in the Portuguese labour market or limit their access to certain professional fields. In Portugal several Professional Associations have contested the adequacy of the qualifications of certain professionals, often forcing them to long waiting periods for registry, which is a serious problem to those who need to work in regulated professions.

The immigrant professionals that were mobilised to integrate the health sector highlight very well this tension and the power that the Professional Association can have. Although the Portuguese ministry of health was engaged in defining special agreements with third countries to mobilise professionals aiming to resolve the national problem of demand of health professionals, the Medical Doctors Association had its role in defining limits of these agreements. The association had to be involved in the process of validation of these professionals and agreed on the integration of these professionals as long as they would be inserted in primary health care (mainly

to answer to the lack of family doctors and doctors of general practice to emergency services) and not in medical specialties. Still the Medical Doctors Association made an official statement in its website¹⁶ explicitly targeting Cuban doctors, questioning the need for their recruitment and the salaries being paid in detriment to the recruitment and salaries potentially paid to national doctors/medical students. Considering the present economic situation, the negative tone of the communication implied the State preference for foreigners over nationals.

Several Brazilians, beneficiaries of the Friendship Agreement that foresaw the automatic recognition of certain qualifications, were also inhibited of performing in certain regulated professions throughout the years. As such highly skilled immigrants might face more difficulties of insertion in sectors where professional regulations and/or the procedures related to the recognition of qualifications are complex (Peixoto, 2004: 7).

Integration measures targeting highly skilled migrants

Complementary to the legal framework described, the process of integration can be facilitated through national policies and programmes that target immigrants' needs and vulnerabilities. The two National Plans for Immigrant Integration and specific programmes have been also targeting highly skilled immigrants, particularly since 2007.

The first *National Action Plan for Immigrant Integration* (2007-2009)¹⁷, involved the commitment of 13 different Ministries and defined 122 measures, out of which two measures were directly linked to highly skilled immigrants: the creation of a Support Office for the recognition of foreign qualifications and a more adequate legal framework for the recognition of academic titles. Still acknowledging that some vulnerabilities and problems continued existing related to this group, under the second plan (2010-2013), with 90 measures in collaboration with nine Ministries, two measures were directly linked to highly skilled immigrants: measure 17 "*Simplifying the qualifications recognition process*"; and measure 19 "*Creating an information system on highly-qualified immigrants*". Although the process of recognition of qualifications had a significant improvement with the 2007 Law review, these measures reflect that more has to be done. As it has been reported by civil society organizations and immigrant leaders further simplification is necessary in order to appropriately integrate qualified immigrants in the labour market. Measure 19, for example, on the creation of a database on highly skilled immigrants is particularly important giving the fact that – as reported before – immigrants face higher *over-qualification* rates in the Portuguese labour market than the Portuguese workers. Hence, the Portuguese government gives signs of wanting to identify the qualifications and/or areas of skills available and underused in the labour market.

Complementary to these policy measures, in the past years, several special programmes and services have been created in Portugal to combat the situations of *overqualification* of immigrants, especially targeting health professionals. Most of these programmes were promoted in a pilot-phase by civil society organisations, but got the support and the sponsorship of public administration later on. One of the most significant experiences for the recognition of foreign qualifications in Portugal was the *Project of the Support to the Professionalization of Immigrant Doctors*. The pilot project was originally implemented by the Calouste Gulbenkian Foundation and the Jesuit Refugee Service with the main goal of promoting the recognition of qualifications of foreign doctors for them to be able to exercise their profession in Portugal. The project was developed from June 2002 to December 2005 and had a success rate of nearly 89% (106 fully integrated doctors out of the initial 120 applicants). The main challenges in the implementation of this project were the problems of articulation with Medical Schools and the Portuguese Medical Association and difficulties related to professional placement, mainly related to the type of documentation required and the extensive waiting periods.

Subsequently, a new project mirroring this one but directed at nurses was promoted from 2005 to the end of 2007. This project found improvements, namely in the consolidation of partnerships, better Portuguese language courses modalities and better labour market integration. Out of 350 applications 59 candidates met all required criteria (43 women and 16 men). A variety of activities were identified, aiming to go beyond the professional integration of these professionals but towards a wider perspective of integration. In order to consolidate the economic incorporation of this group, 30 health institutions were contacted and only 5 of those showed receptiveness to the integration of immigrant nurses in their facilities. Out of all the selected candidates, 45 passed the exam and obtained equivalence of the Nursing Bachelors (38 women and 7 men), resulting in a final success rate of 76%.

Again in 2008, taking into consideration the immigrants' qualifications already available in Portugal and the national needs of the health sector, the doctor's support project was picked up and sponsored by the Ministry of Health. It was put into practice with the collaboration of the two entities involved in the previous editions, the Calouste Gulbenkian Foundation and the Jesuit Refugee Service, and Portuguese Medical schools, the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Internal Affairs. Under Law 925/2008 and Notice 25409-A/2008, a new edition was launched for the integration of foreign doctors into the National Health Service. The project had the duration of 35 weeks and implied the reception of all application documents, the attendance of Portuguese language training sessions and exam, equivalence of medical diploma, professional internship, theoretical medical exam and, finally, the registry in the Portuguese Medical Association. 139 out of the 183 applications submitted met all the necessary requirements (76%),

and after the interview process and the Portuguese language tests, 83 candidates were admitted in the project (around 49%). The success rate of this project was 37%, with 67 of the applicants completing all phases of the project and successfully getting their qualifications recognised and registering in the Portuguese Medical Association.

Although targeting a limited group of professionals, this project has been considered a good practice regarding the professional integration of highly skilled immigrants, highlighting effective partnerships and cooperation that can be established between different institutions, although it has not been replicated (so far) to other professionals.

Highly skilled immigrants in Portugal: three different realities

The Portuguese opportunity structure described above have different impacts according to the group of highly skilled immigrants in Portugal: (1) highly skilled immigrants at entrance; (2) immigrants acknowledging as highly skilled after a process of recognition of qualifications or after studying in Portugal; and (3) potential highly skilled immigrants.

The National Action Plans for Immigrant Integration, the special programmes for the integration of foreign doctors and nurses, and the support offices to highly skilled immigrants are examples of policies developed in Portugal targeting mainly the vulnerabilities of the potential highly skilled immigrants (group 3). In other words, these measures mainly aim to combat the *brain waste* that became more evident in Portugal in the transition to the 21st century with the arrival of Eastern Europeans. On the other hand, the 2007 immigration act (with revisions from 2012) mainly answers to the needs of highly skilled immigrants at entrance to Portugal (group 1).

Although, as reported by Peixoto (2004: 2), there are several methodological difficulties to generally evaluate the phenomenon because detailed annual statistics on occupation and education are scarce in Portugal, it is important to understand the characteristics and vulnerabilities of each profile of highly skilled immigrant in Portugal and, consequently, identify the situations that have a lack of policy answers.

Highly skilled immigrants at entrance to Portugal

As described before, in 2007 Portugal defined for the first time in its Immigration Act special channels for the entrance of highly skilled immigrants. Accordingly, since 2007 it is possible to highlight the number of highly skilled immigrants that entered Portugal to perform an economic activity that requires technical ex-

expertise or a tertiary education (being that expertise or qualification recognised officially or not). As highlighted in table 7, the number of visas issued increased since the law was approved. In 2009, the peak of the past five years, 869 foreign citizens arrived in Portugal to perform a highly skilled activity, representing 3.2% (404 persons) of the total residence visas holders and 15% (465 persons) of the total temporary visas holders. In the past years, three third-country nationalities appeared overrepresented in this inflow – Brazil, China and India.

Table 7. Visas issued for highly skilled foreigners, according to the main nationalities, from 2007 to 2011

Year and nationality		Residence Visas			Temporary visas		
		Total	Highly skilled	Rate	Total	Highly skilled	Rate
2007	Total	6,432	53	0.8	692	17	2.5
	Brazil	1,429	15	1.1	35	2	5.7
	China	390	10	2.6	6	4	66.7
	India	66	11	16.7	12	2	16.8
2008	Total	14,732	292	2.0	2,954	444	15.0
	Brazil	3,143	102	3.3	295	126	42.7
	China	1,269	39	3.1	58	11	19.0
	India	317	21	6.6	76	11	14.5
2009	Total	12,741	404	3.2	3,114	465	14.9
	Brazil	2,560	143	5.6	363	134	37.0
	China	1,257	31	2.5	39	11	28.2
	India	478	62	13.0	91	30	33.0
2010	Total	11,888	447	3.8	2,843	236	8.3
	Brazil	3,254	143	4.4	189	69	36.5
	China	971	29	3.0	144	2	1.4
	India	276	58	21.0	113	38	33.6
2011	Total	11,604	387	3.3	2,525	240	9.5
	Brazil	3,846	104	2.7	144	60	41.7
	Colombia	166	109	65.7	24	3	12.5
	China	454	24	5.3	118	4	3.4
	India	369	44	11.9	116	27	23.3

Source: Ministry of External Affairs of Portugal

In the year 2011 the number of Colombians stands out, representing 28.2% of the total residence visas issued to highly skilled immigrants. More outstanding is the fact that out of the overall number of Colombians that arrived that year to Portugal with a residence visa, 65.7% were to be inserted in the Portuguese labour market in a highly skilled activity. This inflow is explained by a special agreement established between Portugal and Columbia to answer to an urgent demand of medical doctors. As reported before, the demand for health professionals justified in the past years the definition of special agreements aiming to recruit third-country nationals with the right skills. In 2008 the Ministry of Health reported almost 3 thousand foreign health professionals working in the Portuguese health system (among those there were 1,389 EU professionals, 743 PALOP professionals, 405 Brazilian professionals and 120 from Ukraine), reflecting a decrease of 13% in comparison with the number of the total foreign health professionals incorporated in 2001, but an increase of 36% in the number of third-country nationals' health professionals (ACSS, 2010).¹⁸ On the other hand, being Portugal under a period of public budget contention, the foreign health professionals are proving to be an important answer to overcome the lack of doctors and nurses, receiving lower salaries and getting contracts for a limited time for urgent needs of the health system (Baganha and Ribeiro, 2007: 62-63).

An increase of variety of health professionals should be also seen as an added-value for the health service providers keeping in mind that the users of the health system also diversified in the past decades with the increase of immigration flows to Portugal. However, an effective mobilization of external recruitment of foreign professionals is dependent on the efficiency of the process of recognition of qualifications, and in the linguistic and cultural competences of those professionals, underlined not only in the interaction between them and their patients, but also with other health professionals (Baganha and Ribeiro, 2007: 75).

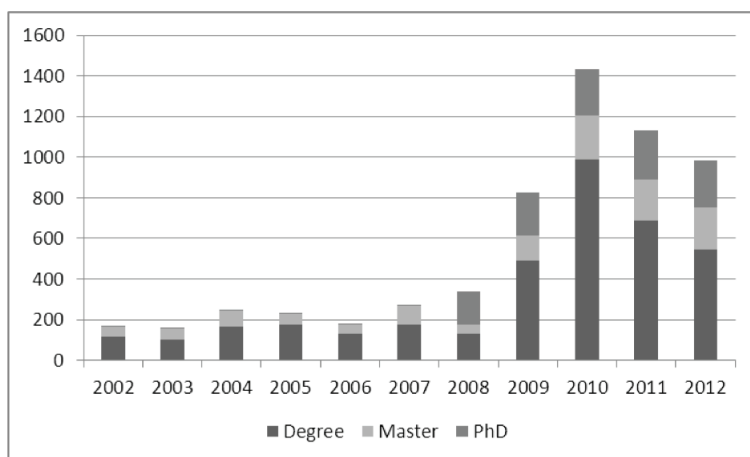
Another reality of this first group of highly skilled immigrants is of those foreign professionals that arrive directly under the staff of multinational companies or international institutions. As further studied by Peixoto (1998), these professionals do not see themselves as immigrants or consider Portugal as a final destination, but mainly are installed in the country to develop their professional career under the company that they belong to. Arriving already employed according to their qualifications, these highly skilled immigrants usually do not report or are confronted with the difficulties of the other groups (e.g. difficulties in the recognition of qualifications, situation of *overqualification*, problems with professional associations in regulated occupations, lower salaries).

Immigrants acknowledged as highly skilled after the recognition of qualifications or after studying in Portugal

The second group comprises immigrants that did not arrived in Portugal formally as highly skilled individuals but rather, after a process of recognition of qualifications or after getting a tertiary education level in the host society, became acknowledged as being so.

Skilled immigrants in Portugal without recognition of their qualifications represent an important human capital that is not being used in the labour market. In the past years there has been a significant increase in the number of recognitions of qualifications of holders of tertiary education level (see Figure 1). This positive evolution, among other factors, reflects the change in the law of qualifications recognition and several integration measures and services that were created in the past years targeting immigrants that were in situations of *overqualification* in the Portuguese labour market. The vulnerable economic situation of Portugal, since 2008, that affected the demand in the sectors (construction, hotels and restaurants), where immigrants were mainly inserted in unqualified occupations, might also explain the increase of interest of candidates for the recognition of qualifications aiming to access to other occupations.

Figure 1. Recognitions of qualifications of holders of tertiary education level, from 2002 to 2012



Source: Direção Geral do Ensino Superior – MCTES

Note: From 2008 to 2012, the figures report recognitions preceded in Universities and recognition registries of the Ministry of Education (Direção Geral do Ensino Superior) as foreseen in the Law-Decree 341/2007

In the past years, among the third-country nationals, Brazilians have been the first nationality obtaining the recognition of qualifications, representing in 2005 and 2007 around 27% of the total number of recognitions conceded. This reality also reflects a bilateral agreement between Portugal and Brazil for the automatic recognition of academic titles and qualifications, since 1966. Eastern Europeans – especially Ukrainians and Russians – also increased the number of diplomas recognitions in the past years (the Ukrainians represented, for example, in 2010 about 27% of the recognitions of degrees issued). This last case reflects not only the increase of these citizens in Portugal in the past ten years, but also the fact that some of them have been targeted by measures developed aiming to combat *overqualification* situations faced in the Portuguese labour market.

Another reality that should also be included in this second category of highly skilled immigrants is of the foreign students of tertiary education in Portugal. In the school year 2008/2009 nearly 3 thousand foreigners ended a tertiary education level in Portuguese universities. The immigrant border control police (SEF) have been also reporting an increase in the number of resident permits issued to students of tertiary education level: 2,622 permits in 2008 to 10,275 permits issued in 2012.

As discuss by Peixoto (2004: 15) and Góis and Marques (2007: 98), in some cases, these students inflow can indirectly promote *brain drain* to the countries of origin, as several of these immigrants are coming in fact from countries with whom Portugal established education cooperation agreements (e.g. African Portuguese speaking countries). These agreements underline the requirement that these students should return to their home countries at the end of their university studies, nevertheless most of them do not return. Acknowledging this, under the second National Action Plan for Immigrant Integration it was foreseen a measure to promote a better coordination between Portugal and the countries of origin concerning the attribution of scholarships to students of tertiary education in the areas where there is a lack of professionals in the sending countries to counteract the effect of *brain drain*. Furthermore the 2007 Immigration Act also underlined in Article 122º that immigrants that entered Portugal to study can convert their title to be able to work after concluding their studies, as long as they did not come to study through cooperation agreements. In other words, the Immigration Act also underlines impediments for those students to try to avoid those situations of *brain waste* to the countries of origin with whom Portugal cooperates in the education area. Nevertheless, on the other side, this legal article foresees the use of immigrants' qualifications acquired in Portuguese universities in the national labour market, acknowledging the *brain gain* that these immigrants might represent to Portugal.

Other nationalities have also enrolled in higher education, namely in PhDs or post-Doc programmes, with the direct purpose of working in Portugal, being most of them incorporated in university research centres (e.g. Chinese and other Asians).

In 2009, about 1,523 foreign doctorate graduates were working in Portuguese universities without having their qualifications formally recognised yet (GPEARI, 2009: 19), although their employers – the universities – contract them on the basis of their tertiary education level.

Potential highly skilled immigrants

The third category of highly skilled immigrants relates to all the immigrants that have a tertiary education which is not being used in the Portuguese labour market. To measure the situations of *brain waste* in the Portuguese labour market we analysed how the working population with tertiary education matches professional positions (see table 8). In 2009, according to data coming from *Quadros de Pessoal*, only 42% of the third-country nationals with higher education were working in a 'higher' occupation (groups 1 and 2). In contrast, around 57% Portuguese and 70% EU employees with tertiary education were incorporated in those occupations.

Table 8. Foreigners and Portuguese with tertiary education by occupational groups in 2009

Employees with tertiary education according to occupational groups	Portuguese (A)		Third-country nationals (B)		EU nationals (exclude Portuguese) (C)		B - A	B - C
	N	%	N	%	N	%		
(1) Managers	85,041	18.9	1,243	15.4	1,365	29.1	-3.5	-13.7
(2) Professionals	170,578	37.9	2,125	26.4	1,898	40.5	-11.5	-14.2
(3) Technicians and associate professionals	104,438	23.2	1,133	14.1	783	16.7	-9.1	-2.7
(4) Clerical support workers	63,627	14.1	993	12.3	405	8.6	-1.8	3.7
(5) Service and sales workers	18,058	4.0	997	12.4	131	2.8	8.4	9.6
(6) Skilled agricultural, forestry and fishery workers	1,012	0.2	89	1.1	27	0.6	0.9	0.5
(7) Craft and related trades workers	3,163	0.7	559	6.9	20	0.4	6.2	6.5
(8) Plant and machine operators, and assemblers	1,675	0.4	326	4.0	29	0.6	3.7	3.4
(9) Elementary occupations	2,616	0.6	598	7.4	27	0.6	6.8	6.8

Source: GEP/MTSS, Quadros de Pessoal (data not published / authors calculations)

Furthermore, there are less third-country nationals with tertiary education in the two higher occupational groups (1 and 2) when compared with Portuguese (-15%) or with EU nationals (-28%). On the other hand, there are more third-country nationals with tertiary education in the three lower occupational groups (7/8/9) than Portuguese with the same qualifications (+17%) or other EU nationalities (+17%).

These situations of *overqualification* and/or of highly skilled immigrants inserted in precarious and manual activities of the Portuguese labour market can underline situations of frustration, lack of work experience in the activities that they are performing, or even unwariness of security rules in the development of certain activities. As highlighted by Oliveira and Pires (2010), the immigrants that have higher rates of *overqualification* in the Portuguese labour market are exactly the ones with higher rates of fatal work accidents – the case of Ukrainians – that contrast with the Cape Verdeans that have the lowest rates of work accidents, have lower levels of education and higher work experience in unqualified and manual activities (Oliveira and Pires, 2010: 139).

Conclusions

This article emphasized a typology of three groups of highly skilled immigrants in Portugal to better characterise the phenomenon: (1) highly skilled immigrants at entrance; (2) immigrants acknowledged as highly skilled after a process of recognition of qualifications or after achieving a tertiary education in Portugal; and (3) potential highly skilled immigrants. The characterization of the Portuguese *opportunity structure* allows identifying the difficulties and prospects that these immigrants have been facing in the country to the full use of their qualifications in the labour market.

In the past years several policies and programmes have been developed: a new legal framework on the recognition of academic titles, together with special programmes (governmental and civil society initiatives) aimed to contribute to the prevention of the *overqualification* of immigrants in Portugal, as well as *brain waste*. In the past years it increased the number of successful applications and attributions of qualification recognitions and the number of programmes that aimed to guarantee the immigrants insertion according to their qualifications (mostly in the health sector). On the other hand, the 2007 Immigration Act created special gates for highly skilled immigrants, aiming to promote *brain gains* for Portugal.

The table below summarizes the policy developments of the past years targeting highly skilled immigrants. The analyse is organized according to the three groups of highly skilled immigrants identified and characterized in this article, aiming to highlight that the policies developed in the past years target differently those different profiles of highly skilled immigrants. The table below allows to underline policy and services gaps to these groups.

Policies and measures	Typology of highly skilled immigrants		
	(1) <i>Highly skilled immigrants at entrance</i>	(2) <i>Immigrants acknowledged as highly skilled immigrants</i>	(3) <i>Potential highly skilled immigrants</i>
Immigration act	special visas since 2007, reinforced with the blue card directive		
Recognition policies		changes since 2007 aimed to make the process of recognition of qualifications more transparent	
Bilateral agreements	Administrative agreements with Latin American countries for the recruitment of health professionals	Agreements for exchange of students and researches, namely with several countries with Portuguese as official language / special case of Brazil with the friendship agreement	
Action plans	Health plan (2011-2016) underlines the need of health professionals and of special agreements to overcome that problem	Integration plan with measures since 2007 on the simplification of recognition of qualifications system	Integration plan foresees the creation of an information system of highly skilled immigrants in Portugal (until 2012) to combat the <i>overqualification</i> problem
Support Services		Several support offices for the recognition of qualifications from public and civil society organisations / Special programmes to support the professionalization of immigrant doctors and nurses and/or the recognition and equivalences of their qualifications	Special programme for doctors and nurses to match the needs of the health sector in Portugal with the immigrants in <i>overqualification</i> already in the country

(1) The first group – highly skilled at entrance in Portugal –, because tend to be understood as less vulnerable in the Portuguese labour market have not been targeted by any specific integration measure or service. Because these immigrants already

enter in Portugal to use their qualifications (being officially recognised or not), the policies that targets them are the ones that regulates their entrance in the country (visa issuing and bilateral agreements to answer to specific professional needs).

EU Blue Card can contribute to making the European Union an attractive destination for highly qualified individuals. Cerna (2008:5) discusses that the Card aims, not only to protect the third-country highly qualified workers from being exploited – the danger of *overqualification* –, but also to simultaneously protect the nationals (and all EU citizens) from a cheap labour market glitch. As consequence, it is expected that the transposition of this Directive to national legislation (in place in Portugal since August 2012) might reinforce the policies for the insertion and integration of this immigrant population.

Still the discussion for a near future should also be if this policy will be attractive enough when Portugal is facing an increase of Portuguese emigration with tertiary education, reflecting the lack of opportunities of the labour market. Furthermore, it is important not to forget that in the past decade Portuguese overcome the foreign rates in the two first occupational groups (professionals and managers). The increase of tertiary education rates, the improvement of life standards and higher social expectations of the Portuguese, made them avoid certain unqualified and lower paid activities in the labour market, which can increase, on one side, the demand for an intensive and unqualified foreigner labour force, and on the other, decrease the demand for highly skilled immigrants. Hence, further research should be done on the effects of the economic situation of Portugal in net migration of highly skilled flows. In the beginning of this century Peixoto concluded (after analyzing data from the 1990s) that the panorama in Portugal on highly skilled migration reflected a net migration gain: outflows seemed relatively more temporary and less company-related than inflows (Peixoto, 2004: 15). This past decade – particularly after the beginning of the economic crisis – there has been a shift with a new outflow of Portuguese professionals, being Portugal particularly fragile in its competitive capacity to attract worldwide talents, retain the best national talents and/or to assure the return of the highly skilled Portuguese.

In addition, similarly to other countries, in Portugal it is observed a gap between the wages of natives and immigrants occupying the same occupational groups. Third-country nationals incorporated in the two higher occupational groups tend to receive less than the Portuguese professionals (between 1% and 50% less than the Portuguese professionals) as, in contrast, North Americans and the EU-citizens tend to receive much more (between 48 and 124% more) than natives. Immigrants with tertiary education confirm these wages gaps. These evidences suggest that highly skilled immigrants have different revenues in the Portuguese labour market according to their nationality.

(2) Highly skilled immigrants from the second group are the ones that are targeted with more policies, measures and programmes. Reflecting the problems and difficulties of the process, the legal framework for the recognition of qualifications has been changing and the support services (public and private) for immigrants have been increasing. Being the investment made mainly in the pursue of the recognition of qualifications of these immigrants, more should be done to answer to the specific needs of immigrants that already went through a process of recognition of qualifications and still are not incorporated in the labour market according to their skills. Although several factors can contribute to this (e.g. unemployment, economic situation of the country, social exclusion, social ties linked to specific ethnic niches), it is important to acknowledge that those experiences, cutting professional mobility aspirations, might also undermine the integration process in the host society.

Another reported difficulty relates to the resistance of certain Professional Associations for incorporate foreign professionals. Even when the overall picture of the country shows particular necessities in certain fields (e.g. the medical field), certain Professional Associations have contested the adequacy of the qualifications of these professionals, often forcing them to long waiting periods for registry. This is particularly problematic for regulated professionals undermining sometimes the efficiency of qualification recognition mechanisms.

Special agreements that integrate holistically the needs of the country with the needs of the highly skilled immigrants should be further explored as a solution - as highlighted with the agreements promoted to answer to the needs of the Portuguese health service. In these examples the cooperation between different institutions (health ministries of the sending and the host country, professional associations, qualification recognition institution, language training institution, employer entity, etc) aimed to provide an equilibrated answer to countries in a *brain exchange*, the national entities and the individuals. Thus social dialogue and partnership in this respect should be further promoted and labour market information and analysis systems should be improved.

(3) Finally, the third group of potential skilled immigrants has been mainly targeted by integration and support services, which make clear the need for further investment in policies that balance the attraction of new skilled immigrants (from the first group) with the potential of skilled immigrants that are already in the country (third group). The special programmes initiated by private and civil society organizations targeting foreign doctors and nurses that were already in Portugal, in overqualification situations, mainly highlighted the potential of such policies that can resolve two problems at the same time - the problem of the lack of certain professionals and the problem of overqualification experienced by several immigrants in the Portuguese labour market. The problem of overqualification linked to potential highly skilled im-

migrants in Portugal still seems to be the most difficult to overcome and, as a consequence, needing more public policy investment and monitorization.

In sum, in the past decade policymakers and relevant stakeholders balanced the emphasis between policies of attraction – mainly taking into account the *brain gain* to Portugal, but not monitoring if immigrants are creating situations of *brain drain* to their country of origin (with the exception of the special agreements) – and policies of retention of highly skilled immigrants (special programs to integrate immigrants that are in Portugal working often beneath their qualifications profile) – mainly reflecting the concerns of *brain waste* in the country. In addition, attention should be given to the different needs of each group of highly skilled immigrants analysed in this article and, according to its specificities, discuss the measures and programmes that should be further defined.

Notes

¹ ACIDI was the Portuguese partner of this project (HOME/2010/EIFX/CA/1832), co-funded by the European Integration Fund. Details about the project at <https://sites.google.com/site/integrationqualification/>

² Article 3 of the 2007 Immigration Act defines that a *highly qualified activity* is an activity that “requires specialised technical competences or exceptional competences to which a specific suitable qualification is needed, namely of a higher education level” and a *third-country national researcher* is defined as someone that holds “a suitable qualification of a higher education level and that is admitted by a research centre to do a research project that requires his/her qualification.” On August 2012 it was also published a revised version of this law, introducing changes in some articles of the 2007 law. Among those it was underlined in this same Article 3, a third relevant definition: a *highly-skilled professional qualification* is defined as “the qualifications proven by a higher education diploma or by a minimum of five years of work experience in a comparable higher education profession [...]”

³ *Overqualification* occurs whenever a person has a level of skill or education higher than is required for the job that is inserted into.

⁴ Developed in Oliveira and Fonseca (2012: 41).

⁵ Considering the concept of “opportunity structure” developed by Waldinger *et al.* (1985: 589) with further adaptations of Oliveira (2005: 43).

⁶ This information is collected from the companies’ staff inquiries reported every year to the Ministry of Labour. Even though it is an annual source in permanent actualisation, putting available a significant number of variables related to enterprises and their workers, it has several limitations. Among those, it should be mentioned that this source does not collect information about all economic activities (it excludes the central, regional and local public administration, public institutes and the domestic work) and temporary and undeclared workers are not reported by employers.

⁷ Although foreigners have higher rate of workers with unknown qualifications (11.9%).

⁸ Germany, Italy, Malta, Poland, Portugal and Sweden

⁹ European Commission Press Release: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/1247&type=HTML>

¹⁰ Italy, Malta and Portugal

¹¹ According to the recent International Labour Office (ILO) report on *Global Employment Trends for Youth 2012*, the rate of global youth unemployment has been rising since 2007 (and in 2012 it reached 12.7%). However, if the rate is adjusted to the youth drop-out from the labour market because of the economic crisis and not being able to find a job, then the number rises from 12.7 to 13.6%. This situation impacts the highly qualified sector in various ways; firstly it divides the youth population into two groups when faced with the lack of work opportunities: one that invests in further education and another that in the opposite direction gives up completely on education (ILO 2012: 3-5).

¹² Destaque INE, 16 November 2011.

¹³ Full diploma is available in <http://dre.pt/pdf1s/2009/03/04400/0146601530.pdf>

¹⁴ Those centres (the One-Stop-Shops) provide under the same roof 6 different ministries services and 8 support offices targeting differences spheres to better answer to immigrant integration needs (for further see Oliveira *et al* 2009 or visit the website www.oss.inti.acidi.gov.pt).

¹⁵ In 2009 the office had 540 cases, in 2010 about 776 cases, in 2011 about 842 cases and in 2012 almost one thousand (998 cases).

¹⁶ further at <https://www.ordemdosmedicos.pt/?lop=conteudo&op=ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca&id=96671501524948bc3937b4b30d0e57b9>

¹⁷ National Plan for Immigrant Integration (2007-2009) http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2007-2009+em+ingl%C3%AAs

¹⁸ Different profiles of foreign health professionals can be identified: (1) foreign health professionals that came to Portugal in a temporary and transitory migratory flow, reflecting a *brain circulation*, returning to their home countries with complementary competences and experiences (e.g. the case of Spanish doctors); (2) immigrants that were in the secondary segment of the Portuguese labour market and only after a process of recognition of qualifications, internship, health exams and intensive training in the Portuguese language, were able to integrate according to their qualifications in the health system (e.g. mainly the case of Eastern European doctors and nurses); and (3) health professionals recruited throughout special bilateral agreements to overcome particular needs of the Portuguese health system (Masanet, 2010: 261-264).

References

- ACSS (2010), *Recursos Humanos Estrangeiros no Ministério da Saúde – evolução 2001/2008*, Administração Central do Sistema de Saúde.
- Baganha, M. I. (2005), “Política de imigração: a regulação dos fluxos”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, pp. 29-44.
- Baganha, M. et al. (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV (150), pp. 147-173.
- Baganha, M. and Ribeiro, J. (2007), “Imigração qualificada no sector da saúde – as oportunidades do mercado laboral português”, in Dias, S. (org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Saúde*, September, n.1, Lisbon: ACIDI, pp. 53-78.
- Cabral, S. and Duarte, C. (2011), “Immigrants in the Portuguese labour market”, in *Banco de Portugal Economic Bulletin*, Spring 2011, pp. 97-116.
- Cerna, L. (2008) “Towards an EU Blue Card? Delegation of national high-skilled immigration politics to the EU level”, COMPAS Working Paper WP-08-65.
- EABC (2012) *Intra-Corporate Transfer (ICT) Directive – Definitions and comparisons with the Blue Card directive*. In www.EABC.org, accessed on February 24, 2012.
- Egreja, C. and Oliveira, L. (2008), “Imigrantes Brasileiros Qualificados em Portugal: Que Inserção”, in VI Congresso Português de Sociologia, June 2008.
- EUROSTAT (2011), *Indicators of Immigrant Integration. A pilot study*, Luxembourg: European Commission.
- Góis, P. and Marques, J. C. (2007), *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*, Immigration Observatory Studies Collection vol. 24, Lisbon: ACIDI.
- GPEARL (2009), *Fluxo e Situação Profissional de Doutorados*, Lisbon: GPEARL.
- ILO (2004), *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*, Report IV, Geneva: International Labour Office.
- ILO (2012), Executive Summary in *Global Employment Trends for Youth 2012*, Geneva: International Labour Office.
- IOM (2010), *World Migration Report 2010 – The Future of Migration: Building Capacities for Change*, Geneva: International Organisation for Migration.
- JRS (2006), *Programa de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*. Lisbon: Jesuit Refugee Service and Calouste Gulbenkian Foundation.
- Lowell, L. (2008), “Highly Skilled Migration”, in *World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy*. Geneva: IOM, pp. 51-76.

- Marques, J. C. and Góis, P. (2008), “Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia”, in Peixoto, J. (org.), *Imigração e Trabalho – Número Temático Revista Migrações*, April, vol. 2, pp. 73-94.
- Masanet, E. (2010), “La Migración cualificada de los profesionales de la salud en Portugal y España: una aproximación general”, in *Obets. Revista de Ciencias Sociales*, vol. 5, n.2, pp. 243-267.
- Masanet, E. (2012), “O recrutamento de médicos latino-americanos através de Acordos Bilaterais: o caso português”, in Workshop CIES-ISCTE, February 1.
- MIPEX (2011), *Migrant Integration Policy Index III*, Brussels: British Council and Migration Policy Group.
- MPI (2011), “Highly Skilled Migrants Seek New Destinations as Global Growth Shifts to Emerging Economies”, Issue # 4, December 1.
- OECD (2008), “The labour market integration of immigrants and their children in Portugal”, in OECD, *Jobs for Immigrants. Labour market integration in Belgium, France, The Netherlands and Portugal*, volume 2, Paris: OECD, pp. 269-332
- Oliveira, C. R. (2005), *Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
- Oliveira, C. R. (2008), “The determinants of immigrant entrepreneurial strategies in Portugal”, in Oliveira, C.R. and Rath, Jan (orgs.), *Immigrant Entrepreneurship – Special Issue of Migrações Journal*, October, vol. 3, pp. 101-128.
- Oliveira, C. R. et al. (2009), *Handbook on how to implement a One-Stop-Shop for Immigrant Integration*, ACIDI: Lisbon.
- Oliveira, C. R. and Fonseca, V. (2012), “Portuguese national report – Integration of highly skilled Third Country Nationals in Europe” (HOME/2010/EIFX/CA/1832 – co-funded by the European Fund for Integration 2010, available at http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/hsm/pt_acidi_final_version_hsm.pdf
- Oliveira, C. R. and Pires, C. (2010), *Imigração e Sinistralidade Laboral*, Immigration Observatory, vol. 41, Lisbon: ACIDI.
- PAIQ (2011) *Relatório final 2011 do Projeto de Apoio a Imigrantes Qualificados*. Lisboa: Jesuit Refugee Service and Câmara Municipal de Lisboa.
- Peixoto, J. (1994), “As migrações de profissionais altamente qualificados no espaço europeu: do «brain-drain» ao «skill exchange»”, *SOCIUS Working Papers*, 1/94, Lisbon: SOCIUS, ISEG/UTL.
- Peixoto, J. (1996), “Livre circulação e reconhecimento de diplomas – Políticas e realidades na União Europeia”, *SOCIUS Working Papers*, 6/96, Lisbon: SOCIUS, ISEG/UTL.
- Peixoto, J. (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, PhD dissertation, Lisbon: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Peixoto, J. (1999), “International Firms, National Managers: The Obstacles to Migration of Highly Skilled Labour in Transnational Corporations”, *SOCIUS Working Papers*, 4/99, Lisbon: SOCIUS, ISEG/UTL.

- Peixoto, J. (2001), "Migration and policies in the European Union: highly skilled mobility, free movement of labour and recognition of diplomas", *International Migration Review*, 39 (1), pp. 33-61.
- Peixoto, J. (2002), "Strong Market, Weak State: the case of recent foreign immigration in Portugal", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(3), pp. 483-497.
- Peixoto, J. (2004), "Highly Skilled Migration in Portugal – An Overview", in *SOCIUS Working Papers*, 3/2004, Lisbon: SOCIUS, ISEG/UTL
- Peixoto, J. and Figueiredo, A. (2007), "Imigrantes Brasileiros e Mercado de Trabalho em Portugal", in Malheiros, J. (org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, *Immigration Observatory*, Lisbon: ACIDI, pp.87-111.
- PEHAPEI, *Relatório Final de Actividades 2005-2007*. Iniciativa Comunitária EQUAL: Projeto de Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes.
- PIPMI (2011), *Relatório Final do Programa de Integração de Médicos Imigrantes*. Outubro de 2008 – Julho de 2011, Lisbon: Jesuit Refugee Service, Ministério da Saúde, Administração Central do Sistema de Saúde, Calouste Gulbenkian Foundation.
- PORTICUS (2010), *Evaluation Report of Project "Imigrantes Solidários – Programa de Interajuda para Profissionais Qualificados"*, October 28.
- Reis, J. (coord.) (2007), *A Imigração Qualificada: Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa*, Relatório projecto FCT, Dezembro, Coimbra: CES.
- SEF (2010), *Annual Policy Report*, European Commission: European Migration Network.
- Waldinger, R. et al. (1985), "Trend Report. Ethnic Business and occupational mobility in advanced societies", *Sociology*, vol. 19, n.º4, pp. 586-597.

■ Danças africanas em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas

African dances in Portugal: artistic and pedagogical practices

Maria Teresa Fabião da Silva Pinto*

Resumo Este estudo questiona a forma como as danças africanas problematizam as relações culturais entre Portugal e a(s) África(s). A partir do entendimento da interculturalidade como uma relação dialógica e de questionamentos que envolvem corpo e cultura, discutem-se as representações sustentadas sobre “África” e “danças africanas” e as significações construídas nessas práticas, relacionando-as com questões sobre colonialismo e pós-colonialismo e questionando, assim, até que ponto é que elas criam espaços de diálogos interculturais. A pesquisa de campo realizada revelou que o conceito de interculturalidade existe predominantemente nos discursos oficiais, e que os professores e grupos artísticos analisados tendem majoritariamente a uma abordagem estereotipada, sugerindo uma dinâmica intercultural do ponto de vista da “fusão”, da justaposição e da relação harmoniosa.

Palavras-chave Danças africanas; Interculturalidade; Portugal; Cultura.

Abstract This study addresses the way in which African dances problematise the cultural relations between Portugal and certain African countries. From the understanding of interculturality as a dialogical relationship, as well as from querying on the concepts of body and culture, the study discusses the representations and meanings that these practices assemble about Africa and African dances, associating them with colonialism and post-colonialism issues and questioning the extent up to which they create spaces of intercultural dialogue. The data obtained from class observation, performances and rehearsals revealed that the concept of interculturality still prevails mostly at the level of the official discourse, whereas the teachers and artistic groups suggest a stereotyped approach that bespeaks the “fusion”, juxtaposition and harmonious relationship standpoint.

Keywords African dances; Interculturality; Portugal; Culture.

* Bailarina, coreógrafa, mestre em Dança (PPGD-UFBA) e doutoranda em Artes Cênicas (PPGAC-UFBA). teresafabiao@hotmail.com

■ Danças africanas em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas

Maria Teresa Fabião da Silva Pinto

*“É fixe porque reinventamos o português/
O tuga aprendeu connosco/
Somos colonos desta vez”¹*

O presente texto expõe sucintamente ideias da dissertação de Mestrado *Danças africanas e Interculturalidade: mundividências e experiências de corpo em Portugal*. Este estudo abrange uma pesquisa de campo acompanhando o trabalho de dois profissionais que trabalham com danças africanas em Portugal, um na cidade do Porto, outro na cidade de Lisboa, sendo estudadas tanto as suas práticas artísticas como as práticas pedagógicas. Não pretende ser um mapeamento da totalidade dos contextos ou profissionais trabalhando com danças africanas em Portugal (o que seria um objetivo de difícil concretização no horizonte temporal de uma pesquisa de Mestrado), mas caminha no sentido de reunir pistas para uma compreensão mais aprofundada neste fenómeno no contexto social português. Diante de uma lacuna de produção textual sobre esta realidade em específico, este trabalho tem o objetivo de contribuir para um reflexão sobre as danças africanas em Portugal, à luz de um campo disciplinar que cruza diversas áreas de conhecimento (Dança, Estudos Culturais, Sociologia, Antropologia e Pós-Colonialismo).

Surgiu assim, logo à partida, a necessidade de averiguar o conceito mais apropriado para falar sobre *troca entre culturas*, dentro dos pressupostos que nos interessavam. Depois de uma alargada revisão bibliográfica, optámos pelo conceito de interculturalidade (em detrimento de outros, como multiculturalismo, transculturalismo, ou cruzamento cultural), por identificarmos que o primeiro tem sido um termo mais abrangente, não hegemónico, permitindo assim várias ações e entendimentos diversificados. Ao mesmo tempo, interessou aprofundar a noção de interculturalidade, já que esta tem sido bastante utilizada nos discursos e ações de instâncias governamentais europeias. A partir de alguns autores (Candau, 2000; Fleuri, 2000; André, 2005), foi claro que a noção que interessa a este trabalho é aquela que toma a interculturalidade como algo-em-processo, como diálogo, como troca, como comunicação, e a coloca a partir de uma perspetiva relacional, de reciprocidade e de transformação mútua onde tradução, flexibilidade, conflito e negociação são dinâmicas omnipresentes.

Partindo destes pressupostos, a prática artística revela-se um território de extrema importância no campo das trocas interculturais. No sentido em que contempla a multiplicidade de formas e experiências de cada grupo social, a arte possibili-

ta a expressão pessoal, território em que se podem reconhecer vivências comuns, afirmando dessa maneira o diálogo entre comunidades como ação transformadora, como “prática de emancipação” (McLaren, 1997) e contribuindo para a formação de cidadãos políticos, conscientes de que as suas escolhas criam repercussões no seio da sociedade. A dança, em específico, surge assim como um terreno frutífero para trabalhar com culturas diferenciadas, já que tem por base o corpo, instância onde se inscrevem e onde se traduzem todas as experiências de um sistema cultural. Para esse entendimento, é importante reconhecer o trânsito corpo-cultura-sociedade como uma relação de mútua contaminação, em que a possibilidade de experimentar outra cultura, não só por informações e pensamentos, mas também pelo corpo, é uma porta que se abre para aprender novas perspectivas acerca do mundo e de si próprio. Acreditando que cada corpo, cada dança reflete um pensamento, uma mundividência, uma forma de se estar no mundo, a aproximação a outros entendimentos de mundo através do corpo pode ser uma mais-valia da dança nos encontros culturais.

Na realidade em estudo, a prática crescente de danças africanas em Portugal tem indicado experiências interculturais transformadoras do quotidiano, dos corpos e do mundo dos seus praticantes, trocas que passam a ficar inscritas nesses corpos. Torna-se então interessante situar as circunstâncias que criaram condições para o desenvolvimento da prática das danças africanas em Portugal, através de uma breve contextualização das relações culturais entre Portugal e alguns países da África Ocidental.

Portugal e “Áfricas”: caminhos cruzados

Partindo de alguns recortes historiográficos, é importante destacar dois momentos: um passado, assente na relação colonizador/colonizado e suas consequências, e um momento mais recente, no qual iremos falar sobre a inserção das danças africanas em Portugal, dos anos 90 em diante.

Em primeiro lugar, esse momento passado pressupõe o reconhecer as circunstâncias que motivaram os portugueses para a Expansão, ligadas a uma condição marginal do país (em termos geográficos e em termos de dimensão). Por outro lado, é importante lembrar que, ao contrário do que algumas versões parecem indicar, os primeiros encontros entre europeus e nativos, tiveram muito mais de enfrentamentos e resistências do que de *harmonia*. Desse modo, quando a relação colonizador/colonizado entra num domínio territorial, com portugueses fixando-se em solo africano, e africanos em solo português, a relação entre estas comunidades passa a caracterizar-se por uma forte imbricação. Sobre o caso particular de diversos africanos estabelecendo-se em solo português, alguns autores como Oliveira e Costa e Lacerda (2007) falam de uma “penetração silenciosa”, isto é, de uma adaptação

subtil e profunda tornando até difícil de apontar as influências recíprocas entre esses povos. Ao mesmo tempo, os autores frisam que ainda hoje é possível encontrar diversas “marcas da interculturalidade” (op.cit.) como, por exemplo, influências claras ao nível da língua, religião, hábitos, e inclusive “marcas biológicas”. Nesse sentido, podemos dizer que a cultura portuguesa tanto influenciou como foi influenciada (op. cit.), e, como fruto dessas dinâmicas foram criadas novas culturas, novas identidades. Isso também explica que as danças africanas encontrem ainda hoje em dia campos de reverberação no quotidiano português.

Interessa, no seguimento, contextualizar brevemente qual a situação atual de Portugal e como são vividas as relações entre portugueses e africanos em solo lusitano. Vale a pena ressaltar que este país foi colonizador em África até 1974, o que implica mudanças muito recentes de ambos os lados. Atualmente, Portugal ainda sofre os impactos do fim da ditadura e do processo de descolonização e, por outro lado, da entrada na União Europeia. Este último acontecimento fez com que o país, devido à facilidade da língua e devido a algumas vantagens concedidas aos PALOP (ex-colónias), se tornasse uma porta de entrada na Europa. O que é fato é que surgem novas complexidades e ambiguidades quando o africano escolhe radicar-se em Portugal, enfrentando ainda frequentemente situações de racismo e xenofobia, sendo a realidade atual ainda de bastantes resistências à integração destas comunidades e à aceitação da ambivalência identitária entre portugueses e africanos. Estas parecem ser contradições próprias do contexto pós-colonial em que o conflito convive com a curiosidade e a indiferença convive com o fascínio. Obviamente, grande parte das correlações entre Portugal e essas diversas Áfricas, no passado e na contemporaneidade, vão estar refletidas no corpo que dança estas danças.

Neste ponto, é interessante aqui apontar algumas recorrências que identificámos ao longo desta pesquisa: observou-se uma tendência para generalizações e estereótipos em torno do conceito de *África* (tratada como uma unidade, como se fosse um país, ou como a terra mítica, selvagem, monolítica e *quente*). Igualmente, o conceito de *danças africanas* aparece muito mais vezes no singular (como se houvesse uma única dança africana), e frequentemente associado a danças de tribo, atléticas, explosivas.

Danças africanas em Portugal a partir dos anos 90

A proposta é rastrear as danças deste estudo, não através de *definições universalizantes*, mas sim a partir dos próprios casos acompanhados. Diante da questão de existirem diversas danças africanas presentes em Portugal, sabemos que não seria possível fazer um recorte territorial objetivo, em termos da proveniência dessas danças. Mas, ainda que as diversas proveniências impeçam um recorte

especial mais delimitado, podemos dizer, em traços gerais, que as danças africanas focadas aqui são danças oriundas de diferentes grupos sociais, essencialmente da costa oeste africana (com exceção de Angola, que fica um pouco mais ao sul, mas que também teve uma experiência colonial portuguesa). É conhecida em Portugal como *Dança africana* ou *Dança tribal*, e tornou-se mais divulgada na década de 90, com o fim do regime colonial (finais dos anos 70), quando vários africanos ou portugueses residentes nas ex-colónias se fixaram em Portugal. Tem-se desenvolvido assim um interesse crescente por estas culturas, e, com isso, o aparecimento de grupos de músicas e danças africanas. Este fenómeno cresceu na maior parte nas cidades de Lisboa e Porto sendo constituído essencialmente por indivíduos de diferentes idades, sexos, contextos socioeconómicos, na sua maioria, portugueses, existindo também africanos ou luso-africanos, que nasceram e sempre viveram no país, mas que cresceram influenciados por duas ou mais culturas.

Os grupos e profissionais selecionados por este estudo foram aqueles que atenderam aos critérios preestabelecidos, existem, porém, outros grupos atualmente em atividade ou por alguma razão entretanto extintos que nos dão uma maior noção do conjunto: Batoto Yetu, Djamboonda, Companhia Kouami, Allatantou Dance Company, Madandza, Djembaladança. Igualmente, no cenário português atual, existem mais professores do que há uma década atrás. Por exemplo, na zona sul temos Petchu (Angola), Marc N'Danou (Togo), Arantxa Joseph (Portugal/Espanha/Inglaterra), Claudina Correia (Cabo Verde), entre outros. Já no norte, podemos referir Eva Azevedo (Portugal), Joana Peres (Portugal), Isa Santos (Portugal), Dora Silva (Portugal). É importante dizer que frequentemente o que acontece é que, tanto a nível artístico (na considerada dança cénica) como a nível pedagógico (dança no contexto da sala de aula), mesmo que se denominem de *danças africanas*, muitas vezes, pela própria necessidade de adaptação a um novo contexto cultural e geográfico, já são um género de releitura. No entanto, entre todos esses profissionais, o único caso que se assume com outro nome é de Dora Silva, que dá aulas de *Afro-contemporâneo*. Assumindo ou não, o que é certo é que cada profissional ou grupo enunciado tem uma proposta diferenciada, lógicas e âmbitos de trabalho particulares.

Vale a pena também destacar que temos conhecimento de outros coreógrafos e projetos que trabalham de um jeito diferenciado com culturas africanas, como António Tavares, Clara Andermatt (no contexto do extinto projeto *Dançar o que é Nosso*), Filipa Francisco e as Wonderfull's Kova M (jovens no Bairro da Cova da Moura, Lisboa), ou o Projeto Mus-é, que trabalha levando os artistas à escola e, a partir daí, criando uma ligação entre diferentes comunidades culturais. No entanto, não é do âmbito deste trabalho cobrir esta realidade.

Práticas artísticas e pedagógicas: a pesquisa de campo

Este estudo aprofundou-se então a partir da pesquisa de campo realizada entre Dezembro de 2009 e Fevereiro de 2010, acompanhando a coreógrafa e professora Eva Azevedo e grupo Semente (Porto), e o coreógrafo e professor Petchu e grupo Kilandukilu (Luanda/ Lisboa). Os sujeitos selecionados teriam que ter uma atividade com mais de três anos no meio das danças africanas em Portugal, bem como uma atuação artística e pedagógica direcionada para adultos, já que tais critérios englobavam um maior número de profissionais desta área e estavam mais próximos da experiência profissional da pesquisadora. Inicialmente, existia um universo de três unidades de caso, mas com a extinção da Companhia Kouami, esse número ficou reduzido para duas. Ao nível metodológico, constituiu-se como princípio orientador uma abordagem que não apenas trouxesse o olhar da pesquisadora, mas que abrisse caminho para a “polifonia de vozes” (Matos, 2006) e de situações que esta realidade abarca. Recorrendo à metodologia de estudo de caso múltiplo (Yin, 2005) escolhemos assim duas unidades de caso dentro do meio das danças africanas em Portugal, estudando-as nas suas condições contextuais. Nesse âmbito, a recolha de material foi realizada por meio de observação participante de aulas, o diário de campo, a realização de entrevistas semiestruturadas e a observação de ensaios e espetáculos.

Para além dos profissionais e grupos selecionados serem de diferentes contextos socioeconómicos e geográficos, ressalta-se o fato de serem provenientes de duas cidades bem distintas, Lisboa e Porto. Lisboa é a capital do país, uma cidade que já tem uma história de fluxos migratórios Portugal-África desde o século XV, em que, ainda mais com a crescente globalização, a comunidade africana é maior que em qualquer ponto do país (Gusmão, 2005). Estas populações, muitas delas, já têm os seus espaços físicos, sociais, hábitos inseridos nos ritmos da cidade. Devido à comunidade africana em Lisboa ser significativa, existem certos comportamentos, valores, hábitos sociais que são considerados normais e não são tão novos e estranhos aos olhos do lisboeta, ao ponto de propiciar uma interação e considerá-los até componentes da estrutura e da segmentação da própria cidade. Já o Porto é uma cidade diferente em termos de diversidade cultural, havendo ainda um certo desconhecimento social em relação a diferentes etnias, línguas, manifestações diferentes (Luvumba, 1997). Isso tem mudado muito recentemente, mas ainda assim a influência cultural africana ainda é referida, inclusive pelos sujeitos desta pesquisa, como algo *novo*. É importante por isso deixar claro que as formas pelas quais as culturas africanas se colocam são diferentes nos contextos e populações das duas cidades estudadas.

Com o intuito de estudar as práticas pedagógicas assistimos, em cada grupo, a quatro aulas (sendo a primeira participada e as restantes observadas) e entrevistamos o professor e dois alunos (selecionamos os alunos mais envolvidos com as aulas). A intenção de acompanhar as práticas pedagógicas não foi com o objetivo de fazer uma análise da metodologia dos professores, mas sim de observar de que forma este co-

nhcimento está sendo multiplicado, entendendo os professores como formadores de opinião. Para seguir de perto as práticas artísticas, assistimos a dois ensaios do grupo, assim como ao espetáculo ao vivo, o registo da obra e entrevistamos, ainda, dois membros dos grupos. Este caleidoscópio que se tornou o momento de coleta de material tentou captar informações e significados através de diversas técnicas de recolha de informação, gerando, dessa forma, múltiplos dados. A análise do material recolhido assentou nas próprias idiossincrasias de cada caso, criando uma triangulação com o material das aulas, espetáculos e ensaios e os referenciais teóricos que contribuíram para um aprofundamento da discussão. Passamos a apresentar brevemente as características e linhas de trabalho de cada professor e seus grupos artísticos, de maneira a poder clarificar nossa discussão.

Eva Azevedo é portuguesa, tem 32 anos, e a sua formação nas danças africanas iniciou-se em 2002, estudando com a maioria dos mestres, professores e companhias que estiveram ou residem em Portugal, realizando também, desde 2006, estágios intensivos em países como Guiné Conacri, Senegal e Burkina Faso. O seu trabalho pedagógico foca-se em elementos de danças africanas tradicionais provenientes de vários países de África, porém através de uma apropriação e releitura dessas influências. Como forma de se adequar aos corpos, ritmo e perfil do seu público, esta professora desenvolve uma série de adaptações metodológicas, por exemplo, a introdução de técnicas complementares (Pilates, Yoga), a decomposição da informação, ou a utilização de *exercícios educativos*. Igualmente na sua aula está muito forte um cariz terapêutico, de catarse, reforçados pela música ao vivo, por uma vivência de comunidade e por uma “ligação ao divino” (Azevedo, 2010)² que esta professora busca reforçar. Observamos que existe uma preocupação de que a sua linha de trabalho seja perceptível e em diálogo com o seu público, o que neste contexto poderia ser visto, recorrendo ao conceito de Bhabha (1998), como uma forma de “tradução cultural”. Ao mesmo tempo, o papel de Eva Azevedo como tradutora parece ser parcial, já que parte de um somatório de diferentes influências tradicionais *remisturadas*. Onde essa tradução parece estar mais presente é na pedagogização e nas adaptações metodológicas que desenvolve para que os corpos ocidentais consigam dançar estas danças mais organicamente.

Eva Azevedo foi uma das fundadoras do grupo Semente, que existe na cidade do Porto desde 2005. O trabalho deste grupo parte do cruzamento de elementos tradicionais africanos, caribenhos e brasileiros com o que o próprio grupo define de influências contemporâneas. Observamos como características gerais dos Semente uma importância muito grande dada aos elementos visuais (figurino, adereços e luzes), à relação entre música e dança, e à dramaturgia. Simultaneamente, desde o início da sua formação, o grupo tem uma dinâmica de criação coletiva assente em contatos interculturais (através dos mestres africanos que influenciaram na criação do grupo, das viagens a outros países, e de membros do grupo que são estrangeiros). A sua linha de trabalho se inscreve naquilo que os seus membros definem de *fusão*,

onde estruturas e marcas culturais *africanas* surgem re-significadas e misturadas com outras influências. *Fusão* aparece para o grupo no sentido de *mistura*, porém, na verdade, evidencia mais uma lógica de somatório, do que uma mistura em que se deixam de identificar os contornos de cada parte. Surgem assim em realce as dinâmicas interculturais que estas práticas têm vindo a criar, por relacionarem e reinterpretarem diferentes culturas:

“Acho que este projeto se relaciona com Portugal [...], um pouco do estilo daquilo que vivemos cá e dos desejos de cada membro de conhecer novas culturas e das viagens para África, Brasil, Índia... Tentamos criar uns Semente da globalização que se faz sentir hoje, das coisas estarem todas interligadas; independentemente de viveres na China, se tiveres vontade de fazer fado, acho que ninguém pode te impedir” (Bilan, 2010)³.

Já Petchu, angolano com 42 anos, começa a sua história com as danças africanas desde criança. Em Angola, tem a sua formação com diversos professores cubanos, brasileiros e angolanos, e com 20 anos, assume a direção artística do grupo Kilandukilu. Em 1997, vai morar para Portugal e, já nesse país, começa dando aulas de danças provenientes de Angola, adicionando também danças de Cabo Verde, da África do Sul, do Senegal. É um professor que consegue criar um ambiente em sala de aula de descontração, bem-estar e igualdade. A sua principal estratégia de ensino é o humor, chegando mesmo a afirmar que tem um alter-ego, um animador de dança africana que passa uma mensagem de *carpe diem*. Sobre a sua linha de trabalho, Petchu afirma que faz uma “ginástica tipo africano” (Petchu, 2010)⁴, trazendo uma abordagem fitness destas danças. Ao mesmo tempo, ele está consciente de que as suas aulas funcionam também como uma espécie de terapia, no sentido de uma “libertação espiritual” (Petchu, 2010), de um senso de coletivo ou do restabelecimento de rituais. Este aspeto foi reforçado por alguns filhos de emigrantes africanos ao referirem que estas aulas têm funcionado como uma espécie de redescoberta de África. Poderíamos dizer que o seu trabalho parte também de uma releitura, já que Petchu tira a dança do seu contexto e a recontextualiza, embora algumas vezes a partir de alguns estereótipos do que o português espera do *africano*.

A mesma situação parece passar-se com o grupo de dança e música tradicional Kilandukilu. Este grupo foi fundado em Angola (Luanda) em 1984, e, a partir de 1997 surge outro flanco em Portugal (Lisboa). O grupo afirma que passa uma mensagem de “preservação” das tradições, assumindo-se como “difusores da cultura” que “resgatam” (Petchu, 2010) a cultura para trazê-la para o quotidiano português. Igualmente, as representações e experiências de *África* que este grupo veicula têm vindo a aproximar alguns integrantes da sua identidade cultural africana:

“Kilandukilu serve para mim enquanto fonte, se eu reparar na pessoa que eu era antes de entrar no Kilandukilu, é uma diferença brutal. Eu assumi muito mais o meu lado afro, que sempre esteve presente, mas nós crescemos cá, ficamos ali no... ali naquela corda do “Sou europeu, estou aqui em Portugal, mas também sou negro e isso não se esconde, né?”... Mas pronto, eu acho que é como se fosse aqui uma escola em que nós vamos colher a cultura, muitas coisas que aprendi, de onde é que vim, então é uma fonte de informação Kilandukilu, ajuda-nos a aproximar daquilo que é nosso, e que nós nem tivemos oportunidade às vezes de conhecer” (Carvalho, 2010)⁵.

No revés da moeda, trabalhando nesse sentido, o trabalho do grupo também parece por vezes multiplicar visões estereotipadas sobre as culturas africanas (de alegria, selvajaria, sensualidade), se aproximando de um olhar etnocêntrico e exotizado dos portugueses sobre os africanos, ou dos africanos sobre os africanos, sob a capa de uma *preservação do original*.

Através do acompanhamento destes profissionais podemos confirmar que a popularidade crescente das danças africanas no espaço português e inerentes questões sobre colonialismo e pós-colonialismo trazem consigo dinâmicas interculturais que modificam o quotidiano, o corpo e o mundo dos indivíduos envolvidos nessas trocas.

Entendimentos de mundo, entendimentos do corpo que dança

Neste ponto, é importante inserir estes casos na sua realidade atual e dizer que apesar de algumas iniciativas esporádicas e dos discursos oficiais, a interculturalidade em Portugal tende a existir apenas no plano dos discursos. A par disso, a falta de estudos sobre fenómenos interculturais e as poucas estratégias efetivas do Estado (Tércio, 2006) comprometem que Portugal assuma uma posição mais consistente no âmbito dos encontros entre as *Áfricas* e as *Europas*. Coexistindo com o discurso sobre interculturalidade, este país vive, ainda hoje, um contexto de reafirmação do racismo e xenofobia, frequentemente em relação às populações africanas, pelo que fomentar uma reflexão crítica sobre estes temas pode contribuir, em muito, no reconhecimento de direitos e de histórias conjuntas e na construção de um presente mais saudável. Portugal, pela proximidade geográfica e como país europeu que manteve até mais tarde uma ligação (ainda que de ocupação colonialista) com o continente africano, está numa posição crucial no estabelecimento de pontes entre estas culturas.

Através do acompanhamento desses profissionais, somos levados a acreditar que, apesar de a interculturalidade não estar intencionalmente nas suas ações, notamos que existe, na prática, uma convivência no mesmo espaço que leva a que as comunidades africana e portuguesa estejam realizando trocas efetivas. Encontramos assim

marcas subtis de um processo de mudanças recíprocas, como por exemplo, as transformações nos corpos e nos entendimentos de mundo referidas pelos sujeitos desta pesquisa por estarem praticando estas danças, as adaptações metodológicas desenvolvidas pelos professores e um senso de pertença social que foi citado pela maioria dos entrevistados. Nesse sentido, ainda que à primeira vista não pareça haver uma postura muito questionadora por parte dos professores ou dos grupos, isso não quer dizer que não aconteçam trocas e dinâmicas transformadoras das visões de ambos os lados. Entender os dados analisados sob este ponto de vista nos permite extrair significados da relação intercultural para além dos caminhos óbvios, conectando-os com a visão da interculturalidade como um devir constante. Conseguimos assim antever de que forma as trocas interculturais vistas como um processo de transformação recíproca podem contribuir para amenizar complexidades coloniais e pós-coloniais. Os estereótipos, ligados a imagens e auto-imagens recíprocas entre portugueses e africanos, as dinâmicas de poder consequentes da relação colonizador/colonizado, e a dificuldade da sociedade portuguesa em aceitar a sua ambivalência (Santos, 2006), ainda perduram no Portugal de hoje, porém tais tensões tendem a ser atenuadas com estas e outras interações culturais.

Nessa sequência, faz sentido também um interesse inicial desta pesquisa pelas representações de África e das danças africanas materializadas nessas práticas, já que tais representações evidenciam um tipo de relação intercultural e nos permitem aceder à maneira como este conhecimento funciona quando desenvolvido num outro contexto. Em traços gerais, através da maioria do material analisado, somos levados a observar uma permanência de estereótipos, presentes tanto nas práticas artísticas quanto nas práticas pedagógicas. Essa estereotipagem parece partir de um fascínio por qualidades supostamente *africanas* que as camadas jovens portuguesas almejam desenvolver, ligadas a um ideal de vida em comunhão com a natureza, consigo mesmo, com a sociedade, com o devir temporal. Algumas dessas características, bem como as adaptações pedagógicas e artísticas das danças africanas antes mencionadas, podem ser vistas como uma forma de sobrevivência (Dawkins, 1979) desse conhecimento em solo lusitano, uma vez que tornam mais fácil a sua divulgação e mercantilização. Tal fato chama atenção para a maneira como este conhecimento está sendo reproduzido pelos seus agentes (professores, coreógrafos, alunos, músicos, *leigos simpatizantes*, etc.), tornando urgente um posicionamento social sobre assuntos tão complexos como a temática colonial, pós-colonial, as migrações atuais e os desafios de lidar com a diversidade. Mesmo assim, ainda que, muitas vezes, a *África* e as danças africanas apareçam caricaturadas, questionamo-nos se o fato de acontecerem essas trocas não será suficientemente positivo, pois, pelo menos, dá a conhecer e incita os indivíduos a relacionarem-se.

Nesse âmbito, tanto o trabalho de Petchu como o de Eva Azevedo expressam diferentes aspetos ligados à interculturalidade. Nas aulas e nos espetáculos, Petchu trabalha frequentemente com símbolos e modelos muito recorrentes nas danças

tradicionais africanas, que, podem, por um lado, também servir para reafirmar uma visão exótica e caricaturada destas culturas. Por outro lado, Eva Azevedo e o grupo Semente tentam propor algo diferente a partir da simbiose entre as suas diversas influências culturais. Apesar de estes últimos estarem buscando um caminho de tradução cultural e hibridismo, as suas propostas carecem, ainda, de maior aprofundamento no sentido de evitar lugares-comuns, como os que encaram as trocas culturais do ponto de vista da amálgama e da harmonia. Caracterizando a dinâmica intercultural como uma relação de mútua transformação, não do ponto de vista meramente harmónico, mas como uma experiência que tem muito mais de tradução, flexibilidade, conflito e negociação, conclui-se que as propostas dos professores e dos grupos artísticos analisados se aproximam mais de uma lógica de transposição e sobreposição de elementos culturais, o que conduz a uma visão da relação intercultural sob a perspetiva da justaposição, colagem ou *fusão*. Essa lógica, identificada igualmente no discurso dos entrevistados, parece vir relacionada com a ambivalência que está na base das relações entre estes povos, neste caso, a uma tendência de inversão de papéis entre portugueses e africanos. Apesar do reconhecimento dessa tendência, é importante salvaguardar que, obviamente, nesses processos, um não se torna o outro ou vice-versa, mas sim as informações *estrangeiras* são agregadas e entram em fluxo com as referências que o sujeito já possui.

Por outro lado, a opção de pesquisar sobre as transformações em termos de corpo (auto-imagem e experiência corporal na relação com o meio) e em termos de conceção de mundo foi corroborada pelos sujeitos da pesquisa, sugerindo, assim, marcas de trocas interculturais. Partindo destes casos, a mais-valia destas danças em relação a outras parece ser, então, uma componente holística que propicia aos seus praticantes uma integração mente-corpo-emoção. Essa dimensão acentua-se no contexto pedagógico, sendo relacionada com o que os professores e alunos chamam de *terapia e libertação*. Mesmo estando perante duas abordagens diferentes de danças africanas o carácter terapêutico surge nos dois exemplos, com diferentes nuances, parecendo vir atrelado a uma experiência de conexão mente/corpo/sociedade, proporcionando uma maior integração individual e social que extrapola as quatro paredes da sala de dança. Em simultâneo, as transformações que se dão no corpo e no entendimento de mundo, decorrentes de sujeitos portugueses estarem a praticar danças africanas em Portugal, afirmam a possibilidade de se ver, pensar e construir outras formas de existência, não só interculturais, mas também artístico-pedagógicas.

Nesse tópico, o presente estudo alerta para a importância de dançarinos, coreógrafos e professores destas danças exercerem uma prática reflexiva, no sentido do desenvolvimento de um olhar crítico em relação à realidade que se lhes apresenta. Indo de encontro ao papel do “artista-pesquisador” (Irwin, 2008), só tende a ser reforçada uma ação investigativa e questionadora que contraria a reprodução de padrões ultrapassados.

A nível social, apesar de algumas iniciativas de determinados festivais ou artistas independentes que funcionam como um espaço de encontro, reforço e incentivo intercultural, ainda assim pode ser feito muito mais, inclusive com poucos recursos. A ação deve ser levada a cabo pelas pequenas organizações, grupos ou associações que estimulem o trabalho em rede, através de espaços que busquem e fomentem o envolvimento e participação dos indivíduos (aulas, eventos temáticos, debates, conversas informais, espetáculos etc.), de forma a criar pontes entre experiências, recicular relações e construir autonomia no processo de conhecimento.

Dentro da mesma questão, esta pesquisa aponta a necessidade de ações de apoio aos mediadores culturais. É certo que os artistas estudados, agindo em campo e trabalhando diariamente com portugueses, luso-africanos e africanos, estão funcionando como agentes culturais, isto é, como profissionais que estão mediando uma determinada visão de África. Contudo, apesar de atuarem em território português e num contexto cultural extremamente importante, nem um nem outro exemplo são apoiados nas suas ações pedagógicas ou artísticas. Pensando na realidade nacional, e já que as danças africanas estão efetivamente promovendo uma aproximação entre culturas, seria interessante que as instâncias que trabalham no âmbito intercultural percebessem a potencialidade destes mediadores, sejam eles formadores, coreógrafos e/ou grupos independentes.

Considerações finais

Por tudo o que foi referido, encarando a interculturalidade no sentido de uma “ecologia dos saberes” (Santos, 2006) e confirmando outras ideias que estão por detrás deste estudo, será interessante desenvolver e valorizar estes espaços de negociação e trocas recíprocas. Os dados levantados apontam para a necessidade de se dar mais atenção ao alcance desta temática e, em específico, à importância que as artes performativas, e, no caso, a dança pode ter nestes processos. A possibilidade de interagirmos com outras culturas e de navegarmos em territórios híbridos amplia a nossa experiência de mundo, de corpo e de emoções, porque nos permite ver a realidade de múltiplas e diferentes perspetivas. A experiência corporal pode, assim, contribuir para um alargamento de possibilidades, para a dinâmica de nos colocarmos no lugar do outro e de reconhecermos o nosso próprio lugar. Isso evidencia o quanto as identidades multifacetadas (Hall, 2006) estão em constante processo de negociação com as questões do contexto e do espaço onde estão inseridas. Ao mesmo tempo, observamos que a dança, assim como outras artes performativas, tem uma dimensão comunitária, um papel muito importante e imediatamente ativo na interculturalidade, já que a existência de executantes e de espectadores ao vivo pressupõe um contato próximo, pressupõe que uma presença física, em tempo real. Assim, é um argumento central a este trabalho a importância das artes e, em específico, da dança, na criação de um espaço de diálogo, alteridade e diversidade cultural.

A recontextualização das danças africanas em Portugal tende assim a promover possibilidades de novas experiências de corpo e de movimento, novas mundividências, podem ajudar a sarar antigas *feridas*, sem que tal signifique apagar o passado. Ver a questão da interculturalidade relacionada com a área da dança é um caminho para ampliar o leque de estados corporais, movimentos, sensações físicas etc., aproximar e *negociar* visões de mundo ou visões de outras culturas, acabando por promover a dança como uma práxis de transformação e como uma ação emancipatória no atual cenário pós-colonial.

A problemática inicial deste trabalho, relacionada com o papel da dança nos encontros interculturais, extrapola assim o caso português, ganhando, assim, desdobramentos em outros contextos de confluência de culturas, e envolvendo questões sobre o diálogo entre informações *locais* e os contextos globais. Nesta época de trocas intensas, não interessam tanto *respostas*, não interessam receitas-prontas, torna-se sim urgente olhar com outros olhos, olhar de *fora*, ousar sair dos territórios conhecidos e aventurar-se por novas trilhas, novas mesclas, novos mergulhos.

Notas

¹ Conjunto Ngonguenha (Ikonoklasta; 'L'; Mayanda; Conductor, 2004), grupo de rap angolano conhecido em Portugal.

² Dados recolhidos na pesquisa de campo no período de 28.01.2010 a 09.02.2010

³ Dados recolhidos na pesquisa de campo no período de 28.01.2010 a 09.02.2010

⁴ Dados recolhidos na pesquisa de campo no período de 28.01.2010 a 09.02.2010

⁵ Dados recolhidos na pesquisa de campo no período de 28.01.2010 a 09.02.2010

Referências Bibliográficas

- André, J. M. (2005), *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagens*. Coimbra: Ariadne Editora.
- Bhabha, H. K. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Candau, V. M. (2000), *Interculturalidade e educação escolar*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos sobre Educação, Cotidiano e Cultura (Gecec) da PUC-PJ.
- Dawkins, R. (1979), *O gene egoísta*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- Denzin, N. K., Lincoln, Y. S. et al. (2006), *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed e Bookman.
- Fleuri, R.M. (1999), *Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais*. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino ENDIPE, Rio de Janeiro. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 67-81. Disponível em <<http://tiny.cc/y3i2w>>. Acesso em: 09 jun. 2010.
- Gusmão, N. M. (2005), *Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Hall, S. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Ikonoklasta; 'L'; Mayanda; Conductor. É Dreada Ser Angolano (2004), In: Ngonguenhação. <http://www.cdgo.com/artistaDetalhe.php?nomeArtista=CONJUNTO+NGONGUENHA>. Conjunto Ngonguenha_. Luanda: Editora Matarroa. 1 CD. Faixa 6. Remasterizado em digital.
- Irwin, R. (2008), *A/r/tografia: uma mestiçagem metonímica*. In: BARBOSA, Ana Mae & AMARAL, Lilian (Orgs.). *InterTerritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Editora Senac/Edições SESC SP.
- Luvumba, F. M_. (1997), *Minorias étnicas dos PALOP residentes no Grande Porto: estudo de caracterização sociográfica*. Porto: REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Matos, L. H. A. de (2006), *Cartografando múltiplos corpos dançantes: a construção de novos territórios corporais e estéticos na dança contemporânea brasileira*. 2006. 188f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Escolas de Teatro e Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- McLaren, P. (1997), *Multiculturalismo crítico*. São Paulo, SP: Cortez.
- Oliveira e Costa, J. P.; Lacerda, T. (2007), *A interculturalidade na expansão portuguesa: séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), col. Portugal Intercultural, v. 1.
- Santos, B. S. (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Tércio, D. (2006), “Lançar o futuro (dança e desfolclorização)”. In: *Contra danças não há argumentos*. Lisboa: PédeXumbo.
- Yin, R. K. (2005), *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Mapeamento das comunidades imigrantes e dos seus meios de informação em Portugal* ***Mapping of migrants communities and their means of information in Portugal***

Isabela Salim**

Resumo Este artigo discute as principais conclusões do trabalho realizado para o projeto em epígrafe que teve como objeto central uma investigação acerca dos canais de acesso à informação das principais comunidades de imigrantes em Portugal que recorrem ao Programa de Retorno Voluntário (PRV) da Organização Internacional para as Migrações (OIM). O levantamento dos dados apontou a existência de canais de informação representados por meios de comunicação formais e informais, reunindo as comunidades em torno de seus interesses e objetivos específicos.

Para a OIM, representou um indicador do potencial de comunicação que será um facilitador de seu trabalho e um eficaz instrumento para melhor atender as demandas dos que necessitam do apoio do Programa.

Estendem-se ao Governo Português e à sociedade civil as conclusões e considerações da OIM quanto aos benefícios desses canais para uma melhor interação dos imigrantes na sua sociedade de acolhimento.

Palavras-chave Informação; Comunicação; Comunidades de Imigrantes; Meios de Informação; Integração; Imigração

Abstract This article discusses the main conclusions drawn from the work developed for the above mentioned project with its central subject being an investigation on the channels of access to information of the main immigrant communities in Portugal that resort to the Assisted Voluntary Return Programme (AVR) of the International Organization for Migration (IOM). The mapping indicated the existence of channels of information represented both by formal and informal means of communication, bringing together the communities around their interests and specific objectives.

* Este trabalho foi elaborado pela OIM em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e contou com a colaboração das comunidades de imigrantes visitadas, pelo que agradecemos a todos.

** Organização Internacional para as Migrações

For IOM, it represented an indicator of the communication potential which will be a facilitator of our work and an effective tool to better meet the demands of those who need the support of AVR.

IOM conclusions and considerations are extended to the Portuguese government and the civil society regarding the benefits of these channels for a better interaction of migrants into their host society.

Keywords Information; Communication; Migrants Communities; Means of Information; Integration; Immigration

Mapeamento das comunidades imigrantes e dos seus meios de informação em Portugal

Isabela Salim

Hoje, convivem juntos o local e o global porque cada um é a condição da existência do outro (Stuart Hall)

Introdução

A assistência ao Retorno Voluntário e à Reintegração é uma componente integrada de apoio ao cidadão imigrante e uma das atividades principais da Organização Internacional para as Migrações (OIM). A Organização encara o retorno voluntário assistido como uma alternativa digna e humana ao retorno forçado, tendo também em consideração a sustentabilidade do regresso dos imigrantes aos seus países de origem.

A experiência consolidada ao longo de quatro décadas de execução de programas desta natureza permite afirmar que a opção pelo retorno voluntário assistido diminui o risco de violações aos direitos humanos, preserva a dignidade dos retornados e desassocia o ato da ideia e do sentimento de deportação. É importante ressaltar que o apoio do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário (PRV) tem ido além dos custos da viagem de regresso, havendo um esforço adicional, por parte da OIM e das entidades financiadoras, de incluir, fomentar e consolidar uma abordagem integrada, que se traduz na busca de outras componentes de apoio, nomeadamente apoios financeiros para abrir e operar negócios geradores de renda no país de origem. Procura-se com isso, de forma sustentável, dar resposta às necessidades básicas dos candidatos ao longo do período de assistência e processo de regresso e reintegração.

Por essas razões, o retorno voluntário assistido constitui um elemento importante em qualquer política efetiva de gestão das migrações – não apenas direcionada aos imigrantes irregulares e aos requerentes de asilo cujo pedido foi negado, mas a todos os imigrantes que, obedecendo aos critérios de elegibilidade vigentes, necessitam de apoio para voltar a casa.

A OIM favorece o retorno voluntário por acreditar que uma migração ordenada e em condições humanas beneficiam tanto os migrantes como a sociedade de acolhimento. O Programa de Apoio ao Retorno Voluntário é implementado pela OIM em Portugal desde 1997, com o objectivo de pôr em prática uma política de retorno voluntário efectiva, digna e humana.

Nesse sentido, importa conseguir disseminar a informação sobre o Programa às pessoas abrangidas ou interessadas por ele. Convém, no entanto, que esta informa-

ção chegue aos destinatários de maneira objetiva e atempada, de forma a evitar um eventual impacto negativo por parte da comunidade local para com os imigrantes.

Justifica-se, assim, o mapeamento dos canais de acesso à informação utilizados pelos imigrantes que permitam dispor de uma base de dados eficaz para fazer circular as informações de forma mais veloz e abrangente. Esse fator pode contribuir não apenas para uma política mais efetiva de informação como para uma maior interação da sociedade de acolhimento com os imigrantes.

O estudo sobre “os meios de comunicação étnicos em Portugal” (Salim, 2008) aponta esses meios como um canal de acesso privilegiado à informação dos imigrantes e recomenda que os *media* étnicos sirvam como suporte para uma informação mais rápida e mais direta. Ainda de acordo com o estudo, esse canal de comunicação direto com as comunidades de imigrantes facilitaria o acesso às informações.

Contudo, se os *media* étnicos constituem um dos canais de acesso à informação dos imigrantes, estes não serão os únicos. O interesse em realizar esse trabalho fundamenta-se na falta de um levantamento significativo sobre esses canais e na relevância do seu mapeamento com o intuito de favorecer uma maior disseminação de informações e promover uma melhor comunicação com as diferentes comunidades de imigrantes residentes em Portugal.

De facto, numa sociedade cada vez mais diversificada importa facilitar a inclusão e a participação de pessoas vindas de realidades diferentes. É sabido que a inclusão passa, muitas vezes, pela informação. Assim, estar informado sobre os seus direitos e deveres é fundamental para uma maior participação dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Assim, é inegável a necessidade de conhecer os canais específicos de acesso à informação e divulgação das comunidades imigrantes; qual o veículo informativo que preferem; onde se costumam reunir; onde gostariam de obter mais informações; etc.

Por canais de acesso à informação, ou meios de informação, entendem-se os diferentes meios usados pelos imigrantes na procura de informação, sejam formais ou informais¹.

Os resultados ora apresentados são produtos do projeto em epígrafe elaborado pela OIM em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

Contexto da importância da informação

Nos últimos 50 anos, a taxa demográfica mundial cresceu exponencialmente, embora de forma desproporcional. Segundo as Nações Unidas, a população mundial, em 2010, era em torno de 6,9 mil milhões de pessoas, duas vezes mais que a de 1950². No entanto, enquanto as regiões mais desenvolvidas (América de Norte, Europa, Japão) tinham, naquele mesmo ano, uma população de 1,2 mil milhões de pessoas (ou 17,8% da população mundial), os países em desenvolvimento (América Central e do Sul, África, parte da Ásia) contavam com 5,7 mil milhões de pessoas (ou 82% da população mundial).

O desequilíbrio no crescimento da população mundial, os graves problemas económicos de muitos Estados e a facilidade de deslocamento das pessoas decorrente da globalização impulsionaram um fluxo migratório internacional sem precedentes na história. De facto, o século XX viu uma parte importante da população mundial deslocar-se de um país para outro com um intuito de estabelecer uma nova vida, mesmo que por um curto período de tempo, num país estrangeiro (Rocha, 1995)³.

Portugal não foge a essa realidade: tradicionalmente um país de emigração, Portugal entrou na categoria de país de imigração há pouco mais de duas décadas. Apesar de ser um fenómeno recente em comparação a outros países da União Europeia, a imigração em Portugal cresceu de forma substancial. O percentual de estrangeiros residentes em Portugal saltou de 1,3% em 1992 para cerca de 5% em 2010⁴.

A atual crise económica que se abate sobre a Europa tem vindo a inverter essa tendência, uma vez que muitos imigrantes estão a regressar a seus países de origem. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 2009 os fluxos migratórios diminuíram de quase 7% nos seus 24 países, após uma queda de 5% registada em 2008⁵.

No que concerne a Portugal, de acordo com o “Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo” do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2011 a população estrangeira residente no país totalizava 436.822 pessoas. Considerando que no ano anterior essa mesma população era de 445.262 cidadãos, houve um decréscimo de 1,90% da população estrangeira em Portugal. Não obstante esse decréscimo, a imigração continua a ser uma realidade presente no território português, com ainda 4,4% de imigrantes no total da população nacional⁶.

Desta maneira, pode-se dizer que uma das causas da transformação das sociedades modernas se deve aos constantes fluxos migratórios internacionais. No entanto – e sem pôr em causa os efeitos benéficos das migrações –, ainda que as diferentes sociedades sejam cada vez mais multiculturais, o migrante leva consigo valores e

experiências de vida diferentes dos encontrados no país acolhedor, o que pode gerar conflitos e reações xenófobas de ambas as partes. De facto, dentro de um mesmo espaço, pessoas com características muitas vezes opostas passam a ter de conviver umas com as outras. “As identidades antes concebidas como estabelecidas e estáveis, mudam de composição, tornam-se diferentes” (Vitorio, 2007: 24).

Stuart Hall (2003:45) define o processo migratório como algo que está “[...] diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados dominantes, das antigas potências imperiais e, de facto, do próprio globo”. Todavia, essa transformação pode ser penosa tanto para a sociedade de acolhimento quanto para os imigrantes. O medo do *Outro*, da perda de identidade, podem causar reações duras por parte dos que “recebem”. Hall fala em culturas que se fecham em “muralhas defensivas” quando ameaçadas pelas forças da globalização, da diversidade e da hibridização (Hall, 2003).

Por sua vez, o imigrante tende igualmente a ter reações diversas que vão desde a afirmação da sua diferença à imitação das pessoas do país de acolhimento. Amin Maalouf considera que muitos migrantes mostram-se, por orgulho, ainda mais diferentes do que são e, às vezes, chegam até a “contestação brutal” diante da frustração numa terra alheia (Maalouf, 1998).

Para tentar amenizar essas frustrações e melhor incluir o imigrante na sociedade recetora, devem ser adotadas políticas em prol de maior participação dos imigrantes na sua nova sociedade. Importa chegar até eles para que se sintam menos isolados. Garantir uma maior interação entre o *Outro* e o autóctone é fundamental para que se estreitem os laços e para que as diferenças sejam, não diminuídas, mas sim consideradas um fator de engrandecimento para ambos os lados.

Estudiosos concordam que o processo de integração resulta da interação entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento; esta interação necessita, porém, da tomada de conhecimento do que nos rodeia. Paralelamente, esse conhecimento é facilitado pelo acesso à informação (Portes, 1999)⁷.

Ainda que não haja a pretensão de encontrar uma solução global para esse problema, acredita-se que a comunicação e a informação são instrumentos que podem contribuir de forma positiva para amenizá-lo.

Segundo Pierre Sorlin (1997:3), o termo *media* refere-se aos “meios pelos quais a informação e o entretenimento são difundidos”. Este mesmo autor explica ainda que os meios de comunicação pertencem a um processo especial através do qual as comunidades humanas são formadas. Assim, esses meios, pelo facto de informarem, fazem parte do processo de comunicação.

Não obstante, muito se tem falado do carácter discriminatório de informações divulgadas pelos meios de comunicação generalistas, que acabam por fomentar e fixar estereótipos. Nesse sentido, nos últimos anos, estudos vêm surgindo na Europa no intuito de promover uma informação responsável sobre migrações e diferença étnica (Cunha, Santos, 2006).

No seu estudo sobre “Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa”, Clara Santos (2007) analisa a forma como a representação do *Outro* é construída na imprensa portuguesa. Segundo a autora, uma das explicações para se justificar os valores negativos atribuídos aos imigrados reside na influência dos *media* na transmissão de determinadas mensagens.

Dessa maneira, no caso específico do Programa de Retorno Voluntário, é primordial que as informações sejam transmitidas de maneira responsável para não causar estigmas às comunidades imigrantes. Levando-se em conta as características inerentes ao Programa, uma informação mal elaborada e não direcionada pode aumentar o risco de discriminação.

Sendo assim, dar a conhecer os mais diversos canais pelos quais os imigrantes têm acesso à informação e utilizá-los para lhes fazer chegar a informação de uma maneira mais direta e privilegiada é de suma relevância para que a integração dos imigrantes na sua sociedade de acolhimento seja mais expressiva.

Ademais, garantir uma boa gestão dos fluxos migratórios passa também pelo conhecimento dos direitos e deveres por parte daqueles que migram. Como já foi mencionado, a gestão deve priorizar o retorno voluntário ao invés do forçado. Para tal, é fundamental uma adequada disseminação dos objetivos do programa, garantindo que os possíveis beneficiários recebam informações claras e precisas sobre o retorno voluntário e obtenham conhecimento suficiente para escolher entre partir ou ficar.

Objetivo do estudo

Na sua definição etimológica, a palavra “informação” significa “tomada de consciência de um facto ignorado” ou ainda “aumentar os conhecimentos, dando esclarecimentos, informações”.

O objetivo principal do estudo foi, assim, o de buscar meios e instrumentos que facilitassem a disseminação da informação e promovessem uma melhor comunicação junto às comunidades de imigrantes, visando não apenas fazer-lhes chegar informações relevantes das diversas áreas das suas vidas, por meio de canais específicos e direcionados, mas também favorecer uma maior inclusão desses imigrantes com a sociedade recetora.

Sendo assim, o mapeamento consistiu em elaborar um levantamento de dados dos canais de acesso à informação das nacionalidades presentes em Portugal que mais recorrem ao Programa de Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações, com vista a melhorar a estratégia de divulgação do programa e reforçar a comunicação com as principais comunidades de imigrantes em Portugal.

Material e métodos utilizados para o estudo

Os resultados do estudo basearam-se num questionário de entrevista elaborado para o efeito e aplicado junto a uma amostra populacional selecionada em função das nacionalidades presentes em Portugal, das nacionalidades que mais recorrem ao PRV e da distribuição dos imigrantes pelo território nacional português⁹.

Nesse sentido, procurou-se identificar, além dos meios de comunicação, os canais preferenciais de acesso à informação, os lugares e serviços locais mais frequentados pelas diferentes comunidades, os locais de ajuda e aconselhamento, os hábitos religiosos, os sítios de remessa de dinheiro e também os lugares de predileção de distribuição de informações propostos pelas comunidades.

Dessa forma, para atingir os objetivos acima citados, o trabalho foi dividido nas seguintes metas físicas:

- Levantamento dos dados secundários por meio de consulta à literatura especializada, aos acervos de dados disponíveis na OIM e na Internet, e através das principais comunidades de imigrantes presentes em Portugal, bem como das nacionalidades que mais recorrem ao PRV;
- Análise dos dados secundários recolhidos e definição de um programa de entrevistas com membros das diferentes comunidades;
- Levantamento dos dados primários através das entrevistas com membros das diferentes comunidades de imigrantes;
- Realização do tratamento dos dados secundários e primários;
- Preparação e apresentação do Relatório Final do projeto.

Ressalva-se que, para a aplicação dos questionários, a amostra foi dividida entre os quatro grupos comunitários adiante descritos. Os inquiridores tiveram liberdade para aplicar os questionários de maneira livre pelos vários locais frequentados pelos imigrantes nas áreas geográficas indicadas. Poucos locais lhes foram apontados, como o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante.

Resultados

Os dados colhidos e analisados no *mapping* e aqui expostos permitem avançar as principais conclusões relativas às quatro comunidades de imigrantes estudadas:

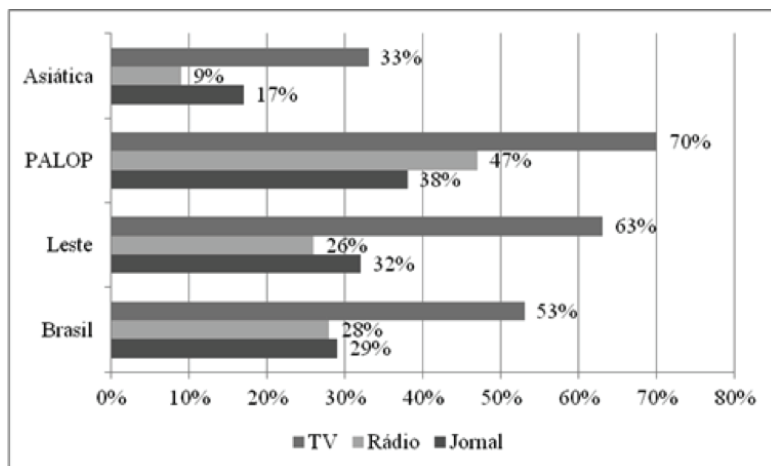
1. Brasil
2. Leste (correspondente aos seguintes países): Moldávia, Rússia e Ucrânia
3. Ásia (correspondente aos seguintes países): China, Paquistão, Índia e Bangladesh
4. PALOP (correspondente aos seguintes países): Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

a) *Media*

Procurou-se compreender neste trabalho a relevância dos *media* para a obtenção de informações das comunidades de imigrantes estudadas e quais são os principais meios de comunicação através dos quais elas se informam.

Assim, relativamente aos *media* ditos formais, as quatro comunidades estudadas afirmaram optar pela TV como canal preferencial de obtenção de informação. Os jornais impressos aparecem em segundo lugar, embora com uma percentagem bem menos significativa (54% e 29% respetivamente).

Figura 1: Frequência de utilização dos meios de comunicação (todos os dias) – (%)



Fonte: Inquérito "Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal" (2010, OIM)

De maneira geral, no que concerne aos jornais, constata-se que os mais procurados pelos imigrantes são o *Correio da Manhã* e o *Metro* (52% e 46% respetivamente). Já os canais de TV mais assistidos são a SIC (57%) e a TVI (49%). Relativamente à Internet, os sites visitados variam muito: vão desde sites informativos aos de divertimento. No entanto, quando o assunto é imigração, os sites mais utilizados são os do CNAI e do SEF, nessa ordem.

Existem, contudo, diferenças de preferências entre as comunidades. Enquanto as comunidades asiática, do Leste e dos PALOP preferem ler o *Correio da Manhã*, a brasileira recorre mais ao *Metro*. Já a SIC consta como o canal de TV mais assistido pelas comunidades brasileira e dos PALOP, sendo a TVI mais vista pelas do Leste e a asiática.

Averigua-se ainda que os jornais *Destak* e o *Público* apresentam uma frequência de leitura mais significativa pelas comunidades brasileira e dos PALOP.

Paralelamente, os meios de comunicação étnicos, ou *media* étnicos¹⁰, também surgem como um meio privilegiado na procura da informação (com 40% do total dos inquiridos a responderem positivamente a este meio). No entanto, há diferenças significativas entre as comunidades: enquanto 72% dos inquiridos da comunidade do Leste e 35% da brasileira afirmaram recorrer a esses canais, apenas 28% dos imigrantes questionados das comunidades dos PALOP e asiática utilizam esses canais como meio de busca de informação.

Essas tendências justificam-se pelo facto de existir, em Portugal, um acervo relativamente importante desse tipo de *media* direcionado para as comunidades brasileira e do Leste. Já a comunidade asiática possui ainda uma quantidade muito pequena de jornais étnicos e praticamente não se encontra nenhum jornal elaborado pela comunidade africana em território nacional (Salim, 2008).

b) *Canais preferenciais de acesso à informação*

No âmbito do estudo, observa-se que as diferentes comunidades de imigrantes tendem a obter informação através de contactos pessoais (informação “boca-a-boca”) e da TV. Existe igualmente uma grande procura de informação através da Internet. Os panfletos, como meio de obtenção de informação, não aparentam ter grande sucesso no seio das diferentes comunidades (cf. Quadro 1).

Quadro 1: Maneiras de se obter informação – (%)

Maneiras de obter informações	Brasil	PALOP	Ásia	Leste
Boca-a-boca	61%	63%	71%	70%
TV	73%	85%	45%	70%
Rádio	44%	68%	18%	42%
Jornal	69%	72%	63%	41%
Internet	75%	62%	53%	54%
Panfletos em português	13%	12%	2%	9%
Panfletos língua materna	0%	0%	5%	7%

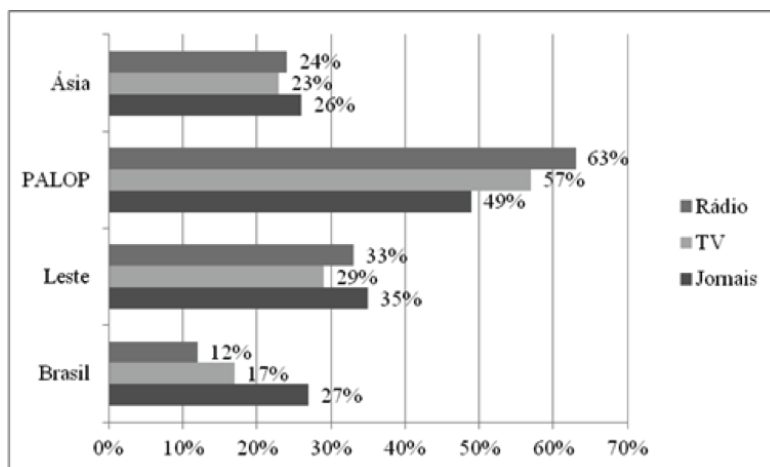
Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

Pôde-se ainda constatar que, se a maioria prefere a TV como meio informativo genérico, quando o assunto é informação sobre imigração, a imprensa escrita aparece como o canal mais utilizado, com exceção da comunidade dos PALOP que tende a preferir a Rádio e a TV (cf. Figura 2).

É interessante notar que a Internet não surge como um meio privilegiado por parte dos imigrantes para obter essas informações. De facto, apenas 31% dos inquiridos declararam procurá-las na Internet. Não obstante, quando procurada através da Internet, os sites mais utilizados são os do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), com 56% e 39% de respostas, respectivamente.

A diferença apontada pelos imigrantes dos PALOP no que concerne a TV e a Rádio, explica-se pelo facto de essa comunidade ter acesso regular aos canais *RTP África* e *RDP África* e, com estes, identificarem-se.

Figura 2: Procura de informação sobre imigração nos meios de comunicação portugueses – (%)



Fonte: Inquérito "Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal" (2010, OIM).

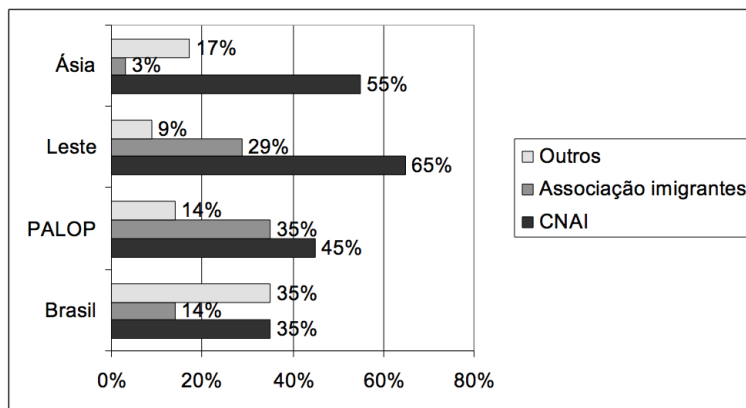
c) Locais de ajuda e aconselhamento

Com o intuito de identificar os mais diversos canais de acesso à informação dos imigrantes, procurou-se distinguir os diferentes sítios onde os imigrantes costumam ir para pedir ajuda e aconselhamento em Portugal.

Nesse sentido, o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) foi identificado como o local mais procurado pelos imigrantes para pedir ajuda e aconselhamento; as associações de imigrantes aparecem em segundo lugar, embora com resultados bastante inexpressivos, com exceção dos imigrantes oriundos dos PALOP.

Vale a pena salientar que, por ajuda e aconselhamento, entende-se procura de informações sobre seus direitos e deveres como cidadãos imigrantes em Portugal, o que explica o facto do CNAI – pelos serviços que presta ao cidadão imigrante e pela facilidade de tê-los todos concentrados num único espaço – ser o local mais procurado por eles (cf. Figura 3).

Figura 3: Locais de ajuda e aconselhamento – (%)



Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

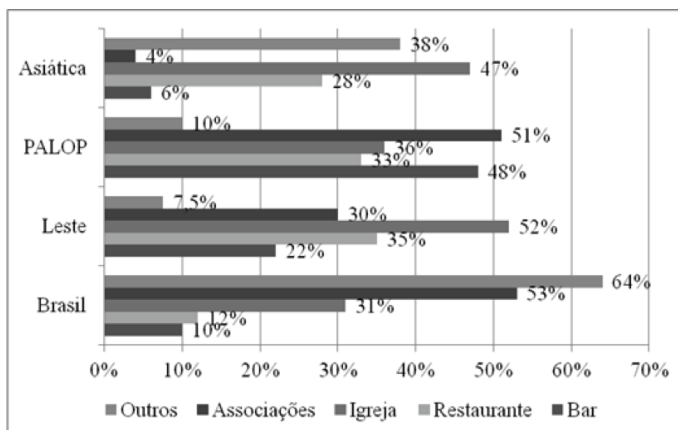
Outros locais foram igualmente apontados pelas diferentes comunidades, sobretudo a brasileira que é, ademais, a que menos procura os serviços do CNAI. Desses, os resultados evidenciam o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a rede social como os locais mais indicados pelas comunidades de imigrantes.

d) Lugares frequentados

A pesquisa procurou também estabelecer uma lista de “pontos de encontro” mais frequentados pelas diferentes comunidades na tentativa de identificar lugares específicos para a distribuição de informação.

Assim, as associações, as igrejas, os bares e os restaurantes (cf. Figura 4) surgem como locais preferenciais de convivência entre as comunidades. Muitos também referiram as festas familiares e/ou encontros com amigos em casas de particulares como local de ponto de encontro (itens incluídos na categoria “outros” do Figura abaixo).

Figura 4: Frequência lugares comunidades – (%)



Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

Ao analisar os dados por comunidade, observa-se que as comunidades asiática e do Leste elegeram os locais religiosos como ponto preferencial de encontro. Os imigrantes oriundos dos PALOP designaram as associações como o local mais privilegiado. No que concerne a comunidade brasileira, os bares são os locais preferenciais de convivência.

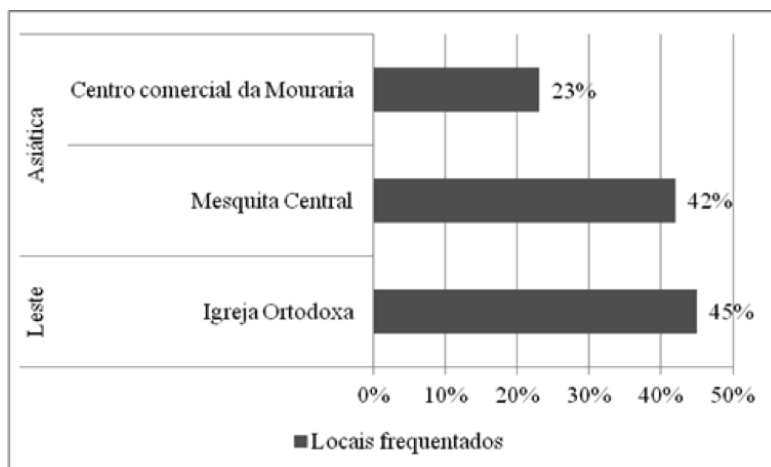
A tentativa de estabelecer uma lista com nomes específicos dos pontos de encontro tornou-se infrutífera dado que a maioria dos inquiridos não atribuiu nomes aos locais indicados nos inquéritos. Contudo, mencionaram as áreas geográficas dos locais apontados, o que nos permitiu chegar a conclusões pertinentes:

Verifica-se que 35% dos inquiridos da comunidade do Leste indicaram a área geográfica de Santa Apolónia como o local mais frequentado. Isto porque é nessa zona que se situa a Igreja Ortodoxa onde muitos deles têm por hábito de ir (cf. Figura 5). O mesmo observa-se relativamente à comunidade asiática: 31% do total dos imigrantes questionados identificaram a Praça de Espanha como ponto de encontro, uma vez que nessa localidade situa-se a Mesquita Central de Lisboa, muito frequentada por essa comunidade (cf. Figura 5).

A comunidade asiática referiu igualmente a zona da Baixa de Lisboa como área geográfica de pontos de convivência. Sabe-se que, nesta zona, se encontram muitos comércios de imigrantes asiáticos. De facto, 23% do total dos inquiridos dessa comu-

nidade apontaram o **Centro Comercial da Mouraria** como o local mais frequentado por eles (cf. Figura 5).

Figura 5: “Pontos de encontro” identificados – (%)



Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

A comunidade brasileira indicou o Chiado e Bairro Alto como os locais mais frequentados, uma vez que nessa zona estão localizados diversos bares brasileiros. No entanto, não foi possível identificá-los pois nenhum dos imigrantes brasileiros inquiridos mencionou nomes de locais específicos.

Os imigrantes oriundos dos PALOP apontaram associações e bares e a zona da Amadora como área geográfica de maior concentração. Assim como para a comunidade brasileira, no caso dos PALOP também não se conseguiu chegar a uma conclusão objetiva acerca de um “ponto de encontro” consensual. Além de não especificarem nomes de bares frequentados nos questionários, as associações designadas pelos imigrantes dos PALOP estão localizadas de forma muito dispersa.

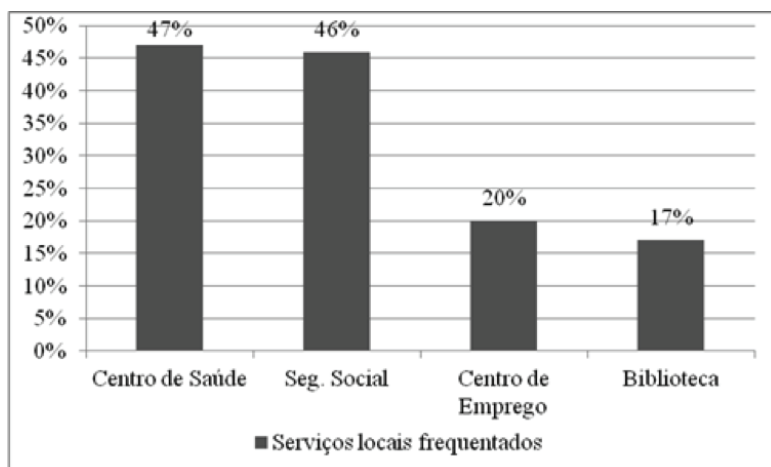
e) Serviços locais frequentados

Os resultados deste estudo evidenciaram (Cf. Figura 6) os Centros de Saúde e a Segurança Social (47% e 46% do total de respostas) como os serviços locais mais utilizados pelas diferentes comunidades. A brasileira e a dos PALOP designaram os

Centros de Saúde (com 45% e 60% de respostas afirmativas, respetivamente) enquanto as do Leste e asiática afirmaram recorrer mais à Segurança Social (61% e 41% respetivamente).

Embora com menos expressão, os Centros de Emprego e bibliotecas também surgiram como locais frequentados pelas comunidades nos resultados do trabalho.

Figura 6: Serviços locais frequentados – (%)



Fonte: Inquérito "Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal" (2010, OIM)

f) Locais de distribuição de informação

Os órgãos de imigração (65% do total das respostas) foram sugeridos como ponto preferencial de distribuição de informação sobre imigração em Portugal. Desses, o SEF foi o local mais indicado pelas quatro comunidades estudadas, seguido do CNAI (cf. Quadro 2).

Para além dos serviços que lidam com imigração, outro local apontado pelas quatro comunidades foi a Segurança Social. A comunidade brasileira evidenciou ainda os locais de remessas de dinheiro e as associações de imigrantes como bons pontos de disseminação da informação. Já a comunidade dos PALOP declarou as escolas como locais onde a informação deveria ser distribuída.

Outros pontos de disseminação de informação foram igualmente referidos pelas diferentes comunidades, embora com menos destaque do que os mencionados acima; desses, os locais religiosos e os Consulados foram os mais designados.

Quadro 2: Locais de distribuição das informações – (%)

Locais de distribuição das informações	Brasil	Leste	PALOP	Asiática	Total
Biblioteca	18%	4%	17%	8%	12%
Correios	25%	19%	13%	9%	16%
Local remessas de dinheiro	45%	19%	21%	7%	23%
Segurança Social	45%	39%	39%	12%	33%
Escolas	27%	6%	32%	3%	17%
Serviços de imigração	74%	70%	49%	68%	65%
Associação de imigrantes	45%	30%	11%	11%	33%
Outros	31%	26%	31%	25%	28%

Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

g) *Remessas de dinheiro*

As transações monetárias internacionais, mais conhecidas como “remessas de dinheiro”, são uma das consequências das migrações internacionais. De facto, os imigrantes costumam enviar dinheiro para os seus familiares nos países de origem contribuindo, desta maneira, para o desenvolvimento de seus respetivos países¹¹.

Perguntados se costumam enviar dinheiro para família, 46% do total dos inquiridos responderam afirmativamente. As comunidades que mais declararam enviar remessas para os seus familiares foram a brasileira e a asiática, com 53% e 46% de respostas positivas, respetivamente.

Quanto aos locais preferenciais de remessas, a Western Union destaca-se nitidamente (65% do total). A comunidade brasileira faz ainda uso de outras agências como a Money Gram e a Munditransfer.

h) Hábitos religiosos

Com o objetivo de maximizar a disseminação da informação, fez-se necessário investigar também os locais religiosos mais frequentados pelas diferentes comunidades. Sendo assim, constatou-se que a população das diferentes comunidades de imigrantes seguem práticas religiosas (56% do total dos inquiridos). Além disso, importa ressaltar que, embora haja uma ou duas religiões mais habituais ou dominantes, as comunidades professam distintas religiões.

A comunidade asiática aparece nas estatísticas como a mais coesa em termos de hábitos religiosos, com 46% do total dos inquiridos a declararem frequentar a Mesquita central de Lisboa, situada na Praça de Espanha. Já a comunidade do Leste indicou a Igreja Ortodoxa em Santa Apolónia (30%) como o local mais frequentado. As comunidades brasileira e dos PALOP referiram hábitos religiosos muito diversificados, o que tornou impossível a tarefa de especificar, para estas comunidades, locais religiosos para onde as informações poderiam ser direcionadas.

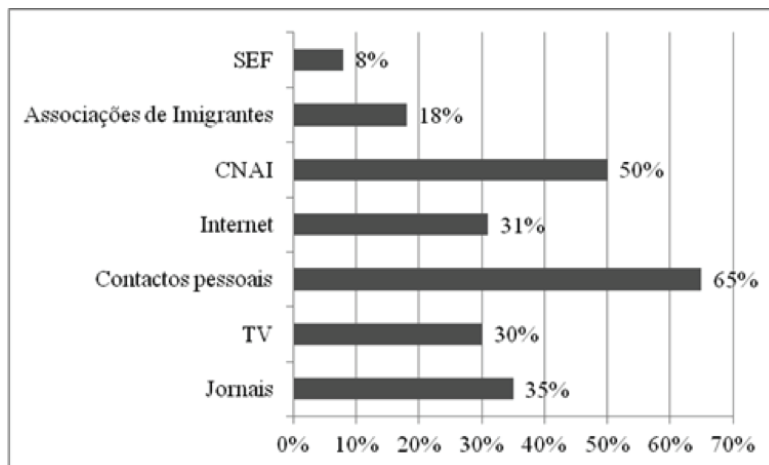
Principais conclusões

Dos questionários aplicados, das análises feitas e da leitura dos resultados do estudo, constata-se claramente que os contactos sociais (ou rede social) são o meio mais utilizado pelos imigrantes para a obtenção de informações – tanto genéricas como específicas sobre imigração.

No que concerne à busca de informações em geral, a TV surge em segundo lugar como suporte preferencial de acesso, seguida da imprensa escrita. No caso de informações específicas sobre imigração, a tendência inverte-se: os jornais impressos são preferíveis à TV.

Quando o assunto são informações sobre a imigração, o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) surge logo após os contactos sociais, com metade dos inquiridos a afirmarem que recorrem a esse centro na busca de informação. Em terceiro lugar, como já referido, aparecem os jornais impressos, seguidos da TV e Internet. As associações de imigrantes e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) não se destacaram como canais preferenciais de acesso à informação sobre imigração no estudo (ver Figura 7).

Figura 7: Canais de acesso à informação sobre imigração – (%)



Fonte: Inquérito “Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal” (2010, OIM)

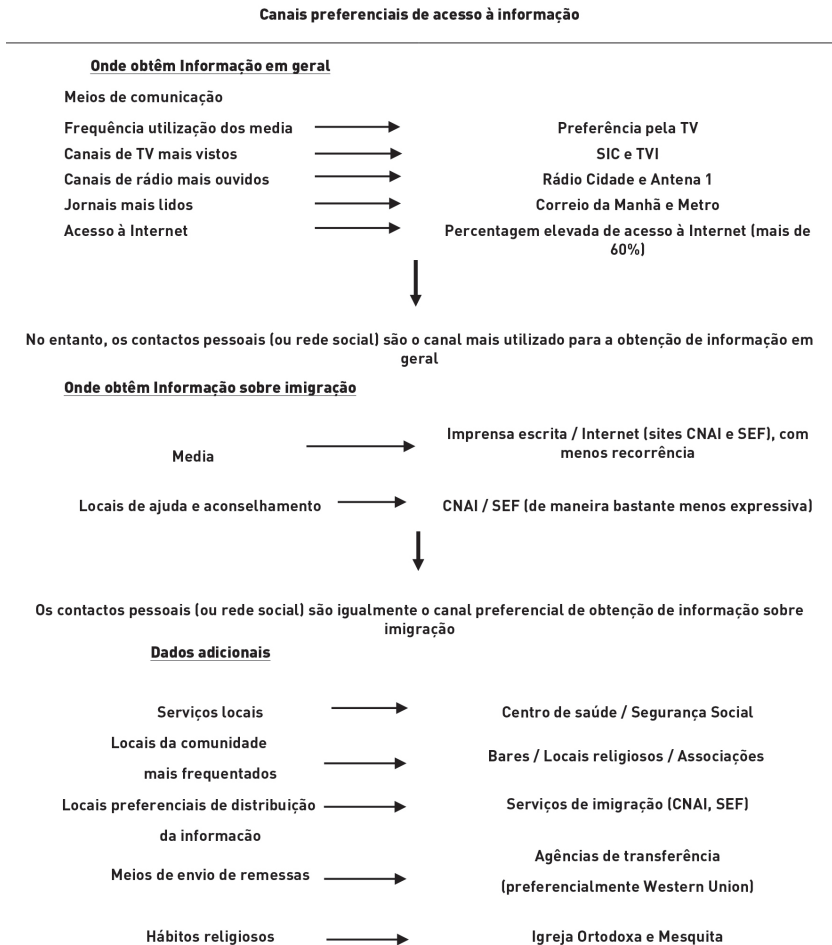
Assim, dado que o principal canal de obtenção de informação dos imigrantes passa pelos seus contactos pessoais, acredita-se que apostar na distribuição das informações nos diferentes canais identificados neste trabalho facilitará não apenas a sua disseminação mas igualmente o acesso a estas pelas diferentes comunidades de imigrantes.

Para tal, importa explorar, para além dos meios tradicionais de divulgação das informações (os *media*, por exemplo), os sítios mais frequentados pelas comunidades, bem como os serviços locais, os lugares de remessa de dinheiro e os locais religiosos. Dessa maneira, as informações poderão circular e atingir as várias redes de contacto.

Da mesma forma, parece fundamental acionar os líderes comunitários e/ou religiosos como pontos de disseminação de informação. Por terem contactos privilegiados com as diferentes comunidades, esses líderes podem ser uma mais-valia no sentido de potencializar o acesso às informações, difundindo-as de uma maneira muito mais abrangente e fiável aos seus concidadãos.

Os quadros abaixo demonstram de forma sucinta os canais preferenciais de obtenção de informação pelos imigrantes. A figura 8 sintetiza os resultados das análises na sua generalidade; já no Quadro 3, desagrega-se os resultados por cada comunidade de imigrante estudada:

Figura 8: Canais preferenciais de acesso à informação



Fonte: Inquérito "Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal" (2010, OIM).

Quadro 3: Canais preferenciais de acesso à informação por comunidade de imigrante

	Brasil	Leste	PALOP	Asiática
Meios de comunicação				
Frequência utilização dos media	Preferência pela TV	Preferência pela TV	Preferência pela TV	Preferência pela TV
Canais de TV mais vistos	SIC	TVI	SIC e RTP África	TVI
Canais de rádio mais ouvidos	Rádio Cidade	Rádio Cidade	RDP África	Antena 1
Jornais mais lidos	Metro	Correio da Manhã	Correio da Manhã	Correio da Manhã
Acesso à Internet (Frequência)	93% do total dos inquiridos	81% do total dos inquiridos	68% do total dos inquiridos	70% do total dos inquiridos
Meios de comunicação comunitário	Revista O Brasileiro	Semanários Slovo e Maiak Portugalii		Jornal Sino
Meios preferenciais de obtenção de informações em geral				
	Contactos pessoais, TV e Internet	Contactos pessoais, TV e Internet	Contactos pessoais, TV e Internet	Contactos pessoais, TV e Internet
Dados adicionais				
Serviços locais frequentados	Centro de saúde	Segurança Social	Centro de saúde	Segurança Social
Locais da comunidade mais frequentados	Bares	Igreja Ortodoxa	Associações de Imigrantes	Mesquita Central de Lisboa
Meios de envio de remessas	Western Union, Money Gram e Munditransfer	Western Union	Western Union	Western Union
Hábitos religiosos		Igreja Ortodoxa		Mesquita Central de Lisboa
Meios preferenciais de obtenção de informações sobre imigração				
<i>Media</i>	Imprensa escrita/ Internet (sites CNAI e SEF), com menos recorrência	Imprensa escrita/ Internet (sites CNAI e SEF), com menos recorrência	TV e Rádio/ Internet (sites CNAI e SEF), com menos recorrência	Imprensa escrita / Internet (sites CNAI e SEF), com menos recorrência
Locais de ajuda e aconselhamento	CNAI	CNAI	CNAI e Associações de Imigrantes	CNAI
Os contactos pessoais (ou rede social) são o canal de acesso mais utilizado para a obtenção de informação sobre imigração				
Locais preferenciais de distribuição da informação sobre imigração				
	Serviços de imigração e locais de remessa	Serviços de imigração e Segurança Social	Serviços de imigração, Segurança Social e Escolas	Serviços de imigração

Fonte: Inquérito "Mapeamento das comunidades de imigrantes e seus meios de informação em Portugal" (2010, OIM).

Notas

¹ Por meios formais de informação, entende-se os *media* escritos, falados e televisivos utilizados, hoje em dia, como instrumento de informação e divulgação; por meios informais, consideramos os meios através dos quais as informações podem ser obtidas: panfletos, informação boca-a-boca, informação num bar, numa igreja, etc.

² Ver também site: http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/WPP2010_Volume-II_Demographic-Profiles.pdf. Estima-se que a população mundial atingirá os 9,1 mil milhões de pessoas em 2050.

³ Segundo a ONU, havia, em 1995, entre 120 e 130 milhões de pessoas a viver fora do seu país, sem ter em conta nesses números os ditos refugiados (https://central.faa.br/forum_02/pdf/comite_economico_financeiro.pdf). Actualmente, estima-se em cerca de 200 milhões o número de migrantes na escala global.

⁴ Segundo um artigo do Diário Económico, intitulado “Imigrantes valem 7% da riqueza do país”, do dia 5 de Abril de 2007, Portugal já era o quinto país da OCDE mais procurado pelos imigrantes.

⁵ Consultar o International Migration Outlook 2011, OECD, SOPEMI (http://www.wiso.uni-hamburg.de/fileadmin/vwl/ausse-nhandel/internationalewirtschaftsbeziehungen/Hauptstudium/Migration/WiSe2011_12/oecd_2011.pdf).

⁶ Ver a esse respeito: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, SEF, 2011. (http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf).

⁷ Ver a este respeito: Penninx, R. (2006), “Integration processes of migrants: research findings and policy lessons”, in Europe and its Immigrants in the 21st Century – A new deal or a co-tinuing dialogue of the deaf?, Edited by Demetrios G. Papademetriou, Lisbon: Migration Policy Institute – Luso-American foundation, pp. 31-55.

⁸ Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (2001), Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Editorial Verbo.

⁹ Tendo em conta que grande parte dos imigrantes vive na área da Grande Lisboa, optamos por aplicar os questionários apenas nesta área neste primeiro estudo. Além disso, o número limitado de questionários – 350 no total – causaria problemas em termos de divisão da amostra caso optássemos por aplicá-los em todo território nacional. De facto, os resultados seriam nulos em termos científicos.

¹⁰ A designação *media* étnicos é entendida como os meios de comunicação desenvolvidos pelos imigrantes para os imigrantes.

¹¹ Ver a este respeito, por exemplo, o estudo da Organização Internacional para as Migrações: International Organization for Migration (2009), *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*, IOM Migration Research Series.

Referências Bibliográficas

- Assembleia Municipal de Lisboa (2004), *Fórum de Lisboa: Imigração e Minorias Étnicas – Integração e Cidadania/O princípio da reciprocidade*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Baganha, M.I., Marques, J.C. (2001), *Imigração e Política – o caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Baganha, M.I., Góis, P., Pereira, P. (1999), “International Migration from and to Portugal: What do we know and where are we going?” Lisboa: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 52/53, pp. 229-279.
- Ferin, I., Santos, C. (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: ACIME.
- Hall, S. (2003), *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil.
- Ilharco, F. (2003), *Filosofia da Informação: Uma Introdução à Informação como Fundação da Acção, da Comunicação e da Decisão*, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa.
- International Organization for Migration (2009), *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*, IOM Migration Research Series.
- Ibidem (2010), *Relatório Anual de Execução e Avaliação do Programa de Retorno Voluntário – ano de 2009*, Lisboa: OIM.
- Ibidem (2005), *Mapping exercise – Brazil*, Final Report, London: IOM.
- Maalouf, A. (1998), *Les identités meurtrières*, Paris: Grasset.

- Machado, F.L. (1997), "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", Lisboa: *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 24, pp. 9-44.
- Machado, I. (2007), "Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal", in *Imigração Brasileira em Portugal*, Organizado por Jorge M. Malheiros, Lisboa: ACIDI.
- Penninx, R. (2006), "Integration processes of migrants: research findings and policy lessons", in *Europe and its Immigrants in the 21st Century – A new deal or a co-tinuing dialogue of the deaf?*, Edited by Demetrios G. Papademetriou, Lisbon: Migration Policy Institute – Luso-American foundation, pp. 31-55.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Rocha, M.B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Rosário, E., Santos, T. (2008), *Quanto custa ser imigrante?*, Lisboa: ACIDI.
- Rebello, J. (coord.), Ponte, C., Ferin, I., Malho, M.J., Brites, R., Oliveira, V. (2008), *Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social*, Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Vitorio, B. (2007), *Imigração Brasileira em Portugal – Identidades e Perspectivas*, Santos: Editora Universitária Leopoldianum.
- Salim, I. (2008), *Os meios de comunicação étnicos em Portugal – dinâmica organizacional dos media das comunidades de imigrantes*, Lisboa: ACIDI.
- Santos, C. (2007), *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa – Análise do ano de 2003*, Lisboa: ACIDI.
- Spencer, S. (2006), "The Challenge of integration in Europe", in *Europe and its immigrants in the 21st century – a new deal or a continuing dialogue of the death?*, Edited by Demetrios G. Papademetriou, Lisbon: Migration Policy Institute – Luso-American foundation, pp. 2-3.
- Sorlin, P. (1997), *Mass Media*, Oeiras: Celta Editora.
- Valdigem, C. (2006), "Uso dos media e identidade: brasileiras num Salão de Beleza", in *Imagens da Diferença, Media & Jornalismo* – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo, Coimbra: Edições Minerva, pp. 53-76.

Endereços electrónicos:

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI): www.acidi.gov.pt
 Organização Internacional para as Migrações (OIM): www.iom.int
 Serviço de Estrangeiros de Fronteiras (SEF): www.sef.pt

■ **Identidades, pertenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa**
Identities, belongings and affinities of young descendants of African immigrants in the Metropolitan Area of Lisbon

Alejandra Ortiz*

Resumo Este artigo pretende descrever os processos identitários dos jovens descendentes de imigrantes africanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Sabe-se que a identidade destes jovens se constrói a vários níveis, a partir da diferença e da semelhança entre a cultura africana e portuguesa, mas também por elementos sociais, culturais e geracionais. Eles vivem assim numa intersecção de pertenças, num continuum de negociações e resistências. Como é que estes jovens se auto-definem e como é que pensam que são identificados pelos outros? Quais são os fatores mais importantes que orientam o seu processo identitário? Estas são questões que iremos analisar e que contribuem para a compreensão do seu processo de integração nas sociedades europeias. O artigo baseia-se numa investigação etnográfica e quantitativa realizada no âmbito do projeto europeu intitulado, *“Para uma construção social de uma Europa jovem: a experiência da inclusão e exclusão na esfera pública entre os adolescentes imigrantes de segunda geração”*, TRESEGY, cujo principal objetivo foi estudar os fatores de inclusão e exclusão dos jovens de segunda geração na Europa.

Palavras-chave Migrações, Identidade, Juventude, Pertenças

Abstract This article pretends to describe the processes of identity/ies formation among the youth of African descent, living in the Lisbon Metropolitan Area. The identities of these youth is built out of many elements, between difference and similarities, influenced by the African and the Portuguese cultures, but also by generational, social and cultural elements. They live situated across the intersections of multiple belongings, along a continuum of simultaneous negotiations and confrontations. How do this youth identify them and how do others define them? Which are the main elements that

* CIES-IUL, Alejandra.Scaglione@iscte.pt ou aleortizscaglione@gmail.com

influence their identity building? These are the issues that guide our analysis which pretend to contribute to a better understanding of the integration of these youth in the European societies.

This study draws on theoretical reflections on quantitative and qualitative data as part of the comparative European research project entitled “*Toward a social construction of an European youth: the experience of inclusion and exclusion in the public sphere among second generation migrated teenagers*”, TRESEGY. The project focused on the factors of in- and exclusion of second-generation migrants in Europe.

Keywords Migration, Youth Identity, Hybridity, Belongings

■ Identidades, pertenças e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa

Alejandra Ortiz

Introdução

A inclusão dos imigrantes tem sido objeto de diversas análises quer de âmbito político quer académico, tendo-se tornado, nos últimos anos, uma questão fundamental nas sociedades contemporâneas e um desafio para os governos europeus. O estudo dos processos de inclusão implica uma análise multidimensional onde se interrelacionem dimensões de carácter histórico, económico, social, cultural e psicológico. Este artigo pretende contribuir para a compreensão da inclusão através da análise dos processos identitários dos jovens da denominada *segunda geração* de imigrantes africanos¹. Tendo em conta o carácter dinâmico, complexo e contingente da identidade, fala-se hoje de processos identitários, entendendo-se aqui a identidade como um processo em contínua formação pressupondo a existência de identidades múltiplas ancoradas em diferentes âmbitos. A identidade não só nos define como nos posiciona no mundo social e é através dela que construímos o nosso sentimento de pertença. Nas sociedades modernas, os processos migratórios constituem espaços privilegiados para analisar a construção destas identidades, espaços esses onde a diversidade cultural, bem como a diversidade de pertenças, origina situações ambíguas, particularmente quando as nossas pertenças se confrontam com as pertenças que os outros nos atribuem influenciadas pelos estereótipos dominantes.

Contexto nacional: Portugal e a integração da *segunda geração* de imigrantes.

Tradicionalmente Portugal tem sido um país de emigração. Os primeiros imigrantes começaram a chegar na década de 60 intensificando-se a partir de 1974 com a independência das ex-colónias africanas. Na década de 80 os fluxos migratórios começam a adquirir maior importância, devido à adesão de Portugal à União Europeia. Dentro dos primeiros imigrantes africanos, destacam-se os provenientes de países de língua oficial portuguesa (PALOP) com particular relevância para Cabo Verde. A partir dos anos 80 com a diversificação dos fluxos, somam-se imigrantes provenientes do Brasil, e mais recentemente, da Europa do Leste, em especial da Ucrânia e da Roménia e ainda da Ásia. Assim, as comunidades que atualmente contam com a chamada *segunda geração*, filhos de imigrantes nascidos no país de destino, são praticamente as comunidades africanas dos PALOP.

Os inúmeros estudos efetuados sobre as questões relativas à *segunda geração* de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, em geral, tendem a centrar a sua atenção nos processos de integração. Ditos estudos têm dado pouca relevância a as-

petos como a identidade e a socialização entre outros. As teorias clássicas sobre a assimilação (Alba e Nee 2003; Gans 1992) e assimilação segmentada (Portes 1999; Portes *et al.* 2006; Portes e Zhou, 1993) referem-se principalmente aos processos coletivos, centrando-se na dimensão económica e social da integração. Salientam os aspetos que conduzem à mobilidade ascendente destes imigrantes mas não consideram o seu declínio (Gans, 1992, 2009). As transformações a nível individual, incluindo aspetos identitários e culturais, ou são escassamente tidas em conta ou são subvalorizadas, conduzindo a uma conceção demasiado otimista da integração. Uma análise pormenorizada das diferenças e semelhanças no processo identitário dos descendentes de imigrantes evidencia que as diferenças *étnicas/raciais*, longe de desaparecerem ou de serem substituídas pelas diferenças culturais, tendem a reforçar-se. Sendo assim, deve-se repensar as questões relativas à integração destes jovens não assumindo *a priori* que os filhos dos imigrantes representam uma segunda edição dos seus pais, herdando *per se* a condição de imigrantes (Padilla, 2007).

Embora atualmente Portugal constitua uma sociedade plural, na qual convivem imigrantes e seus descendentes, é também uma sociedade onde surgem identidades contestadas no contexto de constrangimentos sociais (Woodward, 2004).

Este artigo pretende analisar diferentes aspetos que constituem a identidade destes jovens, sem que haja predominância de uns sobre os outros. Como argumenta Machado (2002) a etnicidade e a classe devem ser consideradas igualmente importantes.

Pertenças e afinidades: explorando a construção das identidades

Ao longo da história das ciências sociais, o conceito de identidade tem sido alvo de diferentes definições e abordagens. Analisaremos a construção da identidade através das características mais importantes da auto-representação, que chamaremos *auto-identidade* e da hetero-representação, entendida como a *identidade social*. Entendemos aqui a construção da identidade como um processo de formação contínuo e inacabado que relaciona a *auto-identidade* e a *identidade social*. Seguindo a definição de Hall (2000:108), consideramos que

“...as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fracturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagónicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.”

Se a subjetividade nos permite sermos diferentes de alguns também nos faz aproximar a outros, conformando assim a nossa *auto-identidade*. Quanto à *identidade social*, refere-se a uma pluralidade de “posições subjetivas” (raça, classe, etnicidade, sexo) que são abertas, instáveis e historicamente contingentes. A identidade social é sempre contingente e precária, construída na intersecção de múltiplas posições (Mouffe, 1994).

Nas sociedades pré-modernas, a classe social era considerada a categoria central de qualquer estrutura social, sendo uma força determinante na conceção da identidade. Nas sociedades contemporâneas, pelo contrário, existe uma pluralidade de “centros”, sendo muitos os espaços onde emergem as novas identidades (Laclau e Mouffe, 1985). Este surgimento de múltiplas afinidades (étnicas, culturais, religiosas, etc.) não vêm necessariamente a substituir as tradicionais diferenças socioeconómicas.

Sendo assim, no contexto das migrações, as identidades são sempre negociadas e ambíguas, invocam uma origem no passado, que continua no presente, mas que simultaneamente acrescenta outras pertenças da sociedade onde residem, da vida quotidiana e ainda dos fluxos da cultura global (Soysal, 2000; Hall, 2003). A construção da identidade pode ser também analisada como um processo de inclusão num grupo determinado, mas para tal não é suficiente partilhar as mesmas características, mas também ter consciência dessa semelhança. “*Por um lado, implica que haja afinidades entre os membros do grupo, sejam elas reais ou simbólicas, e, por outro lado, que o grupo se defina em função de um referente, de um “outro”, num contexto de interação.*” (Saint-Maurice, 1997:12). A identificação com um determinado grupo, pode dar-se assim ao nível pragmático (em termos de práticas semelhantes) e/ou ao nível simbólico (em termos de sentimentos de pertença). Neste sentido um jovem pode identificar-se com a sua comunidade de origem em termos simbólicos e simultaneamente com um grupo de jovens lisboetas de *rap*, em termos de práticas sociais.

De facto todas estas pertenças possuem uma carga emocional moldando o comportamento dos indivíduos.

No desenvolvimento de pertenças e afinidades, a percepção da sociedade e o comportamento dos outros é particularmente importante. Nas sociedades hierarquizadas, a identidade étnica se associa ao poder e ao não-poder da etnia que se manifesta na sua racialização. Neste sentido, a racialização é entendida nos processos ou situações onde a raça é envolvida como uma explicação. Quando falamos de etnia, devemos ter em conta as relações hierárquicas que o termo implica, sendo possível entendê-lo como princípio organizador de comportamentos e atitudes para com os imigrantes. (Murji e Solomons, citado por Joel Windle, 2008).

Identidade híbrida ou “mistura” de? – Significado e críticas

Analisaremos agora, o conceito de hibridização no sentido de *identidade mista*. Têm surgido diversas discussões à volta do conceito de hibridismo, quer ao nível da cultura híbrida, quer da identidade híbrida, como características das sociedades contemporâneas. Estes conceitos representados como os modelos das sociedades contemporâneas interculturais devem ser analisados também em termos de pós-colonialismo e globalização, sobretudo em países que outrora foram potências imperiais, como é o caso português.

É precisamente nas sociedades pós-modernas, caracterizadas por processos de globalização, interculturalidade, diáspora e mobilidade, que a identidade híbrida denota a “*identidade do futuro*” que segundo autores como Jin Haritaworn (2009) ofusca conceitos como o de raça. Estas identidades mistas (híbridas) acabam por encobrir diferenças mais estruturais que continuam a produzir desigualdades. Não pretendemos sobrevalorizar as diferenças de classe e género em detrimento das diferenças *étnicas/raciais*, mas sim chamar a atenção sobre a importância de todas elas na conformação das desigualdades e na construção da identidade.

Na sua aceção clássica, o conceito “híbrido” pode ser entendido em dois sentidos, tal como sublinha Young (1996): por um lado, como a descrição de uma combinação de elementos diferentes e, por outro, como um processo, onde um espaço de descontinuidades é construído. Embora se trate de um conceito que apresenta um importante desafio às noções essencialistas de etnicidade e de identidade, a sua utilização concentra-se mais nos aspetos culturais do que nos aspetos sociais, de desigualdades e exclusão. Neste sentido, pressupõe-se uma ocultação das hierarquias culturais. A insistência na dimensão cultural como fundamento desta identidade híbrida baseada nas componentes de raça, língua, religião, costumes e memória, desvaloriza os aspetos sociais de classe e de género, bem como a dimensão subjetiva da identidade, expressa na consciência e na experiência dos indivíduos. E é exatamente por encobrir as hierarquias raciais e as relações de poder, que este conceito tem sido utilizado nos discursos políticos para descrever uma realidade social multirracial e intercultural que, longe de ser o resultado “natural” em contextos de imigração e de relações pós-coloniais, é socialmente construída por conveniência da cultura dominante. Estamos frente ao que Canclini (1995) chamou “hibridização tranquilizadora”, onde as diferenças culturais prevalecem, encobrindo as desigualdades sociais.

Este discurso otimista e atrativo sobre o hibridismo, associado aos conceitos de diversidade e de pluralismo, conceitos bastante positivos, serve segundo Chow (1998) para encobrir questões políticas e históricas sobre as desigualdades e o passado colonial, ignorando a pobreza e a dependência económica que persiste nas sociedades recentemente tornadas independentes. Nesta mesma linha, a crítica realizada por Spivak (1999) refere que o conceito de hibridização, enquanto produto das migrações,

se centra nas metrópoles não prestando mais atenção aos países de origem. Assim, questionamo-nos, e seguindo o argumento de Hutnyk (2005), sobre se o conceito de hibridismo não será utilizado como uma nova ferramenta conceptual para desviar a atenção, numa tentativa de manobrar as consequências culturais da globalização e do pós-colonialismo. O hibridismo e o pluralismo, na atual distribuição mundial do poder, só podem confirmar e reforçar as hierarquias existentes.

Metodologia de trabalho

Para compreender os processos de formação da identidade destes jovens, recorreu-se às disciplinas da sociologia e antropologia, estudos sobre a juventude, sobre o seu consumo e lazer, estudos urbanos, culturais e de relações sociais de classe. A análise quantitativa deriva dos inquéritos realizados em escolas² da Amadora e Vale da Amoreira na área Metropolitana de Lisboa (AML)³ durante 2007 e 2008. Quanto à análise qualitativa, utilizaram-se técnicas de observação, entrevistas em profundidade e participação em atividades com jovens.

A etnografia realizou-se exclusivamente no bairro Vale da Amoreira (VA), considerado como um *bairro misto* e multicultural. Até à década de 70, este bairro teve um crescimento populacional muito lento, com uma violenta explosão demográfica a partir de 1974 devido à chegada dos nacionais, também denominados *retornados* das ex-colónias. Esta explosão demográfica permitiu um rejuvenescimento da população o que justifica que atualmente 40% dos habitantes sejam jovens com idade inferior a 25 anos. Cerca de metade da sua população é constituída por descendentes de africanos, dos quais a maioria são de origem angolana, seguida de cabo-verdianos e guineenses.

Características sociodemográficas dos jovens: resultados quantitativos

A primeira fase da investigação corresponde à análise quantitativa dos questionários aplicados a jovens nacionais e imigrantes entre os 15 e os 24 anos residentes em duas zonas da periferia de Lisboa. Os aspetos analisados correspondem às características sociodemográficas relativas à família, educação, situação profissional, habitação, sociabilidade, discriminação e expectativas [mais informação em Padilla e Ortiz (2008) e Padilla, Rodrigues e Ortiz (2008)]. A amostra é constituída por 567 jovens, dos quais 264 são de origem nacional e 303 são de origem imigrante. Em termos de género, 60% são raparigas e 40% rapazes, dando-se uma superioridade do género feminino em ambos os subgrupos. Considerando a idade, a maioria dos nacionais (86.4%) e em menor percentagem dos descendentes de imigrantes (62.8%) tem entre 15 e 18 anos. A idade média dos nacionais é de 17.0 e de 17.9 no caso dos imigrantes.

Relativamente ao país de nascimento, verifica-se que no total dos jovens nacionais, 97% nasceu em Portugal o que corresponde a 254 dos 264 casos. Os restantes 10 casos dividem-se da seguinte forma: dois nasceram em Angola, dois na Suíça, um na Alemanha, um na Guiné-Bissau, um na África do Sul e outro no Canadá.

Quadro 1 – Nacionalidade dos jovens descendentes de imigrantes

Nacionalidade	Imigrantes	
	N	%
Portuguesa	125	47.0
Cabo-verdiana	61	22.9
Angolana	19	7.1
Guineense	33	12.4
Santomense	14	5.3
Brasileira	8	3.0
Outros	6	2.3

Quanto aos jovens descendentes de imigrantes, 46% deles nasceram em Portugal, a denominada *segunda geração* e os restantes 54% nasceram fora de Portugal. Os três principais países de nascimento são Cabo Verde (17%), Guiné-Bissau (14%) e Angola (13%). No que se refere à nacionalidade, verifica-se que 47% tem nacionalidade portuguesa o que corresponde a 125 jovens. Para uma interpretação mais correta deste valor, importa referir, no entanto, que 6% dos jovens descendentes de imigrantes, nascidos em Portugal, ainda não obteve a nacionalidade portuguesa, sendo a maioria deles originários de Cabo Verde.

No que diz respeito à composição da família⁴, vemos que cruzando esta variável com a origem dos jovens existe uma correlação significativa entre o número de integrantes da família e a origem dos jovens⁵. No subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes, a média corresponde a 5.15 integrantes por família, enquanto a média para os jovens nacionais é de 3.85. Neste sentido podemos afirmar claramente que os jovens descendentes de imigrantes inquiridos vivem em famílias maiores, em comparação com os jovens nacionais. Outro indicador que ilustra esta diferença é a percentagem obtida quando se lhes pediu “*assinala as pessoas que vivem na tua casa*”, uma vez que 77% dos descendentes de imigrantes (contra 57% dos nacionais) referem a presença de outros familiares para além dos familiares diretos (pais e irmãos), mencionando principalmente, avós, cunhados e sobrinhos. Também em relação à família, devemos salientar que do total de casos (N=567), 308 (54%) vive com os pais contra 46% que ou não vive com ambos os progenitores, ou vive só com um deles, ou sem nenhum deles.

Tendo em conta a origem daqueles que vivem com ambos os pais, 63% são nacionais e só 37% são jovens descendentes de imigrantes. A maioria dos jovens, quer nacionais (92%), quer descendentes de imigrantes (76%) habita com a mãe. Relativamente ao pai, apenas 46% dos jovens descendentes de imigrantes habitam com o pai. As principais razões apontadas para este facto são: desconhecer quem é o pai, pais divorciados ou pai a residir fora do país.

No que diz respeito à educação dos pais, existem diferenças, quer em termos de origem, quer em termos de género. Segundo os dados apresentados no Quadro 3.2, comparando por origem, podemos afirmar que para todos os níveis de ensino analisados os valores mais elevados são obtidos pelos pais nacionais. Por outras palavras, a brecha educacional entre os pais nacionais e os pais imigrantes é claramente significativa. As diferenças entre as mães nacionais e as mães imigrantes são sempre expressivas, enquanto as diferenças entre os pais nacionais e os imigrantes, são somente expressivas ao nível do ensino obrigatório e universitário. Comparando em termos de género, os dados também apresentam diferenças significativas⁶. As maiores diferenças entre mães e pais encontram-se ao nível secundário para os nacionais e ao nível obrigatório para os imigrantes, mas sempre a favor das mães.

Quadro 2 – Nível de escolaridade dos pais (em percentagem)

	Nacionais		Imigrantes	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Sem escolaridade	4.9	6.8	14.5	9.6
Obrigatória	39.4	40.9	33.7	25.4
Secundária	25.4	20.1	15.8	19.5
Universidade	11.4	12.2	3.6	4.0

Quanto à condição perante o trabalho dos pais, em ambos os subgrupos, a grande maioria (70%) encontra-se empregada, se bem que existam diferenças no que se refere ao tipo de trabalho. Em termos gerais podemos afirmar que os pais nacionais têm melhores empregos do que os pais imigrantes. Enquanto os nacionais trabalham nas áreas dos serviços, técnicos e administrativos; os pais imigrantes, na grande maioria desempenham trabalhos não qualificados, nomeadamente, nas limpezas (sobretudo as mães) e construção civil. É interessante assinalar que em termos de género, o mercado de trabalho para as mulheres encontra-se claramente segmentado: 20% das mães nacionais e 55% das mães imigrantes trabalham nas limpezas. No caso dos homens, apesar de existir uma elevada concentração no sector da construção civil, o mercado de trabalho apresenta-se mais diversificado em termos de tipo de ocupação. Com respeito aos rendimentos, cabe assinalar que uma grande

parte dos pais de ambos os subgrupos recebe subsídios de desemprego sendo esta situação mais comum no subgrupo dos imigrantes.

Quanto à questão da identidade, medida em termos geopolíticos, observa-se que as variáveis mais importantes na identificação portuguesa correspondem ao país de nascimento e ao ano de chegada a Portugal. A importância da identidade portuguesa⁷, como era de esperar, verifica-se, em média, maior nos jovens nascidos em Portugal (4.03) e menor nos jovens nascidos na Guiné-Bissau (2.79). Considerando unicamente os jovens nascidos fora de Portugal, observamos que os jovens nascidos em Angola (3.31) são os que em média se identificam mais com Portugal. No que respeita ao ano de chegada, observamos que existem diferenças significativas na identificação portuguesa e na identificação estrangeira⁸, verificando que os jovens que chegaram há mais de 10 anos possuem em média uma identidade portuguesa maior que os jovens que chegaram nos últimos 5 anos. Quanto à identidade estrangeira⁹, deixando de lado os jovens nascidos em Portugal, observamos em média uma maior importância nos jovens nascidos em Cabo Verde (3.65) e Guiné-Bissau (3.59) face a uma menor importância nos jovens nascidos em São Tomé e Príncipe (2.70) e Angola (2.71), independentemente do ano de chegada.

Relativamente aos aspetos mais importantes da identidade, destacamos na *auto-identidade*, ou seja, na perceção que eles têm de si próprios, aspetos relacionados com o “ser jovem” como se indica no Quadro 3.3. Aspetos como a idade, género e estilo de roupa têm um peso maior em todos os jovens, independente da sua origem. Este reconhecimento de ser jovem reforça a importância da juventude como etapa da vida e como referência identitária. Mas considerando agora unicamente o subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes pode-se observar que outros aspetos apresentam também importância ao nível da auto-identificação; a cultura, a origem, a religião e a cor da pele.

Quadro 3 – Aspetos mais importantes da identidade comparada por origem (em média)

	Nacionais	Imigrantes
Idade	2,78	2,93
Género	3,21	3,13
Estilo de roupa	2,61	2,78
Religião	1,82	2,33
Origem	2,30	2,81
Cultura	2,36	2,73
Cor da pele	1,79	2,21
Orientação sexual	2,54	2,63
Status económico	2,09	2,45

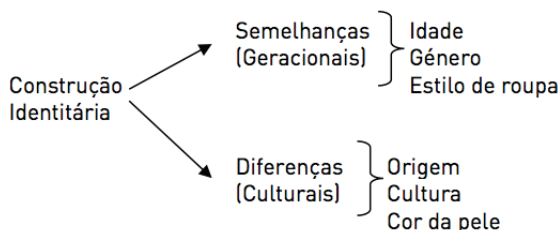
Outro aspeto da identidade analisado refere-se a como somos percebidos pelos “outros”, o que chamamos de *identidade social*. Neste sentido, observamos que para todos os jovens, a idade é o aspeto mais importante de identificação exterior, seguido dos aspetos de género e estilo de roupa. Considerando, unicamente, o subgrupo dos jovens descendentes de imigrantes, os aspetos “culturais” assumem-se como sendo de grande relevância.

Em resumo, comparando ambos subgrupos de jovens verificam-se diferenças em termos de composição familiar, educação, trabalho e identidade. Os jovens descendentes de imigrantes vivem geralmente em famílias mais numerosas, particularmente os provenientes da Guiné-Bissau, se bem que menos de metade (37%) vive com ambos os pais. No que diz respeito à educação dos pais, os pais nacionais destacam-se em todos os níveis de ensino frente aos pais imigrantes e em termos de género, as mães distinguem-se no nível obrigatório e secundário. No que se refere ao tipo de trabalho, os pais nacionais têm em termos gerais trabalhos mais qualificados do que os pais imigrantes. As características mais importantes na construção da *auto-identidade* para a maioria dos jovens são a idade, o género e o estilo de roupa. Estas características são aquelas que os assemelham aos outros jovens. No entanto, no subgrupo dos descendentes de imigrantes, somam-se as características “culturais” que são precisamente aquelas que os diferenciam dos outros. Quanto à *identidade social*, para o grupo dos nacionais a auto identificação coincide praticamente com a identificação que os outros fazem deles, enquanto os descendentes de imigrantes continuam associados aos aspetos de origem étnica.

Construindo identidades: entre a semelhança e a diferença.

Como já foi dito, existem diferentes abordagens no estudo da identidade, desde as perspetivas psicológicas às sociológicas. Para tentar sintetizar, diremos que as identidades são construídas e produzidas no (e pelo) meio envolvente em interação contínua entre as subjetividades dos atores que se constroem a si próprios através de um processo reflexivo – e as condições sociais existentes, no decorrer da vida quotidiana (Giddens, 1994). Seguindo este raciocínio, podemos então falar de uma identidade comum a estes jovens, diferente dos outros jovens? A identidade forma-se através dos aspetos que os aproximam e os afastam dos outros jovens envolvendo aspetos geracionais e “culturais”. Ambas características, como se ilustra na Figura 4.1, são importantes quer na perceção dos jovens sobre si próprios (*auto-identidade*) quer na perceção dos outros (*identidade social*), embora com matizes diferentes.

Figura 1 – Características da identidade dos jovens



Cabe esclarecer que o conceito de cultura será entendido como práticas, valores e ações sociais desenvolvidas por uma determinada comunidade e que constituem a forma de ser e de estar no mundo. Neste sentido, a cultura envolve não só as crenças, comportamentos, valores, costumes e tradições próprias mas também aquelas que são indicadas pelos outros, determinando o significado de ser imigrante, ser português ou ser africano.

Ser jovem: sentimento de pertença.

Tal como se referiu anteriormente, entre as características relacionadas com a juventude, destacamos a idade, a importância do género e do estilo de roupa. A juventude é definida como a fase da vida na qual já não se é criança mas ainda não se é reconhecido como adulto. Encontra-se assim demarcada pelas condições fisiológicas “*naturais*”, por um lado e pelas condições sociais, por outro. O que define os jovens é precisamente a diferença com os adultos. A juventude envolve transição para a vida adulta e encontra-se fortemente associada à autonomia pessoal e económica (trabalho remunerado), familiar (cônjuge e/ou filhos) e habitacional. Relativamente ao modelo de transição, como referido por Machado Pais (1993:318), “*não se pode falar de uma forma típica ou unívoca de transição dos jovens para a vida adulta. As transições são múltiplas, distintas e diferentemente vividas pelos jovens.*” Nas sociedades contemporâneas, os jovens circulam por vários sistemas, entrando e saindo frequentemente do mercado de trabalho e do sistema de ensino. Este tipo de transição traz sentimentos de frustração que dificultam ainda mais seus processos de independência. No entanto, resulta ainda importante assinalar que, contrariamente aos pais, estes jovens contam com vantagens escolares e profissionais. Como vários estudos têm demonstrado, os jovens filhos de imigrantes têm mais escolaridade do que os seus pais (Machado, 2007; Ortiz, 2010; Padilla *et al.* 2008), conseguindo, embora de forma muito esporádica atingir a educação terciária e entrar de forma gradual em segmentos de mercado mais diferenciados, como por exemplo o dos ser-

viços e restauração. Por outro lado, devido precisamente à sua idade pode assistir-se a alguma resistência ou contestação ao estabelecido, face à acomodação vivida pelos seus pais. Nesta mesma linha, ainda se afirma a importância da proximidade entre os jovens filhos de imigrantes e os jovens em geral, confirmando que os filhos de imigrantes são mais parecidos com os jovens, do que os seus pais foram com a sua respetiva geração (Machado, 2007, Padilla e Ortiz, 2008). Contrariamente aos jovens nacionais, as expectativas dos jovens filhos de imigrantes são maiores que as dos seus pais, somando as suas próprias exigências às impostas pela sociedade.

Outro aspeto importante na identidade destes jovens refere-se às diferenças de género quanto às responsabilidades, liberdade e aproveitamento escolar. A responsabilidade pelas tarefas domésticas, pelo tratamento dos irmãos menores e/ou dos avós, recaem sobre as raparigas, verificando-se uma aceitação tácita das mesmas não sujeita à contestação. Nos rapazes estas responsabilidades são muito mais limitadas.

Quanto à questão da liberdade, observa-se que os rapazes podem sair mais à noite e passar mais tempo na rua, comparando com as raparigas que estão mais condicionadas à esfera privada. No que se refere ao ensino escolar, as raparigas são mais incentivadas a terminar a escola; contrariamente, os rapazes são incentivados a abandonarem a escola e a procurarem emprego, após terem falhado sucessivamente no percurso escolar, para ajudarem monetariamente a família. Neste sentido, as raparigas acabam por ser melhores alunas, não só porque se empenham mais, mas também porque tendem a ser mais incentivadas para isso e especialmente porque encontram na escola um espaço onde podem demonstrar que “são melhores” que os rapazes, o que as posiciona diferenciadamente em termos de poder já que noutros espaços públicos elas acabam por ficar num segundo plano, atrás dos seus pares masculinos.

Outra das características apontadas como decisórias da identidade, refere-se ao estilo de roupa, à imagem, ao vestuário e ao consumo juvenil. Existem muitas referências quando falamos da importância da imagem nos jovens. Nas sociedades contemporâneas, a importância crescente do *teenager market* e a intervenção dos *media* na criação de uma “imagem” juvenil encontra-se diretamente associada às práticas de consumo. O consumo de produtos e bens culturais por parte dos jovens constitui uma área significativa quer de apropriação do mundo contemporâneo, quer da expressão de identidade (Vilar, 2009).

Durante o trabalho etnográfico observamos esta preocupação pela imagem, tanto nos rapazes como nas raparigas. No entanto, apesar da importância atribuída ao *look* ser similar para ambos os géneros, verifica-se uma diferença ao nível dos estilos. Na maioria dos rapazes o estilo adotado relaciona-se com o Hip-Hop; camisolas largas e compridas e calças de cintura descaída, acompanhadas muitas vezes de bonés e ténis. As marcas da indústria da moda não ficam alheias, muito pelo con-

trário, algumas identificam estes jovens não só pelo seu desenho mas também pelo que representam (ser jovem é também ser “cool”). Às marcas internacionais como a Nike, Adidas, Levis juntam-se as cores, símbolos e acessórios africanos.

Quanto ao estilo do cabelo, os rapazes usam diversos penteados, recorrendo inúmeras vezes ao uso de *rastas* ou tranças. Este *look* dos rapazes é frequentemente associado a elementos negativos (gangs, delinquência, droga) quer pelos pais, quer pela sociedade envolvente.

As raparigas em geral adotam um estilo mais pop, camisolas *fancy*, mini-saias, *leggings* e calças de ganga. Dão muita importância à maquilhagem, ao tratamento das unhas e ao cuidado do cabelo. Também se destaca a utilização de todo o tipo de acessórios como pulseiras, brincos, fios, malas, etc., que são considerados fundamentais já que ressaltam a sua feminilidade. O tratamento do cabelo adquire nas raparigas uma dimensão maior, não só porque faz parte da sua imagem, mas também da sua vida social. “À volta do cabelo” dá-se grande parte da sua sociabilidade, saídas com amigas, procura de produtos nas lojas especializadas, representando para algumas delas uma fonte de rendimento. Duas raparigas entrevistadas eram especialistas na arte das tranças, o que as levou no verão a irem a casa de amigas e familiares para trançar os seus cabelos, recebendo dinheiro em troca. O penteado mais tradicional e o mais comum entre as raparigas são as tranças, mas também usam o cabelo comprido alisado ou o cabelo encaracolado. Tal como qualquer outro jovem, os jovens do VA em geral definem-se em termos de moda e de estilo de roupa. O vestuário – embora não tenha o mesmo significado social – aproxima-os dos outros jovens, distinguindo-os dos adultos.

Embora o consumo de alguns produtos como um certo tipo de música e de vestuário seja uma constante, o seu significado social está sujeito a diferenças étnicas. No caso dos jovens africanos de bairros sociais, prevalece uma associação claramente negativa, que envolve outras problemáticas como o insucesso escolar, as drogas e até a delinquência. Estes problemas sociais são muitas vezes reforçados pelos meios de comunicação (Machado, 2007) confirmando a tendência a estereotipar todos os jovens, homogeneizando-os. A exclusão social da qual são objeto, embora seja pluri-causal, produz um estranho efeito uniforme. Assim como estar dentro dos incluídos permite e promove uma diferenciação em termos de classe, nível educativo, profissão, género, etc. ser parte dos excluídos encobre todas estas diferenças sob uma homogeneização conveniente.

Ser africano sem sê-lo, resistência, aceitação e discriminação.

Se referimos anteriormente as características que aproximam os jovens, analisaremos agora os aspetos que os diferenciam. Cabe aqui fazer uma referência aos aspe-

tos culturais que se encontram fortemente relacionados com a origem imigrante e com a discriminação. Embora estas características tenham sido mencionadas como constitutivas da auto-identidade, é na identidade social que prevalecem.

Por origem entendemos não só a naturalidade, mas também a procedência dos jovens (as ditas raízes). Em termos de desenvolvimento de sentimentos de pertença, a origem tende a predominar sobre o país de nascimento, conforme informação recolhida. Relativamente aos jovens nascidos em Portugal apesar de se considerarem a si próprios como portugueses, não se sentem necessariamente portugueses.

A aquisição da nacionalidade portuguesa, assunto que será aprofundado mais à frente, apresentou-se como um aspeto fundamental, que contribui para o desenvolvimento de sentimentos de pertença, tratando-se de um vínculo material, mas com grande força simbólica. Para estes jovens nascidos em Portugal, a origem funciona como articulador na criação da sua imagem baseada praticamente na inter-relação dos relatos orais e recordações dos pais (construídas sempre sob a dualidade império/colónia) e com as imagens igualmente construídas que existem na sociedade portuguesa sobre o seu país. A origem também resgata outros elementos que se relacionam com a imagem construída da “cultura africana”, independentemente do país de origem. Observa-se assim a importância do conceito de “pan-africa” que prevalece sobre cada país em particular.

No caso dos jovens nascidos fora de Portugal, a origem prevalece claramente na pertença à sociedade portuguesa. Alguns deles sociabilizaram-se no seu país de origem, deixando lá amigos, namorados e família, laços que são reforçados através do assíduo relacionamento que ainda mantêm. Particularmente ilustrativos da importância do país de nascimento na conformação da identidade observam-se dois casos, uma rapariga nascida na Guiné-Bissau e um rapaz de Cabo Verde que vieram para Portugal na adolescência, deixando para trás parte da sua família e amigos com os quais mantêm ainda fortes vínculos. No caso dos jovens que chegaram a Portugal quando eram crianças, observam-se situações múltiplas, dependendo de diversos fatores, sendo um dos mais importantes a sua relação com o seu país de nascimento, incluindo a periodicidade das viagens, a família que lá ficou e o motivo da saída. Estes jovens encontram-se numa situação mais vulnerável na construção da sua identidade, possuindo elementos fortes de ambas culturas.

É importante esclarecer o que é que estes jovens entendem por *cultura*. Trata-se aqui de um conceito muito amplo que engloba elementos que vão desde a língua, à música, ao vestuário, à comida, à forma de ser, à alegria e à solidariedade. Trata-se portanto, de diferentes atributos associados por eles à cultura africana, interpretados na diferenciação com a cultura portuguesa. O “*ser africano*” em Portugal nem sempre corresponde ao “*ser africano*” em África, no sentido que todos aqueles elementos que os identificam com África aparecem reforçados quando não se

encontram lá. Por outro lado, a cultura produz identidades, sociedades e também realidades distintas, como assinalado por Heaven (2003:153) “*a diversidade cultural dificulta ainda mais a complexidade da identidade, na medida em que abre lacunas e descontinuidades entre a maneira pela qual uma determinada comunidade se percebe a si própria e é percebida pelos outros*”. Por último, estas lacunas geram situações do tipo de ter que reafirmar continuamente frente aos outros “*quem eu sou*” ou mais precisamente, “*quem eu não sou*” lutando continuamente contra estereótipos criados com base na cultura de origem. Esta situação atua de forma dialética, tanto no sentido da cultura dominante sobre a minoritária, como da minoritária sobre a dominante. Neste contexto, estes jovens movem-se em ambas, apropriando-se de alguns elementos da cultura de origem, transmitida através dos pais, e transformando-os na prática ao combiná-los, como é o caso do Hip-Hop, presente no bairro. O resultado é uma mistura de elementos de diferentes origens, africanas, europeias e afro-americanas, atribuindo-lhes novos significados. Exemplos ilustrativos disto são especialmente a língua e a música. No caso dos cabo-verdianos, verifica-se a transformação e reinterpretação da língua. O Crioulo falado pelos jovens do VA é diferente do falado pelos pais. Esta nova versão do Crioulo mistura, para além de variedade de Crioulos falados no VA, termos portugueses e *slang* com palavras provenientes dos Estados Unidos. Embora esta nova versão do Crioulo seja bastante interessante em termos interpretativos, só é falada por alguns jovens, sendo o português a língua mais utilizada no bairro. Por outro lado, existem jovens de origem cabo-verdiana que, embora entendam o Crioulo, não o falam nem sequer na própria casa. Quanto à música, dentro dos ritmos tradicionais os mais ouvidos e dançados são a kizomba, o funana e o kuduro e fora deles, como referimos anteriormente, o rap e a cultura do Hip-Hop. Esta pertença, aliás, faz de ponte com outros jovens, dentro e fora de fronteiras. Esta cultura do Hip-Hop é reinterpretada por alguns dos jovens em termos de resistência e de compromisso. Esta identificação com o Hip-Hop, apesar de ser considerado um aspeto positivo de transculturalidade, pode também produzir novas fronteiras, estereotipando e resgatando os aspetos mais negativos, ou seja, a sua associação a uma cultura juvenil excluída e marginal. Por último a comida é associada à cultura de origem, estando contudo mais presente nos eventos especiais que no quotidiano. Entre as comidas tradicionais preferidas encontram-se a *cachupa*, a farinha de milho, a *moamba*, o milho grelhado e a mandioca.

Outra característica que os diferencia, relaciona-se com a cor da pele. De facto a racialização está muito presente nestes jovens. Esta característica que para a maioria é particularmente importante na identificação dos outros (*identidade social*) é também importante na configuração da própria identidade (*auto-identidade*). É também a principal causa de discriminação, prevalecendo sobre a origem imigrante e sobre outros aspetos associados negativamente como o bairro e a classe social. A tendência entre estes jovens é a de pensar que “os outros” os identificam mais pela sua cor da pele, uma vez que se trata de um aspeto visível e facilmente identificável, do que pela língua e outros aspetos da cultura de origem. Segundo eles a cor da pele não se

pode ocultar, colocando os jovens numa situação de vulnerabilidade face aos outros jovens, criando situações que envolvem sentimentos associados à inferioridade, à falta de autoestima e inclusive ao medo, tornando-se um forte condicionante como foi referido por vários jovens.

As características que temos vindo a analisar que assemelham e diferenciam os jovens encontram-se fortemente inter-relacionadas. Um claro exemplo observa-se nos gostos e nos bens de consumo; pelo facto de “*serem jovens*” partilham “*coisas de jovens*” (gostos, atitudes, dificuldades), mas por serem “*culturalmente diferentes*”, (neste caso diferenças étnico/raciais) estas “*coisas de jovens*” podem adquirir determinadas características culturais e sobretudo raciais (blackness). Assim, as ditas “*coisas de jovens*” tornam-se diferenciais por questões étnicas/raciais, o que acontece, como foi referido, no significado atribuído pelos jovens e pela sociedade ao Hip-Hop. No Festival Multicultural do Vale a música comercial (*worldmusic*) mistura-se com a comida tradicional africana, o rap canta-se em crioulo e as calças de ganga *Levis* e bonés *Nike* conjugam-se com acessórios tradicionais angolanos, reforçando assim o sentimento de “*ser jovem*”, mas por outro lado também de “*ser africano*”. Constrói-se assim uma pertença africana baseada na própria mistura de várias culturas, mas também na resistência ao meio circundante que assim os identifica.

Em suma, verificamos que os processos identitários dos jovens, desde a *auto-identidade* até à *identidade social*, se constroem na semelhança e na diferença. Questionarmo-nos sobre quais destes aspetos são mais importantes não se reveste de nenhum sentido, já que dependerá de cada caso em particular e do facto de todos eles serem interdependentes.

Focarmo-nos nas semelhanças pode contribuir para a obtenção de melhores resultados na aplicação de intervenções públicas de âmbito local. Tal como demonstram vários estudos realizados em bairros periféricos, pensar em estratégias transversais, e não restringidas ao bairro, pode também levar a obter melhores resultados em políticas de inclusão social.

Entre culturas: sobrevivendo a um sentimento comum...*não sou de lá, nem de cá...*

Como temos vindo a analisar, a identidade destes jovens transita entre a cultura africana e a cultura portuguesa. Ou seja, entre o ser africano e ser português¹⁰. Sendo esta situação comum a todos os jovens, a análise de alguns aspetos relevantes permitiu-nos construir uma tipologia identificando três grupos diferentes. Estes aspetos referem-se à naturalidade, nacionalidade, tipo de socialização e às práticas de discriminação no sentido de sentimento de pertença.

Como descrevemos anteriormente, a origem é fundamental na construção da identidade dos jovens, o que permite reconhecer diferentes afinidades quer com a cultura de origem quer com a cultura portuguesa. Neste sentido encontramos dois grupos diferenciados por naturalidade; os que nasceram em Portugal, a chamada *segunda geração* e os que nasceram fora do país. Neste segundo grupo observamos a existência de dois subgrupos, o dos jovens que vieram para Portugal quando eram crianças e aqueles que vieram na adolescência, verificando padrões diferentes de inclusão e de afinidade. Enquanto aqueles que vieram na adolescência mantêm fortes vínculos, sobretudo emocionais, com o seu país de origem (memórias afetivas), aqueles que vieram quando ainda eram crianças mantêm principalmente as memórias dos pais. Normalmente, os jovens tendem a identificar-se mais com o país onde têm as suas primeiras recordações, quer tenham ou não nascido lá, tal como mostram alguns testemunhos: Solange (16) *"Eu me sinto mais portuguesa que guineense, porque cheguei cá quando tinha seis anos e não tenho memórias de lá"*.

No que se refere à questão da naturalidade, outro aspeto interessante resulta da predominância da origem *cultural* em detrimento da origem *nacional*. Embora, os jovens entrevistados provenham de diferentes países africanos (Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau) as suas pertenças são sobretudo *"africanas"*. Esta identificação *africana* observada ao longo de toda a etnografia encontra-se fortemente racializada e responde em parte à importância da cor da pele. No entanto, embora a cultura africana seja importante na identificação destes jovens, existe uma grande diversidade de situações.

Uma questão fundamental e que diferencia claramente os grupos refere-se precisamente à aquisição da nacionalidade, sendo considerada pelos jovens como um elemento crucial, no momento de procurarem emprego. Na prática ter nacionalidade portuguesa não implica necessariamente uma melhoria das condições sociais dos jovens, mas garante os mesmos direitos e oportunidades, sendo o seu contributo em termos simbólicos fundamental na construção da identidade e na geração de sentimentos de pertença. A nacionalidade é também importante porque cria um sentimento de grupo ou não grupo, entre os que a têm e os que não a possuem, abrindo uma brecha entre os próprios jovens. Aqueles jovens descendentes de imigrantes que possuem a nacionalidade portuguesa não compreendem aqueles que não a têm, sendo para estes últimos um verdadeiro problema. Nas palavras de um dos jovens, *"...eles (os africanos com nacionalidade portuguesa) não sabem as dificuldades na procura de trabalho[...] eu nasci cá, sou de cá, mas como não tenho documentos, não posso votar[...] não posso ir à universidade."*

A aquisição da nacionalidade é sem dúvida um factor fundamental, sobretudo quando é negada, constituindo um dos aspetos mais importantes a alterar. Apesar das mudanças na legislação sobre a nacionalidade¹¹ (Healy, 2011; Padilla, 2007), existem ainda hoje casos em que jovens nascidos em Portugal não têm nacionalidade por-

tuguesa. Embora a nova lei tenha sido positiva ao nível da burocracia e dos procedimentos, mantêm-se situações ainda complexas quando se solicita os antecedentes criminais do país de origem, documentos passados pelas entidades de países que passaram por situações de conflito ou guerra e documentos comprovativos, como certificados de escolaridade. Portanto, “*ser irregular*” faz parte do quotidiano de alguns jovens, restringindo-os de deveres cívicos enquanto cidadão. Como por exemplo, não poder exercer o direito de voto, ter um emprego precário, não poder efetuar estudos universitários por não possuir bilhete de identidade, etc.

Quanto à distribuição dos jovens por nacionalidade, verifica-se que a maioria nasceu em Portugal, à exceção de dois casos, um que obteve a nacionalidade através do pai e outro que possui dupla nacionalidade. Dentro dos jovens que não têm nacionalidade portuguesa, a maioria nasceu fora de Portugal, com exceção de três casos, dois de origem cabo-verdiana e um santomense. Estes três casos, apesar de terem apresentado o seu pedido, ainda não obtiveram resposta, sendo confrontados no quotidiano com este entrave. A nacionalidade é muito mais que um documento, é um reconhecimento, como diz Tânia “...*sorte que uma das primeiras coisas que fez o meu pai quando chegámos a Portugal foi tratar dos papéis nossos (dela e da irmã), porque o meu avô era português*”. Algumas das vantagens mencionadas pelos jovens em ter a nacionalidade portuguesa prende-se principalmente com o acesso ao mercado de trabalho, a empregos melhores e mais estáveis, a estudos superiores na universidade, possibilidade de viajar, direitos e deveres políticos e civis. Embora estas situações não conduzam inevitavelmente a uma melhoria das condições sociais destes jovens, abrem novas oportunidades. Por esse motivo, a dificuldade de acesso à nacionalidade gera empregos precários, muitas vezes considerados “fora da lei”, que subsequentemente geram pobreza e segregação social por parte dos jovens e restante família.

Um terceiro aspeto analisado refere-se ao tipo de socialização, entendida a mesma como aberta ou fechada, exógena ou endógena, interétnica ou intraétnica. A socialização experimentada pelos jovens é um fator orientador da sua identidade e contribui para o desenvolvimento de laços, pertenças e relações. Por um lado podem criar vínculos e gerar sentimentos de pertença e reconhecimento, por outro podem marginalizar fechando-os ainda mais às relações. Na grande maioria, os jovens entrevistados têm amigos dentro da comunidade africana, tendo em geral relações mais fechadas. Este tipo de relacionamento desempenha um papel importante nas relações chamadas primárias, que incluem a família e os amigos, mas também e sobretudo, nas relações secundárias que envolvem professores, patrões e colegas. Embora nas relações primárias sejam incorporados os principais valores e referências, são nas relações secundárias que se abrem os caminhos e as oportunidades.

Dentro da socialização também se encontram as relações de amizade, um pilar fundamental na formação da identidade na adolescência e juventude. Os amigos tam-

bém fecham ou abrem círculos e as redes de amigos são as que nos permitem atingir muitas vezes os nossos objetivos, sendo um suporte de contenção emocional e social muito forte. Em termos gerais, os amigos dos jovens provêm da escola e do bairro, mas como a escola está inserida no bairro, os círculos vêm-se muitas vezes circunscritos ao lugar de residência. Existem no entanto algumas exceções como é o caso da Tatiana (15) que frequenta uma escola em Lisboa e que relata “...as minhas amigas são todas de Lisboa e eu tenho ido muito à casa delas a visitá-las, mas elas ainda não vieram à minha casa no Vale...” Também a Ana abriu o seu círculo de amizade e tem muitas amigas portuguesas, além das amigas do bairro que são todas de origem imigrante. A partir da nossa análise e em conformidade com os resultados de outros estudos, podemos afirmar que uma sociabilidade mais aberta *tende* a uma identidade mais próxima da cultura portuguesa, enquanto uma sociabilidade mais fechada *tende* a uma identidade mais próxima da cultura de origem. Contudo, esta identificação maior com a sociedade portuguesa não leva necessariamente a uma maior integração, nem a uma mobilidade ascendente, não se verificando também o contrário.

Por último importa referir-nos às práticas de discriminação. Como vimos anteriormente, a cor da pele, mais do que a origem imigrante, é o principal motivo de discriminação nestes jovens, embora existam outros ligados ao bairro e às condições socioeconómicas. A cor da pele está intimamente relacionada com o racismo, indo contudo mais além. Existem diferentes abordagens no estudo do racismo, bem como diversas definições. Se por um lado, o racismo pode ser analisado ao nível institucional, histórico, ao nível dos comportamentos de discriminação e agressão e ainda ao nível cultural (Vala, 1999); por outro lado, este pode ser analisado em termos de ideologia, preconceito ou de prática (Taguieff, 1990). Como argumenta Taguieff (1990:117 citado por Grillo, 2003:163), “o racismo já não é articulado em diferenças entre as raças, mas sim é baseado em dois pilares fundamentais: a defesa de identidades culturais e a aprovação da diferença”.

Embora as diferenças *étnicas/raciais* pretendam ser substituídas pelas diferenças culturais, são complementadas por estas e acabam por ser aquelas que continuam a assinalar muitas das práticas discriminatórias analisadas. Seguindo o raciocínio do autor existem duas dimensões do racismo; o desigualitário ou de inferiorização que discrimina, outorgando uma posição inferior ao discriminado e o racismo diferencialista, que simplesmente rejeita e exclui o outro. O tipo de racismo aplicado à comunidade africana expressa-se na discriminação/inferiorização do outro que o restringe a uma posição inferior na sociedade (Marques, 2007). Este tipo de racismo está mais enraizado na sociedade portuguesa, tornando-se numa discriminação histórica e socialmente consistente e consolidada. Seguindo a definição de Vala (1999:14) entendemos o racismo como:

“...uma configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças, emoções, orientações comportamentais de discriminação, relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objetivado a partir da cor, sendo aquelas reações suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esse exogrupo”.

Este conjunto de ideias e crenças leva os indivíduos de um grupo a comportarem-se segundo os preconceitos existentes sobre outro grupo. Estes preconceitos geralmente associados a elementos negativos, traduzem-se em atitudes discriminatórias sobre aqueles indivíduos que não pertencem ao grupo dominante. Os conceitos de *raça* e *etnia* são construções sociais que permitem identificar e caracterizar grupos, no sentido de minorias, podendo ser utilizadas indistintamente, apesar de apresentarem diferenças. No que se refere a estes jovens, embora exista uma multiplicidade de situações, o facto de a sua visibilidade social se encontrar associada à ascendência africana faz com que sejam categorizados em função da cor da pele em vez da origem ou nacionalidade. Esta exclusão baseada na homogeneização responde a mecanismos do próprio processo de categorização, particularmente quando os indivíduos a ser categorizados pertencem a uma minoria considerada *“socialmente inferior ou problemática”*. Todo o processo de categorização impõe uma hierarquização, neste caso as hierarquias *“raciais”* são também *“étnicas”* e *“culturais”*: mas sobretudo quando expressamos a diferença cultural, estamos a considerar que somos melhores culturalmente. Por outro lado, quando as diferenças *étnicas/raciais* se tornam culturais (o que politicamente é mais correto e academicamente mais aceitável) as relações de poder assimétricas entre diferentes grupos tendem a diluir-se. É sabido que as atitudes discriminatórias podem ser, e de facto são, em ambos os sentidos desta relação, mas é importante ressaltar que esta relação é hierárquica em termos de poder, quer social quer simbólico. Portanto, a análise das práticas discriminatórias dependerá sempre do lado em que se estiver a analisar. Quando se está do lado mais vulnerável, é sempre uma forte condicionante.

Relativamente aos espaços onde é sentida a discriminação, além dos tradicionais meios de transporte, lojas e restaurantes, a escola tem sido um dos espaços mais recorrentes. Esta realidade torna-se particularmente interessante uma vez que é suposto que a escola seja um espaço de inclusão, tanto da diferença como da equidade, o que não se verifica na prática. Na realidade, os testemunhos dos jovens refletem alguns comportamentos discriminatórios, particularmente entre os professores, como menciona Ana quando refere que... *“os professores sempre preferem os brancos, são os que recebem melhores notas e aos quais prestam maior atenção nas aulas, na minha escola há muita discriminação”*. Ana é de origem cabo-verdiana e frequenta uma escola fora do VA, onde a maioria dos alunos são de origem portuguesa. Também com a Jacinta (angolana) acontece o mesmo; recentemente mudou-se para uma escola fora do bairro, no Barreiro, e ao falar da dificuldade na adaptação à nova escola refere *“...eu sou a única aluna preta da minha turma, e isso não me acon-*

tecia quando frequentava a secundária do Vale. Adaptar-me tem sido muito difícil, a gente é mais fechada e associam-nos ao Vale, aos pretos e de daí à criminalidade e à violência". Estes estereótipos tendem a englobá-los numa mesma categoria, maioritariamente, negativa. As experiências de discriminação influem diretamente no comportamento dos jovens e na internalização dos diferentes padrões culturais. Paralelamente, os jovens, recriam eles próprios a sua pertença a uma cultura mista.

Como assinalado, as práticas discriminativas sofridas pelos jovens vão desde atitudes quase impercetíveis até acusações verbais, todas elas com consequências ao nível da construção da identidade dos mesmos e no desenvolvimento das suas pertenças, bem como na reafirmação ou renúncia de "quem eu sou" e de "quem eu não sou". Este tipo de práticas é mais comum ocorrer fora do bairro, fora dos seus círculos de pertença. Relativamente aos fatores de discriminação mais relevantes apontam a origem e a cor da pele. Os grupos minoritários tendem a ser associados a estereótipos negativos, sendo percebidos inclusive em contextos de imigração como uma ameaça quer na concorrência pelo emprego, quer na segurança nacional, sofrendo diversos tipos de discriminação e racismo. Sem dúvida, nos processos de inclusão e participação, a discriminação e o racismo são considerados barreiras intransponíveis que dificultam a criação de sentimentos de pertença, bem como impedem os jovens de se sentir totalmente portugueses.

Afinidades, identidades e perfis culturais

A análise dos elementos anteriores (naturalidade, nacionalidade, socialização e discriminação) possibilitou distinguir três perfis (tipos de identidades) , resumidos no quadro 4 . Os jovens posicionam-se de forma diferenciada neste continuum entre África e Portugal mas todos eles são possuidores de identidades mistas, incluindo elementos de várias culturas e apresentando sentimentos ambíguos.

Quadro 4 – Tipos de identidade

Afinidade portuguesa	Entre-culturas	Afinidade africana
Bruno	Nelson	Alegria
Tatiana	Paulo	Edson
Paula	Tatiana D.	Ricky
Fábio	Mohamed	Dino
Ana	Tânia	Cythia
Madail	Vânia	Deyamira
Gonçalo	Solange	
	Jurema	

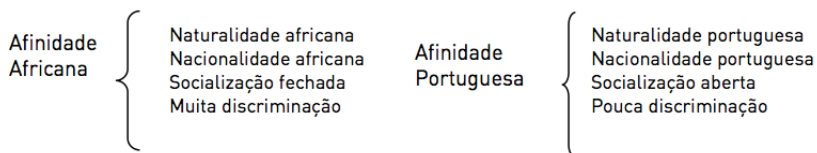
Seguidamente apresentam-se as características principais de cada grupo.

Dentro do primeiro grupo, a que chamamos “afinidade mais portuguesa”, encontram-se os jovens de naturalidade e nacionalidade portuguesa, sendo alguns deles filhos de casamentos mistos, entre portugueses e cabo-verdianos. Este grupo apresenta uma socialização mais aberta, incluindo amigos e relações mais frequentes com portugueses, quer pelo facto de frequentarem uma escola fora do bairro, quer pelo envolvimento em atividades sociais, como os grupos da Igreja, associações sociais e atividades musicais. Apesar de estes jovens também terem sofrido algumas práticas de discriminação, estas têm tido uma menor influência na construção da sua identidade. Todos eles apresentam fortes sentimentos de pertença a Portugal, sentindo-se mais portugueses e identificando-se claramente com a sociedade onde residem, tal como se observa no testemunho da Tatiana (16) *“Eu sou uma portuguesa típica, sou muito reservada e calminha”* e do Bruno (18): *“Eu só falo português, mas a mãe da minha avó falava crioulo com a minha avó. Mas depois de ela morrer, acabou...eu me sinto português, mas gosto de ir dançar música Africana, porque os meus amigos são africanos”*. Dentro deste grupo, também há dois casos que não têm naturalidade nem nacionalidade portuguesa, Gonçalo e Madail. Mas apesar dos vínculos materiais mais fracos em relação aos outros, os seus sentimentos de pertença à sociedade portuguesa são fortemente marcados.

No outro extremo encontra-se o grupo constituído pelos jovens com maior afinidade africana que engloba jovens com características de naturalidade e nacionalidade estrangeira. Mostram uma socialização mais fechada tendo sofrido mais frequentemente práticas de discriminação. Relativamente à socialização, alguns viveram parte da sua infância no seu país de origem, os seus amigos são em geral da mesma origem, não têm quase nenhum contacto com portugueses, e alguns deles pelo facto de terem família no seu país de origem, vêm reforçados mais ainda os vínculos. Estes jovens costumam também ter fortes vínculos simbólicos com a sua sociedade de origem nomeadamente na participação ativa em atividades que envolvem a cultura africana. Por esse motivo, muitos deles têm sofrido recorrentemente discriminação devido às suas origens, como se pode verificar nos seguintes testemunhos: Alegria (18): *“Sinto-me dá Guine minha avó está lá, minhas tias e meus amigos. Vivi lá toda a minha infância, me sinto de lá”*. Edson (20): *“Sinto-me de ambos lugares, porque nasci e vivi a minha infância lá. Sinto-me mais santomense, porque a maioria dos meus amigos são santomenses. Não me sinto português e não sei quando vou sentir-me português, se calhar quando veja menos exclusão social e menos desigualdades...”* e Dino (20): *“Eu me sinto mais cabo-verdiano, mas não sei como explicá-lo... em Damaia [onde morava antes] toda a gente falava Crioulo, mas cá no Vale não é assim. O Vale é mais próximo de Portugal, enquanto Damaia é um pouco de Cabo Verde em Portugal”*. Dentro deste grupo também existem exceções, como os casos de Dino e de Deyamira, ambos nascidos em Portugal e com nacionalidade portuguesa. Dino é novo no bairro e morou sempre no bairro 6 de Maio que, como ele refere, é “um

pedaço de Cabo-Verde em Portugal". Morar num bairro constituído praticamente por cabo-verdianos não facilitou as relações inter-grupo, desenvolvendo a sua identidade baseada em referências a Cabo-Verde, quer ao nível familiar quer social. Deyamira apesar de ter nascido em Portugal mantém contacto assíduo com Angola já que parte da sua família (tios e avós) se encontra nesse país, tendo viajado frequentemente para visitá-los. Tem sentido muitas demonstrações de racismo pelo facto de ser "ne-gra", como refere, não se sentindo portuguesa, já que se identifica mais com a forma de ser do angolano. Ambos os jovens têm evidentes vínculos objetivos com Portugal, mas as suas pertenças simbólicas, afastam-nos. Na seguinte Figura 4.2 resumem-se as características principais, base desta distinção.

Figura 2 – Aspetos mais importantes dos tipos de identidades



Por último identificámos o grupo denominado "entre culturas" que vem reafirmar a importância da identidade mista/híbrida nestes jovens descendentes de imigrantes. Estes jovens partilham um sentimento comum que é o de não se sentirem de nenhum lado, ou divididos entre cá e lá, ou no meio de ambas culturas, aproveitando esta situação em seu próprio benefício, mudando inclusivamente os comportamentos de acordo com diferentes situações, como é o caso da Tânia (21): *"Considero-me metade angolana, metade portuguesa. No trabalho e na escola sou portuguesa, mas quando estou com a minha gente, não tem nada a ver com Portugal. ...quando chego ao Vale, é como voltar a Angola."* *"...quando estou no trabalho sou de uma forma[...] mas quando chego ao bairro, sou eu mesma, mudo completamente..."*

Embora alguns deles tenham efetivamente vínculos objetivos como a nacionalidade e apresentem inclusive uma socialização mais aberta (Jacinta, Tatiana) não conseguem gerar sentimentos de pertença nem a um país nem a outro. Os jovens falam muitas vezes de um sentimento ambíguo, que dificulta a sua identidade, como o caso de Jacinta ao referir como se sente diferente em Portugal e em Angola *"sinto-me mais angolana, cá (em Portugal) que em Angola...quando vou lá me sinto portuguesa porque eles não me reconhecem como igual..."*

Neste sentido, uma vinculação objetiva por si própria não é suficiente, mas sim necessária, para uma inclusão na sociedade. Alguns dos jovens sentem-se estrangeiros na sua própria terra, a falta da nacionalidade portuguesa e o seu consequente

“não reconhecimento” como portugueses (Nelson e Vânia), vai além do âmbito jurídico e material, impedindo-os de se sentirem plenamente portugueses. Estes jovens encontram-se precisamente neste transitar de culturas. A reinterpretação deste espaço é também determinada pelas trajetórias pessoais e profissionais dos jovens.

Tendo em conta o exposto, as políticas de inclusão destes jovens deveriam dar atenção à identidade híbrida, numa perspetiva que envolva o passado colonial e a subsequente hierarquização das sociedades em termos de poder real e simbólico. A interpretação deste tipo de hibridismo cultural como argumenta Anthias (2001) deve valorizar sempre o contexto da sociedade onde se desenvolve do ponto de vista moral, ético e político.

Considerações Finais

A construção da identidade é um processo fundamental e complexo nos jovens descendentes de imigrantes africanos, que se define e negocea entre África e Portugal, entre a afirmação e a resistência, entre a semelhança geracional e a diferença cultural. A identidade mista, não necessariamente baseada em duas culturas opostas, acaba por ser uma característica predominante nestes jovens. Esta identidade mista é considerada “híbrida” no sentido referido por Bhabha (1994), não se tratando da junção das duas culturas, mas sim de “espaços intermédios” onde se “traduz” a cultura majoritária (dominante) na cultura minoritária e se negociam significados no limite das culturas. Torna-se pois importante ressaltar que a hibridização dá-se entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Este “terceiro espaço”, assinalado por Bhabha, é sempre construído através de processos de negociação e resistência.

Nestes jovens a construção da identidade híbrida deve ser analisada como um processo ideológico e político num contexto de pós-colonialismo. Pode ser igualmente sujeito a preconceitos ser africano como ser um “*misto*” entre africano e português. Fatores de diferenciação estrutural como a classe, o género ou a nacionalidade somados aos efeitos duma racialização silenciosa devem ser considerados na análise dos processos de inclusão e exclusão da chamada *segunda geração* de imigrantes.

Relativamente à importância que muitos destes jovens atribuem à identidade africana, esta pode ser interpretada como resultante do facto de se sentirem rejeitados pela sociedade portuguesa. A necessidade de legitimar a identidade africana leva-os a uma “aprendizagem” de como ser africano em Portugal.

Notas

¹ Chamaremos africanos, mas refere-se especificamente a Cabo-Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, países de língua oficial portuguesa (PALOP).

² As escolas selecionadas foram: Escola Secundária da Amadora, Escola Azevedo Neves, Escola Fernando Namora, Escola Secundária Baixa da Banheira, Escola Mouzinho da Silveira e Escola 2+3 Vale da Amoreira e as Organizações: Associação Moitense Amigos de Angola, a Iniciativa Bairros Crítico, o Centro Social 6 de Maio e o Programa Escolhas *Anos Ki Ta Manda*.

³ Ambas as zonas estão maioritariamente habitadas por imigrantes dos PALOP de longa data, contando com uma elevada percentagem de população jovem entre os 15 e 24 anos.

⁴ Variável medida do número de integrantes da família, sendo o menor valor mencionado 2 e o maior 11

⁵ O valor do *Rho* de Spearman é $r=0,396$, $p<0,0001$

⁶ Para as mães o valor do $Chi^2=19,767$, $p<0,001$ e para os pais o valor de $Chi^2=7,533$, $p<0,05$

⁷ $F=13,698$, $p<0,001$ com um coeficiente $Eta=0,395$

⁸ Identidade nacional $F=10,490$, $p<0,001$ e para a identidade estrangeira $F=11,687$, $p<0,001$

⁹ $F=7,287$, $p<0,001$ com um coeficiente $Eta=0,410$ trata-se de uma relação moderada

¹⁰ É possível que a análise peque por um excessivo dualismo, mas quando falamos em termos dicotómicos, não os usou como excludentes, mas sim como extremos de um eixo contínuo, onde se localizam infinitas posições intermédias. Não estamos a falar de ricos e pobres, integrados e desintegrados, mas sim de inúmeras situações intermédias. É possível que esta análise seja vista como demasiado reducionista, mas a nossa motivação é reduzir para poder descobrir perfis ou "tipos ideais", não pretendendo abarcar a realidade, mas sim analisá-la.

¹¹ Requisitos de nacionalidade da nova Lei. Alguns dos requisitos para que os filhos acedam à nacionalidade, é que os pais tivessem residência legal no país pelo menos há 5 anos, na altura do nascimento do filho (antigamente 6 anos para os imigrantes PALOP na antiga lei de nacionalidade). Também é um requisito necessário a integração dos filhos no sistema de ensino e uma prova de língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Alba, R. e Nee, V. (2003), *Remaking the American Mainstream: assimilation and contemporary immigration*, Cambridge: Harvard University Press.
- Anthias, F. (2001), "New hybridities, old concepts: the limits of culture" *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 24 No. 4, pp. 619-664.
- Bhabha, H. (1994), *The Location of Culture*, Londres: Routledge.
- Canclini, N.G. (1995), *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Chow, R. (1998), *Ethics After Idelism: Theory-Culture-Ethnicity-Reading*, Bloomington: Indiana University Press.
- Feixa, C. (2006), *De Jóvenes, Bandas e Tribus*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Gans, H. (2009) "First generation decline: downward mobility among refugees and immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 32, No. 9, pp. 1658-1670.
- Gans, H. (1992), "Second generation decline: scenarios for the economic and ethnic futures of the post-1965 American immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, Vol.15, No. 2, pp. 173-192
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- Grillo, R. (2003) "Cultural essentialism and cultural anxiety", *Anthropological Theory*, Vol 3(2); London, SAGE Publications, pp. 157-173. [Disponível em <http://ant.sagepub.com/cgi/content/abstract/3/2/157>].
- Hall, S. (2000) "Quem precisa da identidade?" in Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 103-133.

- Hall, S. (2003), "Cultural Identity and Diaspora", in Jana Evans Braziel and Anita Mannur (eds.), *Theorizing Diaspora*, Malden, MA: Blackwell, pp.233-246.
- Haritaworn, J. (2009), "Hybrid Border-Crossers? Towards a Radical Socialization of Mixed Race", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 35, No. 1, pp. 115-132.
- Healy, C. (2011), *Cidadania Portuguesa: A nova Lei da Nacionalidade de 2006*, Lisboa: ACIDI.
- Heaven, C. and Tubridy, M. (2003), "Global Youth Culture and Youth Identity", Arvanitakis J, ed. *Highly Affected, Rarely Considered: The International Youth Parliament Commission's Report on the Impacts of Globalization on Young People*, Publisher Oxfam International Youth Parliament (OIYP), Sydney, pp.149-60
- Hutnyk, J. (2005) "Hibridity", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 28, No. 1, pp. 79-102.
- Laclau, E. and Mouffe, C. (1985), *Hegemony and Socialistic Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- Machado, F.L. (2002), *Contrastes e Continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F.L. (2007) "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", António Vitorino (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 169-197.
- Marques, J.F. (2007), *Do "Não Racismo" Portugueses aos Dois Racismos dos Portugueses*, Lisboa: ACIDI.
- Mouffe, C. (1994), "For a Politics of Nomadic Identity", in Robertson, G. et al. (eds), *Travellers' Tales: Narratives of Home and Displacement*, London: Routledge, pp. 105-113.
- Ortiz, A. (2010), *A identidade na encruzilhada: jovens descendentes de imigrantes e os seus processos identitários*, ISCTE-IUL, Departamento de Sociologia (tese de mestrado).
- Padilla, B., (2011) "Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência Africana na Area Metropolitana de Lisboa", Pais, J.M., Bendit, R. e Ferreira, V.S. (orgs.) *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.159-180.
- Padilla, B. (2007), "Acordos Bilaterais e Legalização: O impacto na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal" in Malheiros, J. (org, *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 113-134.
- Padilla, B. e Ortiz, A. (2008), "Final local report on questionnaire analysis", *EU Project TRESEGY*, Sixth Framework Programme.
- Padilla, B., Rodrigues, V. e Ortiz, A. (2008), "Monographic Report on Ethnographic Data", *EU Project TRESEGY*. Sixth Framework Programme.
- Pais, J.M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. e Min Zhou (1993), "The new second generation: segmented assimilation and its variants among post-1965 immigrant youth", *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, Vol. 530, pp. 74-96.

- Portes, A., Fernández-Kelly, P. e Haller, H. (2006) "La asimilación segmentada sobre el terreno: la nueva segunda generación al inicio de la vida adulta", *Migraciones*, 19, pp. 7-58.
- Saint-Maurice, A. de (1997), *Identities Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Soysal, Y. (2000) "Citizenship and Identity: living in diásporas in post-war Europe?" *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 23, No.1, pp. 1-15.
- Spivak, G. (1999) *Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present*, Cambridge: Harvard University Press.
- Taguieff, P.A. (1990) "The new cultural racism in France", *Telos* 83, pp 109-122
- Vala, J., Brito, R. e Lopes, D. (1999), *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vilar, M.R., Cantinho, V. e Parra, S. (2009), *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI.
- Windle, J. (2008), "The racialisation of African Youth in Australia", *Social Identities*, Vol. 14 No. 5, pp. 553-566.
- Woodward, K. (2004), *Questioning identity: gender, class, ethnicity*, London: Routledge.
- Young, R. (1996), *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*, London: Routledge.

■ **“Do Reino de Deus às portas do inferno”: a migração brasileira, liberdade religiosa e a transnacionalização do pentecostalismo para Portugal**
“From the Kingdom of God to the gates of hell”: Brazilian migration, religious freedom and the transnationalization of Pentecostalism to Portugal
Paulo Gracino Junior*

Resumo O impacto de novas modalidades religiosas sobre “culturas locais” é um tema clássico das Ciências Sociais. Partindo das teses weberianas, muitos cientistas sociais analisam a adesão de crescentes contingentes populacionais ao protestantismo pentecostal no mundo não desenvolvido em sua relação positiva com o estabelecimento da modernidade capitalista. Porém, quando se trata da implantação desses movimentos religiosos em solo europeu, o que antes era uma “boa nova”, um sopro de modernidade para os corações latinos, torna-se algo ameaçador, capaz de corromper os sólidos pilares da modernidade europeia. Pensando nessas abordagens, a implantação do pentecostalismo brasileiro em Portugal torna-se curiosa, uma vez que é compreendida, por um lado, como uma corrupção da tradição católica portuguesa e, por outro, como um surto irracionalista, um entrave à europeização portuguesa. Dito isso, o objetivo desse trabalho é analisar como os atores sociais acionam esses aspectos nas diversas frentes de resistência ao crescimento pentecostal no país.

Palavras-chave pentecostalismo; transnacionalização; Brasil e Portugal

Abstract The impact of new religious modalities on “local cultures” is a classic theme of Social Sciences. Building on the Weberian thesis, many social scientists examine the adherence of the crescent population contingents to Pentecostal Protestantism in the undeveloped world in its positive relationship with the establishment of capitalist modernity. But when it comes to the deployment of these religious movements on European soil, what was once a “good

* Doutor em Sociologia Pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio de Doutorado no departamento de Sociologia da Universidade do Porto. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Vila Velha. Agradeço a CAPES pelo auxílio que permitiu parte deste trabalho.

new”, a blow to the hearts of modern Latin, becomes something threatening, capable of corrupting the solid pillars of European modernity. Thinking about these approaches, the implementation of Brazilian Pentecostalism in Portugal becomes curious, since it is understood, first, as a corruption of the Portuguese Catholic tradition and, secondly, as an irrationalist outbreak, an obstacle to the Europeanization of Portugal. That said, the aim of this study is to examine how social actors triggers these aspects in the various fronts of resistance to Pentecostal growth in the country.

Keywords Pentecostalism; transnationalization; Brazil and Portugal

“Do Reino de Deus às portas do inferno”: a migração brasileira, liberdade religiosa e a transnacionalização do pentecostalismo para Portugal

Paulo Gracino Junior

Introdução: algumas notas iniciais

Quando começamos a abrir a nossa porta, descobrimos que entra ar fresco e poeira. Gostávamos de ficar com o ar fresco e impedir a poeira (Welhelm, 1996, citado por Herzfeld, 2008)¹.

O presente artigo aborda algumas facetas da transnacionalização da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) para Portugal, focando-se na resistência que a cultura local do norte de Portugal ofereceu a tal implantação. Ainda que a primeira vista possa parecer um evento pontual, a resistência a implantação da IURD, especificamente, e do pentecostalismo brasileiro no geral, mostra-se como um episódio denso de significado e bom para se pensar os processos de transnacionalização e globalização, bem como seus impactos nas sociedades alvo destes fluxos.

Neste sentido, é interessante notar que a interação entre fluxos religiosos e culturas locais enquanto evento não constitui fato singular, na medida em que acompanha a história da humanidade desde o seu alvorecer. São profusos os relatos históricos que narram conflitos, assimilações, hibridações e invenções de ideias religiosas, motivadas pelo contato entre povos e culturas diversas, do confucionismo ao islamismo. Talvez a mais clássica das narrativas seja a da expansão do cristianismo, em especial do catolicismo que, na esteira das conquistas do Império Romano e posteriormente das Grandes Navegações, conseguiu expandir para o mundo seu projeto de uma ética universal, promovendo um dos primeiros processos do que poderíamos chamar globalização, ao ser veículo da padronização de crenças, costumes e língua (Cf. Robertson, 2000; Mariz e Theije, 2008;). Este caráter universalizante da cultura judaico-cristã tornou-se ponto nodal para um dos paradigmas basilares da Sociologia, que vê afinidade entre a racionalização ocidental e a difusão do cristianismo, principalmente em sua vertente protestante pietista (Cf. Weber, 2004).

Nesse sentido, o fato de algumas regiões resistirem à penetração das igrejas pentecostais e até mesmo mostrarem-se hostis às suas investidas e presença não deixa de ser um fato sociológico bastante invulgar, porém sistematicamente negligenciado pela literatura socio-antropológica, que prefere se debruçar sobre os seus efeitos solventes e destradicionalizantes da cultura (Pierucci, 2006). Fato inteiramente jus-

tificável, principalmente se levarmos em conta que o movimento pentecostal tem convertido milhões de pessoas ao redor do mundo, da China à África, passando pela secular Europa. Com mais de meio bilhão de adeptos, segundo estimativas mais positivas², o pentecostalismo é, junto com o Islã, um dos responsáveis diretos pela virada teórica das últimas décadas nos estudos sobre a religião.

É interessante notar, que, partindo das teses weberianas, muitos cientistas sociais analisam a adesão de crescentes contingentes populacionais ao protestantismo pentecostal no mundo não desenvolvido em sua relação positiva com o estabelecimento da modernidade capitalista (Cf. Martin, 2001). Porém, quando se trata da implantação desses movimentos religiosos em solo europeu, o que antes era uma “boa nova”, um sopro de modernidade para os corações latinos, torna-se algo ameaçador, capaz de corromper os sólidos pilares da modernidade europeia. Pensando nessas abordagens, a implantação do pentecostalismo brasileiro em Portugal torna-se curiosa, uma vez que é compreendida, por um lado, como uma corrupção da tradição católica portuguesa e, por outro, como um surto irracionalista, um entrave à europeização portuguesa.

Antes de prosseguirmos convém esclarecer os contornos que o termo globalização ganha neste texto. Acompanhando os estudos de Roland Robertson (2000 [1992]), realizados ainda na década de 1990, entendemos a globalização enquanto um processo objetivo de compressão do mundo que intensifica a consciência da compreensão do mundo como um todo. Dito de outra forma, a globalização contemporânea significa não só aumentar o grau de interdependência das diversas partes do globo, mas também tornar aguda a percepção desta interdependência. No entanto, ao mesmo tempo em que a consciência individual da situação global se amplia, não se assiste à homogeneização das culturas nacionais, regionais e locais, como alguns chegaram a preconizar (McLuhan, 2002), mas ao contrário: nos dias que correm, qualquer imagem de um ecumene global seria contestada pela ressurgência de diversas formas locais de pertença.

Evidentemente, não se nega o fato de que os fluxos culturais ainda correm muito mais no sentido “centro-periferia”, como nos lembra Ulf Hannerz (1997), no entanto, isso não quer dizer que há apenas um processo de uniformização; ao contrário, a globalização ironicamente envolve e facilita a promoção das diferenças e das diversidades locais. Hoje, uma atitude local, como a do pastor norte-americano Terry Jones, que exortou os adeptos de sua igreja a queimar exemplares do Alcorão no “11 de Setembro” de 2001, pode ganhar ares mundiais, graças à via de mão dupla do sistema mundial de computadores. Nesta mesma esteira, formações culturais locais e em vias de desaparecimento ganham novo fôlego ao serem inseridas em circuitos globais. Dito isto, passemos a seguir, passaremos a considerar como a religião ganha novas contornos nesse processo.

Do Arquivo de volta para o campo

Em novembro de 2008, parti para Portugal num período de estágio de doutoramento, e na ocasião tinha em mente encontrar mais um caso em que o “local” se opunha ao “global”. Na minha tese, o “global” e o “local” eram representados respetivamente pela transnacionalização das igrejas pentecostais – que expandem de forma mais ou menos incorrupta suas doutrinas para o resto do mundo – e pelas resistências vernaculares ao que se pode considerar mais um desdobramento do processo de globalização. Na ocasião, procurava mapear configurações socioculturais locais que resistiam ou se mostravam entraves ao crescimento das igrejas pentecostais.

Assim como no Brasil, os mapas censitários sobre o pluralismo religioso apontavam a direção a seguir: decididamente, não era Lisboa, principal destino português dos estudantes de doutoramento brasileiros. A capital portuguesa mostrava-se, ao menos através dos números e à primeira impressão, bastante cosmopolita (Hannerz, 1999) e globalizada, que no vai-e-vem de turistas e imigrantes misturava muçulmanos, africanos, orientais e, claro, brasileiros, bem como seus credos. Se, no Brasil, entre diversos casos expressivos da resistência ao crescimento pentecostal, como interior do Nordeste e norte do Rio Grande do Sul, escolhi a região histórica das Minas Gerais para testar algumas das hipóteses sobre a interação “global/local” (Canclini, 2003), em Portugal, a Região Norte parecia o destino mais apropriado.

Informado pelos números e por alguns estudos (Vilaça, 1999 e Mafra, 1999), sabia que a cidade do Porto – significativamente alcunhada de a “Cidade Invicta” – seria um importante laboratório. Para além dos números quanto à diversidade religiosa – ínfimos, se comparados aos de Lisboa – tiveram lugar ali uma série de conflitos envolvendo movimentos “sociopolíticos” de resistência à implantação de templos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) durante a década de 1990, mais precisamente depois do ano de 1995, quando a igreja tentou sem sucesso a aquisição da sala de espetáculos Coliseu do Porto.

Ao chegar ao Porto, naquele frio e chuvoso mês de novembro, meu destino parecia óbvio: escrutinar os arquivos e as hemerotecas, em busca de reconstruir o que havia acontecido naquele agosto de 1995. Quais fatos ou processos teriam irrompido a fúria nos “bondosos e amorosos corações portugueses”?³ O que teria mobilizado, “de uma hora pra outra”, pessoas de interesses tão diversos, como jovens e idosos, intelectuais e “pessoas do povo”, numa verdadeira cruzada contra a venda de uma então decadente casa de espetáculos situada no centro do Porto a uma igreja evangélica *brasileira*? Por que é que as pessoas, muitas que nunca haviam posto os pés dentro do Coliseu – como fiquei sabendo posteriormente pelas entrevistas realizadas – saíram de suas residências naquelas tardes de 4 e 5 de agosto para salvar a casa de espetáculos? E o mais intrigante, principalmente levando-se em conta os meus interesses iniciais em Portugal: por que no Norte e por que no Porto?

Nas primeiras semanas no Porto, procurei o arquivo do Jornal de Notícias – um dos principais periódicos de Portugal. Acostumado aos métodos “objetivos”, como as entrevistas e *surveys*, estava ansioso e imaginava que me depararia com um emaranhado de papéis e discursos, os quais teria que garimpar, ler e ordenar, se quisesse “criar” um enredo para o que até então apresentava-se como uma sucessão de fatos desconexos (Veyne, 1971; Geertz 2002). Ao mesmo tempo, parecia-me interessante retomar as labirínticas práticas documentais deixadas desde os tempos do curso de graduação em História. No entanto, para minha surpresa, o percurso não se revelou tão árduo assim. Ao chegar ao arquivo no 11º andar do prédio que abriga o Jornal de Notícias, interpelei o arquivista com uma frase que julgava ser bem objetiva:

– Bom dia, gostaria de consultar os periódicos dos dias 4 e 5 de agosto de 1995 – Precisava começar por algum lugar e decidi que seria pelos dias mais marcantes do evento, o ápice do movimento “todos pelo Coliseu”.

– O senhor está a procura de algum assunto específico?

Eu, com um ar meio cético, repeti a data dos periódicos pelos quais desejava começar, sem acreditar que ele pudesse ter qualquer informação que me ajudasse – afinal já se haviam passado 14 anos desde o evento. Porém, o homem insistiu:

– O menino é brasileiro, não é? – E continuou sem me dar tempo de resposta:

– O menino estará interessado na tentativa de compra do Coliseu pela IURD, não é mesmo?

Surpreso, confirmei meu interesse, sem segurar a curiosidade pelo que me pareceu um ato de adivinhação:

– Como o senhor adivinhou?

Ao que me respondeu, não sem antes ajeitar as calças e estufar o peito, agora, com um indisfarçável orgulho:

– Ah! O movimento “Todos pelo Coliseu” foi uma das maiores demonstrações de civismo não só dos portuenses, mas de todos cá do Norte. Pois esse tal bispo Macedo acha que somos parvos como lá em Lisboa; pois viu que não somos! – Asseverou, enquanto trazia nas mãos um único volume encadernado que continha a maioria absoluta das matérias veiculadas nos jornais portugueses sobre a IURD.

– Fizemos esse dossiê, pois quando algum jornalista tem que produzir uma matéria sobre a IURD, não precisa ficar pesquisando aqui e ali.

Aliviado, por me ter poupado das tortuosas horas no arquivo, não me dei conta no momento do que significava tudo aquilo. Só *a posteriori* e com ajuda da leitura dos jornais, percebi o quanto os *media* exerceram um papel preponderante naquele processo, funcionando ora como fonte privilegiada dos argumentos acionados contra a IURD, ora como síntese dos anseios dos diversos segmentos sociais inscritos nos conflitos.

Embora estivessem ali movidos pelo mesmo sentimento – que poderíamos qualificar genericamente de defesa da identidade “nortenha” – donas de casa, intelectuais e jovens estudantes logicamente não tinham a mesma conceção do que consistiria essa identidade regional e os passos para sua defesa. Obviamente, a venda do Coliseu para uma “seita” brasileira era interpretada de forma diversa por aqueles que compararam sua importância ao do congénere parisiense Olympia⁴, ou por aqueles que acorreram às portas da casa de espetáculos portuense com terços nas mãos.

Acredito ser necessário neste momento um breve comentário que retoma a forma que concebemos tal processo dentro de um quadro teórico conceptual mais amplo. Interpretamos a linguagem cultural captada pelos *media* enquanto simulacro das relações sociais, no sentido que dá Herzfeld (2008). Desta forma, o termo simulacro se distancia do seu emprego em Baudrillard (1991), no qual o real é substituído por signos vazios, para se aproximar da ideia de uma forma de projeção da “experiência social familiar em contextos desconhecidos ou potencialmente ameaçadores” (Herzfeld, 2008: 22). Neste mesmo sentido, afastamo-nos de ideias comuns para interpretação da formação das identidades nacionais e regionais, como as de Ernest Gellner (1993) ou Eric Hobsbawm (1997 e 2002).

Gellner (1993) confere um primado do Estado sobre a Nação: em sua conceção, as identidades nacionais não passariam de uma dimensão virtualmente instrumental, em última instância, completamente desligada dos pensamentos e ações das pessoas, as quais propunha unir sob a mesma bandeira. Já Hobsbawm, embora fale em *Nações e Nacionalismos* (2002) de um “protonacionalismo popular”, não deixa dúvidas quanto à sua posição em *Invenção das Tradições* (1997), em que vê as identidades apenas como “ficções” a-históricas manipuladas pelas elites intelectuais e políticas para impor sua hegemonia sobre uma massa inerte – o “povo”.

Como pretendo que fique claro mais à frente, há, sem dúvida, uma memória histórica comum que narra os heróis e eventos típicos do Norte de Portugal, bem como sua importância para a portugalidade. Esse passado histórico comum serve como amálgama para uma série de pequenas narrativas locais com capacidade para ligar os interesses do pequeno grupo ao interesse mais geral. Isto evidencia-se nas entrevistas, onde as sagas históricas são profundas. Nestas narrativas são enredadas histórias pessoais e familiares aos “grandes eventos”, como o “sacrifício” que fez a população portuense para apoiar a armada que partiu para conquista de Ceuta em

1415 – episódio canonizado na “memória popular local” em que os habitantes do Porto cederam toda a carne disponível aos soldados e ficaram apenas com as vísceras, o que lhes dá hoje a orgulhosa acunha de “tripeiros” – ou a resistência durante o “Cerco do Porto”, na guerra civil portuguesa de 1832-1834⁵. Diante de momentos turbulentos, o Norte seria “o tronco velho e robusto de Portugal”, a reserva moral da nação, onde tudo começou e onde se preserva a verdadeira “essência” da identidade nacional. Expressões como as do arquivista citado páginas atrás – “acha que somos parvos como lá em Lisboa?” – parecem pródigas a esse respeito.

É a partir da grande “narrativa nacional” e do lugar que nela ocupa o Norte e, em especial o Porto, que vão clamar as vozes que agora se levantam contra o que é visto como mais uma “invasão” à cultura portuguesa por parte do Brasil – “agora vocês exportam até seitas que não querem mais!” – exclamou um dos entrevistados em meio de gargalhadas. A todo esse “arcabouço cultural” soma-se, como não poderia deixar de ser, o lugar que o brasileiro ocupa no imaginário português. Como veremos mais detalhadamente no próximo tópico, a migração brasileira, segundo o quadro cognitivo português, pode guardar estreita relação com a imigração das outras ex-colônias, como Cabo-Verde, por exemplo; ou assemelhar-se à nova vaga de imigrações, constituída inclusive por imigrantes do leste europeu, que acorreram ao país após o advento da União Europeia.

Ainda que os “movimentos” anti IURD tenham ganhado imenso relevo nos *media* nacionais e internacionais, na medida em que implicaram até mesmo a interferência do então Presidente Mário Soares na resolução dos conflitos, foi outro evento, que me veio ao conhecimento por acidente quando assistia a um documentário da rede de TV SIC sobre a prostituição feminina em Portugal, que me apontou a direção a seguir. Este episódio, conhecido como “Mães de Bragança”, caso que ganhou notoriedade internacional após a revista *Time* divulgar uma manchete de uma espécie de saga das “mães portuguesas” que lutavam contra o “flagelo da prostituição”. Embora, a repercussão mediática tenha levado ao fechamento das Casas de Alterne⁶ da cidade e à prisão de alguns de seus proprietários, o episódio repercutiu no restante da Europa, como mais uma demonstração do arcaísmo de valores reinante em Portugal.

O caso ganhou notoriedade internacional após a revista *Time* divulgar uma manchete de capa, em sua edição do dia 12 de outubro de 2003, “*Europe’s New Red Light District*”, que apontava a cidade de Bragança como sendo o novo ponto de prostituição da Europa. Essa repercussão mediática levou ao fechamento das “Casas da Alterne” da cidade e à prisão de alguns de seus proprietários, bem como à expatriação das mulheres brasileiras que lá trabalhavam. Mais uma vez, são ativadas várias representações sobre o Brasil e principalmente sobre a mulher brasileira, num gradiente que vai da sensualidade à magia.

Em reportagem exibida no telejornal da Rede de Televisão portuguesa SIC, em 18 de setembro 2008, ouve-se nos depoimentos das integrantes do movimento “Mães de Bragança” frases como: “depois que essas mulheres, principalmente as brasileiras, entraram nessa cidade, normalmente é um casamento [destruído] por semana” ou “elas atraem eles pra lá todos os dias, agora se é com droga, se é com bebida, ou com bruxaria, eu não sei”. Se por um lado o episódio da IURD acionou uma identidade mais ligada ao universo masculino, refletindo mais sobre os homens brasileiros, o caso de Bragança incidiu diretamente sobre o universo feminino e reforçou o estigma contra a mulher brasileira em Portugal.

O caso das “Mães de Bragança” pode ser interpretado como uma interessante parábola da globalização – um espelho de nossos tempos *flexíveis*, para usar a feliz expressão de Richard Sennett em *Corrosão do Caráter* (2006) – bem como uma metáfora do declínio do patriarcalismo, aos moldes do que propõe Castells (2002). Acompanhando o desenrolar dos fatos, fico sabendo que Bragança, uma pacata cidade de pouco mais de vinte mil habitantes, incrustada numa das regiões menos desenvolvidas de Portugal (Trás-os-Montes), teve o seu encontro insólito com a globalização através de um fluxo cada vez mais comum nos dias atuais: o fluxo de corpos para prostituição. Mal sabiam seus habitantes que a força do Euro e a Autoestrada Europeia (E 82), construída para ligar o norte de Portugal à Espanha, colocariam a cidade na rota da prostituição internacional.

Atraídas pelos ganhos em Euro, pela facilidade da língua e empurradas pela pobreza, três centenas de mulheres, quase todas de nacionalidade brasileira, entram pela fronteira espanhola e instalam-se nas diversas casas de alterne recém-abertas na cidade de Bragança. Ali têm os seus passaportes retidos até conseguirem dinheiro para pagar a passagem e os gastos da viagem para Europa. Sabem que podem ficar pouco tempo, às vezes apenas três meses, tempo que dura o visto de turista. Muitas acalentam o sonho de se casar com um “tuga”, como elas se referem aos portugueses, largar a alterne e conseguir a cidadania europeia. Porém, a julgar pelas profusas matérias jornalísticas e pelas estatísticas do SEF, poucas conseguem o seu intento.

Ao mesmo tempo, as próprias estradas que trazem pessoas e levam os vinhos de Murça, trazem novas ideias que vão corroer as bases do patriarcalismo no norte. Seguramente, num país onde os níveis de violência contra a mulher ainda são muito elevados⁸, os casos narrados pelas mulheres que tomaram parte no caso “Mães de Bragança” não teriam acontecido há uma década: seria difícil imaginar uma mulher sair durante a madrugada pelas tortuosas ruas de Bragança e montar campana em frente a uma casa de prostituição à espera de seu marido, que a vê e vai em silêncio pra casa, como fiquei sabendo em uma de uma das entrevistadas. Mais improvável ainda seria um grupo de mulheres se reunir em um “movimento” e reivindicar das autoridades o fechamento de tais casas.

Nesta parábola, vemos mais uma vez o pêndulo, ora na tradição, ora na modernidade. Se, por um lado, as mulheres questionam o sistema patriarcal, que garantia o direito de seus esposos manterem casos extraconjugais, por outro, culpam o inimigo factível: a chegada das mulheres brasileiras. Este pode ser descrito como um típico caso de “quando David não sabe onde está Golias”, descrito por Garcia Canclini (2003).

Ainda que a história das mulheres de Bragança, narrada pela jornalista da revista *Time*, tivesse duas faces, uma apontada para a modernidade e outra para a tradição, o Governo Português e o resto da Comunidade Europeia preferiu a tradicional. Após a repercussão dos resultados do movimento em toda a Europa, ajudada pela matéria da *Time*, mas insuflada pelo fato de Portugal sediar a etapa final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, o Governo Português ameaçou retirar seus anúncios da revista e Portugal foi alvo de comentários galhofeiros do resto da Comunidade⁹. Tanto para o governo quanto para as pessoas comuns que ouvimos, estava ali um vestígio – que precisava ser prontamente apagado – da incompletude da europeização portuguesa, fato que ganha ainda mais peso quando se sabe que a final do Campeonato Europeu anterior tinha sido na Holanda, que ocupa lugar de destaque no imaginário sobre as liberdades individuais.

Em suma, mulheres brasileiras e mulheres portuguesas viram-se enredadas em teias das quais realmente não entendiam bem o significado. Como no caso do Coliseu do Porto, o movimento “Mães de Bragança” é muito mais que um grupo de mulheres tradicionais do norte de Portugal em busca de manter uma estrutura anacrônica de família. Antes de tudo, é um caso exemplar do encontro entre global e local.

Mas afinal, qual seria a similaridade entre movimentos de defesa da cultura, cercos a igrejas pentecostais e manifestações contra “casas de tolerância”? Para ser direto, acredito que tais fatos são exemplos do que Castells denomina de “expressões poderosas de identidade coletiva” (2002: 18) diante do processo de globalização.

Como já observámos, a entrada de Portugal para a União Europeia não significava somente maior vitalidade económica e modernização das cidades e meios de transporte, significava para muitos a hipótese de uma verdadeira guinada cultural que aproximaria Portugal dos países tidos como os mais “desenvolvidos” da Europa. Porém, a “europeização” portuguesa não vinha somente com uma coluna de créditos: os débitos a serem pagos eram e são, para boa parte da população, altos demais. O dilema apontado por Garcia Canclini (2003) – globalizar-se ou defender a identidade local? – ecoa certamente nesses dois episódios. Como deixar passar os fluxos de capitais, a “alta cultura”, sem deixar passar pessoas e hábitos culturais indesejáveis? Como modernizar-se sem deixar corroer as tradições?

O “Portugal europeu” imaginado e as imagens do Brasil

A partir da década de 1990, mais precisamente de 1986, com a adesão de Portugal à União Europeia, o perfil do imigrante brasileiro a aportar em terras portuguesas mudou radicalmente, bem como sua imagem perante os portugueses. Se em décadas passadas os chamados “brasileiros de torna-viagem” – migrantes portugueses que começaram a retornar do Brasil – ou seus descendentes eram imensa maioria, atualmente os fluxos migratórios são marcados por um aumento dos jovens, em sua maioria com média ou baixa qualificação profissional, dispostos a se dedicar a serviços mal remunerados e socialmente desvalorizados.

Segundo ampla gama de trabalhos (Peixoto, 1999 e 2004; Baganha, Ferrão e Malheiros 1999; e I. Machado, 2003 e 2007), num primeiro momento, o fluxo de imigrantes brasileiros em Portugal assemelhou-se à “migração de europeus do norte”, pois os primeiros dispunham de melhores qualificações e ocupavam postos mais especializados, característica que os distanciava dos “outros” imigrantes das ex-colônias portuguesas da África. No entanto, num segundo momento, com o processo de unificação europeia, Portugal passou a desempenhar um novo papel para os fluxos de pessoas e mão-de-obra no âmbito europeu, servindo tanto como importador de mão-de-obra barata de africanos e, posteriormente, brasileiros, quanto de “país-corredor” que dava acesso a países mais desenvolvidos economicamente, como França e Inglaterra. Aliado a isso, o Estado português dava, até 1996, clara preferência aos imigrantes de países lusófonos, o que acabou por tornar o país numa espécie de destino de segunda classe, no qual os baixos salários (se comparados ao restante da Europa) eram compensados pelos “laços culturais” e pelo conhecimento da língua (F. Machado, 1997; I. Machado, 2003).

Dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que os imigrantes brasileiros que viviam legalmente no país em finais da década de 1980 trabalhavam na sua maioria em profissões liberais (28,4%) ou tinham empregos de média qualificação (16%), porém, uma década mais tarde, os números trazidos pela Inspeção-Geral do Trabalho¹⁰ dão conta de um panorama bem diferente. Segundo essa agência, a maioria dos brasileiros que residia legalmente em Portugal em 1999 trabalhava em atividades que exigiam pouca qualificação: 29% empregados na construção civil, 25% em hotéis ou restaurantes e 27% em serviços gerais.

Dados mais atuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2009)¹¹ mostram que residem hoje em Portugal 116.220 brasileiros, fazendo do Brasil a maior “comunidade” imigrante dentro do território português (lembramos que esses números seguramente são maiores, uma vez que só incluem os imigrantes em situação legal no país). Alguns estudos demonstram que, ao contrário do que se possa depreender à primeira vista, a migração para Portugal, em especial a brasileira, não é necessariamente vista como algo negativo pela sociedade *latu sensu* (I. Machado, 2006). Num

país cuja população está envelhecida pelas grandes levadas de migração de jovens para outros países da União Europeia aliada a uma baixíssima taxa de natalidade, os imigrantes suprem a ausência de mão-de-obra em setores básicos da economia, construção civil e setor de serviços.

Porém, como observa Garcia Canclini no seu livro *Globalização Imaginada*:

“Embora os imigrantes sejam aceitos porque seu interesse por emprego converge com as necessidades da economia que os recebe, no contexto sociocultural ocorrem curtos-circuitos que levam a segregação em bairros, escolas, serviços de saúde, bem como, na valorização das crenças e costumes, podendo chegar a agressão e expulsão” (2003: 73).

Fixando-nos estritamente no caso brasileiro, notamos que vem de longe a censura de alguns círculos à chamada “invasão” da cultura brasileira em Portugal: em princípio, as setas eram apontadas contra a reprodução das telenovelas. Segundo os opositores, “as telenovelas são pouco sugestivas e educativas, além de causarem danos à língua portuguesa”. Ainda em 1981, é veiculada pelo *Jornal de Notícias* uma matéria referente ao que foi chamado de “a tentativa de colonização brasileira através das telenovelas”. Como bem observa Ferin Cunha:

“A opção pela telenovela brasileira como estratégia de fidelizar audiências na televisão pública não foi pacífica, não só por se temer uma demasiada influência dos falares e vivências culturais brasileiras como por se considerar que a uma televisão pública, paga com impostos públicos, compete a divulgação da cultura feita em Portugal e por portugueses” (2004: 07).

Nessa colonização às avessas, os dois elementos que mais preocupam alguns órgãos da imprensa portuguesa – em especial os jornais – parecem ser a língua e os costumes da vida privada. São profusas as matérias que criticam o falar “brazuquês” – em referência à variante da língua portuguesa falada no Brasil – bem como o licenciamento dos costumes e as mudanças dos hábitos, principalmente no que diz respeito à sexualidade. Não obstante as críticas, alguns estudos apontam para o caráter positivo das telenovelas brasileiras, vendo-as enquanto motivador para a redefinição dos papéis de gênero na sociedade portuguesa, principalmente entre as classes mais baixas (Ferin Cunha, 2004).

Sem dúvida as telenovelas brasileiras desempenham um papel importante, ao constituir fonte privilegiada para a formação da imagem do Brasil e dos brasileiros para os portugueses. Se para os “retornados” as telenovelas podem representar um lugar afetivo de memória dos anos passados no Brasil, para os portugueses que nunca estiveram no país, a dramatização substitui a realidade e passa a ocupar no imaginário o lugar de verdadeira imagem do Brasil e dos brasileiros. Como exemplo disso,

temos a matéria veiculada pelo *Diário de Lisboa* a respeito da novela *Vale Tudo* – exibida no Brasil em 1988 e em Portugal em 1990 –, que traz o significativo título: “Os portugueses confundem telenovela com a realidade”:

“...sobre o retrato que Vale Tudo faz da actual sociedade brasileira, a maioria dos inquiridos (70%) diz que a telenovela dá uma imagem fiel, totalmente (33%) ou em parte (37%), mas 12,7% não aderem a essa opinião. Um resultado aparentemente paradoxal, dado que a maioria dos portugueses nunca foi ao Brasil. Aliás, os mais convictos de que essa imagem é totalmente fiel são as pessoas que pertencem às classes com menor poder de compra (36,9%) e têm mais de 54 anos (45,1%)”¹².

Nesse sentido, os estereótipos criados pelas telenovelas são ingredientes importantes que se somam a outros já cristalizados na memória coletiva local, pela longa duração dos contatos entre brasileiros e portugueses. Para se ter uma da dimensão do que estamos tratando, uma das entrevistadas – uma mulher de 27 anos, filha de pai português e mãe brasileira, migrada para o interior de Portugal em 1988 – narra a reação das colegas de escola ao saber que era brasileira:

“Na verdade, no começo foi um estranhamento total, perguntavam por que eu não usava aqueles vestidos. Sabe? Aqueles vestidos que aparecem nas novelas de época, ou, às vezes me perguntavam também se meus pais dormiam em quarto separados como nas novelas. De minha parte, eu também tinha minhas imagens de Portugal [risos]. Achava que aqui fosse tudo medieval, acho que por causa dos livros de história [risos]”¹³.

As críticas contra as expressões culturais brasileiras em Portugal se amontoaram durante a década de 1990, agora sendo dirigidas também à música – notadamente às bandas de axé e pagode, que àquela altura faziam grande sucesso em terras portuguesas. Porém, tais críticas, restritas às elites intelectualizadas e aos não tão populares “cadernos de cultura”, aparentemente fizeram pouco eco aos ouvidos do “grande público”, a julgar pela imensa popularidade que gozam as cantoras desse gênero musical ainda hoje em Portugal. Enquanto de um lado intelectuais acusavam os media, em especial os televisivos, de exibir o que eles intitulavam “telelixo”, do outro as emissoras respondiam que apresentavam o conteúdo que o povo quer ver (visto que quem não é povo assiste a canais temáticos e tem acesso a outras opções de entretenimento e lazer).

Se contássemos o processo de europeização portuguesa como uma fábula fantástica, como o fez José Saramago em *Jangada de Pedra*, diríamos que o maior terror das elites europeístas portuguesas é, talvez, ver o país vagando rumo aos trópicos, como no conto de Saramago. As elites portuguesas parecem não ter abandonado o sonho

civilizatório das massas, ao contrário do descrito por Bauman para outras elites nacionais em *Globalização: as consequências humanas* (1999). Este sonho continua tão vivo quanto nos tempos da Questão Coimbrã ou da Revolução Republicana de 1910. A unificação europeia representava para essa elite intelectual, sem dúvida, uma segunda oportunidade de completar a missão que a *Geração de 70* [1870]¹⁴ de Antero de Quental e Eça de Queiroz não conseguiu.

A modernização de Portugal passava por melhores níveis de vida e escolarização compatíveis com a do resto da “Europa desenvolvida”, mas, principalmente, por um maior nível cultural da população. Na década de 1990, são bastante comuns as matérias jornalísticas que comparam os níveis de leitura da população portuguesa aos da França – principal exemplo cultural a ser seguido. O “Portugal-europeu” e o desenvolvimento cívico, moral e intelectual da população portuguesa não passava por uma “horda de brasileiros cantando axé” ou por “seitas que tomam de assalto a renda de inocentes velhinhas reformadas”, como ouvi de forma direta de um dos entrevistados.

Não seria sem razão o slogan do candidato que encabeçava a lista do Partido Socialista Português (PS) Vital Moreira nas últimas eleições europeias (2009): “Nós Europeus!”. Durante um discurso na cidade de Viseu:

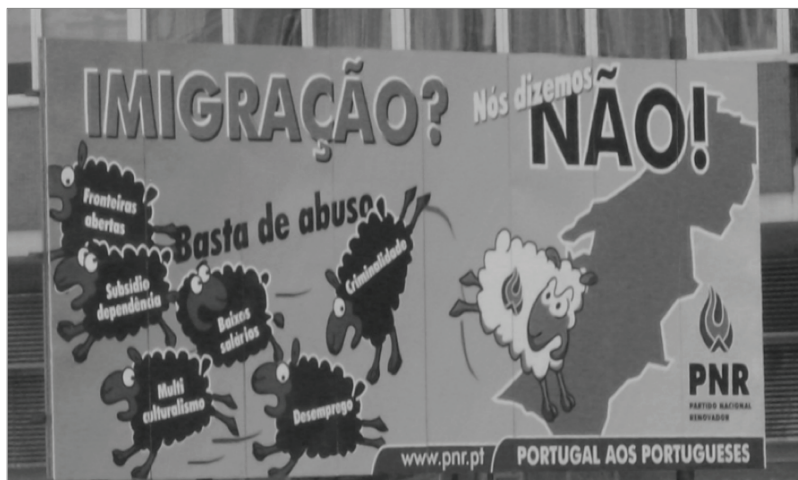
“O PS candidata-se para ajudar a Europa e não o faz, como aqueles partidos, para estar contra. É por isso que às pessoas que sentem e acreditam na Europa como parte integrante do seu futuro na hora da escolha não devem hesitar em votar naqueles partidos que estão a favor [...]”

*Viseu tem sentido a Europa e o Desafio Europeu na consolidação da democracia, na qualificação da vida das pessoas e na dinâmica da vida de empresas de referência. E a Europa tem sentido em Viseu no contributo para a sua qualificação democrática, por ter uma maioria que já demonstrou confiar nela, na excelência e competitividade de empresas aqui localizadas, que se situam no topo da afirmação internacional, dos medicamentos às telecomunicações ou da metalomecânica às energias renováveis, do vento, do sol e agora da energia das ondas.*¹⁵

Embora a abertura à Comunidade Europeia tenha significado para Portugal um investimento brutal em infraestrutura, que modernizou estradas, portos e financiou grandes obras (ver Caetano, Galego e Costa, 2005), a mesma abertura impunha cotas para a exportação de produtos agrícolas portugueses, assim como gerava uma evasão incrível da mão-de-obra jovem, como já mencionado anteriormente. Para não falar do aguçamento da imigração das cidades do interior para os grandes centros costeiros, como Lisboa e Porto.

Junto com os fluxos de capital comunitários que transformam o panorama estrutural português, tornando cidades até então obsoletas – do ponto de vista do capital – cidades “modernas e ágeis”, entram também pessoas e ideias novas, que rapidamente contrastam com a forma de viver do povo português e relativizam antigos hábitos. Os ventos xenófobos que já assolavam outros países da Europa logo foram sentidos em Portugal, como pode ser visto nesses *outdoors* do Partido Nacional Republicano:

Imagem 1: Outdoor na cidade de Lisboa



Fonte: Arquivo da Pesquisa

Imagem 2: Outdoor do PNR contra a imigração



Fonte: Site do Partido Nacional Renovador ¹⁶

Retornando à bela imagem do romance de Saramago, Portugal, voltado durante séculos para seu império, parece mesmo “rodopiar” sem rumo entre a Europa e o Sul do Equador. Este dilema não é novo e já aparece na *Carta de um Velho a um Novo* escrita por Ramalho Ortigão em 7 de setembro de 1914, na qual o escritor português demonstra sua franca oposição aos rumos modernizantes e laicizantes da Revolução Republicana de 1910:

“Em Portugal somos hoje um povo medonhamente deseducado pela inepta pedagogia que nos intoxica desde o princípio do século XIX até os nossos dias.

Atolados há mais de um século no mais funesto dos ilogismos políticos, esquecemo-nos de que a unidade nacional, a harmonia, a paz, a felicidade e a força de um povo não têm por base senão o rigoroso e exacto cumprimento colectivo dos deveres do cidadão perante a inviolabilidade sagrada da família, que é a célula da sociedade; perante o culto da religião, que é a alma ancestral da comunidade, e perante o culto da bandeira, que é o símbolo da honra e da integridade da Pátria [...]

[...] Quebramos estouvadamente o fio da nossa missão histórica. Desmoralizamos-nos, enxovalhamo-nos, desaportuguesamo-nos. Pelos processos improvisados e caóticos em que vivemos sucessivamente nos desenraizamos do torrão paterno, desandando e retrocedendo da ordem ascendente e lógica de toda a evolução social, principiando por substituir o interesse da Pátria pelo interesse do partido, depois o interesse do partido pelo interesse do grupo e por fim o interesse do grupo pelo interesse individual de cada um. É a marcha da dissolução, marcha rapidíssima para o aniquilamento, porque é inteiramente aplicável à vida social a lei biológica de que toda a decomposição orgânica dá origem a seres parasitários cuja função é acelerar e completar a decomposição” [Ortigão, 1994 [1914]: 159-166].

A identidade portuguesa é atravessada tanto pela memória de um império global, do qual havia sido senhor, quanto pelos sentimentos de arcaísmo de valores em relação à Europa “moderna” e de dívida com as ex-colônias de além-mar. Em certos períodos, a aspiração de tornar-se europeu aos moldes franceses parece dominar os interesses coletivos, envolvendo de forma inequívoca a sociedade portuguesa. Em outros momentos, no entanto, gera um sentimento de desterramento que a faz querer voltar ao passado seguro das pequenas vilas idílicas e da vida incorrupta pela modernidade¹⁷.

O protestante e o galego: a transnacionalização do reino de deus

A então recém-chegada Igreja Universal do Reino de Deus, que aportou em terras lusas em 1989, adotando a mesma estratégia de crescimento que deu resultado no Brasil – qual seja, adquirir cinemas e teatros desativados ou decadentes e transformá-los em espaço de culto – começou a pôr em prática, a partir dos primeiros anos da década de 1990, um plano de interiorização, estabelecendo-se no Norte do país. Depois de alugar alguns pequenos cinemas e armazéns em cidades da Zona Metropolitana do Grande Porto, a direção da IURD decidiu adquirir um espaço central para servir de “Templo Sede” para a igreja no Norte. Nesse sentido, a casa de espetáculos Coliseu do Porto parecia um alvo perfeito: bem localizado, espaçoso e deficitário.

Entretanto, no dia 1 de agosto de 1995, o jornal *Público* noticia no seu “Caderno Regional” o acordo entre a direção da IURD e a empresa de seguros Aliança/UAP, então proprietária do estabelecimento, para a compra do Coliseu. A partir de então, o que se viu foi uma enxurrada de matérias diárias, que passaram rapidamente do noticiário local para as primeiras páginas dos grandes jornais e para a cobertura televisiva, culminando com a “grande” manifestação “Todos pelo Coliseu” dos dias 4 e 5 de agosto de 1995, que reuniu cerca de 10 mil pessoas – entre elas vários artistas, políticos e personalidades da cultura – na Rua Passos Manuel, onde se situa a referida casa de espetáculos.

Imagem 3: Rua Passos Manuel durante a manifestação “Todos pelo Coliseu” no dia 04 de agosto de 1995.



Fonte: *Jornal de Notícias*

Durante a pesquisa, foram catalogadas, nos dois periódicos mais populares de Portugal (*Jornal de Notícias* e *Público*), mais de 120 matérias sobre a IURD somente nos anos de 1995 e 1996. À medida que avançava na leitura das matérias, percebia o que nos pareceu uma estranha coincidência: as matérias sobre a IURD, na sua maioria absoluta sob tom acusatório, quase sempre eram dispostas ao lado de um informativo sobre a epidemia de Sida (AIDS) que assolava Portugal. Coincidência ou não, algumas peças jornalísticas associam o avanço da Sida no território português ao maior fluxo de imigrantes. Duvidando que tal fato não passasse de pura imaginação de um pesquisador brasileiro dragado pela paixão dos acontecimentos, resolvi retornar aos jornais já lidos e constatei que, de fato, as matérias sobre a IURD diversas vezes estavam casadas às matérias sobre epidemia de AIDS. A essa constatação, soma-se o fato de anos antes, na famosa polêmica sobre a legalização dos dentistas brasileiros em Portugal, haver declarações explícitas de que os dentistas brasileiros eram “trambiqueiros” e até transmitiam AIDS a seus pacientes (I. Machado, 2003: 208). Nesse sentido, o imigrante era atrelado ao que havia de mais pavoroso na época e, consequentemente, ao imaginário de degradação moral e física construído sobre a doença.

Ainda é interessante observar aqui dois momentos distintos da cobertura mediática sobre a IURD: no primeiro, são acionados contra a igreja e seus membros os aspetos mais estigmatizantes das representações simbólicas dos portugueses sobre o Brasil e o povo brasileiro: nos noticiários, os seus membros são tidos como malandros, espertalhões, e seu líder Edir Macedo caricaturado como “Zé Carioca de Bíblia na mão”. No segundo momento, são acionados pela imprensa portuguesa e plasmados sobre a população os estereótipos e representações sobre a IURD criados no próprio Brasil, levados a cabo pela Rede Globo de Televisão a partir de setembro de 1995, com a minissérie “Decadência”. Porém, em Portugal, as imagens de “Decadência” deslizam facilmente para as imagens da sociedade brasileira *latu sensu*, que entrelaçam corrupção política, degradação moral e miséria social.

Um exemplo significativo do que estamos tratando são as manifestações não só contra a IURD e seus frequentadores, mas contra brasileiros em geral, veiculadas pela imprensa no período. São profusas matérias que retratam cercos e apedrejamentos à IURD e seus fiéis, bem como agressões a jornalistas brasileiros que cobriam os eventos.

Em matéria veiculada no dia 5 de agosto de 1995, o jornalista Joaquim Fidalgo, no editorial do jornal *Público*, queixa-se do que ele chama de velhos fantasmas, referindo-se à acusação de perseguição religiosa e xenofobia por parte dos manifestantes pró-Coliseu:

Era só o que nos faltava, ver surgir, a propósito da polémica que envolve a propriedade e o uso do Coliseu do Porto, esbatidos contornos de uma espé-

cie de “questão religiosa”. E espanta (espantará?...) ver com que aparente ligeireza alguns condutores espirituais de massas vão ao baú negro da História recuperar velhos fantasmas e agitar, com laivos de fundamentalismo, querelas há muito encerradas por essas latitudes. Já se falou em qualquer “receio de atos de violência física” [...] Já se citou a própria Inquisição. Sim, Inquisição. Só falta, que por um desses dias, se jogue para a arena o espectro de reacções xenófobas, pelo facto de este caso girar em torno de uma comissão religiosa com origens e lideranças brasileiras. (Público, 06/08/1995: 18. Sublinhados meus)

Embora o jornalista estivesse parcialmente certo ao reivindicar o carácter cultural das manifestações, a frase “querelas há muito encerradas por essas latitudes” denuncia a dubiedade dos sentimentos que moviam os que se reuniram naquele 5 de agosto. A mensagem, embora sutil, era clara: nessas latitudes somos laicos, democráticos e, principalmente, amantes de cultura:

Todas [as pessoas] afinaram, com pequenas variações, pelo mesmo diapasão: não se trata de impedir o culto de alguém, mas de recusar que o Coliseu mude de ramo. E mudar de ramo é ficar sujeito [...] ao uso que contraria sua tradicional vocação de grande sala comum destinada à cultura, arte e espectáculo, aberta a todos, em função apenas dos gostos específicos (e não de credos) de cada um. (Idem: 18)

No entanto, a matéria ao lado, na mesma página, mostrava que o diapasão de Fidalgo estava algo desafinado:

Rui Reininho, por exemplo, ameaçou a plenos pulmões: “Não deixo que essa merda (sic) seja de uma seita”. E a frase do vocalista dos GNR [banda de rock do Porto] resumia, de forma vernácula, o pensamento da esmagadora maioria dos presentes. Abrunhosa [outro músico da cidade] arrancou aplausos comparando a toxicodependência com o fanatismo religioso da IURD. [...] Óscar Branco acrescentava, bem à moda do Porto: “Até os comemos!...”. (Idem: 18)

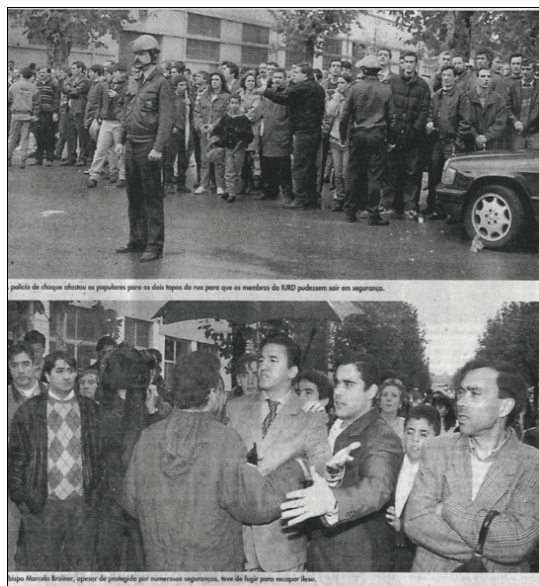
Neste mesmo dia, enquanto as personalidades alternavam-se em seus discursos inflamados no palco improvisado em frente ao Coliseu, duas jornalistas brasileiras e uma alegada adepta da IURD eram perseguidas aos gritos: “era até-los e deitá-los do varandim” e “brasileiros voltai pro vosso país, bando de ladrões!” (Jornal de Notícias, 06/08/1995: 09). Segundo Márcia de Almeida, na ocasião jornalista do jornal O Globo, ela e a jornalista Mirna Queiroz (GNT-Gazeta) foram sitiadas por centenas de manifestantes e viram-se prestes a ser linchadas por serem brasileiras e terem sido confundidas com jornalistas simpatizantes da IURD. Em entrevista, Márcia Almeida diz que só conseguiram sair com ajuda da polícia: “foi só o sotaque: logo que nos ouviram falar, atacaram”¹⁸.

Uma senhora que vestia convencionalmente e já teria sido filmada por um canal de televisão foi identificada, ao fim da tarde, como pertencendo à IURD e perseguida por populares. Além de alguns “apertões”, foi insultada por mais de 50 metros, apesar da (sic) escoltada pela Polícia, que frequentemente teve que conter a turba. Entre outros “mimos” foi apodada de “ladra”, “bruxa”, e não faltaram apelos do tipo “deitai-a ao rio!” ou quem não desafiasse: “pede agora lá a teu deus!”. (Jornal de Notícias, 06/08/1995: 9)

Segundo os poucos estudos que se dedicaram de alguma forma aos conflitos envolvendo a IURD (Ruuth e Rodrigues, 1999 e Mafra, 1999), a presença da igreja tinha passado quase despercebida em Portugal desde sua instalação em 1989. Nem mesmo a aquisição de um grande cinema em 1992 – o Império – na cidade de Lisboa e a compra de algumas pequenas rádios no interior do país chamaram a atenção para a sua presença. Porém, como foi dito, com seu avanço sobre o Norte é que os conflitos começaram a se avolumar, como observa o jornalista Manuel Teixeira, que cobria os fatos: “As dificuldades da IURD têm sido mais notórias no norte que no sul do país. A repulsa pelas atividades da igreja assumiu mais alta expressão quando da tentativa de compra do Coliseu do Porto” (Jornal de Notícias, 08/01/1996: 8).

Num dos ápices dos conflitos, na cidade de Matosinhos (Grande Porto), em novembro de 1995, fiéis foram sitiados dentro da igreja por horas a fio, só conseguindo sair com auxílio policial, mesmo assim sob uma chuva de ovos e tomates e aos sons de gritos de “fora brasileiros, voltem para o seu país, não os queremos aqui”.

Imagem 4: População cercando fiéis da IURD em Matosinhos, no Grande Porto. Abaixo, o Bispo Marcelo Brayner em meio aos protestos.



Fonte: Jornal de Notícias (13/11/1995: 11)

Acredito que neste ponto caiba um destaque quanto à interpretação que foi dada aos conflitos: para Mafra (2002), os ataques à IURD parecem estar ligados, pelo menos em parte, ao que a autora chama de “teorias persecutórias”, tendo como base uma extensa pesquisa de campo em Portugal. Segundo a autora, tal estratégia pode ser observada na entrevista de seu líder Edir Macedo, concedida em julho de 1994 ao *Jornal Tribuna Universal*¹⁹, na qual Macedo exige “uma atitude mais ousada de seus fiéis e subordinados” (Mafra, 2002: 198). Segundo Mafra, tal como no Brasil, em Portugal, a IURD também soube acionar a seu favor as “teorias persecutórias”, que seriam inclusive o ponto nodal da explicação do “sucesso” do crescimento da igreja. Lembrando uma expressão do bispo, a autora diz que Marcelo Brayner – então bispo responsável pela igreja no norte – soube “bater na omelete de tal forma que ela não respingasse demais, maculando a imagem da igreja” (Mafra, 2002: 199). Em trabalho posterior (2004), Mafra observa que a evidência do aumento da popularidade da IURD em terras lusas seria comprovada pelo número de locais de culto da igreja em Portugal:

(...) tanto que em 1994 ela tinha treze salas em todo o país, e em 1999 já chegava a mais de noventa lugares. Isto significa que, tanto como no Brasil, os embates espetaculares entre imprensa e igreja pareciam provocar resultado inverso do previsto: de 1995 em diante [...] a igreja cresceu exponencialmente (Mafra, 2001 Citada por Oro, 2004: 144)

Embora tal atitude tenha surtido efeito nos primeiros momentos da IURD em Portugal, nos quais a igreja ganhou uma intensa visibilidade, em momento posterior, a intensidade das oposições fez a igreja mudar sua estratégia, como mostra Swatowski (2010). Nos anos recentes, a IURD tem procurado uma inserção menos contrastante com a sociedade portuguesa.

Fato é que, passados mais de vinte anos de sua instalação em Portugal, a IURD possui cerca de cem templos, em sua imensa maioria concentrados na porção centro-sul do país, principalmente nos Concelhos da Grande Lisboa. Para se ter uma dimensão do que estou tratando, nas regiões metropolitanas do Norte, que concentram uma população de mais de três milhões e meio de habitantes, a IURD possui 18 templos. Na cidade do Porto, por exemplo, embora tenha inaugurado recentemente um suntuoso templo, os de Vale Formoso e Cedofeita foram fechados, unificando os adeptos na nova Catedral do Norte.

Segundo o que apuramos nas visitas feitas durante a pesquisa, a média de pessoas no antigo lugar de culto, o cinema Vale Formoso, em dias normais, não ultrapassa 80 pessoas por culto (comportando o templo mais de setecentos lugares), enquanto o templo da Rua Cedofeita era raramente frequentado, inclusive não abrindo suas portas em diversos dias e horários para os quais estavam previstos cultos.

Neste sentido, como explicar o fato de vários entrevistados – mesmo frequentando a IURD há algum tempo – esconderem a sua filiação à Universal? Como interpretar a estigmatização que sofrem os brasileiros dentro de seu próprio grupo pelo simples fato visitarem eventualmente a igreja? A título de exemplo: presenciei a confecção de uma lista de convidados para uma festa, que se estava a preparar para o jogo entre as seleções de futebol do Brasil e Portugal, os organizadores de pronto preteriram da lista duas possíveis convidadas, com o argumento de serem “chatas” e frequentarem os cultos da IURD. Segundo o argumento de um deles, não seria bom para a sua imagem misturarem-se com “esse tipo de brasileiro, eles só queimam o filme da gente”. Este seria um bom exemplo do que I. Machado (2004) chama de “identidade para o mercado”, ao analisar os imigrantes em Portugal.

Malandros, galegos e protestantes: à guisa de conclusão

Voltando ao que disse ainda na introdução, as manifestações contra a IURD em Portugal estão longe de conter uma massa homogênea de pessoas e representam duas faces da atitude dos portugueses frente ao movimento de Globalização. De um lado, temos uma classe média educada e anticlerical que vê o crescimento de uma seita religiosa de origem brasileira como um retrocesso diante das perspectivas abertas a Portugal com a sua entrada na União Europeia e de outro toda uma sorte de pessoas que, frustradas com os rumos da economia portuguesa, veem nos brasileiros uma ameaça aos seus empregos e à sua cultura.

Essa resistência à implantação da IURD no Norte de Portugal, longe de ser uma simples manifestação cultural conservadora, revela-se como um fato social ao qual se imbrica uma série de processos complexos, entre os quais a definição da identidade local talvez seja o mais evidente. Como aponta Bauman (2003), o horror da indeterminação e da incerteza causada pela imagem de um mundo que muda a cada momento leva os indivíduos a buscar um abrigo sob as asas aconchegantes das comunidades. Neste evento, os diversos grupos – cada qual falando do seu lugar nesta mesma sociedade – expressam os seus medos e aspirações quanto ao futuro. É preciso classificar o estranho cada vez mais evidente e parar a possibilidade de deriva cultural.

Os mass media informam e canalizam esses sentimentos e atos, ao mesmo tempo em que o projetam na memória da nação como mais um marco da resistência do Porto, assim transformando-o em um novo “lugar de memória” (Nora, 1993) local.

Desta forma, procuramos nas conformações socioculturais típicas do Norte de Portugal exemplos de locais que conflituavam com a mensagem pentecostal. Tais conflitos dão-se simultaneamente pelo caráter destradicionalizante da mensagem pentecostal; pelas conformações culturais locais adversas ao pentecostalismo, tributárias de uma história imbricada à história católica; e pela busca de fundamentos. A “busca por fundamentos” na sociedade contemporânea, como classificou Robertson (1992), levou a um processo de busca exaustiva pela reabilitação e reinvenção das identidades locais – padrões de vida, costumes e culturas até então tidas como arcaicas ou em vias de extinção. Ainda que essa “retórica da perda” (Gonçalves, 2002) não seja recente e tenha feito parte da constituição do património sobre o qual se assentaram as bases dos Estados Nacionais, é inegável que com a pluralização dos pontos de vista – levado a cabo pelos desdobramentos filosóficos da modernidade e pela globalização – esse processo se torne agudo e atinja uma escala planetária.

Por outro lado, o fato de reconhecermos que existem regiões com conjunturas desfavoráveis ao pluralismo religioso, especificamente ao representado pelas igrejas pentecostais, não nos habilita a postular que tal cenário se vá perpetuar ao longo dos

anos. Como bem já demonstrou Mafra (2002), se, por um lado, a introdução da IURD em solo português desencadeou controvérsias e animosidades, por outro, fomentou não só uma intensa discussão acerca da liberdade religiosa portuguesa, mas também um questionamento do próprio conceito de “religião” vigente na sociedade lusa. Naquele momento, todo o país foi chamado a discutir e posicionar-se publicamente, não só sobre a legitimidade de uma instituição religiosa não-católica, mas também sobre a própria estrutura católica do país e sua legitimidade enquanto única instituição a representar os anseios religiosos da comunidade portuguesa.

No debate público que se seguiu aos eventos do caso “Coliseu do Porto”, muitas pessoas e instituições foram chamadas a opinar sobre as efemérides da liberdade religiosa em Portugal, bem como o reconhecimento do direito das minorias religiosas à existência e expressão públicas. Neste sentido, organizações como a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) encontraram canais de reivindicação de direitos, como o de fornecer assistência espiritual em hospitais e presídios e de ter capelães militares, expedientes até hoje reservados aos padres católicos. Nesta mesma direção, a Lei da Liberdade Religiosa (nº16/2001) define que, em estabelecimentos do ensino básico e secundário das escolas públicas, a disciplina Educação Moral e Religiosa é opcional, mas as instituições religiosas podem solicitar autorização para lecionar esta disciplina, desde que haja um número mínimo de alunos – condição não colocada à Igreja Católica. Não obstante, algumas igrejas evangélicas conseguiram o direito de lecionar aulas de Educação Moral e Religiosa em estabelecimentos públicos do país. A própria IURD, quando dos acontecimentos de 1995, apelou para intervenção do então presidente Mário Soares a partir dos tratados europeus sobre a liberdade religiosa: quando foi conduzido em meio à manifestação anti-IURD na cidade de Matosinhos, o então bispo da IURD no Porto, Marcelo Brayner disse “Isso só é bom para que o mundo veja o que é Portugal! Onde está a liberdade de culto?” (*Jornal de Notícias* 13/11/1995).

Pese embora a assinatura da Nova Concordata entre o Governo de Portugal e a Sé romana em 2004, o país parece rumar para uma maior aceitação do direito à diversidade religiosa, do que se tem exemplo na constituição de uma Comissão de Liberdade Religiosa, em 2003, e na construção, com pouca ou nenhuma resistência dos *media* e da sociedade, de um grande templo da IURD próximo ao centro do Porto, inaugurado em 2010.

Notas

- ¹ O excerto refere-se ao diretor da estatal vietnamita, Pham Dao, por ocasião da instalação da internet no país (Herzfeld, 2008: 19)
- ² Para maiores informações consultar o World Christian Database que fornece estatísticas sobre religiões, denominações cristãs e grupos de pessoas em diversos países do mundo. [http://www.worldchristiandatabase.org]. Página consultada em 12/12/2009.
- ³ Refiro-me aqui à ideia de brandura do “espírito português”, bastante enfatizada durante a ditadura salazarista e expressa em vivas cores nas penas de alguns teóricos da identidade nacional portuguesa, como Jorge Dias: “o Português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco” (Dias, 1971:19).
- ⁴ Referência a uma carta enviada à sede da Companhia de Seguros UAP (proprietária do Coliseu) em Paris, que comparava a venda do Coliseu do Porto à do Olympia em Paris.
- ⁵ Referência a Guerra Civil que se instalou em Portugal durante os anos de 1832-1834, que opôs o Partido Constitucionalista liderado pela Rainha Maria II de Portugal e o seu pai, o Imperador Pedro I do Brasil ao partido tradicionalista de Miguel I de Portugal. Em causa estava o respeito pelas regras de sucessão ao trono português e a decisão tomada pelas Cortes de 1828, aclamando D. Miguel I como rei de Portugal.
- ⁶ As chamadas “Casas de Alterne” geralmente são boates nas quais mulheres, muitas brasileiras, dançam e fazem companhia para homens, que em troca lhes pagam bebidas com preço bastante acima do mercado. A prostituição, embora ocorra não é regra, sendo o objetivo das “alternadeiras” – como são chamadas– convencer o cliente a beber e pagar o maior número de bebidas possível, tirando daí uma comissão.
- ⁷ http://www.time.com/time/europe/html/031020/story.html
- ⁸ Ver Relatório da Anistia Internacional em Portugal. “Mulheres (In) Visíveis”. http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf
- ⁹ Ver: The Guardian. http://www.guardian.co.uk/media/2003/nov/11/pressandpublishing.advertising
- ¹⁰ [http://www.mtss.gov.pt/left.asp?01.07.01.03] Consultado em 20/03/2009.
- ¹¹ [http://www.sef.pt]. Consultado em 20/03/2009
- ¹² *Diário de Lisboa*, 05/02/1990.
- ¹³ Entrevista com Jaqueline Ferreira. Gravada em 06/02/2009.
- ¹⁴ A *Geração de 70*, ou *Geração de Coimbra*, foi um movimento académico de Coimbra que pretendia revolucionar várias dimensões da cultura portuguesa, da política à literatura.
- ¹⁵ http://www.psviseu.net/anexos/docs/artigos/836.pdf. Consultada no dia 20/05/2009
- ¹⁶ http://www.pnr.pt/. Consultado em 12/03/2009
- ¹⁷ Como sabemos esse é um dos efeitos da modernidade aguçado pela Globalização, em uma excelente passagem Garcia Canclini narra tal dilema na América Latina: “O que é província para o senhor? - perguntaram ao folclorista Felix Coluccio no final de 1987; ele respondeu: ‘É a alma do País. Quando penso em uma salvação possível, vejo que só poderia vir de lá. No interior estão mais seguros as permanências dos valores culturais, o respeito à tradição, e sobretudo, por que as comunidades fazem algo transcendente por eles respeitando a tradição.’” (Canclini, 2003: 161)
- ¹⁸ Entrevista com Márcia de Almeida, gravada no dia 06 de julho de 2009.
- ¹⁹ *Tribuna Universal* era o órgão informativo da igreja em Portugal, sendo hoje denominado *Folha de Portugal*.

Referências Bibliográficas

- Baganha, M. I.; Ferrão, J. e Malheiros, J. (1999). “Os Imigrantes e o Mercado de Trabalho: O Caso Português”, *Análise Social*, vol. 34, n.º 150, pp.147-173.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade - A Busca Por Segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Caetano, J., Galego, A. e Costa, S. (2005). “Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio-económicos”, *Análise Social*, vol. 40, n.º 175, pp. 255-278.
- Canclini, N. G. (2003). *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- Castells, M. (2002). *O poder da Identidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dias, J. (1971). *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

- Featherstone, M. (Org.). (1999). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Ferin Cunha, U. (2004). *Telenovelas brasileiras em Portugal: indicadores e aceitação e mudança*, in Lopes, M. I. Vassalo. *Telenovela: Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Loyola, pp. 169-204
- Geertz, C. (2002). *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Gellner, E. (1993). *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- Gonçalves, J. R. (2002). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: EDUFRJ/IPHAN.
- Hannerz, U. (1997). "Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave para a Antropologia transnacional". *Mana*, vol. 3, n.º 1, pp-07-39.
- Hannerz, U. (1990). "Cosmopolitas e locais na cultura Global", in Featherstone, M. *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. pp.251-267
- Herzfeld, M. (2008). *Intimidade cultural, poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.
- Hobsbawm, E. (1997). "A produção em massa de tradições: Europa, 1789 a 1914", in Hobsbawm, E. e Ranger, T. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2002). *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Machado, F. L. (1997). "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24: 9-44.
- Machado, I.R. (2002) "A lusofonia na mídia portuguesa, o caso da comemoração dos 500 anos brasileiros", *Convergência Lusíada*, vol. 19.
- Machado, I. R. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Campinas: Tese de doutorado em Sociologia. Unicamp.
- Machado, I. R. (2004). "Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação", *Revista de Antropologia*. vol. 47, n.º 1, pp. 207-233.
- Machado, I. R. (2009). "Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007: <http://nuevomundo.revues.org/index5889.html>. Consultado a 30 de Agosto 2009.]
- Mafra, C. (1999). *Na Posse da Palavra: Religião, Conversão e Liberdade Pessoal em Dois Contextos Nacionais*. Tese (Doutorado em Antropologia) PPGAS/MN/UFRJ. 1999
- Mafra, C. (2002). *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- Mafra, C. (2003). "A Igreja Universal em Portugal", in Oro, A.P.; Corten, A.; Dozon, J. P. (Org.). *A Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Edições Paulinas. pp. 165-175.
- Malheiros, J. (org.). (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e Presidência do Conselho de Ministros.

- Malheiros, J.e Baganha, M. I. (2001). "Imigração Ilegal em Portugal: Padrões Emergentes em Inícios do Século XXI", in *Janus 2001 Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2001. [Disponível em <http://www.casadoBrasil.info/UserFiles/File/pdfs/imigracao-ilegal-pt.pdf>. Consultado em 30 de Agosto 2009.]
- Nora, P. (1993). "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *História e Cultura. Projeto História*, vol. 10, pp. 7-28
- Oro, A.P. (2004) "A presença religiosa brasileira no exterior: o caso da igreja universal do reino de deus". *Estudos Avançados*. vol. 18, n.º 52, pp. 139-156
- Oro, A.P.; Corten, A.; Dozon, J. P. (Orgs.) (2003). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas.
- Ortigão, R. (1994). *Últimas Farpas, 1911-1914*. Lisboa: Clássica Editora.
- Peixoto, J. (1999). *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Celta: Oeiras.
- Peixoto, J. (2004). "Highly Skilled Migration in Portugal – an overview". *Socius Working Papers*, n.º 3/2004, pp. 1-28.
- Saramago, J. (1988). *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia das Letras.
- Robertson, R. (1993). *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes.
- Ruuth, A. e Rodrigues, D. (1999). *Deus, o Demónio e o Homem. O Fenómeno Igreja Universal do Reino de Deus*. Lisboa: Edições Colibri.
- Swatowski, C. (2010). *Novos cristãos em Lisboa: reconhecendo estigmas, negociando estereótipos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vilaça, H. (1999). "Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal", *Lusotopie*, vol. "Des christianismes diversifiés en lusophonies modernes", pp. 277-289.
- Vilaça, H. (2006). *Da Torre de Babel às terras prometidas: pluralismo religioso em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Veyne, P. (1971). *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70.

■ **Decoding behaviour and phonetic constraints in second language learners: new insight for the structuralism perspective.**

Comportamento de descodificação e constrangimentos fonéticos em aprendentes de Língua Segunda: nova perspectiva para o modelo estruturalista.

Sandra Figueiredo*

Resumo

O campo educacional mantém-se, em Portugal, sem medidas válidas no que respeita à avaliação de alunos imigrantes. O objetivo deste estudo consiste no desenvolvimento de um instrumento electrónico fiável para avaliar os comportamentos verbais, ao nível da consciência fonológica e das competências linguísticas específicas de aprendentes de Língua Segunda. Por um lado, o instrumento avalia capacidades no domínio da descodificação fonética e fonológica, examinando as diferenças entre os locutores estrangeiros (aprendentes de Português como Língua Segunda); por outro lado, o objetivo é observar a performance cognitiva em diferentes contextos, com vários alunos, nas escolas portuguesas. Após a revisão teórica de conceitos e a perspectiva proposta para os processos de descodificação fonética, serão apresentados os resultados decorrentes da aplicação da bateria de testes especificamente no que respeita ao desempenho de aprendentes de Língua Segunda (amostra do estudo) nas provas de segmentação e de pares mínimos. Os alunos mais velhos exibem uma competência maior do que os mais novos, revelando maior estrutura e menor interferência no nível fonológico. A “homopheneity” sugere-se como o constrangimento para a descodificação fonética e percepção. A bateria de testes apresenta-se como um instrumento importante de diagnóstico a adequar ao contexto educativo vigente na sociedade multicultural.

Palavras-chave

programa de intervenção, Língua Segunda, alunos imigrantes, medição, descodificação fonética, plasticidade.

* Departamento de Ciências de Educação da Universidade de Aveiro, Portugal

Abstract Educational field remains, in Portugal, with no valid measures concerning immigrant students. The purpose of this study was to develop a reliable electronic instrument to assess verbal behaviours, regarding the phonological awareness and specific language skills of second language learners. In one hand, the instrument measures skills on phonetic and phonological decoding, applying to the differences between the foreign speakers (learning Portuguese as a second language); in the other hand, the objective was to observe the cognitive performance achieved in different sets, regarding several students, in Portuguese schools. After theoretical revision of concepts and a perspective about phonetic decoding processes, will be presented results from the tests battery application specifically on the achievement of second language learners (sample of the study) regarding the segmentation and minimum pairs judgment tests. The older learners present higher competence than younger ones, revealing more structure and less interference at the phonological level. The “homopheneithy” is suggested as the constraint for the phonetic decoding and perception. The tests battery is presented as an important diagnostic tool applied to the current educative context in a multicultural society.

Keywords program of intervention, second language, immigrant students, measurement, phonetic decoding, plasticity.

Decoding behaviour and phonetic constraints in second language learners: new insight for the structuralism perspective.

Sandra Figueiredo

Introduction

The scientific discussion in the field of learning/ acquisition of second language (SL) is still recent and less structured than the one developed for investigation in acquiring a first language (Richie & Bhatia, 1996). It is still scarce (rather rare actually, since we can't find any Portuguese sources on this field) in the Portuguese context, both relating to generally acquiring a second language and, on the other hand, to the specific cognition related to acquiring a SL. The few studies on this theme, considering Portuguese as a SL, are mostly from Brazilian authors, which are at the moment developing their work in different parts of the world (Andrade & Martins, 2007; Correa & Dockrell, 2007; Cardoso-Martins et. al., 2006; Bacelar & Carvalho, 2006). "...In spite the pride with which some frequently refer to the importance of Portuguese among the languages of the world, the investigation works on Portuguese as a non-maternal language are still few [...]" (Leiria, 1999: p. 8). The observation of the relationship between learning and having ability into second language on the one hand, and verbal behaviour on the other is mostly present having English as a study object, followed by Spanish, French and Chinese languages. In fact, alphabetizing different populations is a crucial tool that guaranties progress; it is the foundation for science itself to develop. Hence, it is not only important to study and understand the cognitive aspects of learning a mother language but also a SL, considering that acquiring a SL is evermore a reality we leave in. On the other hand, without the proper evaluation and intervention instruments, based on academic investigation, our national educational context will continue to present a not so proud picture of the literacy abilities of the general population, placing Portugal among the least prepared for academic and scientific development.

In a first moment of this work, important concepts will be approached, such as verbal behaviour, language and meaning, advocating Skinner's behavioral theory (Skinner, 1978). After conceptual introduction, several aspects of theoretical review will be presented, relating to phonetic perception and decoding of first and second language. In a second stage, we present the various components of the scientific method, describing the sample, procedures and results. Based on the data, we will discuss the perception of SL learners on foreign phones, by analyzing their ability in segmenting and identifying minimal pairs. The participant's performance in two tests of an electronic based battery will be considered, which presents as an important tool for promoting teaching and learning of language (mother language and mostly second language) in educational context.

Verbal behavior in a functionalist perspective: insights into language development.

Conceptual clearing and phonetic perception development in distinct linguistic exposure context.

According to the behavioral theory, the concepts of “language”, “verbal behaviour” and “meaning” are distinct phenomena, even if related, and are very well explicated in Skinner’s “Verbal Behavior” (Abib, 1994; Skinner, 1957). According to Abib, “[...] Skinner’s vocabulary is original, and an alternative to other disciplines [rhetoric, classic grammar, linguistic, semantic, psycholinguistic, literacy critique and language philosophy], to define concepts such as verbal behaviour, language and meaning.” (p.468). Also, according to Skinner himself,

“Linguistics, for example, has recorded and analysed speech sounds and semantic and syntactical practices, but comparisons of different languages and the tracing of historical changes have taken precedence over the study of the individual speaker. Logic, mathematics, and scientific methodology have recognized the limitations which linguistic practices impose on human thought, but have usually remained content with a formal analysis; in any case, they have not developed the techniques necessary for a causal analysis of the behaviour of man thinking.” (1957: p. 4)

In order to understand what verbal behaviour is, we must settle on an explicit basis of the concept and of its relationships with other close concepts, such as “language”. Language, as we must note, is a concept tied to linguistic “code”, referring to the linguistic system that underlies and explains verbal behaviour. Language is, in a general sense, the “practices of a linguistics community”, which is to say, reinforcement practices by verbal communities (Abib, 1994), governed by code grammars (languages). On the other hand, grammar is a set of rules that are defined as described conventions and are conditioned by verbal communities. Grammar does not contain meanings, but rather these are inferred from the context of relationships (between components – situation, organism action, result/ consequence) that are inherent to behaviors.

Meaning is defined as a contingency relationship (conditions that the situations present and that determine behaviour). The concept of “reference” is neglected, although not rejected, not corresponding to what meaning is considered to be. Meaning is not observable and is inferred from the relationships between the organism and the context in which it operates. According to Abib, a verbal response to a given situation is a relationship that means another relationship, which is a meaning (p. 486), being reference a parasite of the term “meaning”. In other words, meaning resides in the relationship between what is communicated and the event in which the verbalization (vocal or not) occurs, and it is not observable, because it is not a component of behaviour (Skinner, 1978).

Verbal behaviour is, therefore, an expression of the general behaviour of speakers, modeled and kept by verbal communities (the cultures). These control the individuals repertoire (operant reinforcement: way of controlling the probability of a certain class of verbal responses) with their own verbal behaviors (practices that materialize in spoken word(s), that constitute themselves verbal operatives (operatives are more meaningful, because they “operate” in context, comparing to simply using the term “word”, that do not interact in the sense of “function”). In itself, the repertoire must not be confused with vocabulary, because repertoire describes the potential verbal behavior of a speaker, adding the dynamic dimension that is lacking in vocabulary, which refers only to an inanimate deposit (“mental lexicon”) that is seldom activated (Skinner, 1978). This distinction may be applied to the conceptual difference between “verbal operant” and “word” respectively. The verbal operant is presented in a dynamic perspective, considering potential related to an effective function. The word appears more concealed in its reinforcement value.

In analyzing language and verbal behaviour, it is important to consider the outlines of both theories, as to allow for a more complete study that does not assume exclusively either a mentalist or a functionalist philosophy perspective (Cazacu, 1979; Catânia, 1999). In regulating languages processes, the individual depends not only on his own mental structures to produce verbal behaviors, but also on the relationships between them and the context of which they are part. The individual does not process all the stimuli he is presented with, but rather he is conditioned by the need to select sounds, increasingly demonstrating the ability to emergently discriminate (new behaviors). The child, while developing her language ability, alternates between behaviors based on imitation and behaviors based on autonomous operation of detours – emergent performance and generalization (Skinner, 1978; De Rose, 1988). The process is controlled at the unconscious level by the practices (verbal operant) of the linguistic community, which determine the subjects’ learning. In the first weeks of his life, the human being begins to practice sounds, the first mainly biologic (pre-phonetic phase), which are afterwards replaced by giving sounds close to the phonetics of his linguistic environment. However, language sounds are not harder than biologic ones. Both demand effort from the child in appropriating to the environment, in which both sources of stimuli are present. While developing language, the individual develops knowledge, which is of social nature (behavior is always a social operation). Hence, the human being, ever since he starts to discriminate sounds of speech, is initiating “social language” development. The grammar that the individual gradually acquires is a verbal instrument of his communication intentions, as well as a reflection of his projections, because grammar categories do not exist in nature (Postman, n/d). They are Men conventions that only have meaning when we individually relate to the referents wished. The learnt meaning of concept changes according to the context in which a same concept is applied. This is why the operant conditioning of verbal communities is only partial, because language meanings change according to the individual’s per-

ception – the symbol systems (represented in a Language), is, in fact, a point of view (Postman, n/d).

For the linguistic coding and decoding processes, the patterns of neuronal activation in the brain are in constant “perceptual flux”, since assimilating new phonetic information implies accommodation and restructuring at the neuronal level, as learning occurs. This flux may be strongly activated when certain challenges are presented, for instance, the effect of homophonous words, which leads the perception to become more specific to knowledge of pronunciation and orthography. Therefore, the higher the frequency of lexicon, the more efficient the activation becomes, because the identifying schema becomes inherent, by orthography and phonological paths (see Gillon, 2004). Conversely, we must consider that perception of sound segments has a neurological base, that is to say, specific phonetic traits are created, associated to a certain neuronal representation (probably in the hearing cortex of the left hemisphere) developed in the early years, while acquiring a first language. This representation may be altered or added when learning a new language. The speech perception as only a set of phonetic traits, that constitute themselves the early recognition of the defining aspects of the linguistic code, varies throughout the first year of life (with a more evident beginning around the fourth month). Yet, it is by the twelve months that the child is able to discriminate sounds of two systems, when exposed to a bilingual system. Even if in the stage of a forming conscience, the child understands two phonetic and phonological systems, being predominant the visual discrimination (the child mainly imitates the oral-facial movements of others), making it easier to distinguish by the facial movements of the speakers what language is being spoken. As for producing language, this ability is developed mainly until the fourth year of age - articulated phonetic training. For monolinguals, speech perception is accomplished during the first half of the first year of life, being that they react to familiar and unfamiliar sounds, capturing more efficiently the more prominent phonetic traits, based on their evident properties. However, during the second half of the first year, this ability becomes latent, indicating a natural decline that is overcome at twelve months. For bilinguals, this process is less linear, because there are more stages of decline and recovering in the discriminatory ability, contributing to its’ perfecting, relating to the two phonetic systems. By the seventeen month (stage of phonetic emergence), the human being possesses the phonetic information needed to discrimination in context, but does not yet knows how to use this behaviour, because there are not enough phonetic details to justify discriminatory process. With entering the phonetic stage, lexicon comprehension starts having a phonological meaning (decoding and coding) and not only phonetic. The bilingual’s child attention is higher towards assimilating a new lexicon. However it takes longer in the lexical decision, for it involves a greater selection and consult of known phonetic categories. Bilingual’s performance may be more implicated in this moment of the decoding process, comparing to monolingual, but the metaphonological consciousness is more rapidly developed.

An important factor in explaining the decoding of phones and phonemes in second language or foreign language context is the type of orthography (from the mother tongue) of the individual. The notion of minimal unit (phoneme) or greater (syllable) varies as a strong or weak predictor of writing and reading decoding abilities. The individuals who dominate languages with consistent orthographies (and transparent ones: languages that present a corresponding orthographic and phonological code, in opposition to languages where the correspondence between grapheme and phoneme is almost absent: opaque languages) can benefit from knowing minimal units. On the contrary, individuals with more inconsistent maternal orthographies benefit from knowing greater units (Ziegler et. al., 2001). The same items in verbal language may therefore be processed in different ways to achieve the same success. These types of orthographical differences, and accordingly alphabetical, constitute the contingencies that determine the relationship plan between components (the stimuli that is substantiated in the verbal stating in SL, the subject's action, the response, and the consequences, may be either positive or negative, depending on the expected result after processing a linguistic message), whose dynamic action defines behavior.

The same alphabet may be different for two languages or two languages may present to different alphabets (which implies higher error incidence in transference between languages). However, languages with the same type of alphabet contain in their phonological matrix minimal units that are distinctive in their articulation nature (the articulation as a criteria for categorizing) and in number. The SL learner, while learning a new phonological matrix, always applies his idiosyncratic version and creates a phonological matrix with free variants (a variation that depends on the speaker himself and not on the phonological context) that, on their turn, characterize accent (Schütz, 2008). Different writing systems represent different meaning units (syllables, phonemes or morphemes) and exhibit different properties. Learning a SL implies new knowledge of linguistic units, new rules, orthographic conventions, even new manual and oculars movement adequateness. Therefore, the SL learner is changing from "biliterate and bicultural" (Bassetti, 2005: 1), with the acquisition of a new phonetic and graphological consciousness.

Method

Sample

Case sample: 61 subjects (Portuguese as a SL learners, with migration experience), with a mean age of 16,1 and standard-deviation of 6,3. 19 (31,1%) are children (ages 7 through 12 years old), 22 (36,1%) are adolescents (ages 13 to 18 years old) and 20 (38,2%) are adults (ages 19 through 30 years old). The subjects attend High School, Secondary School and Higher Education. The participants of this study present a total of 26 different nationalities. This variety of nationalities and spoken languages is

intentional, although we do not intend to specify nationality or speakers groups for the research, as is the usual perspective of studies in this area. The sample selection was based on two important criteria, which define specific aspects of the migration experience we intended to have: date of arrival at Portugal and Portuguese language proficiency. The proficiency indicator to each participant was based on specific diagnostic evaluation performed by the schools. The proficiency levels intended for this study are A2 and B1 (European Commission, 2001). A1 was not considered, because the student might not understand the questions proposed in the test battery. We stress the fact that these levels (including A1) are considered requisite to have educative support on Portuguese learning referred by the orienting documents (2005) and legislation for the application of curricular measures in the schools. On the other hand, we considered only subjects that arrived at Portugal for the first time, without previous knowledge on the Portuguese language, no more than four years ago, relating to 2006. We noticed that in total there are 22 languages in the sample of which the subjects are active speakers. In what concerns the support they get on Portuguese Language discipline (as SL), 42 (68,9%) are receiving support as a curricular discipline. This kind of support is at an initiation stage, because students have not arrived, mostly, over a year ago. The remaining 19 (31,1%) are not getting any kind of support (those that have been in Portugal longer).

Instruments

Tests Battery of Verbal Behaviors Assessment in the context of SL: the purpose of this 12 test battery, prepared as a research instrument, is essentially to evaluate various levels of phonological consciousness (syllabic, intrasyllabic and phonetic) in the context of the Portuguese idiom (Second Language). The battery was developed in an electronic form, so its effectiveness, validity and data organization could be guaranteed, as well as to present the tasks in a dynamic and attractive manner. The test presents simultaneously the response options, the results, and the quotation, as if in a manual in paper form. It will be available online, with previous divulgation of its access and using rules. All the data (subjects responses and time used, in seconds, for each test) are registered safely in a database built for that purpose. An English version of the same test was built. The programming of the test (in ASP, depending on the server IIS installation, on only one laptop) occurred between October 2006 and January 2007. This battery, as applied to the sample, reveals an adequate internal consistency, with a *Cronbach Alpha* of 0.76 (number of items = 43).

Procedure

After the cognitive debriefing, the test was applied to students in their own schools, in a laptop previously prepared. The tests took about 50 minutes to complete. These process followed several steps (authorization request, getting data from the schools, selecting subjects, formalizing consents, receiving consents and authorization from

the school) and was initiated in September 2006, which led the battery to be applied only in January 2007 (ending in December 2007).

Data analysis

We determined means, standard deviations, frequencies, percentages, pearson correlations, t-test for independent samples, factorial analysis with varimax rotation for eigenvalues equal or higher than 1, as well as chi-square analysis and multivariate analysis of variance, using the SPSS 15.0 program.

Results

* Independent variables

"Age Groups" (Group I – 7-12 years old; Group II – 13-18 years old; Group III – 19-30 years old)

** Dependent variables (tests battery)

(Test 3) "The identification of minimum pairs" (correct answer: identifying two minimum pairs heard, by recording the differentiating letter in each pair);

(Test 4) a) "Spelling" and "Reading" (correct answer: spelling and complete reading for four read words); "Phonemic blending" (b); (correct answer: blending three heard words).

Figure 1. Print screen of the electronic test

The screenshot shows a web-based test interface. At the top, there is a grey header bar with the text "3. Identification of minimum pairs". Below this, the instructions read: "Listen carefully the words that you pick on  and write the difference that exists in each pair of words, as can be seen in the following example. You are allowed to listen only once." Below the instructions, there is an example: "Example:  (click here) Difference: the first letter: 'c' and 'm'". Below the example, there are two rows for user input. Each row starts with a speaker icon and the text "(click here)", followed by the label "Difference:" and a text input field. The first input field contains the text "Difference: the first letter: 'c' and 'm'".

In what concerns participants distribution for the variables "Age Groups" and "The identification of minimum pairs" (test 3), the distribution is not random ($\chi^2=20.728$; g.l._10; p_.023; $\eta=.470$). In the "The identification of minimum pairs" variable, among the "Age Groups", it is the Group V that presents the more correct answers (27,3% - 2 recordings), followed by Group III (25,9% - 1 recording). The group that has the least correct answers is Group I (38,1%), as noted in table 1.

**Table 1. Age groups distribution regarding their achievement
on the Test of Identification of Minimum Pairs (test 3).**

			Test of Identification of Minimum Pairs (number of reports)			Total
			0	1	2	
Age Groups	7-9	Count	8	0	1	9
		% within age groups	88,9%	,0%	11,1%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	38,1%	,0%	9,1%	15,3%
	10-12	Count	3	4	2	9
		% within age groups	33,3%	44,4%	22,2%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	14,3%	14,8%	18,2%	15,3%
		% of Total	5,1%	6,8%	3,4%	15,3%
	13-15	Count	7	7	1	15
		% within age groups	46,7%	46,7%	6,7%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	33,3%	25,9%	9,1%	25,4%
		% of Total	11,9%	11,9%	1,7%	25,4%
	16-18	Count	0	4	2	6
		% within age groups	,0%	66,7%	33,3%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	,0%	14,8%	18,2%	10,2%
		% of Total	,0%	6,8%	3,4%	10,2%
	19-23	Count	2	6	3	11
		% within age groups	18,2%	54,5%	27,3%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	9,5%	22,2%	27,3%	18,6%
		% of Total	3,4%	10,2%	5,1%	18,6%
	24-30	Count	1	6	2	9
		% within age groups	11,1%	66,7%	22,2%	100,0%
		% within test of identification of minimum pairs	4,8%	22,2%	18,2%	15,3%
		% of Total	1,7%	10,2%	3,4%	15,3%
Total	Count		21	27	11	59
	% within age groups		35,6%	45,8%	18,6%	100,0%
	% within test of identification of minimum pairs		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total		35,6%	45,8%	18,6%	100,0%

Figure 2. Print screen of the electronic test

4.

a) *Segmenting and reading*

Spell the following words, as can be seen in the following example.

Example:  (click here)

a) passagem
b) bagagem
c) vaso
d) onda

b) *Phonemic blending*

Listening carefully, find and write the words spelled in each .

a) 

b) 

c) 

Regarding participants' distribution for the variables "Age Groups" (considering three groups) and "Phonemic blending" (task 4b), both distributions are not random ($\chi^2=7,039$; g.2_10; p_.030; $\eta=.263$). Differences in the "Phonemic blending" variable for the categories of "Age Group" show that it is the Group II that presents more successful blending skill (53,3%), and Group III that presents the least successful (43,8%), as can be seen in table 2.

Table 2. Age groups distribution regarding their achievement on the Test of Segmentation (test 4a.).

			Test of Segmentation		Total
			Incorrect answer	Correct answer	
Age groups	7-12	Count	10	6	16
		% within age groups	62,5%	37,5%	100,0%
		% within test of segmentation	31,3%	40,0%	34,0%
		% of Total	21,3%	12,8%	34,0%
	13-18	Count	8	8	16
		% within age groups	50,0%	50,0%	100,0%
		% within test of segmentation	25,0%	53,3%	34,0%
		% of Total	17,0%	17,0%	34,0%
	19-30	Count	14	1	15
		% within age groups	93,3%	6,7%	100,0%
		% within test of segmentation	43,8%	6,7%	31,9%
		% of Total	29,8%	2,1%	31,9%
Total		Count	32	15	47
		% within age groups	68,1%	31,9%	100,0%
		% within test of segmentation	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	68,1%	31,9%	100,0%

Discussion

The results allows us to identify some of the difficulties in decoding and coding by migrated populations in Portugal, considering age and mother tongue type previously known. Particularly, we addressed the identification of minimum pairs and phonetic segmenting/blending tests, both relating to the alphabetical or phonemic consciousness evaluation.

The identification of minimum pairs allows for the subject himself to evaluate his phonetic decoding abilities, at the highest level of phonological consciousness, because this task addresses knowledge of the phonological matrix of the language in which it is operating. A minimum pair refers to two words (test example in Portuguese, [ˈkɔla] and [ˈmɔla]) that only differ in one certain phoneme that changes not only

the phonetic of the word but also determines its meaning (the phonological aspect). Hence, this minimum pair is proof that the phonemes /k/ and /m/ are really distinctive units (therefore phonemes), and their distinctive traits rely on the following articulation properties: sound (to /m/ there is vibration of the vocal cords, which does not occur when producing /k/) and the nasality (that is only property of /m/, done by the physical lowering of the palatine veil, which leads to air flux passing through the mouth and nose cavities simultaneously; in producing /k/, the palatine veil is up, obstructing the air passage for the nasal cavity).

Considering the same test, the minimum pair 'pinha' e 'pilha' (first pair presented as a stimuli in test 3, in Portuguese) was the least identified comparing to the minimum 'cão' e 'pão' (second pair, also retrieved from portuguese lexicon). The more positive performance in the second pair may be strongly related with de consonant position, which may mean that the medium position is easier to identify. Alternatively, another argument may be that the phones to be distinguished are associated, in the second pair, to another phone (h), becoming a digraph that "masks" the identity of the phones. The way the individuals identify minimum pairs determines their perception of the phonetic system, which in turn determines the articulation production (Flege, 1993). The performance revealed by the subjects of this sample is, in a general sense, very low, being that the strategies (Flege & Hillenbrand, 1984) used by the subjects seem to be not very efficient in detecting phonetic contrasts that determine the phonetic identity of each minimum pair. Subjects seem to be easily influenced by the obstacle of "homopheneithy" (Binnie & Montgomery., 2004), which is to say, of phonetic similarity of the sounds (homophony), considering that the subject is challenged in his auditory discrimination to detect which is the distinctive unit in the pair of words presented. The set of distinctive traits that define the phoneme (in the foreign language/second language) may suffer interference from the phonological system of the individual's mother tongue. It is considered that children excel for their selective attention, however it is the younger group (less than nine years old) that commits more errors in this task, failing to detect the detail of the distinctive traits when hearing two minimum pairs on the test, which is in accordance with Flege, Frieda, Walley e Randa-zza (1998) conclusive argument: "Finally, children have more difficulty than adults in discriminating minimally paired words" (p. 157). The fact that judging minimum pair demands higher right hemisphere processing may contribute to explain this performance from the younger subjects, considering that it is only with aging that the right hemisphere becomes more evidently involved in language, especially in a second one. Specifically, the pair 'pinha/pilha' offered the greatest difficulty to its identification, probably because the distinctive information is placed in the middle (nh/lh) and not in the beginning as in 'cão/pão' (c/p). The child therefore reveals less discrimination because, according to Flege et al. (1998), "children need to hear a larger portion from the beginning of words presented in a gating task in order to identify the words than do adults" (p. 157). Also, this middle position is aggravated by the fact that the phone is associated with another one thus composing one single phonetic meaning ([X]).

In the phonetic segmenting test (done by spelling) as well as the reading of a group of vocables randomly placed ('passagem', 'bagagem', 'vaso', 'onda', Portuguese lexicon), children are still not the most successful group, being the adolescent group (aged between 13 and 18 years old) the most successful one in spelling the four presented words. Yet, the adults are the ones who reveal the worst performance in both tests. Considering the results from the remaining tests, we realize this is a level where adults rarely present a weak performance, because this is the age group that more positively surpass in resolving almost all the tests of the battery. The fact that the adolescents present a more evident articulation ability (Andrade & Martins, 2007), favored by the higher velocity in producing, associated also to the "variability in the pathways of articulation" (Andrade & Martins: p. 778), may explain their positive and outstanding performance in the spelling and reading spelled words. Their perfected ability of articulation perception influences their production performance, as well as their evaluation of it. The segmenting process, as well as others previously referred to, involves the subject at the phonetic level, therefore demanding a more or less thorough phonological knowledge of the language in which is it operating. Considering that adults are thought to be learners that initiate their understanding processes from the more complex level, like the minimal unit (phoneme), in this case it is not so, specifically in the segmenting task, being that adolescent exhibit higher competence, while children are placed half-way, however having a much more successful performance than adults. These reveal higher problems in identifying sounds such as [g]. We observed that, when recording the oral resolution of the task, there was more time used (because of the trials to perfect articulation and produce the correct sound) for these types of phones, in what production and subsequent perception is concerned.

The interference of the first language of the subject is notorious in producing sounds, in that the phonetic production by analogy (Gillon, 2004) is evident, showing that there is a learnt tendency of recognition by analogy. There are three types of situations that may occur in speech perception for SL: assimilating the native phonetic category, assimilating the phone as non-categorized (unknown), and, finally, no assimilating as a speech (Aoyama, 2003). We believe that the first situation is more frequent, being simultaneously probable the neglecting of sounds.

Speakers frequently produce and perceive sounds in SL, especially vowels, like real allophones in the mother phone perspective. In fact, we consider it to be much harder for the speaker/listener to understand, code and hence produce a sound that, a priori, has some similarity with a certain phone of the phonetic system of mother tongue, than produce a sound that he entirely doesn't know, being able to initiate the complete process of phonetic knowledge for the minimal unit implied. This reason may explain the difficulty and doubts manifested by students from the PALOP's (African pupils) or Brazil shown, although having frequent contact with the Portuguese, once is their official language, at the perception and production of phones that constitute

for them allophones after the sounds they know (the most known example is that of the vowels [e] e [o]). These phones (allophones) may be neutralized according to context (that is, stop being opposing to phones [ɛ] e [c] respectively), which creates conditions for less phonetic perception, since it is harder to capture the neutralizing opposition then the contrasting one, that is to say, a neutralizing opposition does not constitute a real opposition that determines the minimal distinctive unit (Boomershine, Hall, Hume & Johnson, 2005). The contrast opposition presumes that a certain phoneme in a certain position (for instance the phoneme /R/ will always be /R/ when in the beginning of the word, however that is not the case when in the middle position, when it becomes [r]) is always kept the same segment, without changing its identity). The allophone's impact and the phonetic contrast (for instance the "minimal pair") has effect not only on the phonetic and phonological perception but also at the semantic level, contributing for word intelligibility.

To make the speech perception and its component effective it is not enough to individually know each phone but also to relate it to the phonological system, which is to say, to detect its identity after the set of interaction that are possible of occur in a given language. From here it is possible for the speaker to learn the neutralizing and contrasting opposition. In the understanding by analogy perspective, this is a strategy that by itself may be transferred from the first to the second language, working not only in recognizing global vocabulary but also minimal units like phonemes. The efficacy of this strategy may not be, however, as evident in the new linguistic code. As the experience with the new language grows, it is natural that the discrimination be adjusted, as if recoded. Subjects, mainly children and adolescents, shown better performance in spelling (segmenting in producing) of Portuguese words then in the identifying of spelled sounds, not related and individually exhibited (/a/;/R/;/v/;/f/). The non-native listener usually faces problems such as pseudo-homophony and the activation of de false word, based on information from the first linguistic system (mother tongue). He then has a tendency to understand phones in the context of a certain vocabulary, not considering easy to decode abstract units of sound (at the phoneme level) and out of context (Flege *et al.*, 1998), which is the case in the test of sounds identification previously referred. The principle of vocabulary familiarity prevails, that expects "surrounding phonetic context" (Flege *et al.*, 1998: 157).

Learning a new phonetic system is harder, because in the first phonetic learning the subject acquired a phones' holistic and not particular identity (Flege *et al.*, 1998), being that, in transferring for another code, certain traits will have to be selected and properly recovered for recognizing the foreign phone. It is very common, judging from the previous results, that the learners of a new language usually perceive non-familiar sounds according to their mother tongue' phonetic inventory, with the vowels being the most filtered sounds (Imsri, 2002; Flege, *et al.*, 1999). For authors who stand for the connectivism theory, applied to the acquisition of SL, the patterns

["linguistic pattern complexes", Gasser, 1990: 12] acquired on mother tongue are transferred for the processing of SL.

Once a network has learned an association of a pattern P1 with a pattern P2, when it is presented with a new pattern P3, this will tend to activate a pattern that is similar to P2 just to the extent that P3 is similar to P1. (Gasser, 1990: 13).

This kind of principles ascertains the existence and importance of the universal linguistics that are evident in language development throughout the individual's life. The question remains in how language patterns are acquired and readjusted when there is transference and code interference. The phonological system works like a filter itself for foreign sounds to the listener who considers he may find in the foreign lexicon cognate words, which share similar radicals to vocabulary in his first language, sharing mainly phonetic traits, what may not be an advantage in the phonetic and lexical decision: "Cognate status has been shown to affect performance in a wide range of psycholinguistic tasks" (Flege et al., 1998: 159). It should be considered the role of recognizing cognate words by the speakers, which depends on the lexicon organization that, according to the theoretical conceptions on the matter, may be on a "common store" (Flege et al., 1998: 158), being that the phonological forms are independent but connected to a same referent (semantic), or in a "separate store" (Flege et al., 1998: 158), where the phonological forms are directly tied without semantic mediation, and the meaning is indirectly given by the equivalent phonological form in the first language. The way the lexicon influences the segmenting ability in oral production is still unclear (Flege et al., 1998), however being natural that the kind of lexicon, derived from the kind of language that the speaker exhibits, will determine his segmenting ability and the type of accent or intonation he makes when phonologically producing.

Final Considerations

With the battery developed and the results discussed, we intended to reveal that the "issue for someone [scientifically investigating the ability of the speaker] focused on operational processes" can no longer consist of "developing tests that give correct results and make relevant distinctions" (Chomsky, 1978: 101). Our goal is to identify performance clues and the subjects' intuition as to contribute in the future with a test that may represent an opportunity of leveling the subjects' performance and inform them on their ability, without cataloguing "correct results". Naturally, second language learners are students at risk in what concerns developing literacy abilities (Snow et. al., 1999), which may determine their academic performance in general. Considering this, the test battery developed in this investigation is a contribute for Education, in that it holds as an important instrument of diagnostic evaluation, and simultaneously as an intervention program in teaching and learning, especially directed at students who are initiating the learning/acquisition process of Portuguese as

a SL, for it may provide indicators to facilitate the process of attribution of proficiency levels by the teacher/ educator (European Commission, 2001), according to students' performance. On the other hand, it is a more efficient determination of the language levels in which the subject reveals higher ability, deducted by his performance that is in such a way fast as to be captured by the electronic test. The test configuration is based on the principle of organization by task level, sound stimuli hearing' precision and in conditioned writing tasks, by the dynamic given by the interaction of the user with the stimuli presented in the test, and by the control and time recording ability.

Applying this test allows to set a written and oral verbal behavior profile, contributing to the programming of learning activities that promote a successful school progress, where knowing the language is of the utmost importance.

References

- Abib, J. (1994). "A atualidade do livro Verbal Behavior de B.F. Skinner : um comentário" *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 10, no. 3, pp. 467-472.
- Andrade, C. & Martins, V. (2007). "Fluency variation in adolescents", in *Clinical Linguistics & Phonetics*, vol. 21, no. 10, pp. 771-782.
- Aoyama K. (2003). in "Perception of syllable-initial and syllable final nasals in English by Korean and Japanese speakers". *Second Language Research*, vol. 19, no. 3, pp. 251-265.
- Basseti, B. (2006). *Learning second language writing systems*. [Retrieved, June 6, 2007, from <http://www.llas.ac.uk/resources/goodpractice.aspx?resourceid=2662>]
- Binnie, C.A., Jackson, P.L. & Montgomery, A.A. (1974). "Auditory and visual contributions to the perception of consonants". *Journal of Speech and Hearing Research*, vol. 17, pp. 619-630.
- Boomershine, A., Hall, K., Hume, E., Johnson. (2005). "The Impact of Allophony versus Contrast on Speech Perception". [Retrieved June 18, 2007, from http://linguistics.berkeley.edu/~kjohnson/papers/Boomershine_et_al_2005.pdf]
- Cardoso-Martins, C., Batista, A.C. (2005). "O Conhecimento do Nome das Letras e o Desenvolvimento da Escrita: Evidência de Crianças Falantes do Português", in *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 18, no. 3, pp. 330-336.
- Carvalho, A.M., Silva, A.J. (2006) "Cross-linguistic Influence in Third Language Acquisition: The Case of Spanish-English Bilinguals' Acquisition of Portuguese" in *Foreign Language Annals*, vol. 39, no. 2, pp. 187-204.
- Catania, A. Charles. (1999) (4th ed.). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artemed.
- Chomsky, N. (1978). *Aspectos da Teoria da sintaxe*. (2nd ed.). Coimbra: Arménio Amado.
- Correa, J. e Dockrell, J. (2007). "Unconventional word segmentation in Brazilian children's early text production". In *Reading & Writing*, vol. 20, pp. 815-831.

- Curtis, M. E., Kruidenier, J.R. (2005). *A summary of scientifically based research principles: teaching adults to read*. [Retrieved, May 29, 2007, disponível em http://www.nifl.gov/partnershipforreading/publications/html/teach_adults/teach_adults.html]
- European Comission. (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas-Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA.
- Flege, J. (1993). "Production and perception of a novel, second-language phonetic contrast". *Acoustical Society of America Journal*, vol. 93, no. 3, pp. 1589-608.
- Flege, J. E., Hillenbrand, J. (1984). "Limits on phonetic accuracy in foreign language speech production" in *Acoustical Society of America Journal*, vol. 76, no. 3, pp. 708-721.
- Flege, J., Frieda, E., Walley, A., Randazza, L. (1988). "Lexical factors and segmental accuracy in second language speech production" in *Studies in Second Language Acquisition*, vol. 20, pp. 155-187.
- Flege, J., Meador, I.R., Mackay, D. (1999). "Native Italian speakers' perception and production of English vowels". *Acoustical Society of America Journal*, vol. 10, pp. 2973-87.
- Gasser, M. (1990). "Connectionism and Universals of Second Language Acquisition" in *Studies in Second Language Acquisition*, vol. 12, pp. 179-199.
- Imsri P., & Idsardi, W. (2002). *The perception of stops by Thai children and adults*. [Retrieved February 1, 2007, from ISCAArchive database].
- Leiria, I. (1999). *Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino*. [Retrieved August 3, 2008, from http://www.aulainterultural.org/article.php?id_article=1642].
- Postman, N. (s/d). Weingartner, C. *Contestação – nova fórmula de ensino*. RJ: Expressão e Cultura.
- Ritchie, W.C., & Bhatia, T.K. (1996). "Second language acquisition: Introduction, foundations, and overview", in Ritchie, W.C. & Bhatia, T.K. (Eds.), *Handbook of Second Language Acquisition*. San Diego, CA: Academic Press.
- Sebastião, J., Ávila, P., Costa, A., Gomes, M^a. C. (2008). *Estudios internacionales de literacia de adultos: resultados comparados y problemas metodológicos*. [Retrieved October 31, 2008, from http://www.oei.es/fomentolectura/estudios_internacionales_literancia.pdf].
- Shütz, R. (2005). *Os fonemas vogais do Inglês e do Português*. [Retrieved Março 17, 2008, from www.sk.com.br/sk-voga.html].
- Skinner, B.F. (1957). *Verbal Behavior*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Skinner, B.F. (1978). "O comportamento verbal como uma variável dependente" in: *The Verbal Behavior*, pp. 29-52. (Trans. Maria da Penha Villalobos). São Paulo: Cultrix Editor.
- Slama-Cazacu. (1979). *Psicolinguística aplicada ao ensino das línguas*. São Paulo: Livraria Pioneira.
- Snow, C., Burns, S., Griffibn, P. (Eds.) (1998). *Preventing reading difficulties in young children*. Washington: National Academy Press.
- Ziegler, JC, Jacobs, AM, Braun, M. (2001). "Identical words are read differently in different languages" in *Psychological Science Journal*, vol. 12, no. 5, pp. 379-84.



migrações

www.oi.acidi.gov.pt

II. ARTIGOS DE OPINIÃO

Ser imigrante

Partem de longe
E soltam as amarras
Embarcam numa viagem incerta
Por caminhos sinuosos
Para destinos de esperança
Que memórias ficaram para trás
Que saudades os acompanham
Tudo muda
Tudo agora é diferente
Sem medo
Labutam e lutam
A soma dos dias é imensa
Para alguns a recompensa
Para outros o desalento

A todos o nosso respeito

Paulo Pereira*

*voluntário na associação AMIGrante em Leiria

Convite à apresentação de originais

A Revista *MIGRAÇÕES* publica textos originais que possam contribuir para a reflexão, conceção e/ou avaliação de políticas públicas em matéria de imigração. Os textos propostos podem ter a forma de artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros da área da imigração.

Os textos originais propostos serão ordenados e apreciados quanto à sua pertinência no âmbito editorial da revista pela Coordenação Editorial e uma Comissão Científica.

As propostas de artigos deverão ser enviadas via e-mail para **migracoes@acidi.gov.pt**. Todos os artigos deverão ser acompanhados dos seguintes elementos: título do artigo, resumo, nome(s) do(s) autor(es), instituição a que pertence, morada completa, endereço de e-mail, telefone(s).

Call for original articles

The Journal *MIGRAÇÕES* publishes original texts that contribute to the analysis, conception and/or evaluation of public policies on the issue of immigration. The proposed texts can be in the form of academic articles, opinion articles, notes and book reviews in the area of immigration.

The proposed original texts will be arranged and considered in relation to their relevance within the editorial context of the journal by the Editorial Coordination and an Academic Commission.

Proposals for articles should be sent by email to **migracoes@acidi.gov.pt**. All articles should be accompanied by the following information: title of the article, abstract, name(s) of the author(s), institutional affiliation, complete address, email address, telephone number(s).

Edição cofinanciada pelo Fundo Social Europeu

